Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53

Relatório da Administração 2021

A Hidrovias do Brasil encerrou o ano de 2021 com resultados consistentes, atingindo o Guidance de curto-prazo mesmo em meio à confluência de fatores externos e não-recorrentes, comprovando os seus pilares estratégicos e sólidos fundamentos. Guidance de 2025 segue mantido.

Destaques 2021: • No ano de 2021, o **volume total** movimentado foi de **11,8 milhões de toneladas**, refletindo principalmente as menores exportações de grãos no 2S21 no Corredor Norte, com quebra significativa da safrinha de milho no Brasil, e o menor volume de bauxita ao longo do ano. • A **Receita Líquida Operacional** (excluindo "OTM" e *hedge accounting*) totalizou **R$1,2 bilhão**, ficando estável quando comparada com 2020 mesmo diante de forte pressão de volumes, comprovando a força dos contratos de longo prazo da Companhia. • O **EBITDA Consolidado ajustado incluindo o resultado das JVs** totalizou **R$630,2 milhões** em 2021, patamar muito próximo ao de 2020 – quando havia cenário de safra recorde no Norte e melhores condições de navegação no Sul, fato que comprova os fundamentos da Companhia e demonstra que ela pode apresentar resultados muito consistentes mesmo em cenários adversos.

Consolidado	2021	2020	Var. %
Volume Consolidado (kt)	**11.819**	**13.116**	*-9,9%*
Volume total (Corredor Norte)	5.369	6.331	*-15,2%*
Volume total (Navegação Costeira)	2.563	3.358	*-23,7%*
Volume total (Corredor Sul)	3.554	2.799	*27,0%*
Volume total (Santos)	332	628	*-47,1%*
Receita Líquida Operacional (ex-OTM e *hedge accounting*) (R$ milhões)[1]	**1.246,7**	**1.248,3**	*-0,1%*
Receita Líquida Operacional (Corredor Norte)	567,0	503,3	*12,7%*
Receita Líquida Operacional (Navegação Costeira)	233,6	223,4	*4,6%*
Receita Líquida Operacional (Corredor Sul)	422,9	484,2	*-12,7%*
Receita Líquida Operacional (Santos)	23,3	39,8	*-41,5%*
EBITDA Consolidado Ajustado incluindo JVs (R$ milhões)[2]	**630,2**	**637,4**	*-1,1%*
EBITDA Ajustado (Corredor Norte)	369,2	288,2	*28,1%*
EBITDA Ajustado (Navegação Costeira)	135,9	139,7	*-2,7%*
EBITDA Ajustado (Corredor Sul incluindo JVs)	193,3	268,7	*-28,1%*
EBITDA Ajustado (Santos)	7,9	8,1	*-2,2%*
EBITDA Ajustado (Holding)	(76,1)	(65,0)	*17,0%*

[1] Receita Líquida Operacional Consolidada de 2020 inclui efeito residual Intercompany.

[2] EBITDA Consolidado é ajustado por hedge accounting, equivalência patrimonial, itens não-recorrentes ou não caixa. O EBITDA Consolidado Ajustado de 2020 inclui o efeito intercompany.

Mensagem da Administração: *"O ano de 2021 apresentou grandes desafios externos e não recorrentes nos principais corredores onde a Hidrovias do Brasil atua, nos possibilitando inúmeros aprendizados, mas também evidenciando de forma clara a resiliência do modelo de negócio e os diferenciais competitivos de nossa Companhia. Temos uma rara combinação de oportunidades diversas para crescimento e de grande resiliência das operações atuais em momentos atípicos e não-gerenciáveis, como o que vivenciamos esse ano como a quebra da safrinha de milho no Brasil e o respectivo impacto nos volumes de exportação desse grão no Corredor Norte e o baixo calado dos rios onde operamos minério de ferro no Corredor Sul – com impossibilidade de navegação por mais de dois meses pela primeira vez desde a nossa criação. Encerramos o ano com volumes abaixo de nossa capacidade plena, explicados pela confluência inesperada de fatores atípicos mencionados acima e, ainda assim, apresentamos EBITDA ajustado muito consistente e em patamar similar ao ano anterior– quando houve safra recorde no Mato Grosso e melhores condições de navegação no Sul. Esse resultado só foi possível graças aos sólidos fundamentos da Hidrovias, que mantém contratos diferenciados de longo prazo, no modelo "take or pay" e com clientes de primeira linha, além de ativos modernos e eficientes que permitiram que conseguíssemos navegar no Corredor Sul por pelo menos dois meses a mais que a concorrência, consolidando 84% do market share de minério de ferro da região de Corumbá e manutenção de grande eficiência operacional no Corredor Norte. Mesmo diante de todos esses desafios externos, seguimos com nossas agendas internas de governança e sustentabilidade. Avançamos significativamente na pauta de sustentabilidade com a realização do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa, desenvolvimento dos primeiros empurradores de manobra híbridos e elétricos do mundo e que contribuirão para que tenhamos uma matriz energética ainda mais eficiente. Aprovamos também nossas metas ESG de curto e médio prazos – que serão divulgadas em breve, em conjunto com o primeiro relatório anual de sustentabilidade no formato GRI (Global Reporting Initiative). Iniciamos 2022 com perspectivas melhores para os corredores Norte e Sul, com safra de soja pujante no estado do Mato Grosso, já colhida, inclusive, e, no Corredor Sul, com cenário de recomposição do calado dos rios nos seus principais pontos críticos para níveis mais próximos das zonas de normalidade. Estes cenários, somados à retomada da operação de Santos a partir do segundo semestre de 2022 devem colaborar para que a Companhia volte a apresentar resultados mais aderentes a capacidade já instalada. A Hidrovias nasceu para ser a uma provedora de solução logística integrada e com os melhores custos para o transporte de commodities na América Latina e, nesse sentido, continuamos encontrando alternativas que tragam melhorias operacionais em todos os segmentos e corredores logísticos onde estamos presentes. Passaremos a operar com os supercomboios no corredor Norte ao longo de 2022 e isso significa que seremos capazes de movimentar 35 barcaças por viagem (vs. 25 barcaças hoje em dia), com potencial de significativas reduções do número de viagens, bem como menor consumo de combustível. No Sul, aprendemos a operar em cenário ainda mais adverso e estamos com inúmeras iniciativas que nos permitirão estar cada vez mais preparados para operar em situações atípicas, caso elas voltem a se repetir futuramente. Continuamos confiantes em relação ao atingimento do nosso Guidance de médio prazo, que contempla um EBITDA ajustado consolidado de R$1,3 a 1,5 bilhão em 2025, com grande potencial de geração de caixa conforme as operações vão se tornando mais maduras, dando seguimento ao processo de desalavancagem financeira da Companhia.*

Fabio Schettino

Presidente da Hidrovias do Brasil

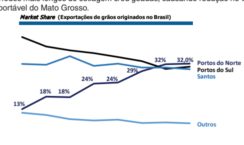
Desempenho por Corredor – Corredor Norte: ***Corredor Norte****: Serviço de logística integrada para transportes de granéis sólidos por meio de navegação fluvial. A capacidade deste corredor é representada por: a) Estação de Transbordo de Carga (ETC) de Miritituba (PA) (7,2 milhões de toneladas de grãos), b) Terminal de Uso Privado (TUP) de Barcarena (PA) (7,2 milhões de toneladas de grãos) e c) frota própria de empurradores e barcaças utilizadas para movimentação de produtos.*

Volume:

Volume (kt)	2021	2020	Var. %
Corredor Norte	**5.369**	**6.331**	*-15,2%*
Grãos	3.855	5.145	-25,1%
Fertilizantes	434	242	79,3%
"Rodo direto"[1]	1.080	945	14,3%

[1] "Rodo direto" consiste no volume de grãos transportado por meio rodoviário diretamente para o TUP de Barcarena e é apresentado de maneira isolada por não fazer parte do sistema integrado da Companhia.

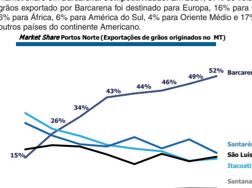
Em 2021, o **volume total** movimentado neste corredor totalizou **5,4 milhões de toneladas** (-15,2% vs. 2020), sendo que no 1S21 houve impacto de concentração do escoamento da soja (março e abril juntos representaram 35% de todo o escoamento deste grão) e menor disponibilidade para exportação pela perda de qualidade do grão (15% de grãos avariados no meio-norte do Mato Grosso devido a fortes chuvas no período de colheita). No 2S21, os volumes foram impactados pela quebra da safrinha de milho em alguns estados do Brasil já que o plantio foi realizado fora da janela ideal e tiveram períodos mais longos de estiagem e/ou geadas, causando redução no volume exportável do Mato Grosso.



Fonte: Comextat

É importante notar que todo o mercado brasileiro de exportação foi impactado pelas situações acima mencionadas, tanto que os portos do Arco Norte se mantiveram como principal corredor de exportação de grãos do Brasil, representando 32% de todo volume de grãos exportado em 2021, ao passo que Santos perdeu *market share* nesse mesmo período (29,7% vs. 30,4%). Além disso, os portos do Arco Norte continuaram sendo a principal opção logística para escoamento de grãos originados no Mato Grosso, sendo responsáveis por 51% do volume total exportado no ano.

Barcarena, onde temos o nosso TUP (Terminal de Uso Privado), manteve elevado *market share* dentro do Arco Norte, representando 36% do volume total de grãos do Brasil exportado pela região Norte. Essa participação é ainda maior quando observamos o volume total de grãos originados no Mato Grosso e exportados pelo Arco Norte (52% vs. 49% em 2020) e a Hidrovias segue sendo o maior *player* dessa região, encerrando o ano de 2021 com 42% de *market share* em Barcarena. **Competitividade:** Em 2021, 57% do volume de grãos exportado por Barcarena foi destinado para Europa, 16% para China, 6% para África, 6% para América do Sul, 4% para Oriente Médio e 17% para outros países do continente Americano.



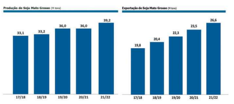
Fonte: Comextat

Segundo dados públicos do USDA e da ESALQ/USP, o custo logístico total de exportação de soja originada em base Sorriso (MT), saindo de Barcarena para Europa em 2021 foi cerca de US$10,0/mt abaixo do escoamento por meio de ferrovia e Santos e o custo logístico total de Barcarena para China foi igual quando comparado com ferrovia e Santos. A análise do custo logístico total de exportação ponderado por destino está apresentada abaixo:

Custo Logístico Total ponderado (US$/mt)	2020	2021
Barcarena	**71,8**	**100,7**
Santos (ferrovia)	80,7	107,5
Barcarena + simulação de pedágio		**103,5**

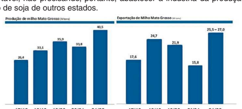
Simulação de pedágio leva em consideração tarifa de pedágio de R$15,0 com câmbio de R$5,30 apenas para facilitar a compreensão. Fonte: USDA e ESALQ/USP (Base pública mais atualizada, leva em consideração dados do 3T21). Nesse contexto, fica evidente que Barcarena segue sendo opção muito competitiva para escoamento de grãos originados na base Sorriso, mesmo após a inclusão do pedágio previsto para BR-163, que deve ter cobrança a partir do início de 2023. Conforme já comunicado anteriormente, acreditamos que existem oportunidades de melhorias adicionais à BR-163 e, que podem gerar, ainda, menores custos para caminhoneiros, giro mais rápido e maior disponibilidade, fazendo com que o efeito real do pedágio seja menor. Adicionalmente, vale mencionar que quanto mais ao Norte do estado do Mato Grosso, menor o impacto e menor o custo logístico e, por esse motivo, consideramos o Norte do Mato Grosso como grande área de influência da Companhia, onde somos extremamente competitivos. Ainda com relação a custo total logístico de exportação de soja originada no MT, PI e MA para China em 2021, Barcarena segue em patamar muito parecido quando comparado com o escoamento de Santos, comprovando que também é opção muito competitiva, ainda mais com cenário de *"gap"* de infraestrutura do Brasil.

Outlook 2022:



Fonte: IMEA e Comextat

A safra de soja brasileira tem se confirmado pujante em 2022, mesmo com quebra em alguns estados como BA, MS e PR, com pouca probabilidade de problemas relacionados à qualidade ocorrerem novamente. Independentemente disso, o Mato Grosso segue sendo o principal estado produtor de soja do Brasil e estima-se que a produção de 21/22 deve ser de cerca de 39,2 milhões de toneladas, com 26,6 milhões de toneladas sendo direcionadas para exportação, cenário muito positivo para os volumes do Corredor Norte, especialmente no 1S22, sendo que já temos quase todo a capacidade do sistema integrado negociada para esse período. Também é importante destacar que, diferentemente do milho, a soja é um produto vocacionado para exportação, sendo pouco provável o *trade-off* entre mercado interno e externo, além de todos os estados do Brasil, mesmo com quebras de safra, terem excedente exportável, não precisando, portanto, abastecer a indústria da produção de farelo de soja de outros estados.



Fonte: IMEA e Comextat

Com relação ao milho, diferentemente de 2021, está sendo plantado e provavelmente será colhido dentro de janela favorável em 2022 e, por esse motivo, não se espera que situação de quebra semelhante ao que foi observado em 2021 aconteça novamente. Estima-se que o Mato Grosso deva produzir cerca de 40,5 milhões de toneladas de milho em 21/22 e que entre 25,5 e 27,0 milhões de toneladas deverão ser destinadas à exportação.

Resultado:

Corredor Norte (R$ milhões)	2021	2020	Var. %
Receita Líquida[1]	**569,0**	**856,2**	*-33,5%*
Receita Líquida Operacional	567,0	503,3	*12,7%*
Receita Líquida Operacional "Transporte Rodoviário (OTM)"[2]	2,0	352,9	–
Custos Operacionais	(214,5)	(563,4)	*-61,9%*
Custos Operacionais	(213,4)	(210,8)	*1,2%*
Custos Operacionais "Transporte Rodoviário (OTM)"[2]	(1,1)	(352,6)	–
Despesas (Receitas) Operacionais	(40,6)	(31,3)	*29,5%*
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros[3]	33,7	18,0	*87,1%*
Equivalência Patrimonial	0,5	–	–
EBITDA	**348,2**	**279,4**	*24,6%*
Margem %	*61,4%*	*55,5%*	*5,9 p.p.*
Equivalência Patrimonial	(0,5)	–	–
Não Recorrentes[4]	21,5	8,8	*144,3%*
EBITDA Ajustado	**369,2**	**288,2**	*28,1%*
Margem %	*65,1%*	*57,3%*	*7,8 p.p.*

[1] Receita Líquida do Corredor Norte exclui efeito "Intercompany" para melhor compreensão do resultado; 2"Transporte Rodoviário" (OTM) consiste na Receita líquida e custo operacional relacionados com a subcontratação de transporte rodoviário para clientes de forma a prestar solução logística integrada ("do MT ao porão do navio"); 3AFRMM, Créditos Fiscais e Outros no Corredor Norte consiste apenas em outras receitas obtidas neste Corredor como, por exemplo, venda de resíduos; 4 A linha de Não Recorrentes inclui: 2021 (R$13,1 milhões de rateio de despesas corporativas para fins de comparabilidade com passado- sem efeito algum no resultado consolidado e R$8,4 milhões de baixa de garantias extemporâneas); 2020 (R$1,9 milhão de consultorias/assessorias relacionadas ao IPO; R$7,2 milhões de doações relacionadas à COVID-19 e (R$0,3) milhão de reversão de créditos fiscais extemporâneos).

Em 2021, a **Receita Líquida Operacional** ex-OTM, totalizou **R$567,0 milhões** – **crescimento significativo de 12,7%** vs. o mesmo período do ano anterior, mesmo em meio a pressão de 15,2% no volume total movimentado durante o ano. Os **custos operacionais** ex-OTM totalizaram **R$214,5 milhões** no ano (+1,7% vs. 2020), crescimento significativamente inferior ao da receita, explicado principalmente pelos menores volumes movimentados no ano. **O EBITDA ajustado** do ano também foi recorde, totalizando **R$369,2 milhões,** crescimento de 28,1% quando comparado com 2020 e maior **margem EBITDA ajustada** histórica já observada no Corredor, de **65,1%** (+7,8 p.p. vs. 2020). O forte resultado apresentado em meio a ano de grandes desafios de volume comprova o **patamar adequado de competitividade do Corredor Norte** para exportações de grãos originados no Mato Grosso e no Brasil e os **diferenciais competitivos** da nossa Companhia, que conta com time de excelência, contratos de longo prazo que garantem rentabilidade mínima para o negócio e ativos de ponta que permitem melhorias operacionais contínuas. Iniciamos o ano de 2022 confiantes, com cenário de safra de soja pujante no Mato Grosso e boas projeções para safrinha de milho no Brasil. Além disso, passaremos a navegar em 2022 com os "supercomboios", que operam com 35 barcaças (vs. 25 barcaças em 2021), viabilizando, portanto, melhorias operacionais adicionais para esse Corredor, como menor consumo de combustível por tonelada transportada e maior diluição de custos fixos – incrementando a rentabilidade média por viagem realizada. **Navegação Costeira (Cabotagem)** ***Navegação costeira:*** *transporte preponderantemente de Bauxita de Porto Trombetas (PA) até o Terminal Público de Barcarena (PA).*

Volume:

Volume (kt)	2021	2020	Var. %
Navegação Costeira (Cabotagem)	**2.563**	**3.358**	*-23,7%*
Bauxita	2.563	3.358	-23,7%

Em 2021, o **volume total** transportado foi de **2,6 milhões** de toneladas (-23,7% vs. 2020), como resultado do problema no píer de descarregamento principalmente durante o 1S21 (-46,2% vs. 1S20), quando a situação ainda não havia sido totalmente resolvida. A pressão de volume observada neste ano não impacta o resultado dessa operação e nem volumes futuros por se tratar de situação não-recorrente e por contarmos com contrato no formato "*take or pay*".

Resultado:

Navegação Costeira (R$ milhões)	2021	2020	Var. %
Receita Líquida	**211,1**	**214,6**	*-1,6%*
Receita Líquida Operacional	233,6	223,4	*4,6%*
Hedge Accounting[1]	(22,4)	(8,8)	*155,7%*
Custos Operacionais	(109,5)	(93,6)	*17,0%*
Custos Operacionais	(109,5)	(93,6)	*17,0%*
Despesas (Receitas) Operacionais	(4,3)	(5,9)	*-27,5%*
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros[2]	12,5	15,8	*-20,8%*
EBITDA	**109,9**	**130,9**	*-16,0%*
Margem %	*47,1%*	*58,6%*	*-11,5 p.p*
Hedge Accounting[1]	22,4	8,8	*155,7%*
Não Recorrentes[3]	3,5	–	–
EBITDA Ajustado	**135,9**	**139,7**	*-2,7%*
Margem %	*58,2%*	*62,5%*	*-4,3 p.p.*

[1] Hedge Accounting: A moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do Navegação Costeira são denominados em dólar norte-americano. Dessa forma, o hedge accounting foi aplicado para mitigar essa exposição a outra moeda, sendo que a dívida existente em dólar norte-americano realiza a proteção de parte dos contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Essa movimentação não tem impacto de caixa.

[2] AFRMM, Créditos Fiscais e Outros em Navegação Costeira inclui o efeito positivo obtido com Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e outras receitas nõo-core como, por exemplo, créditos fiscais.

[3] A linha de não-recorrentes inclui em 2021 (R$3,5 milhões de rateio de despesas corporativas para fins de comparabilidade com passado- sem efeito algum no resultado consolidado).

No ano de 2021, a **Receita Líquida Operacional** *ex-hedge accounting* totalizou **R$233,6 milhões** (+4,6% quando comparada com 2020), demonstrando o benefício da estratégia de diversificação de moedas da Companhia, já que o contrato deste Corredor é dolarizado. Houve o registro de (R$22,4) milhões de *hedge accounting* no ano, sem efeito caixa. Em 2021, os **custos operacionais** totalizaram **R$109,5 milhões** (+17,0% vs. 2020), principalmente impactados pelo afretamento de um navio de terceiro durante o período de docagem programada de um dos nossos ativos próprios, em linha com o que estava planejado para o ano. Vale ressaltar que as docagens realizadas nesta operação acontecem a cada 2,5 anos (intervalo de 5 anos entre docagens, com dois navios na frota e docagens intercaladas). Adicionalmente, houve custo maior relacionado a praticagem, que passou por reajustes do setor no período analisado. O **EBITDA ajustado** totalizou **R$135,9 milhões** (-2,7% vs. 2020), mantendo forte estabilidade de resultado mesmo em ano de docagem e com menor resultado advindo do AFRMM – já que este é originado a partir de percentual do volume movimentado na operação. A **margem EBITDA ajustada** se manteve em patamar robusto de **58,2%** (-4,3 p.p. vs. 2020). O resultado acima apresentado demonstra a **solidez dos pilares estratégicos da Companhia** – com diversificação de moedas, já que o contrato deste Corredor é dolarizado e no modelo "*take or pay*", garantindo resultado e rentabilidade estável mesmo diante de cenário de volumes 23,7% inferiores por dificuldades operacionais pontuais do cliente. **Corredor Sul:** ***Corredor Sul****: transporte fluvial de grãos, fertilizantes, minério de ferro e alguns outros granéis pela hidrovia Paraná-Paraguai e transporte de celulose pelo rio Uruguai por meio de joint--venture (Limday). Adicionalmente, engloba o resultado de duas joint-ventures em terminais portuários – a primeira para operação portuária de grãos em Montevidéu (TGM), sendo o único terminal da região capaz de carregar um navio do tipo Panamax e a segunda para a operação portuária de graneis sólidos na região de Concepción, no Paraguai (Baden).*

Volume:

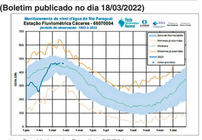
Volume (kt)	2021	2020	Var. %
Corredor Sul	**3.554**	**2.799**	*27,0%*
Minério de Ferro	1.648	561	193,8%
Grãos	859	1.058	-18,8%
Fertilizantes	103	144	-28,5%
Outros[1]	–	126	–
Total antes das JVs	**2.609**	**1.889**	38,1%
JVs[2]	945	909	4,0%

[1] Outros: consiste no transporte de outros produtos como celulose e coque;
[2] JVs: volume proporcional à participação em TGM, Limday e Baden.

Em 2021, o **volume total** transportado foi de **3,5 milhões de toneladas**, crescimento expressivo de 27,0% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, com crescimento relevante de volume de minério de ferro mesmo em meio a fortes restrições operacionais já que o nível de calado dos rios dessa região ficou abaixo das médias históricas durante boa parte do 2S21. O volume movimentado foi abaixo da capacidade desse Corredor, mas ainda assim, demonstra o quão acertado foi a aquisição da Imperial Logistics realizada em abril de 2021, já que agregou ativos com maior flexibilidade e permitiu que a Companhia navegasse por pelo menos dois meses a mais que os demais concorrentes da região e a consolidou como maior player logístico de minério de ferro na região de Corumbá (84% de *market share* em 2021). Conforme divulgado amplamente por meio de Comunicado ao Mercado, o ano de 2021 atingiu níveis muito baixos de calado nesta região, situação próxima das mínimas históricas já observadas nos últimos 121 anos. Diante de tal fato, ficamos sem condições de navegação durante cerca de dois meses e meio no quarto trimestre, fato nunca observado desde o início das operações da Companhia e que, apesar de impactar negativamente o resultado do Corredor, permitiu inúmeros aprendizados e adoção de novas iniciativas que farão com que a Companhia esteja cada vez mais preparada para superar tais situações como, por exemplo, mapeamento de fornecedores capazes de realizar dragagens mais frequentes e de forma preventiva e estruturada. As fortes chuvas observadas no início de 2022, principalmente na região de Cáceres, permitiram recuperação parcial do calado para níveis próximos da zona de normalidade e as projeções atuais disponíveis sinalizam um cenário mais positivo e com melhor tendência para 2022, mesmo que ainda aquém das médias históricas para esta região. Os melhores dados e projeções disponíveis para a Companhia até o momento nos levam a projetar nível de rios semelhantes aos de 2020, com possibilidade de operação mais eficiente já que contamos com ativos que operam em condições mais restritivas de calado. Espera-se uma evolução contínua para um cenário mais próximo da regularidade a partir de 2023. As projeções públicas de curto-prazo disponibilizadas pelo portal do Serviço Geológico do Brasil corroboram com o cenário projetado internamente pela Companhia de que 2022 ainda não será um ano de normalidade plena, mas deverá apresentar tendência melhor que 2021. Abaixo apresentamos quadros com dois pontos importantes para o entendimento de nossa operação: 1) Ladário – região próxima ao ponto de carregamento de minério de ferro e, portanto, o ponto mais crítico para a operação, que retomou para a zona de normalidade no começo deste ano e 2) Cáceres – região que demonstra a situação no Pantanal, responsável pela vazão dos rios durante os períodos de pouca chuva, que atualmente se encontra acima da mediana e sinaliza a tendência de que, mesmo diante de cenário de pouca chuva no 2S22, haverá possibilidade de vazão no rio Paraguai.

Ladário (Boletim publicado no dia 18/03/2022)

Cáceres (Boletim publicado no dia 18/03/2022)



Fonte: Serviço Geológico do Brasil – CPRM

Resultado:

Corredor Sul (R$ milhões)	2021	2020	Var. %
Receita Líquida[1]	**312,0**	**353,9**	*-11,8%*
Receita Líquida Operacional	422,9	484,2	*-12,7%*
Hedge Accounting[2]	(110,9)	(130,3)	*-14,9%*
Custos Operacionais	(300,8)	(208,8)	*44,0%*
Custos Operacionais	(300,8)	(208,8)	*44,0%*
Despesas (Receitas) Operacionais	(35,8)	(26,9)	*33,0%*
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros[3]	17,3	0,1	–
Equivalência Patrimonial	(1,1)	(5,4)	*-79,8%*
EBITDA	**(8,4)**	**112,9**	–
Margem %	–	*23,3%*	–
Hedge Accounting[2]	110,9	130,3	*-14,9%*
Equivalência Patrimonial	1,1	5,4	*-79,8%*
Não Recorrentes[4]	71,2	3,3	–
EBITDA Ajustado	**174,8**	**251,9**	*-30,6%*
Margem %	*41,3%*	*52,0%*	*-10,7 p.p.*
Resultado JVs[5]	18,5	16,8	*10,3%*
EBITDA ajustado com JVs	**193,3**	**268,7**	*-28,1%*
Margem %	*45,7%*	*55,5%*	*-9,8 p.p.*

[1] Receita Líquida e Custos Operacionais do Corredor Sul excluem efeito "Intercompany" para melhor compreensão do resultado;

[2] Hedge Accounting: A moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do Corredor Sul são denominados em dólar norte-americano. Dessa forma, o hedge accounting foi aplicado para mitigar essa exposição a outra moeda, sendo que a dívida existente em dólar norte-americano realiza a proteção de parte dos contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Essa movimentação não tem impacto caixa;

[3] AFRMM, Créditos Fiscais e Outros neste Corredor inclui o impacto de outras receitas não-core como, por exemplo, cobranças de reembolsos de sinistros.

[4] A linha de Não recorrentes inclui: 2021 (R$31,3 milhões de reversões fiscais extemporâneos relacionados a IVA, R$32,3 milhões relacionados à combinação de negócios que foram alocados gerencialmente no Corredor Sul, e R$7,7 milhões de consultorias e assessorias para aquisição e integração da Imperial); 2020 (R$1,3 milhão de reversão de créditos extemporâneos, R$2,0 milhões de consultorias e assessorias relacionadas ao IPO).

[5] Inclui o resultado obtido com a participação que a Companhia possui nas operações TGM, Limday e Baden.

No ano de 2021, a **Receita Líquida Operacional** ex-*hedge accounting* totalizou **R$422,9 milhões** (-12,7% vs. 2020), refletindo as menores receitas não-tarifárias que se dão pela contabilização do contrato da Vale, que deixou de ter uma parcela fixa trimestral em 2021 e passou a ser uma função direta do volume efetivamente movimentado no período. Houve impacto na Receita Líquida de (R$110,9) milhões de *hedge accounting* no ano, sem efeito caixa. Os **custos operacionais** totalizaram **R$300,8 milhões** (+44,0% vs. 2020), refletindo os mesmos impactos acima mencionados. Em 2021, o **EBITDA ajustado com JVs** totalizou **R$193,3 milhões** (vs. R$268,7 milhões em 2020), patamar ainda adequado quando levamos em consideração todos os desafios operacionais apresentados ao longo do ano, com **margem EBITDA ajustada** de **45,7%.** 2021 foi, sem dúvida, o ano com os maiores desafios operacionais deste corredor desde seu desenvolvimento e, mesmo com resultado abaixo do seu potencial, conseguimos comprovar quão **diferenciada é a operação da Companhia quando comparada com os outros *players* hidroviários desta região**. Temos ativos modernos e que operam em calado mais baixo, que viabilizaram que a Companhia operasse por pelo menos 2 meses a mais que os concorrentes e, com isso, nos consolidamos como ***player* logístico mais eficiente para transporte de minério de ferro na região de Corumbá. Santos | Sal:** *Iniciamos dois novos projetos nos últimos dois anos, que ainda estão em fase de implementação: operação no Terminal de Santos e operação logística de Sal.* ***Santos:*** *consiste no arrendamento por 25 anos de um terminal para movimentação e armazenagem de granéis sólidos no maior porto da América do Sul, localizado em Santos. A operação foi iniciada parcialmente em 2020, ao mesmo tempo em que começamos o processo de reforma e adequação do terminal, previstos no edital do leilão. A reforma foi acelerada durante 2021 e, por esse motivo, o terminal ficou sem operação durante o 2S21, devendo retomar suas atividades em meados de 2022.* ***Sal:*** *consiste em contrato para transbordo e transporte de sal na região nordeste do Brasil. A Companhia tem tratado de trâmites regulatórios para início desta operação e tem uma demanda judicial para que consiga as autorizações necessárias para seguir com o projeto. Como característica usual da Companhia, houve o investimento de modernização em um ativo eficiente para a operação, que viabilizaria uma competitividade ainda maior para o escoamento de sal da região. Por se tratar de ativo que funciona como "porto flutuante", a Companhia pode, ainda, redirecioná-lo para outra região e otimizar o investimento já realizado no caso da manutenção da restrição regulatória atual.*

Volume:

Volume (kt)	2021	2020	Var. %
Santos	**332**	**628**	*-47,1%*
Total	332	628	-47,1%

Seguindo o plano de negócios da Companhia, paralisamos a operação de Santos no segundo trimestre de 2021 para modernização das estruturas do terminal e "reconstrução" de um dos seus armazéns. Com isso, encerramos 2021 com **332 mil** toneladas de fertilizantes transportados.

Resultado:

Santos (R$ milhões)	2021	2020	Var. %
Receita Líquida	**23,3**	**39,8**	-41,5%
Receita Líquida Operacional	23,3	39,8	*-41,5%*
Custos Operacionais	(15,2)	(31,0)	-50,9%
Custos Operacionais	(15,2)	(31,0)	*-50,9%*
Despesas (Receitas) Operacionais	(1,1)	(0,9)	15,5%
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	0,2	–	–
EBITDA	**7,2**	**7,8**	*-8,3%*
Margem %	*30,8%*	*19,6%*	*11,1 p.p.*
Não Recorrentes[1]	0,8	0,3	158,8%
EBITDA Ajustado	**7,9**	**8,1**	*-2,2%*
Margem %	*34,1%*	*20,4%*	*13,7 p.p*

[1] A linha de não-recorrentes inclui em 2021: (R$0,6 milhão de rateio de despesas corporativas para fins de comparabilidade com passado – sem efeito algum no consolidado e R$0,2 milhão de doações relacionadas a COVID-19); 2020 (R$0,3 milhão de doações relacionadas a COVID-19).

A **Receita Líquida Operacional** de Santos totalizou **R$23,3 milhões** em 2021 (-41,5% vs. 2020), sendo que a operação do terminal foi interrompida no segundo trimestre de 2021 para modernizações e reformas dos armazéns, conforme previsto no edital de arrendamento e no plano de negócios da Companhia. Os **custos operacionais** totalizaram **R$15,2 milhões** em 2021 (-50,9% vs. 2020), como resultado do menor volume movimentado no período. O **EBITDA ajustado** de 2021 foi de R$ **7,9 milhões** (-2,2% vs. 2020), com **margem EBITDA ajustada** de 34,1% (+13,7 p.p.) – ainda não representando todo o potencial da operação. Os resultados obtidos na fase pré-operacional de Santos durante 2020 e 2021 já **sinalizam as oportunidades futuras do terminal** que, além de nos **posicionar estrategicamente dentro do maior porto organizado da América Latina**, possibilita maior diversificação de negócios e rentabilidade muito alinhada com as demais operações da Companhia.

Resultado Holding

Holding (R$ milhões)	2021	2020	Var. %
Despesas (Receitas) Operacionais	(61,5)	(102,3)	-39,8%
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros[1]	32,4	–	–
Equivalência Patrimonial	–	–	–
EBITDA	**(29,2)**	**(102,3)**	*-71,5%*
Equivalência Patrimonial	0,1	–	–
Não Recorrentes[2]	(47,0)	37,3	–
EBITDA Ajustado	**(76,1)**	**(65,0)**	*17,0%*

[1] AFRMM, Créditos Fiscais e Outros no resultado da Holding inclui o impacto de outros créditos e outras receitas não-core.

[2] Não Recorrentes em 2021: ((R$17,2) milhões de rateio de despesas corporativas que foram "devolvidas" para Holding para fins de comparabilidade, (R$32,2) milhões de reversões de créditos extemporâneos; R$1,5 milhão de consultorias e assessorias, R$1,1 milhão relacionado ao plano de opções – SOP – sem efeito caixa); em 2020 (R$20,2 milhões de consultorias e assessorias relacionadas ao IPO, R$17,0 milhões relacionados ao plano de opções – SOP).

No ano de 2021, as **Despesas da Holding Ajustadas** totalizaram **R$76,1 milhões** (+17,0% vs. 2020), impactadas pela necessidade de adaptação de estruturas para fins de Companhia de capital aberto (realizada em setembro de 2020) – com a criação de áreas de suporte e o desenvolvimento de processos estruturados que contribuem com um maior nível de governança corporativa. **Resultado Consolidado – CAPEX:** Em 2021, o **CAPEX consolidado**, incluindo os valores com Outorga de Santos, com aquisição da Imperial Logistics – cujo pagamento foi realizado à vista e com a manutenção programada de um dos navios de bauxita – que ocorre a cada cinco anos e de forma intercalada, totalizou **R$1,1 bilhão**, sendo que apenas R$111,7 milhões foram necessários para manutenção. Dessa forma, houve o atingimento do guidance de **CAPEX consolidado** divulgado pela Companhia em 16 de agosto de 2021. Vale mencionar que o **guidance de CAPEX consolidado de 2022 até 2025 segue mantido** e será realizado de forma gradual e espaçada, sendo que o foco para o ano de 2022 será apenas em investimentos de projetos já em andamento e que agreguem resultado em curto-prazo como, por exemplo, a finalização do projeto de modernização do terminal de Santos – que iniciará a operação em meados de 2022 e os investimentos em ativos de navegação – que ficarão prontos e passarão a ser utilizados a partir de 2023. A Tabela abaixo demonstra visão gerencial do CAPEX, sendo que vale mencionar que o efeito caixa é inferior ao valor apresentado, tendo totalizado R$1.002 milhões em 2021.

CAPEX Consolidado	2021	2020	Var. %
Manutenção	111,7	35,7	*213,2%*
Expansão	445,2	238,8	*86,4%*
Outorga STS20	18,1	28,1	*(35,6%)*
M&A	523,4	–	–
CAPEX Total	**1.098,4**	**302,6**	*363,0%*

Nota: A diferença de R$78,1 milhões em 2021 entre o CAPEX apresentado na TABELA acima e a movimentação do fluxo de caixa de investimentos é explicada pela divergência entre ativação e desembolso de caixa para pagamento de fornecedores, conforme descrito na nota explicativa nº 31. Inclui CAPEX relacionado à aquisição da operação da Imperial Logistics na América do Sul, em um valor de US$ 86 milhões.

P&L Consolidado

Consolidado (R$ milhões)	2021	2020	Var. %
Receita Líquida	**1.115,4**	**1.462,1**	*-23,7%*
Receita Líquida Operacional[1]	1.246,7	1.248,3	*-0,1%*
Receita Líquida Operacional "Transporte Rodoviário (OTM)"[2]	2,0	352,9	*-99,4%*
Hedge Accounting[3]	(133,3)	(139,1)	*-4,1%*
Custos Operacionais	(640,0)	(896,8)	*-28,6%*
Custos Operacionais	(638,9)	(544,2)	*17,4%*
Custos Operacionais "Transporte Rodoviário (OTM)"[2]	(1,1)	(352,6)	–
Despesas (Receitas) Operacionais	(143,3)	(167,4)	*-14,4%*
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros[4]	96,1	33,9	*183,7%*
Equivalência Patrimonial	(0,7)	(5,4)	*-87,5%*
EBITDA	**427,6**	**426,4**	*0,3%*
Margem %	*34,3%*	*34,2%*	*0,1 bps*
Hedge Accounting[3]	133,3	139,1	*-4,1%*
Equivalência Patrimonial	0,7	5,4	*-87,5%*
Não Recorrentes[5]	50,1	49,7	*0,7%*
Resultado JVs[6]	18,5	16,8	*10,3%*
EBITDA Ajustado com JVs	**630,2**	**637,4**	*-1,1%*
Margem %	*50,6%*	*51,1%*	*-0,5 p.p.*
Depreciação e amortização	(338,0)	(223,8)	*51,1%*
EBIT	**89,6**	**202,7**	*-55,8%*
Resultado Financeiro	(388,3)	(251,0)	*54,7%*
Prejuízo/Lucro Líquido antes do IR	**(298,6)**	**(48,4)**	–
Imposto de Renda e CSLL	(40,5)	(56,0)	*-27,7%*
Prejuízo/Lucro Líquido	**(339,1)**	**(104,4)**	–

[1] Receita Líquida Operacional: refere-se a receita líquida obtida com navegação, transbordo e elevação de produtos nos terminais onde a Companhia opera;

[2] Receita Líquida Operacional e Custos Operacionais de Transporte Rodoviário (OTM): obtidos com subcontratação de transporte rodoviário para clientes, prestando solução logística integrada ("do MT ao porão do navio");

[3] Hedge Accounting: A moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do Corredor Sul e da Navegação Costeira são denominados em dólar norte-americano. Dessa forma, o hedge accounting foi aplicado para mitigar essa exposição a outra moeda, sendo que a dívida existente em dólar norte-americano realiza a proteção dos contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Essa movimentação não tem impacto no caixa;

[4] AFRMM, Créditos Fiscais e Outros: inclui o efeito positivo obtido com Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como outros créditos e outras receitas não-core conforme destacado em cada um dos corredores;

[5] A linha de Não-recorrentes inclui em 2021 (R$41,0 milhões de créditos e baixas extemporâneas; R$9,2 milhões de consultorias e assessorias; R$0,2 milhão de doações COVID-19 e R$1,1 milhão relacionado ao plano de opções – SOP);

[6] Inclui o resultado obtido com a participação que a Companhia possui nas operações TGM, Limday e Baden.

Resultado Financeiro

Consolidado (R$ milhões)	2021	2020	Var. %
Receita Financeira	*60,0*	*75,3*	*-20,3%*
Despesa Financeira	*(390,8)*	*(237,8)*	*64,4%*
Despesa Financeira recorrente	*(295,4)*	*(237,8)*	*24,2%*
Despesa Financeira não-recorrente (reestruturação dívida)	*(95,4)*	–	–
Variação cambial	*(57,4)*	*(88,5)*	*-35,1%*
Resultado Financeiro	**(388,3)**	**(251,0)**	*54,7%*

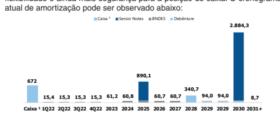
O **Resultado Financeiro** consolidado do ano foi impactado por itens pontuais e não-recorrentes decorrentes do processo de alongamento da dívida e que geraram efeito negativo no 1T21 (R$95,4 milhões), mas que resultaram em menor custo médio da dívida já em 2021. Excluindo esse efeito não-recorrente, o **Resultado Financeiro Ajustado** de 2021 teria totalizado (**R$292,8) milhões**. **Lucro/Prejuízo Líquido:** Frente as explicações realizadas neste relatório, a Companhia encerrou 2021, houve Prejuízo Líquido de (R$339,1) milhões, com impacto de itens não-caixa relacionados ao *hedge accounting* e variação cambial já mencionados anteriormente (vs. (R$104,4) milhões em 2020).

Geração de Caixa

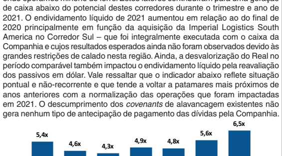
Fluxo de Caixa (R$ milhões)	2021	2020	Var. %
Caixa Inicial	**1.045,8**	**974,5**	*7,3%*
(+) EBITDA	427,6	426,4	*0,3%*
(+/-) Variação de Capital de Giro e outros	(141,5)	(148,0)	*-4,4%*
(+/-) Resultado *Hedge Accounting*	133,3	139,1	*-4,1%*
= Fluxo de Caixa Operacional (FCO)	**419,5**	**417,5**	*0,5%*
(-) CAPEX	(534,1)	(302,8)	*76,4%*
Recorrente	*(111,7)*	*(33,1)*	–
Expansão	*(422,4)*	*(269,7)*	*56,6%*
(-) M&A	*(468,2)*	–	–
(-) Outorga	*(18,1)*	–	–
= Fluxo de Caixa de Investimentos (FCI)	**(1.020,4)**	**(302,8)**	*237,0%*
(+/-) Captação/Amortização de Dívida	745,0	(32,5)	–
(-) Pagamento de Juros	(217,7)	(194,7)	*11,8%*
(-) Arrendametos	(81,9)	(17,0)	–
(+/-) Custos de captação/Recompra de Bonds	(124,4)	(100,1)	*24,2%*
(+) Aporte de Capital	–	51,8	–
(+/-) Dividendos pagos/recebidos	5,7	4,9	*16,3%*
= Fluxo de Caixa de Financiamento (FCF)	**326,7**	**(287,7)**	–
Impacto da Variação Cambial nos saldos de Caixa	(99,3)	244,3	–
= Geração de Caixa	**(373,5)**	**71,3**	–
Caixa Final	**672,3**	**1.045,8**	*-35,7%*

Em 2021, houve geração de caixa operacional de **R$419,5 milhões** (vs. R$417,5 milhões em 2020), explicado principalmente pela constante melhora na gestão de capital de giro pela Companhia. Ao incluirmos os investimentos realizados para expansão e manutenção, bem como fluxo de caixa financeiro, houve consumo de caixa de (**R$373,5) milhões** no ano de 2021 (vs. geração de R$71,3 milhões em 2020), explicado principalmente pelo desembolso de caixa de R$468,2 milhões para aquisição da Imperial Logistics, bem como maiores investimentos em CAPEX de expansão, que colaborarão para melhores resultados futuros. Encerramos o ano com R$672,3 milhões em caixa, **patamar adequado e compatível com as obrigações futuras da Companhia**.

Endividamento: A Companhia realizou um importante processo de reestruturação de sua dívida em 2021, com recompra de US$425 milhões das notas com vencimento em 2025, substituídas por novas notas com vencimento em 2031. Além de alongar o prazo de vencimento de 4 para 10 anos, uma nova dívida foi emitida com um custo de 4,950% ao ano, economia significativa de 100 bps quando comparada com a anterior. Com isso, os **fluxos futuros de amortização da Companhia ficaram ainda mais longos, sem nenhum vencimento material nos próximos anos.** Adicionalmente, a Companhia emitiu no 4T21 as primeiras debêntures incentivadas (Lei nº 12.431/2011) no total de R$380 milhões, com prazo de 7 e 10 anos e destinadas a financiar as obras de implantação do terminal de Santos. Parte dos recursos será utilizado para recompor o caixa já investido nessa operação, proporcionando maior flexibilidade e ainda mais segurança para a posição de caixa. O cronograma atual de amortização pode ser observado abaixo:



A alavancagem da Companhia, considerando EBITDA Ajustado, ficou em 6,5x no 4T21 (vs. 4,3x no 4T20), refletindo os cenários externos e não recorrentes relacionados à quebra da safrinha de milho no Brasil, com impacto em volumes no corredor Norte e calado abaixo das médias históricas na região de Corumbá, onde operamos minério de ferro. Estes fatores contribuíram para uma geração de caixa abaixo do potencial destes corredores durante o trimestre e ano de 2021. O endividamento líquido de 2021 aumentou em relação ao do final de 2020 principalmente em função da aquisição da Imperial Logistics South America no Corredor Sul – que foi integralmente executada com o caixa da Companhia e cujos resultados esperados ainda não foram observados devido às grandes restrições de calado nesta região. Ainda, a desvalorização do Real no período comparável também impactou o endividamento líquido pela reavaliação dos passivos em dólar. Vale ressaltar que o indicador abaixo reflete situação pontual e não-recorrente e que tende a voltar a patamares mais próximos de anos anteriores com a normalização das operações que foram impactadas em 2021. O descumprimento dos *covenants* de alavancagem existentes não gera nenhum tipo de antecipação de pagamento das dívidas pela Companhia.



Nota: Considera EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, excluindo o impacto de hedge accounting, equivalência patrimonial e itens não-recorrentes no período e em função da reestruturação de dívida da Companhia, passamos a analisar o covenant de forma consolidada e, dessa forma, houve alteração do indicar acima, calculado a partir da Dívida Líquida sem ajustes de variação cambial.

Sustentabilidade – Inventário GHG HBSA: Como parte de nosso compromisso com a construção de uma plataforma de sustentabilidade e com a transparência sobre nossas operações, realizamos o primeiro inventário GHG Protocol da Hidrovias do Brasil. Realizado por empresa especializada, o inventário mapeou as emissões GHG referentes às operações da Hidrovias do Brasil em 2020, considerando 3 escopos e seguindo a definição de escopo da metodologia GHG Protocol. Segundo o inventário, no ano de 2020 as emissões totais da HBSA foram equivalentes a 280.883 tCO_2e. Em 2020, o TKU (distância útil percorrida x peso da carga transportada) da HBSA foi equivalente a 32.714 mTKU, o que resultou em um indicador de emissões equivalente a 4,1 gCO_2e/tku. Como base de comparação, outras empresas do ramo de logística que atuam com transporte ferroviário e com transporte rodoviário e marítimo tiveram indicadores de emissão de 14,3 gCO2e/TKU e de 12,2 gCO2e/nm, respectivamente, em 2020. Além disso, tivemos uma importante contribuição para evitar emissões GHG com o uso de navegação por comboios em relação ao uso de modais como o rodoviário para os mesmos trechos. No Sistema Norte, evitamos a emissão de ~2110 gCO2e/10 comboios mês. No Sistema Sul, evitamos a emissão de ~2500 gCO2e/10 comboios mês. Isso se reflete em um grande potencial para contribuir para a descarbonização da cadeia logística de nossos clientes. A HBSA segue comprometida com seu projeto de descarbonização e redução de emissões, por meio de projetos que já estão contemplados no portfólio e em implantação, além de metas e compromissos de sustentabilidade que serão anunciados em breve. Entre os projetos em implantação estão os dois empurradores de manobra elétricos que estão sendo construídos, e estarão prontos para operar no Sistema Norte ainda em 2022. Essa inovação vai permitir reduzir 3.916 tCO_2e em emissões até 2025. Outra iniciativa em andamento é a instalação de painéis solares no Terminal de MTT, que vai permitir uma redução de emissões de 175 tCO_2e até 2025. O uso de novo empurrador troncal de alta tecnologia no Sistema Norte, que está em processo de construção e deverá estar pronto para operar em 2023, também vai contribuir para uma redução de emissões de 39.867 tCO_2e até 2025. **Auditores Independentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., cuja escolha compete exclusivamente ao Conselho de Administração. A política de atuação da Companhia

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

Hidrovias do Brasil S.A.

... continuação do Relatório da Administração 2021

na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) promover os interesses do seu cliente; condições que foram observadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, além dos serviços de auditoria externa, foram contratados outros serviços de não auditoria referente à serviços de *compliance* de impostos nas subsidiarias do Paraguai e Uruguai e trabalhos de *Due Diligence* os quais totalizaram R$859 mil, no exercício de 2021. **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Disclaimer: *Este relatório contém declarações e perspectivas futuras baseadas nas estratégias e crenças relativas às oportunidades de crescimento da Hidrovias do Brasil S.A. e suas subsidiárias (“Hidrovias” ou “Companhia”) constituídas por análises feitas por sua administração. Isso significa que afirmações e declarações aqui contidas, fundamentadas em minucioso estudo de informações públicas disponibilizadas para o mercado em geral, embora consideradas razoáveis pela Companhia, poderão não se materializar e/ou conter imperfeições e/ou imprecisões. Essa ressalva sobre as informações demonstradas indica a existência de situações adversas que poderão impactar os resultados esperados de modo que nossas expectativas não se concretizem no prazo acreditado, pois referidos fatores vão além da capacidade de controle da Hidrovias. Dessa forma, a Companhia não garante o desempenho refletido nessa apresentação e, por isso, não constitui material de oferta para compra e/ou subscrição de seus valores mobiliários.*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativos	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	937	1.441	76.454	214.848
Títulos e valores mobiliários	5.1	103.381	87.728	582.562	816.044
Contas a receber de clientes	6.1	–	–	244.620	147.852
Estoques		–	–	94.347	57.051
Impostos a recuperar	7	1.395	97	30.414	44.912
Imposto de renda e contribuição social	7.1	7.914	–	62.734	42.986
Adiantamentos a fornecedores	9	857	1.249	50.264	34.593
Pagamentos antecipados		3.042	2.483	26.288	32.149
Créditos com partes relacionadas	18	21.518	15.603	–	–
Dividendos a receber	18	934	14.090	–	–
Outros créditos		215	160	58.698	37.076
Total do ativo circulante		140.193	122.851	1.226.381	1.427.511
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários vinculados	5.2	–	–	13.295	14.952
Créditos com partes relacionadas	18	5.580	5.197	5.778	3.820
Contas a receber de clientes	6.1	–	–	6.400	6.400
Depósitos judiciais	17	32.383	32.383	45.944	40.774
Garantias e depósitos caução	8	2.179	9.100	2.210	9.491
Ativos fiscais diferidos	26	13.832	8.543	177.885	148.862
Impostos a recuperar	7	–	–	52.826	77.588
Imposto de renda e contribuição social	7.1	–	–	38.770	37.373
Adiantamentos a fornecedores	9	–	–	–	8.358
Pagamentos antecipados		3.697	3.789	35.030	29.256
Investimentos	10	1.445.340	1.435.557	103.705	74.479
Imobilizado	11	6.253	8.140	4.254.285	3.355.604
Bem de direito de uso	12	1.182	–	207.580	157.114
Intangível	13	38.230	24.419	347.441	322.915
Total do ativo não circulante		1.548.676	1.527.128	5.291.149	4.286.986
Total do ativo		1.688.869	1.649.979	6.517.530	5.714.497

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo circulante					
Fornecedores	14	5.451	9.229	146.142	68.506
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	6.182	–	180.889	185.954
Obrigações sociais e trabalhistas	16	13.986	17.824	33.756	39.460
Processos judiciais	17	5.479	–	22.334	9.794
Obrigações tributárias		4.967	5.217	35.381	26.241
Imposto de renda e contribuição social		–	18.856	63.078	67.622
Contas a pagar com partes relacionadas	18	1.724	63.481	–	–
Adiantamento de clientes		–	–	3.650	7.315
Dividendos a pagar	18	–	–	–	237
Passivo de arrendamento	12	1.227	180	69.942	14.446
Obrigação com concessão – outorga	13	–	–	24.046	18.547
Outras contas a pagar		10.358	9.365	23.070	7.841
Total do passivo circulante		49.374	124.152	602.288	445.963
Passivo não circulante					
Empréstimos , financiamentos e debêntures	15	370.251	–	4.458.517	3.537.180
Contas a pagar com partes relacionadas	18	21.590	–	–	–
Passivo de arrendamento	12	–	–	161.636	150.301
Obrigação com concessão – outorga	13	–	–	42.227	55.226
Outras contas a a pagar		–		5.208	
Total do passivo não circulante		391.841	–	4.667.588	3.742.707
Patriônio líquido					
Capital social	19	1.334.584	1.334.584	1.334.584	1.334.584
Reservas de capital		34.871	34.176	34.871	34.176
Prejuizo acumulado		(336.096)	(21.046)	(336.096)	(21.046)
Ajuste de avaliação patrimonial		214.295	178.113	214.295	178.113
Total do patrimônio líquido		1.247.654	1.525.827	1.247.654	1.525.827
Total do passivo e patrimônio líquido		1.688.869	1.649.979	6.517.530	5.714.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais – R$, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	23	–	–	1.115.417	1.462.103
Custos dos serviços prestados	24.1	–	–	(880.774)	(1.089.606)
Lucro bruto		–	–	234.643	372.497
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	24.1	(72.306)	(109.248)	(240.437)	(198.344)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(298.516)	14.723	(671)	(5.362)
Outras receitas	24.2	32.419	–	96.089	33.870
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		(338.403)	(94.525)	89.624	202.661
Receitas financeiras	25	8.956	2.326	35.142	54.421
Despesas financeiras	25	(14.834)	(3.033)	(423.411)	(305.447)
Resultado financeiro	25	(5.878)	(707)	(388.269)	(251.026)
Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social		(344.281)	(95.232)	(298.645)	(48.365)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	26	(140)	(18.856)	(64.272)	(68.291)
Diferido	26	5.289	8.543	23.785	11.111
Prejuízo do exercício		(339.132)	(105.545)	(339.132)	(105.545)
Resultado por ação básico – R$	20	(0,4460)	(0,1403)	(0,4460)	(0,1403)
Resultado por ação diluído – R$	20	(0,4460)	(0,1394)	(0,4460)	(0,1394)

As notas explicativas são parte integrante demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo do exercício	(339.132)	(105.545)	(339.132)	(105.545)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado:				
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior nas controladas	61.026	222.582	55.729	209.024
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior nas investidas	–	–	5.297	13.558
Hedge accounting de instrumentos financeiros não derivativos	(6.000)	(294.648)	(6.000)	(294.648)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.238	91.032	5.238	91.032
Total	60.264	18.966	60.264	18.966
Resultado abrangente do exercício	(278.868)	(86.579)	(278.868)	(86.579)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Capital social	Reservas de capital: Custo na emissão de ações	Reservas de capital: Ágio na emissão de ações	Reservas de capital: Opções outorgadas	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Dividendos adicionais propostos	Prejuízo acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial: Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial: Ajuste de instrumentos financeiros não derivativos	Total
Saldos em 1º janeiro de 2020	1.307.683	(24.885)	4.401	12.726	37.636	11.036	35.827		285.664	(126.517)	1.543.571
Aumento de capital	51.786		–	–	–	–	–	–	–	–	51.786
Prejuízo do exercício	–		–	–	–	–	–	(105.545)	–	–	(105.545)
Opções outorgadas reconhecidas	–		–	17.049	–	–	–	–	–	–	17.049
Reserva de incentivos fiscais	–		–	–	20.922	–	–	(20.922)	–	–	–
Outros resultados abrangentes	–		–	–	–	–	–	–	222.582	(203.616)	18.966
Absorção de reservas	–		–	–	(58.558)	(11.036)	(35.827)	105.421	–	–	–
Saldos 31 de dezembro de 2020	1.359.469	(24.885)	4.401	29.775	–	–	–	(21.046)	508.246	(330.133)	1.525.827
Plano de incentivo de longo prazo	–	–	–	695	–	–	–	–	–	–	695
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(339.132)	–	–	(339.132)
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	24.465	–	–	(24.465)	–	–	–
Absorção de reservas	–	–	–	–	(24.465)	–	–	24.465	–	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	61.026	(762)	60.264
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o *hedge accouting*	–	–	–	–	–	–	–	24.082	–	(24.082)	–
Saldos 31 de dezembro de 2021	1.359.469	(24.885)	4.401	30.470	–	–	–	(336.096)	569.272	(354.977)	1.247.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
(Prejuízo) do exercício	(339.132)	(105.545)	(339.132)	(105.545)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Provisões para bônus e gratificações	7.913	4.503	7.597	8.665
Perda com instrumentos financeiros derivativos	–	1.238	–	–
IR e CS corrente e diferido	(5.149)	17.176	40.487	64.042
Realização do ajuste a valor presente	–	–	9.656	11.246
Constituição de provisão para contingências, líquida	5.479	–	12.536	3.910
Juros incorridos nos empréstimos	7.275	–	220.144	180.077
Apropriação de custos de captação de empréstimos	91	–	34.112	5.336
Atualização monetária e cambial s/ dívida	–	–	25.148	71.013
Juros e atualização monetária sobre arrendamento mercantil	142	91	13.285	9.014
Incentivo de longo prazo	1.076	17.049	1.076	17.049
Rendimento de aplicação financeira	(7.471)	(262)	(31.150)	(44.491)
Constituição de provisão para perdas	–	–	141	–
Depreciação e amortização	9.654	6.321	254.461	209.992
Amortização do bem de direito de uso	1.287	1.101	83.459	13.763
Resultado de equivalência patrimonial	298.516	(14.723)	671	5.362
Receita realizada do hedge	–	–	133.328	139.093
Resultado de compra vantajosa	(32.298)	–	(57.140)	–
Baixa de passivo de arrendamento e direito de uso	–	–	(3.104)	–
Reversão de Earn-out	–	–	(3.488)	–
Provisão para perda de impostos prescritos	–	–	31.234	–
Baixa de ativos por perda	–	–	8.400	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber		–	(79.687)	(62.351)
Estoques		–	(27.818)	(9.964)
Impostos a recuperar	(1.320)	(7.546)	12.143	(48.953)
Adiantamentos a fornecedores	392	(814)	(1.542)	26.701
Pagamentos antecipados	(467)	(525)	13.424	10.793
Depósitos judiciais	–	(27.040)	(5.162)	(29.018)
Garantias e Depósitos caução	6.921	(2.396)	7.281	(2.787)
Outros créditos	(55)	1.133	(26.289)	(9.486)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(3.778)	6.211	42.787	15.756
Obrigações sociais e trabalhistas	(11.760)	666	(17.586)	3.880
Obrigações tributárias	(250)	185	8.813	8.437
Adiantamentos de clientes	–	–	(9.563)	(18.368)
Outras contas a pagar	622	5.983	(8.201)	2.772
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(217.745)	(194.694)
Imposto de renda e contribuição social pagas	(26.888)	(3.174)	(84.845)	(42.812)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	(89.200)	(100.368)	47.731	238.432
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(1.512)	(3.165)	(512.582)	(253.411)
Aquisição de ativo intangível	(15.884)	(17.366)	(21.484)	(49.233)
Aquisição de controladas	(20.739)	–	(468.201)	–
Títulos e valores mobiliários (aplicação)	(520.850)	(258.615)	(2.648.827)	(2.107.859)
Títulos e valores mobiliários (resgates)	512.668	174.537	2.923.143	2.426.217
Recebimento de dividendos	25.965	90.347	5.673	6.839
Mutuo obtido de partes relacionadas	(6.298)	(10.242)	–	(3.820)
Aumento (redução) de capital em controladas	(211.989)	4.404	(18.721)	–
Caixa liquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(238.639)	(20.100)	(740.999)	18.733
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital de acionistas	–	51.786	–	51.786
Arrendamento de concessão	–	–	(18.141)	–
Arrendamento pago	(1.564)	(1.060)	(81.925)	(17.032)
Captação de empréstimos	380.000	–	3.228.650	–
Custo de captação	(10.934)	–	(124.375)	–
Amortização de principal – empréstimos	–	–	(2.483.608)	(32.506)
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	–	431
Pagamento de dividendos	–	(363)	–	(1.961)
Recompra de títulos – Bond	–	–	–	(100.101)
Mutuo concedido entre partes relacionadas	21.590	–	–	–
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(61.757)	62.367	(1.958)	–
Caixa liquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	327.335	112.730	518.643	(99.383)
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	–	–	36.231	11.900
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(504)	(7.738)	(138.394)	169.682
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.441	9.179	214.848	45.166
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	937	1.441	76.454	214.848
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(504)	(7.738)	(138.394)	169.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas				
Receita de serviços	–	–	1.189.593	1.514.879
Receitas relativas à construção de ativos próprios	17.396	20.533	533.972	302.936
Outras receitas	32.419	–	96.089	33.870
Insumos adquiridos de terceiros:				
Custo dos serviços prestados	–	–	(460.994)	(748.562)
Materias, energia, serviços de terceiros e outros	(19.297)	(32.253)	(83.278)	(84.850)
Construção de ativos próprios	(17.396)	(20.522)	(533.972)	(299.960)
Valor adicionado (consumido) bruto	13.122	(32.242)	741.410	718.313
Depreciação e amortização	(10.941)	(7.422)	(337.999)	(223.755)
Valor adicionado (consumido) líquido gerado pela Companhia	2.181	(39.664)	403.411	494.558
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	(298.516)	14.723	(671)	(5.362)
Receitas financeiras	8.956	2.326	35.142	54.421
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	(287.379)	(22.615)	437.882	543.617
Distribuição valor adicionado (consumido)	(287.379)	(22.615)	437.882	543.617
Pessoal:	42.068	69.585	238.940	233.758
Remuneração direta	26.919	41.036	220.717	202.690
Benefícios	5.266	21.444	6.720	22.302
FGTS	9.883	7.028	11.500	8.696
Outros	–	77	3	70
Tributos	(5.149)	10.312	114.663	109.956
Federais	(5.149)	10.312	97.983	90.342
Estaduais	–	–	16.680	19.614
Remuneração de capitais terceiros	14.834	3.033	423.411	305.448
Juros s/ emprestimos	8.477		238.546	209.617
Atualizações monetárias e cambiais	–	715	57.413	88.504
Outros financeiras	6.357	2.318	127.452	7.327
Remuneração de capitais próprios	(339.132)	(105.545)	(339.132)	(105.545)
Prejuízo retidos	(339.132)	(105.545)	(339.132)	(105.545)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Hidrovias do Brasil S.A. (“Companhia” , “Hidrovias” ou “Grupo”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código HBSA3, foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades: a) Transporte de mercadorias. b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos. c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias. d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros. e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R$2.320 por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76. Em 25 de setembro de 2020, a Companhia realizou a sua oferta pública de distribuição secundária (IPO) de, inicialmente, 399.426.570 ações ordinárias, de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido nos documentos do IPO). O preço foi de R$7,56 por ação ordinária. A nota explicativa 19 traz os efeitos na composição acionária. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código HBSA3. **Covid -19:** Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia do COVID-19, que gerou impactos em diferentes setores da economia global. Nossas operações, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas por nós, não sofreram impactosforam impactadas de forma relevantes em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia da COVID-19. As atividades da companhia, ligadaos a cadeia de suprimentos de alimentos e metais básicos, são consideradaos negócios essenciais nos locais onde operamos e até o momento não estiveram sujeitas a restrições de operação. A natureza do nosso negócio torna pouco provável medidas restritivas à operação, uma vez que estas teriam potencial de causar disrupções nas cadeias de suprimentos de alimentos e insumos básicos. Não obstanteAinda assim, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos trimestres dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis. Os impactos decorrentes do surto da COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, visando identificar qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas devem considerar cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis. Adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades da Holding estão ocorrendo em regime de teletrabalho desde março de 2020 e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios. Acompanhamos continuamente o faturamento de nossas operações, o que nos possibilita antever, em certa medida, o impacto da pandemia da COVID-19 em nossas atividades. Estamos monitorando os desdobramentos da pandemia do COVID-19, com o objetivo de preservar a nossa segurança, de nossos colaboradores, fornecedores e clientes, bem como continuamos mapeando os reflexos da pandemia em nossos negócios. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes. Acreditamos que as atuais restrições não causam, até o momento, prejuízos à operação da empresa ou à geração de receitas da Companhia. Até o momento não identificamos riscos significativos à nossa operação, do fluxo de novos negócios ou na capacidade de pagamento de nossos clientes. Entretanto, as medidoas de isolamento social impactaram alguns de nossos fornecedores, gerando dificuldades financeiras em alguns fornecedores e atrasos na entrega de projetos, notadamente na implantação do terminal de fertilizantes e sal em Santos (STS20). A empreiteira contratada para a obra – Método Engenharia – foi adversamente afetada pela pandemia e teve sua situação financeira deteriorada em função desta, prejudicando o andamento da obra e resultando, por fim, no cancelamento do contrato da Hidrovias com a mesma. Isso, além dos atrasos decorrentes das medidas sanitárias, causou atrasos na obra deste terminal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração realizou estudo do valor recuperável de seus ativos não financeiros e determinou que não existe necessidade de provisão para redução do saldo contábil. **Medidas adotadas pela Companhia:** Com a finalidade de garantir a integridade de nossos colaboradores e também de nossas operações, a Companhia estabeleceu diversas medidas preventivas para reduzir os riscos oriundos da pandemia de COVID-19 e reduzir os riscos para a operação. Estas medidas seguem detalhadas abaixo: – Criação de um Comitê de Crise Corporativo, formado pelos Diretores da HBSA, com reuniões semanais para monitorar os riscos e deliberar sobre as ações de mitigação. As bases operacionais da Companhia também possuem Comitês de Crise locais focados em disseminar as deliberações do Comitê Corporativo, melhorar a comunicação, garantir a implementação dos planos de ação e acompanhar casos suspeitos e efetivos. Em face da melhoria das condições da pandemia de Covid-19, o comitê de crise foi substituído por reuniões periódicas de acompanhamento. – Ações preventivas para reduzir os riscos de contaminação: distribuição de EPIs adequados, adequação dos refeitórios e escritórios para distanciamento, campanhas intensivas de prevenção, protocolos de distanciamento social, trabalho remoto para os escritórios administrativos e revezamento nos postos de trabalho operacionais em terra, quando possível, afastamento de colaboradores inseridos em grupos de risco e desinfecção dos ambientes. – Ações de monitoramento: Controle do estado de saúde de todos os colaboradores, controle de vacinados (1ª, 2ª e 3ª dose), acompanhamento de casos suspeitos e confirmados (colaboradores e familiares). – Ações específicas para as tripulações: testagem e quarentena pré e pós embarque, monitoramento de condições de saúde, distribuição de EPIs e EPCs, desinfecção completa das embarcações, proibição de acesso a não-tripulantes, extensão dos turnos de tripulações embarcadas, aumento do suprimento de alimentos e combustível e contratação de seguros para cobertura de potenciais infecções a bordo. – Participação em Campanhas de Vacinação promovidas pelos Governos Municipais: algumas categorias funcionais foram incluídas pelo Governo Federal como grupos prioritários no PNI, dentre elas os operadores portuários e aquaviários. Com isso, até o dia 31 de dezembro de 2021, cerca de 94% do nosso quadro de funcionários no Brasil recebeu a primeira dose da vacina contra a Covid-19, dos quais cerca de 89% recebeu imunização total (duas doses ou dose única). Através do Instituto Hidrovias, braço de Investimento Social Privado da HBSA, até 31 de dezembro de 2021 foram doadas cestas básicas para comunidades que são tocadas por nossas operações nos municípios de Itaituba e Barcarena, no Estado do Pará, e Santos, no Estado de São Paulo, tocados por nossas operações. A Companhia possui participação acionária direta, indireta e controle em conjunto nas empresas abaixo:

Controladas	Atividade principal	País	Tipo de consolidação	2021 % Participação Direta	2021 % Participação Indireta	2020 % Participação Direta	2020 % Participação Indireta
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Brasil	Integral	100,00%	–	100,00%	–
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	Armazenamento e elevação de carga	Brasil	Integral	–	100,00%	–	100,00%
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	Terreno – Pré-operacional	Brasil	Integral	100,00%	–	100,00%	–
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	Intermediação e agenciamento de serviços	Brasil	Integral	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	Transporte marítimo de cabotagem	Brasil	Integral	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Hidrovias do Brasil – Parcipação Portuária de Santos S.A.	Movimentação e armazenagem	Brasil	Integral	–	100,00%	–	100,00%
Obrinel S.A.	Terminal especializado de carga	Uruguai	Equivalência Patrimonial	–	49,00%	–	49,00%
Hidrovias del Sur S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Uruguai	Integral	100,00%	–	100,00%	–
Baloto S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Uruguai	Integral	4,95%	95,05%	4,95%	95,05%
Girocantex S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Integral	–	100,00%	–	100,00%
Hidrovias del Paraguay S.A.	Transporte fluvial	Paraguai	Integral	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Pricolpar S.A.	Transporte fluvial	Paraguai	Integral	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Cikelsol S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Integral	–	100,00%	–	100,00%
Limday S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Equivalência Patrimonial	–	44,55%	–	44,55%
Resflir S.A.	Arrendamento de ativos de navegação	Uruguai	Integral	–	100,00%	–	100,00%
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	Agenciamento de operações financeiras	Luxemburgo	Integral	100,00%	–	100,00%	–
Hidrovias Navegación Fluvial S.A.(anteriormente denonimada Imperial Shipping Paraguay S.A)	Transporte fluvial	Paraguai	Integral	95,00%	5.00%	–	–
Imperial South America BV	Transporte fluvial	Holanda	Integral	100,00%	–	–	–
Baden S.A.	Administração portuária	Paraguai	Equivalência Patrimonial	50,00%	–	–	–
Via Grãos S.A.	Construção de rodovias e ferrovias	Brasil	Integral	100,00%	–	–	–

Histórico e operações: Em 7 de dezembro de 2012, foi publicado no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências. A referida medida provisória foi convertida em Lei em 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815). Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) e em 02 de dezembro de 2016, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará emitiu Licença de Operação (LO) do Terminal de Uso Privado (TUP), de propriedade da Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 11 de abril de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas (ETC) localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará. E em 05 de junho de 2016 a Companhia obteve a Licença Operacional (LO) nº 10185/2016. Em 9 de maio de 2014, a HB Vila do Conde, controlada indireta, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP, como poder concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, como interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de instalação portuária pela HB Vila do Conde, na modalidade de Terminal de Uso Privado – TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, Município de Barcarena/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Em 31 de julho de 2014, a HB Miritituba (posteriormente incorporada pela Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.), controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP, como poder concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, como interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de instalação portuária pela HB Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga – ETC, localizado na margem direita do rio Tapajós, gleba de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba-PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Em 5 de dezembro de 2014, a HB Vila do Conde, controlada indireta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 335, publicado no Diário Oficial da União. Em 29 de dezembro de 2014, a HB Miritituba (posteriormente incorporada pela Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.), controlada direta, obteve a concessão de REPORTO pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 303, publicado no Diário Oficial da União. Em 24 de maio de 2016, a Companhia HB Intermediação foi constituída com a finalidade de agenciar e intermediar soluções logísticas com capital social de R$2.500, que foi totalmente integralizado até 24 de maio de 2019. Em 22 de setembro de 2016, a Companhia Resflir foi constituída com a finalidade de arrendar ativos de navegação. Em 01 de dezembro de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução nº 5120, de 30 de novembro de 2016, por meio da qual a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) emitiu autorização para esta empresa operar como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de cabotagem. Em 1º de janeiro de 2019 as empresas Hidrovias do Brasil Navegação Norte S.A. (matriz e filiais) e Hidrovias do Brasil Miritituba S.A. foram incorporadas pela Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. Em 23 de setembro de 2019, o Tribunal Marítimo emitiu o certificado de registro de armador da Companhia HB Santos. Com esta autorização e registro deu início a sua operação no Brasil. Em 7 de novembro de 2019, foi homologado o procedimento de licitação para o arrendamento de instalações portuárias consubstanciado no leilão nº 01/2019-ANTAQ, referente ao arrendamento da área STS20, no Porto Organizado de Santos, no montante de R$112.500 pelo prazo de 25 anos, destinada a movimentação e armazenagem de sal e fertilizantes. Em 25 de setembro de 2020, a Companhia realizou a sua oferta pública de distribuição secundária (IPO) de, inicialmente, 399.426.570 ações ordinárias, de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido nos documentos do IPO). Em 16 de abril de 2021 a Companhia, com suas controladas Cikelsol S.A. e Pricolpar S.A., conforme aplicável, finalizou a celebração de um Framework Agreement e determinados contratos de compra e venda de ativos com a Imperial Logistics International B.V. & Co. KG e determinadas entidades de seu grupo empresarial, para (i) a aquisição de ações representativas de 100% do capital social da Imperial Shipping Paraguay S.A., sociedade sediada em Assunción, no Paraguai; (ii) a aquisição de ações representativas de 100% do capital social da Imperial South America BV, sociedade sediada em Druten, na Holanda; (iii) a aquisição de ações representativas de 50% do capital social da Baden S.A., sociedade sediada em Concepción, no Paraguai; e (iv) a aquisição de determinados ativos de navegação do grupo Imperial. Em 22 de outubro de 2021 a Companhia adquiriu 100% do capital social total e votante da NK 132 Empreendimentos e Participações S.A., empresa não operacional, cuja razão social foi alterada para Via Grãos S.A.. A aquisição foi paga através de reembolso de despesas no valor total de R$ 10,00 (dez reais). **2. Base de preparação – a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 23 de março de 2022. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de

é o dólar norte-americano, a moeda funcional da controlada Imperial South America BV na Holanda é o euro. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. As demonstrações financeiras de controladas no exterior (Paraguai, Uruguai, Luxemburgo e Holanda) estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional. Respectivamente, para a moeda de apresentação, Real, foram utilizados os seguintes procedimentos: • Os ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do balanço; • O patrimônio líquido foi convertido a valor histórico de formação; e • Receitas e despesas foram convertidas utilizando-se a taxa média mensal. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 (d) – reconhecimento de receita; • Nota explicativa nº 3 (b) – consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; • Nota explicativa nº 10.1 – Valor justo de ativos e passivos adquiridos em combinação de negócio; • Nota explicativa nº 10.2 – Valor justo de ativos e passivos adquiridos em aquisição de controladas em conjunto. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; • Nota explicativa nº 11 – vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 10.1 – Valor justo de ativos e passivos adquiridos em combinação de negócio; • Nota explicativa nº 10.2 – Valor justo de ativos e passivos adquiridos em aquisição de controladas em conjunto; • Nota explicativa nº 17 – reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais; • Nota explicativa nº 26 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, evidências obtidas de terceiros são analisadas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 21 – Programa de opção de compra de ações; • Nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros. **d) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **(a) Mudança nas políticas contábeis:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **(b) Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. As Companhias incluídas no processo de consolidação são:

Controladas diretas	País	Participação – % 2021	Participação – % 2020
Hidrovias del Sur S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	Luxemburgo	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Holding Norte Ltda.	Brasil	100,00	100,00

Controladas diretas	País	Participação – % 2021	Participação – % 2020
Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias Navegación Fluvial S.A. (b)	Paraguay	100,00	–
Imperial South America BV	Holanda	100,00	–
Via Grãos S.A	Brasil	100,00	–
Controladas indiretas			
Girocantex S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Girocantex S.A. – Filial Paraguai	Paraguai	100,00	100,00
Hidrovias del Paraguay S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Pricolpar S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Cikelsol S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Resflir S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Baloto S.A. (a)	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Parcipação Portuária de Santos S.A.	Brasil	100,00	100,00

(a) 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta através da controlada Hidrovias Del Sur. (b) 95% de participação direta e 5% de participação indireta através da controlada Pricolpar S.A. A Companhia reavalia se detem ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

… continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladoras. ***Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial:*** Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em tais controladas. ***Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas que tenham sido derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(c) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio média de cada mês. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão são reconhecidas em outros resultados abrangentes, tais como o hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo. Operações no exterior: Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio média de cada mês. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. **(d) Reconhecimento da receita:** Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas de transporte e cabotagem são reconhecidas ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso de navegação, (proporcionalmente à evolução das viagens), que se aproxima de 7 dias (trânsito carregado mais trânsito descarregado) para nossos navios HB Tucunaré e HB Tambaqui. As receitas referentes aos serviços de transbordo, elevação e intermediação são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços. Os preços de serviços são determinados com base em contratos. Em alguns casos a Companhia opera com seus clientes sob o regime contratual de take or pay, onde o cliente garante um fluxo de pagamento mínimo anualmente ou trimestralmente dependendo de cada contrato para a prestação de serviços de logística pela Companhia. Nos casos em que os serviços prestados em cada período do relatório são inferiores a quantidade mínima esperada, a Companhia estima se o cliente poderá executar todos os serviços ainda dentro do exercício corrente com apurações trimestrais e anuais. **(e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(f) Instrumentos financeiros e de patrimônio:** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Os investimentos da Companhia e suas controladas realizam investimentos de acordo com a política de gestão de caixa. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negocio:* O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Ativos financeiros a VJR	**Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.**
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Contabilidade de Hedge de fluxo de caixa:*** Quando um derivativo é designado como um instrumento de "hedge" em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a "hedge" é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos ("hedge") afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de "hedge". Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado. Caso o instrumento de "hedge" não mais atenda aos critérios de contabilização de "hedge", expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Outros derivativos não mantidos para negociação, sendo quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de "hedge" de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. ***Capital social – Ações ordinárias:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **(g) Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração:* Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e, estão deduzidos da depreciação acumulada quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(h) Combinação de negócios:** As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis: à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. **(i) Ativos intangíveis:** *Ágio:* O ágio resultante da aquisição da controlada Limday é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 13 (a). O ágio não amortizável no valor de R$ 73.121, é resultante da aquisição através de sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") da Log-In – Logística Intermodal S.A. "Log-In" dos direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita. Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo exercício do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas. *Outros ativos intangíveis:* Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **(j) Redução ao valor recuperável –** ***Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas ("*forward-looking*"). A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como risco e inadimplência quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento": • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação.* Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. ***Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas (exceto estoques e ativos fiscais diferidos), são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(k) Benefícios a empregados:** ***Transações de pagamentos baseados em ações:*** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição ("*vesting date*"). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição ("*non-vesting conditions*"), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. ***Benefícios de término de vínculo empregatício:*** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia e suas controladas não podem mais retirar a oferta desses benefícios que estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade de volta, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **(l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(m) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação e da norma IAS 33 – Resultado por Ação. **(n) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **(o) Demonstração de valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, apresentando como informação suplementar. **(p) Segmentos operacionais:** Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária, que é a principal tomadora de decisões operacionais; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente atribuídos à sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social. As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração, a qual segue a segmentação de negócio por região. O corredor norte corresponde ao Pará, o corredor sul ao Paraguai e Uruguai e os demais negócios estão alocados em outros. **(q) Imposto de renda e contribuição social:** Na controladora, os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. No consolidado, o imposto sobre a renda das controladas estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável nos respectivos países, entretanto, conforme redação dada pelo artigo 52 do título IV do "Texto Ordenado 2007", as companhias de navegação são isentas de tributar suas rendas. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **(r) Subvenção e assistência governamentais:** O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor. A Companhia utiliza dessa subvenção governamental em sua operação de cabotagem, recebendo integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos podem ser utilizados para amortização de financiamento concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida no resultado, uma vez atendido os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas. A Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM no grupo Outras receitas/despesas no montante de R$11.340 (R$15.336 em 31 de dezembro de 2020) a serem aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. – que apresentou Lucro Contábil e, por consequência, terá a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. **(s) Arrendamentos:** Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e as controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Comapnhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: – pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; – pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; – valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e – o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **(t) Novas normas e interpretações ainda não efetivadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37): As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Não se espera que alteração da norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separdaddamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Conta corrente – Nacional	937	1.441	14.599	18.297
Conta corrente – Exterior	–	–	61.855	196.551
	937	1.441	76.454	214.848

5. Aplicações financeiras – 5.1 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
JP Morgan (e)	–	–	11.759	423.064
Itaú Fundo FICFI 311 (b)	102.034	86.506	417.621	225.298
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	1.323	1.200	6.621	11.833
Santander Vip Cambial(d)	24	22	24.036	22.439
FIDC (Fundo Invest Dir Credit) (g)	–	–	118.685	98.369
Santander Argo (c)	–	–	534	–
CDB ABC (f)	–	–	1.366	14.641
Banco do Brasil (h)	–	–	1.940	20.400
Total	103.381	87.728	582.562	816.044

a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 110,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (89,49% em 31 de dezembro de 2020). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. b) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú Cambial FIC FI, referenciado na variação cambial do dólar americano – Ptax800, com rentabilidade média de 7,74% em 31 de dezembro de 2021 (29,61% em 31 de dezembro de 2020). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais. c) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander ARGO, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 119,01% do CDI em 31 dezembro de 2021. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. d) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander Vip Cambial, referenciado na variação cambial do dólar americano – Ptax800, com rentabilidade média de 7,9 % em 31 de dezembro de 2021 (29,02% em 31 de dezembro de 2020). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais. e) Aplicações financeiras que representam investimentos em um fundo no exterior com o Banco J.P. Morgan, referenciado na variação do tesouro americano tiveram rentabilidade de 0,02% em dezembro de 2021 (0,03% em 31 de dezembro de 2020). A carteira é composta por títulos de renda fixa e por Títulos Tesouro Americano. f) As aplicações financeiras que representam investimentos em Certificados de Depósitos Bancário – CDB no Banco ABC Brasil, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração de 99% do CDI em dezembro de 2021 (100% em 31 de dezembro de 2020). g) Aplicações financeiras que representam investimentos no FIDC Upside, com rentabilidade média de 12,52% em 31 de dezembro de 2021 (5,08% em 31 de dezembro de 2020) e o FIDC Aruanã teve rentabilidade de 7,15% em 2021. As carteiras dos fundos são compostas por cessão de direitos creditórios e cotas de fundos compostos exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. h) Aplicações financeiras que representam investimentos no Banco do Brasil, com rentabilidade média de 56,85% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (17,89% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A carteira do fundo é composta por títulos de renda fixa, incluindo operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e títulos públicos federais.

5.2 Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	2021	2020
Hidrovias Cabotagem Ltda.	13.295	14.952
Total	13.295	14.952

Representam investimentos no fundo BNP PARIBAS SOBERANO FIC FI RF, sujeitos à variação da taxa de juros SELIC, com remuneração média de 96,87% da SELIC em 31 de dezembro de 2021 (81,39% em 31 de dezembro de 2020). A carteira do fundo é composta por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Estas aplicações financeiras são apresentadas no ativo não circulante e estão vinculadas aos empréstimos, conforme mencionado na nota explicativa nº 15. A cláusula contratual determina que deve-se manter em conta vinculada, durante a vigência do contrato, saldo equivalente ao previamente pactuado.

6. Contas a receber de clientes – 6.1 Composição dos saldos por localidade

	Consolidado	
	2021	2020
Contas a receber registradas pelas controladas no exterior	102.535	69.081
Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.254)	(2.750)
	100.281	66.331
Contas a receber registradas pelas controladas no Brasil	150.739	87.921
	251.020	154.252
Circulante	244.620	147.852
Não circulante	6.400	6.400

Conforme divulgado na nota explicativa nº 23, existe uma concentração das receitas operacionais em um número reduzido de clientes, o que, por sua vez, pode eventualmente afetar seu risco de crédito. Para informações adicionais relacionadas ao risco de crédito, vide nota 27.4. A variação nos saldos refere-se principalmente a aumento de volume nas operações de Girocantex e Cabotagem. (vide nota explicativa nº 23 para mais informações). A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito dos clientes com baixa probabilidade de realização.

6.2 Composição do contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer	202.290	138.954
Vencidos até 30 dias	5.907	11.938
Vencidos de 30 a 60 dias	3.332	520
Vencidos de 60 a 90 dias	26.390	214
Vencidos de 90 a 120 dias	8.806	4
Vencidos de 120 a 180 dias	2.360	1.083
Vencidos há mais de 180 dias	4.189	4.289
Total	253.274	157.002

Mapa de movimentação da Provisão para risco de crédito:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.750)
Combinação de negócios	(1.763)
Constituição de provisão para risco de crédito	(141)
Reversões	1.763
Ajuste de conversão	637
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.254)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRRF s/ aplicação financeira (a)	1.385	57	4.989	2.825
PIS/COFINS (b)	7	35	69.624	90.909
ICMS	–	–	–	1.205
ISS	3	5	647	1.320
IVA (c)	–	–	7.980	26.241
Total	1.395	97	83.240	122.500
Ativo circulante	1.395	97	30.414	44.912
Ativo não circulante	–	–	52.826	77.588

Os tributos a recuperar são registrados pela competência, de acordo com as retenções sofridas e/ou pagamentos realizados, de tal forma que a Companhia e suas controladas apresentam as situações abaixo: (a) As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa realizadas pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidas no Ativo conforme informações prestadas pelas instituições financeiras periodicamente; (b) As contribuições do PIS e da COFINS decorrem dos créditos apropriados na operação de Navegação e Rodoviário. Esses créditos são calculados, principalmente, sobre as aquisições de combustível e sobre a subcontratação de transportadoras na operação de transporte rodoviário, que era realizado principalmente em 2020 como forma de auxiliar clientes que ainda não tinham estrutura adequada para realizar tais contratações – esse serviço foi descontinuado durante o ano de 2021 a medida que os clientes passaram a não necessitar mais de ajuda. Os créditos são compensados mensalmente com os débitos apurados nas prestações de serviços ou trimestralmente com os débitos de outros tributos federais através de compensação via PER/DCOMP no prazo máximo de cinco anos. (c) O Imposto sobre Valor Agregado, é consequência da compra de insumos para a operação das empresas Hidrovias del Paraguay e Pricolpar, sendo ambas localizadas no Paraguai. **7.1 Imposto de renda e contribuição social:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ/CSLL	7.914	–	101.504	80.359
Total	7.914	–	101.504	80.359
Ativo circulante	7.914	–	62.734	42.986
Ativo não circulante	–	–	38.770	37.373

O Imposto de Renda e Contribuição Social, são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, a Lucro Real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela Companhia e suas controladas. Parte do crédito de IRPJ e CSLL decorrem de antecipações de impostos ocorridas em anos anteriores que foram superiores aos impostos devidos apurados no final de cada exercício, gerando assim um saldo ativo a compensar com outros tributos federais ou restituir conforme legislação vigente. Saldo Negativo de anos anteriores são compensados com outros tributos federais, com critérios pré-estabelecidos pela legislação vigente, bem como são objeto de pedidos de ressarcimento/restituição.

8. Garantias e depósitos caução

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Projeto Obrinel (a)	1.873	8.253	1.873	8.253
Outros	306	847	337	1.238
Total	2.179	9.100	2.210	9.491

(a) Em 25 de julho de 2014, a Companhia concedeu recursos financeiros para a controlada em conjunto Obrinel, cujo o montante em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 1.873 (R$ 8.253 em 31 de dezembro de 2020), permanecendo como depósito garantia até a conclusão financeira do Projeto Obrinel, com o prazo 15 de dezembro de 2027. A variação dos valores é decorrente da execução parcial da garantia cedida. Referente ao Projeto Obrinel e de forma adicional ao depósito garantia referido na nota, em 24 de junho de 2014, a Companhia (na condição de patrocinador do Projeto Obrinel) e sua controlada direta Hidrovias del Sur, outorgaram a favor dos bancos DEG e BROU: (i) fiança solidária à primeira solicitação (first demand) até o montante de USD 9.800 mil, como garantia por eventuais descumprimentos da Obrinel aos termos da financiação do Projeto; (ii) garantia corporativa até o montante de USD 10.000 mil, para cobrir eventuais deficiências financeiras ou sobrecustos do Projeto; e (iii) garantia corporativa até o montante de USD 45.000 mil para cobrir alguns riscos específicos do Projeto. As ações da Baloto (acionista direto na Obrinel) foram penhoradas também em favor dos bancos DEG e BROU em 13 de junho de 2014. Todas as garantias referidas permaneceram vigentes até a conclusão financeira do Projeto Obrinel. Cláusula restritiva: Além de um elenco padrão de obrigações de fazer e não fazer, segundo os termos do financiamento tomado para o Projeto Obrinel, a Obrinel tem se comprometido a manter os seguintes ratios financeiros: (i) não superar uma relação de 70/30 entre divida total e capital próprio; (ii) razão corrente não inferior à 1; e (iii) cobertura de endividamento maior ou igual a 1.15. Em 31 de dezembro de 2021 a Obrinel atendeu sem default tais cláusulas restritivas.

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

… continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

9. Adiantamento a fornecedores

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantamento a fornecedores nacionais	857	1.249	38.236	35.816
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	–	–	12.028	7.135
Total	857	1.249	50.264	42.951
Circulante	857	1.249	50.264	34.593
Não circulante	–	–	–	8.358

Nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 o saldo de adiantamento a fornecedores é composto basicamente por: R$ 9.583 (R$494 em 31 de dezembro de 2020) referente a adiantamento para construções de embarcações; R$ 2.208 (R$5.128 em 31 de dezembro de 2020) referente a de compra de combustível; R$ 29.989 referente a implantação do projeto no terminal de Santos (R$ 15.176 em 31 de dezembro de 2020) e R$ 8.484 (R$ 22.156 em 31 de dezembro de 2020) referente a adiantamento à outros fornecedores inerentes à operação da Companhia.

10. Investimentos – A movimentação dos investimentos da controladora e do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Composição dos investimentos	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial	1.421.483	1.429.363	87.595	58.033
Contrato de concessão	5.788	6.194	5.788	6.194
Mais valia de ativos	18.069	–	–	–
Ágio	–	–	10.322	10.252
Total	1.445.340	1.435.557	103.705	74.479

Controladora	Saldo inicial 2020	Aporte de capital em investida	Aquisição de investimentos	Compra Vantajosa (c)	Ajuste de avaliação patrimonial – Hedge	Ajuste de avaliação patrimonial- Resultado de conversão de moeda (CTA)	Dividendos	Amortização	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final 2021
Baloto S.A.	2.126	–	–	–	–	503	–	–	(181)	2.448
Hidrovias Del Sur S.A.	956.472	6.989	–	–	–	60.193	(13.547)	–	(340.415)	669.692
Hidrovias BR – Marabá S.A.	10.094	–	–	–	–	–	–	–	168	10.262
Hidrovias Holding Norte Ltda.	271.699	205.000	–	–	14.458	–	–	–	(47.446)	443.711
Hidrovias Cabotagem Ltda.	165.914	–	–	–	(15.220)	–	–	–	39.083	189.777
Hidrovias – Intermediação Ltda.	22.796	–	–	–	–	–	–	–	10.605	33.401
Pricolpar	2	–	–	–	–	16	–	–	(4)	14
Hidrovias International Finance	260	–	–	–	–	112	738	–	426	1.536
Imperial South America BV	–	–	8.501	17.992	–	(1.348)	–	–	13.586	38.731
Hidrovias Navegación Fluvial S.A	–	–	192	(8.117)	–	1.667	–	–	26.102	19.844
Baden	–	–	12.046	578	–	(117)	–	–	(440)	12.067
Via Grãos S.A	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	1.429.363	211.989	20.739	10.453	(762)	61.026	(12.809)	–	(298.516)	1.421.483
Contrato de concessão	6.194	–	–	–	–	–	–	(406)	–	5.788
Baden – Mais valia de ativos	–	–	–	2.616	–	–	–	(110)	–	2.506
Imperial South America BV – Mais valia	–	–	–	19.232	–	–	–	(3.669)	–	15.563
Total	1.435.557	211.989	20.739	32.301	(762)	61.026	(12.809)	(4.185)	(298.516)	1.445.340

Controladora	Saldo inicial 2019	Aumento/ Redução de capital	Ajuste de avaliação patrimonial – Hedge	Ajuste de avaliação patrimonial- Resultado de conversão de moeda (CTA)	Dividendos	Amortização ágio	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final 2020
Baloto S.A.	4.972	(3.670)	–	1.307	–	–	(483)	2.126
Hidrovias Del Sur S.A.	731.967	6	–	222.562	(63.405)	–	65.342	956.472
Hidrovias BR – Marabá S.A.	9.322	250	–	–	–	–	522	10.094
Hidrovias Holding Norte Ltda.	502.475	–	(111.306)	–	–	–	(119.470)	271.699
Hidrovias Cabotagem Ltda.	205.692	(859)	(92.310)	–	–	–	53.391	165.914
Hidrovias – Intermediação Ltda.	16.686	(128)	–	–	(4.000)	–	10.238	22.796
Pricolpar	–	5	–	–	–	–	(3)	2
Subtotal	1.471.114	(4.396)	(203.616)	223.869	(67.405)	–	9.537	1.429.103
Contrato de concessão	6.601	–	–	–	–	(407)	–	6.194
Subtotal Investimentos	1.477.715	(4.396)	(203.616)	223.869	(67.405)	(407)	9.537	1.435.297
Hidrovias del Paraguay	–	13	–	–	–	–	(13)	–
Hidrovias International Finance	(3.652)	–	–	(1.287)	–	–	5.199	260
Total	1.474.063	(4.383)	(203.616)	222.582	(67.405)	(407)	14.723	1.435.557

Consolidado	Saldo inicial 2020	Dividendos pagos	Aquisição de investimento	Compra vantajosa	Aumento de capital	Resultado de conversão de moeda (CTA)	Resultado de equivalência patrimonial	Amortização	Saldo final 2021
Limday	14.573	(5.673)	–	–	–	1.515	3.378	–	13.793
Obrinel	43.460	–	–	–	18.721	3.164	(3.609)	–	61.736
Baden	–	–	12.046	578	–	(117)	(440)	–	12.067
Subtotal	58.033	(5.673)	12.046	578	18.721	4.562	(671)	–	87.596
Contrato de concessão (b)	6.194	–	–	–	–	–	–	(406)	5.788
Ágio (a)	10.252	–	–	–	–	735	–	(666)	10.321
Total	74.479	(5.673)	12.046	578	18.721	5.297	(671)	(1.072)	103.705

Consolidado	Saldo inicial 2019	Dividendos pagos	Resultado de conversão de moeda (CTA)	Resultado de equivalência patrimonial	Amortização	Saldo final 2020
Limday	15.570	(6.839)	2.396	3.446	–	14.573
Obrinel	41.106	–	11.162	(8.808)	–	43.460
Subtotal	56.676	(6.839)	13.558	(5.362)	–	58.033
Contrato de concessão (b)	6.601	–	–	–	(407)	6.194
Ágio (a)	7.669	–	3.225	–	(642)	10.252
Total	70.946	(6.839)	16.783	(5.362)	(1.049)	74.479

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, conhecido como CTA (currency translation adjustments), são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA). (a) Ágio gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday. O ágio da Limday de R$10.321 (R$10.252 em 31 de dezembro de 2020) está fundamentado em projeções desenvolvidas sobre a rentabilidade futura das operações. **(b) Contrato de Concessão:** O valor de R$5.788 (R$ 6.194 em 31 de dezembro de 2020), refere-se ao direito de concessão da Baloto na aquisição da Obrinel, está fundamentado em projeções desenvolvidas pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações da Obrinel. Por Resolução Nº 307/4.039 na data de 17 de junho de 2020, a Administração Nacional de Portos do Uruguai aprovou algumas mudanças nos termos da concessão, incluindo uma extensão no prazo da concessão (por mais 20 anos, até novembro 2051), junto com uma autorização à construção de um píer adicional. Essas mudanças foram aprovadas pelo Poder Executivo do Uruguai em 4 de setembro de 2020, sendo refletidas em um aditivo, assinado em 24 de novembro de 2020, ao atual contrato de concessão. As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

2021	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício	Receitas líquidas
Controladas diretas						
Hidrovias del Sur S.A.	4.330.646.746	797.798	128.106	669.692	(340.415)	–
Hidrovias International Finance S.à r.l.	12.000	3.738.456	3.736.920	1.536	426	–
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	20.000.000	11.697	1.435	10.262	168	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	220.475.382	913.523	721.729	191.794	39.478	211.139
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda	2.500.000	41.206	7.423	33.783	10.713	26.372
Imperial South America	1.000.000	54.223	15.492	38.731	13.586	68.878
Hidrovias Navegación Fluvial S.A(d)	442	42.566	24.113	18.453	20.063	95.834
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	512.989.094	444.354	643	443.711	(16.075)	–
Controladas indiretas						
Baloto S.A.	599.999.999	63.957	14.498	49.459	(3.661)	534.970
Girocantex S.A.	2.442.140.008	1.380.755	1.057.094	323.661	(231.020)	107.687
Hidrovias del Paraguay S.A.	266.377	119.483	138.455	(18.972)	(28.512)	–
Pricolpar S.A	17.910	238.846	91.681	147.165	(37.613)	69.445
Cikelsol S.A.	800.000	796.825	803.341	(6.516)	(46.393)	69.977
Resflir S.A.	20.000	96.754	75.559	21.195	(6.611)	–
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	519.596.445	2.268.198	1.994.430	273.768	(13.387)	1.248.746
Hidrovias do Brasil – Parcipação Portuária de Santos S.A.	43.904.863	445.910	277.161	168.749	(19.628)	–
Controladas em conjunto (e)						
Limday S.A.	42.902.541	14.989	1.196	13.793	3.912	4.910
Obrinel S.A.	587.999.999	378.537	316.430	62.107	(2.888)	22.860
Baden	175.000.000	12.276	208	12.068	(446)	1.435

2020	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício	Receitas líquidas
Controladas diretas						
Hidrovias del Sur S.A.	4.330.646.746	1.083.630	127.158	956.472	65.375	–
Hidrovias International Finance S.à r.l.	12.000	3.171.915	3.171.655	260	5.199	–
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	20.000.000	11.197	1.103	10.094	522	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	220.475.382	871.721	704.186	167.535	54.153	214.628
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda	2.500.000	31.585	8.514	23.071	10.386	23.587
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	512.989.094	317.320	45.621	271.699	(230.776)	–
Controladas indiretas						
Girocantex S.A.	2.442.140.008	1.434.914	912.489	522.425	132.665	398.747
Hidrovias del Paraguay S.A.	266.377	97.248	88.528	8.720	(47.351)	90.030
Pricolpar S.A	17.910	224.564	51.782	172.782	(17.680)	42.894
Cikelsol S.A.	800.000	302.011	262.286	39.725	(2.507)	110.536
Resflir S.A.	20.000	88.611	62.935	25.676	14.558	18.561
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	519.596.445	2.091.668	1.804.512	287.156	(215.312)	834.551
Hidrovias do Brasil – Parcipação Portuária de Santos S.A.	43.904.863	316.315	287.938	28.377	(15.460)	39.761
Baloto S.A.	599.999.999	46.759	3.803	42.956	(8.813)	–
Controladas em conjunto						
Limday S.A.	42.902.541	16.507	1.935	14.572	3.445	13.844
Obrinel S.A.	587.999.999	188.388	144.928	43.460	(8.808)	20.313

(c) A receita está sendo apresentada líquida do Hedge Accounting no montante de R$ 22.423 (R$8.767 em 31 de dezembro de 2020). (d) Os montantes apresentados nos quadros de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado estão líquidos de eliminação de contratos de arrendamentos dos ativos adquiridos na combinação de negócios. (e) Os valores apresentados estão proporcionais ao percentual de participação da Companhia nessas investidas (vide nota explicativa 1).

Balanço e DRE controladas em conjunto

	Baden 2021	Limday 2021	Limday 2020	Obrinel 2021	Obrinel 2020
Ativo circulante	5.259	14.409	13.210	16.658	11.398
Ativo não circulante	19.292	19.236	23.843	755.868	638.428
Total do ativo	24.551	33.645	37.053	772.526	649.826
Passivo circulante	416	2.684	4.343	38.098	26.685
Passivo não circulante	–	–	–	607.679	534.448
Patrimonio líquido	24.136	30.961	32.710	126.749	88.693
Total do passivo	24.552	33.645	37.053	772.526	649.826
Receita	3.408	11.020	31.075	46.652	41.455
Custo e Despesas	(5.256)	(2.238)	(23.342)	(52.547)	(59.429)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.848)	8.782	7.733	(5.895)	(17.974)

10.1 Combinação de negócios: A Companhia em conjunto as subsidiárias Cikelsol S.A. e Pricolpar S.A. ("Adquirentes"), concluíram a aquisição do segmento da operação logística da Imperial Logistics atuante na região Sul através dos Rios Paraguai e Paraná. A combinação de negócios foi concretizada em 16 de abril de 2021, a Companhia e as subsidiárias mencionadas acima passaram a ter controle pela aquisição de 100% da composição acionária da Imperial Shipping Paraguay S.A. ("ISP") e Imperial South America BV ("ISA"), bem como, a aquisição de ativos fixos mantidos pela Imperial Logistics, que são imprescindíveis para a operação logística mantida pela ISP. A combinação de negócios foi concretizada em 16 de abril de 2021, a Companhia e as subsidiárias mencionadas acima passaram a ter controle pela aquisição de 100% da composição acionária da Imperial Shipping Paraguay S.A. ("ISP") e Imperial South America BV ("ISA"), bem como, a aquisição de ativos fixos mantidos pela Imperial Logistics, que são imprescindíveis para a operação logística mantida pela ISP. A operação logística adquirida proporcionará ao Grupo Hidrovias a possibilidade de expansão dos seus negócios na região Sul, bem como, aumento da frota da capacidade para operar nesta região. Os gastos incorridos com essa aquisição no montante de R$ 445 na controladora e R$ 8.122 no consolidado foram reconhecidos no resultado do exercício. ***Contrapartida transferida:*** O preço foi de USD 88.863 mil e o preço ajustado pela probabilidade de atingimento da contraprestação contingente foi de USD 86.088 mil, a ser pago da seguinte forma: i) A contrapartida transferida no montante de USD 83.863 mil, no fechamento do contrato, à Imperial Logistics para adquirir o controle das empresas e ativos mencionados acima. A contrapartida transferida, convertida em reais pela taxa média na data de aquisição foi de R$ 472.363, valor este utilizado para alocação do preço pago na aquisição do negócio. ii) Contraprestação contingente adicional ("Custo de Aquisição de Negócios") de até USD 5.000 mil (valor justo em 31 de dezembro de 2021 é de USD 2.225 mil), a ser pago em quatro pagamentos individuais para cada ano calendário 2021, 2022, 2023 e 2024. Este pagamento está diretamente relacionado a fatores externos, a determinação deste leva em consideração fatores operacionais de níveis de navegação nos rios Paraná e Paraguai. O valor da contraprestação contingente adicional convertida em reais pela taxa média na data de aquisição foi de R$ 28.163 e R$ 12.532, respectivamente.

Contraprestação de compra, em milhares de dólares americandos	
Valor pago à vista	83.863
Valor da parcela contingente (Earn-out)	2.225
Total da contraprestação*	86.088

Análise do fluxo de caixa da aquisição, em milhares de dólares americandos	
Valor pago à vista	83.863
Caixa líquido adquirido da controlada	(2.878)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos**	80.985

*O valor corresponde a R$ 484.895, convertido em reais pela taxa média na data de aquisição; **O valor corresponde a R$ 456.148, convertido em reais pela taxa média na data de aquisição. *Mensuração da combinação de negócios:* Os ativos e passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a aquisição.

Valor reconhecido na aquisição	ISP	ISA	Ativos adquiridos	Eliminações	16/04/2021
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	2.679	13.530	–	–	16.209
Contas a receber	3.110	14.474	–	–	17.584
Estoques	6.104	–	–	–	6.104
Impostos a recuperar	6.468	3	–		6.471
Contas a receber de partes relacionadas	7.445	14.007	–	(21.452)	–
Ativo circulante	25.806	42.014	–	(21.452)	46.368
Outros ativos	3.170	–	–	–	3.170
Carteira de clientes*	–	19.229	–	–	19.229
Empurradores	–	–	263.037	–	263.037
Barcaças	–	–	238.424	–	238.424
Ativo não circulante	3.170	19.229	501.461	–	523.860
Ativo total	28.976	61.243	501.461	(21.452)	570.228
Passivo					
Fornecedores	9.575	–	–	–	9.575
Obrigações sociais e trabalhistas	3.330	–	–	–	3.330
Obrigações tributárias	116	–	–	–	116
Contas a pagar partes relacionadas	14.007	7.445	–	(21.452)	–
Outras contas a pagar	10.290	8.076	–	–	18.366
Passivo circulante	37.318	15.521	–	(21.452)	31.387
Total dos ativos identificáveis líquidos	(8.342)	45.722	501.461	–	538.841

(*) Valor da mais-valia dos ativos identificáveis

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R$53.946 referente a combinação de negócios detalhada acima foi reconhecido na data da aquisição sendo mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos e passivos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle.

Total dos ativos identificáveis líquidos	538.841
Contraprestação paga	(472.363)
Contraprestação contingente(**)	(12.532)
Resultado de compra vantajosa	53.946

(**) Conforme determinado pelo Contrato de compra e venda ("SPA") a parcela contingente será devida pela controlada indireta Cikelsol S.A.. (i) Ajuste ao valor justo. A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base em avaliações independentes, considerando os seguintes aspectos: Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais: estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis e outros ativos, não há expectativa de perda; Intangíveis: a avaliação preliminar resultou na atribuição de valor relacionado aos contratos com clientes ("Relacionamento com clientes"). O valor justo dos ativos intangíveis foi estimado conforme apresentados a seguir:

Item	R$	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Relacionamento com clientes Vida útil (3,7 anos)	19.232	Multi-period Excess Earnings Method (MPEEM)	Período de projeção: 3,7 anos, correspondente à duração dos contratos existentes Para o cálculo do valor presente do fluxo de caixa projetado do intangível, foi adotada uma taxa de desconto de 9,0%a.a., estimada com base no WACC calculado para a ISA.

Ativos adquiridos: corresponde a aquisição de 7 empurradores e 84 barcaças. Especialistas externos foram envolvidos na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos na data da combinação de negócios. A avaliação adotou uma política de realização de revisões técnicas e informações gerais de mercado para determinar quanto um comprador e vendedor dispostos considerariam um preço justo. Para avaliar a condição das embarcações, foi utilizada uma combinação de elementos, sendo as principais premissas: • Inspeções físicas de uma amostra da frota; • Revisão de relatórios de manutenção e relatórios earn-out, foram consideradas as médias históricas do nível do rio Paraguai nas quatro localidades estipuladas pelo SPA. A partir das médias históricas, foi construída uma matriz indicando o nível médio de água do rio para as quatro localidades, e a partir desta matriz foram calculados os possíveis pagamentos de earn-out, seguindo demonstrações de cálculo contidas no SPA. Os pagamentos de ear-out foram trazidos a valor presente descontados pelo custo médio de captação em USD da Companhia. **10.2 Aquisição Baden:** Em 16 de abril de 2021, a Companhia adquiriu 50% da participação da Baden S.A, sociedade anônima, cuja participação acionária é composta por dois acionistas por meio de controle conjunto, a empresa é situada na cidade Assunção, Paraguai, sendo uma sociedade anonima cujo principal objetivo é a administração e concessão da licença para operação no porto de Assunção no Paraguai. A contraprestação transferida para adquirir 50% da participação foi de R$12.047, a constituição da Baden resulta em um empreendimento em controle conjunto, sendo as decisões tomadas em conjunto e nenhum dos acionistas podem tomar decisões unilaterais para direcionar os negócios. No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, pelos seus valores contábeis, ajustados aos valores justos na data da aquisição.

Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.397
Clientes	366
Créditos tributários	2.816
Outros ativos	101
	4.680
Ativo não circulante	
Imobilizado	20.987
Intangível	5.233
Outros ativos	113
	26.333
Passivo circulante	
Fornecedores	473
Obrigações sociais	58
	531
Total dos ativos identificáveis líquidos	30.482
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos – 50%	15.241

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R$3.194 referente Baden S.A, foi reconhecido na data da aquisição sendo mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos e passivos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição da participação societária, conforme quadro a seguir:

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos – 50%	15.241
Contraprestação transferida	(12.047)
Ganho por compra vantajosa	3.194

(i) Ajuste ao valor justo: A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base em avaliações independentes, considerando os seguintes aspectos: Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais: estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda; Imobilizado**:** os ativos do Porto Baden são novos, com construção concluída em data próxima à aquisição, além disso, o contrato de concessão estabelece que estabelece que a Baden S.A. deverá proceder à restituição das instalações e benfeitorias sem ônus para a ANNP, ao término do contrato. Intangíveis: a avaliação preliminar resultou na atribuição de valor relacionado ao direito de exploração, operação, prestação de serviços e administração o terminal portuário, conforme tabela a seguir:

Item	R$	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Contrato de concessão Vida útil (15,8 anos)	2.616 (50%)	Multi-period Excess Earnings Method (MPEEM)	Período de projeção: até o final do contrato de concessão em Fev/37 Taxa de desconto: 12,4%

11. Imobilizado – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Controladora	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 2020	676	27	156	564	6.717	8.140
Adições	–	–	–	–	1.512	1.512
Transferências	437	1.618	24	4.426	(8.078)	(1.573)
Depreciação	(482)	(15)	(46)	(1.283)	–	(1.826)
Saldo em 2021	631	1.630	134	3.707	151	6.253
Custo histórico	2.975	1.786	446	6.204	151	11.562
Depreciação acumulada	(2.344)	(156)	(312)	(2.497)	–	(5.309)
Taxa anual de depreciação – %	10	10	10	25		

Controladora	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 2019	1.070	43	198	873	3.552	5.736
Adições	–	–	–	–	3.165	3.165
Depreciação	(394)	(16)	(42)	(309)	–	(761)
Saldo em 2020	676	27	156	564	6.717	8.140
Custo histórico	2.538	168	422	1.778	6.717	11.622
Depreciação acumulada	(1.862)	(141)	(265)	(1.214)	–	(3.482)
Taxa anual de depreciação – %	10	10	10	25	–	

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento (b)	Total
Saldo em 2020	85.452	487.487	9.604	369	239.680	1.984	207	2.181.256	349.565	3.355.604
Adições	–	–	50	273	2.410	514	709	520.390(a)	512.651	1.036.997
Transferências	–	10.903	23.933	1.980	58.877	8.540	–	103.977	(211.862)	(3.652)
Depreciação	–	(24.313)	(3.906)	(145)	(51.296)	(2.557)	(207)	(147.449)	–	(229.873)
Ajuste de conversão	–	–	937	46	2.578	58	103	94.722	(3.235)	95.209
Saldo em 2021	85.452	474.077	30.618	2.523	252.249	8.539	812	2.752.896	647.119	4.254.285
Custo histórico	85.452	605.788	40.608	3.151	476.074	14.580	1.675	3.481.517	647.119	5.355.964
Depreciação acumulada	–	(131.711)	(9.990)	(628)	(223.825)	(6.041)	(863)	(728.621)	–	(1.101.679)
Taxa anual de depreciação – %	–	4	10	10	10	25	20	4	–	

(a) O aumento apresentado para os ativos de empurradores, barcaças e navios são decorrentes do processo de combinação de negócios evidenciado na nota explicativa de combinação de negócios; e (b) Com relação ao imobilizado em andamento, o aumento é proveniente de projetos como o terminal de Santos e ativos necessários para utilização das barcaças, como por exemplo, os tampos.

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 2019	84.091	511.328	10.138	359	279.175	2.322	184	1.908.317	132.550	2.928.464
Adições	1.361	–	13	7	1.259	425	–	295	284.463	287.823
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	68.140	(68.140)	–
Depreciação	–	(23.841)	(1.657)	(71)	(43.562)	(840)	(25)	(119.567)	–	(189.563)
Ajuste de conversão	–	–	1.110	74	2.808	77	48	324.071	692	328.880
Saldo em 2020	85.452	487.487	9.604	369	239.680	1.984	207	2.181.256	349.565	3.355.604
Custo histórico	85.452	594.885	14.895	822	411.123	5.361	863	2.654.473	349.565	4.117.439
Depreciação acumulada	–	(107.398)	(5.291)	(453)	(171.443)	(3.377)	(656)	(473.217)	–	(761.835)
Taxa anual de depreciação – %	–	4	10	10	10	25	20	4	–	–

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "*impairment*" De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC que variou entre 13,2% a 7,5%, (9,8% a 5,4%, em 31 de dezembro de 2020) considerando parâmetros de mercado. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de "*Take or Pay*" de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação prevista para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 , a Administração realizou estudo e determinou que não existe necessidade de provisão para redução do saldo contábil.

12. Bem de direito de uso – A composição e movimentação do ativo de bem de direito de uso em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Controladora	Imóveis	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	–	–
Constituição	2.469	2.469
Amortização	(1.287)	(1.287)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.182	1.182

Controladora	Imóveis	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	1.101	1.101
Amortização	(1.101)	(1.101)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	–	–

Consolidado	Imóveis	Embarcações	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	131.229	25.885	157.114
Constituição	13.393	141.315	154.708
Baixas	–	(10.827)	(10.827)
Amortização	(9.340)	(74.119)	(83.459)
Ajuste de conversão	(281)	(9.675)	(9.956)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	135.001	72.579	207.580

Consolidado	Imóveis	Embarcações	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	5.954	26.580	32.534
Constituição	130.733	5.796	136.529
Amortização	(7.272)	(6.491)	(13.763)
Ajuste de conversão	1.814	–	1.814
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	131.229	25.885	157.114

Abaixo a movimentação do passivo de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180	164.747
Constituição	2.469	154.708
Juros e atualização monetária	142	6.520
Pagamento do principal	(1.564)	(81.925)
Baixas	–	(13.931)
Realização do ajuste a valor presente	–	6.555
Ajuste de conversão	–	(5.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.227	231.578
Circulante	1.227	69.942
Não circulante	–	161.636

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.149	32.775
Constituição	–	136.528
Juros e atualização monetária	91	3.467
Pagamento do principal	(1.060)	(18.675)
Realização do ajuste a valor presente	–	8.016
Ajuste de conversão	–	2.636
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180	164.747
Circulante	180	14.446
Não circulante	–	150.301

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2022	1.279	81.279
2023	–	31.599
2024	–	22.235
2025	–	20.870
2026	–	20.597
2027 em diante		304.987
Total	1.279	481.567
Juros e ajuste a valor presente	(52)	(249.989)
Passivo dos arrendamentos	1.227	231.578

A taxa média de desconto para ativos arrendados é de 9,4% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (9,4% p.a. para 31 de dezembro de 2020).

13. Intangível

Controladora	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Saldo em 2020	3.526	1.148	19.745	24.419
Adições	–	–	15.883	15.883
Transferências	6.345	–	(4.772)	1.573
Amortização	(3.481)	(164)	–	(3.645)
Saldo em 2021	6.390	984	30.856	38.230
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–
Custo histórico	33.328	1.711	30.856	65.895
Amortização acumulada	(26.938)	(727)	–	(27.665)

Controladora	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Saldo em 2019	8.515	1.312	2.379	12.206
Adições	–	–	17.366	17.366
Amortização	(4.989)	(164)	–	(5.153)
Saldo em 2020	3.526	1.148	19.745	24.419
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–
Custo histórico	26.983	1.711	19.745	48.439
Amortização acumulada	(23.457)	(563)	–	(24.020)

Consolidado	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo em 2020	8.309	218.426	73.121	23.059	–	322.915
Adições	63	21.845	–	21.321	100	43.329
Transferências	9.887	–		(6.234)		3.653
Amortização	(5.977)	(17.480)	–	–	(59)	(23.516)
Amortização – AVP**	–	775	–	–	–	775
Ajuste de conversão	292	–	–	(17)	10	285
Saldo em 2021	12.574	223.566	73.121	38.129	51	347.441
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–	20	–
Custo histórico	47.281	281.265	73.121	38.129	100	439.896
Amortização acumulada	(34.707)	(57.699)	–	–	(49)	(92.455)

(*) Amortização pelo prazo dos respectivos contratos; (**) Refere-se a amortização do ajuste ao valor presente da ourtorga do porto de Santos, contabilizada no resultado financeiro.

Consolidado	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Total
Saldo em 2019	14.611	135.656	73.121	4.741	228.129
Adições	46	95.710	–	18.473	114.229
Amortização	(6.440)	(12.940)	–	–	(19.380)
Ajuste de conversão	92	–	–	(155)	(63)
Saldo em 2020	8.309	218.426	73.121	23.059	322.915
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–	–
Custo histórico	36.568	258.645	73.121	23.059	391.393
Amortização acumulada	(28.259)	(40.219)	–	–	(68.478)

(*) Amortização pelo prazo dos respectivos contratos

(a) Ágio: O ágio gerado na aquisição dos ativos e passivos da "Log-In" no valor de R$73.121, pela controlada Cabotagem, fundamentado como rentabilidade futura das operações. Em 31 de dezembro de 2021, utilizando a premissa de cálculo sobre os fluxos de caixa futuros projetados, no período do contrato comercial e, aplicando a taxa de desconto, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "impairment". A Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, os ágios foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) de sua origem. O valor recuperável destas UGC foi baseado no valor justo, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir, sendo que os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC para cada UGC é 8,4% (5,4%, em 31 de dezembro de 2020) considerando parâmetros de mercado. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. Não foi considerada taxa de crescimento na perpetuidade. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de "*Take or Pay*" de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação prevista para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e atualizados pela taxa de inflação projetada. O valor recuperável estimado das UGCs foi superior ao seu valor contábil, assim, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "*impairment*". **(b) Contratos:** • Contrato de clientes adquirido pela controlada Cabotagem em dezembro de 2016 com duração de 18 anos para a prestação de serviço de navegação para transporte de Bauxita. O valor do contrato é amortizado com base na vigência do contrato. • Contrato de arrendamento adquirido pela controlada Hidrovias do Brasil – Administração Portuária Santos S.A. com duração de 25 anos a partir da data de assunção de 3 de março de 2020 no montante de R$112.500 referente a Outorga e ajuste a valor presente no valor de R$19.379, para a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, localizado dentro do Porto de Santos. A taxa média de desconto para esses ativos é de 9,38% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O valor do contrato é amortizado com base na vigência do contrato. O quadro abaixo demonstra a movimentação da obrigação constituída, por conta da Obrigação junto à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquáticos):

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.773
Constituição	–
Pagamento	(18.141)
Atualização monetária	6.765
Realização do ajuste a valor presente	3.876
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.273
Circulante	24.046
Não circulante	42.227

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	–
Constituição (*)	85.685
Ajuste a valor presente	(19.379)
Atualização monetária	4.237
Realização do ajuste a valor presente	3.230
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.773
Circulante	18.547
Não circulante	55.226

(*) Valor apresentado líquido da 1ª parcela do contrato de arrendamento adiantada em 2019 no valor de R$28.125

• A adição em 2021 refere-se a mais valia de relacionamento com clientes no montante de R$ 19.232 registrados em conjunto com a combinação de negócios detalhada na Nota explicativa 10.1 com vida útil estimada é de 3,7 anos. E mais valia de R$ 2.616 do contrato de concessão identificado em conjunto com a aquisição do investimento em controlada em conjunto, com vida útil estimada em 15,8 anos.

14. Fornecedores

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores registradas pelas controladas no Brasil	5.451	9.229	101.182	56.342
Fornecedores registradas pelas controladas no exterior	–	–	44.960	12.164
Total	5.451	9.229	146.142	68.506

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Tipo	Vencimento final	Taxa de juros – a.a.	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Controladora	Debêntures	out/2031	IPCA+6,0%	376.433	–	376.433	–
HB International Finance:	Bond 2025	jan/25	5,95%	–	–	865.578	3.054.182
	Bond 2013	fev/31	4,95%	–	–	2.742.860	–
HB Cabotagem:							
BNDES	Cédula de Crédito Bancária	mar/33	2,5%/3,9% + Ptax 800 BCB (USD)	–	–	654.060	666.485
HB Vila do Conde:							
Santander	Financiamento de Projetos	ago/25	4,99%	–	–	475	2.467
Total				376.433	–	4.639.406	3.723.134
Classificado como:							
Circulante				6.182	–	180.889	185.954
Não circulante				370.251	–	4.458.517	3.537.180

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

A movimentação, consolidada, dos empréstimos , financiamentos e debêntures consolidados é conforme segue:

Empresa	Saldo em 2020	Captação	Juros	Adição/ Custo Captação	Amortização/ Custo Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Ajuste de conversão	Efeito de Hedge	Variação Cambial	Saldo em 2021
Controladora (d)	–	380.000	7.276	(10.934)	91	–	–	–	–	–	376.433
Luxemburgo (b)	3.054.182	2.848.650	187.024	(113.441)	34.021	(2.423.988)	(192.229)	214.219	–	–	3.608.438
Vila do conde (c)	2.467	–	3.380	–	–	–	(3.161)	(2.211)	–	–	475
Cabotagem (a)	666.485	–	22.464	–	–	(59.620)	(22.355)	–	45.480	1.606	654.060
	3.723.134	3.228.650	220.144	(124.375)	34.112	(2.483.608)	(217.745)	212.008	45.480	1.606	4.639.406

Empresa	Saldo em 2019	Juros	Reversão/ Custo Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Recompra Bond	Ajuste de conversão	Variação Cambial	Efeito Hedge	Saldo em 2020
Luxemburgo (b)	2.454.044	184.132	5.336	–	(184.132)	(100.101)	694.903	–	–	3.054.182
Vila do conde (c)	1.952	3.096	–	–	–	–	(2.581)	–	–	2.467
Cabotagem (a)	529.073	22.239	–	(25.563)	(10.398)	–	–	2.438	148.696	666.485
Resflir	5.440	150	–	(6.943)	(164)	–	1.517	–	–	–
	2.990.509	209.617	5.336	(32.506)	(194.694)	(100.101)	693.839	2.438	148.696	3.723.134

Descrição dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures: a) Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia assumiu através da sua controlada indireta HB Cabotagem, em negociação com a Log-In, o contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito com o BNDES, no valor total de USD 144.644 mil que eram equivalentes a R$ 491.601, referente a aquisição de dois navios graneleiros, cujos pagamentos ocorrerão mensalmente com a liquidação final prevista para 10 de março de 2033. Estão dados em garantia os ativos adquiridos demonimados Tucunaré e Tambaqui. b) Em 24 de janeiro de 2018 a Companhia captou através de sua subsidiária em Luxemburgo um Bond no valor de USD 600.000 mil, com vencimento em 24 de janeiro de 2025. O valor contabilizado está líquido do custo de captação USD5.100 mil e será amortizado de acordo com a vigência do contrato. Parte dessa emissão foi recomprada com recursos de uma nova emissão conforme informado abaixo. Em 08 de fevereiro de 2021 a Companhia, através da sua subsidiária em Luxemburgo fez a emissão de um Bond no valor de USD 500.000 mil, com vencimento em 08 de fevereiro de 2031. Os recursos desta emissão foram usados para recomprar aproximadamente 75% do Bond 2025 emitido em 24 de janeiro de 2018. O valor contabilizado está líquido do custo de captação e será amortizado de acordo com a vigência do contrato.Tal operação está estruturada para a qualquer momento, por mera liberalidade ser liquidada com valores, títulos ou outros haveres cedidos em garantia. A referida nota é garantida integralmente por uma nota de crédito vinculada de igual valor, prazo e vencimento, contra a mesma contraparte. Ambos instrumentos podem ser resgatados de maneira vinculada e a qualquer momento pela Companhia. c) Em 22 de março de 2018 a Companhia captou, através de suas subsidiárias Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A. e Hidrovias do Brasil – Navegação Norte S.A. (as duas últimas, posteriormente incorporadas pela Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.) NCEs (Nota de Crédito à Exportação) com o Banco Santander, no montante total de R$1.120.734 (R$ 1.733.153 em 31 de dezembro de 2021), cuja nota possui pagamento de juros semestrais de 6,3% a.a, com vencimento em 21 de janeiro de 2025 (o valor apresentado no quadro está líquido da respectiva aplicação financeira no montante de R$1.732.678 em 31 de dezembro de 2021). Em maio de 2021 a Companhia aditou este contrato e a nota passou a ter juros de 4,99% a.a. e vencimento em 05 de agosto de 2025. d) Em 15 de outubro de 2021 a Companhia fez a sua primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$380.000, como emissão de Debentures Incentivadas realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, e prazo de vencimento de 7 anos contados da data de emissão para as debêntures da primeira série e 10 anos contados da data de emissão para as debêntures da segunda série. Os recursos captados com a emissão serão destinados para o projeto de implantação e adequação de infraestrutura do Terminal STS20 no Porto de Santos/SP. Garantias: Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidrovias do Brasil através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias. O Bond tem aval das empresas Hidrovias do Brasil S.A., Hidrovías del Sur S.A., Cikelsol S.A., Pricolpar S.A., Hidrovias del Paraguay S.A., Girocantex S.A., Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., e Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. Cláusulas restritivas: A Companhia, através de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas a alguns financiamentos e debentures, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais. Além dessas existem outras cláusulas não financeiras. A Controlada Cabotagem possui a seguinte cláusula: (i) manter o índice de capitalização maior ou igual a 25%. O índice de capitalização é dado pelo PL ajustado sobre ativo total. O PL ajustado é o PL excluindo as variações cambiais passivas e ativas, e (ii) manter o índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3. O ICSD é o Ebitda menos IR e CSSL e variação do capital de giro, excluindo caixa e dívida e os efeitos de variação cambial, sobre o serviço da dívida. Em 31 de dezembro 2021 as cláusulas da Controlada Cabotagem foram integralmente atingidas. Já a Controlada Hidrovias International Finance possui o covenant financeiro relacionado ao Bond 2031 de Alavancagem ("dívida líquida sobre ebitda"), que deve ser menor que 4,5x em 2021 e 2022, menor que 4,0x em 2023 e menor que 3,5x a partir de 2024, para que pagamentos de dividendos extraordinarios e novas dívidas possam ser ser contratadas. Em 31 de dezembro de 2021 as cláusulas da Controlada Hidrovias International Finance não foram atingidas devido ao teto ser de 4,5x. O não atingimento do covenant não acelera o pagamento da dívida e não causa default. Contudo, a Companhia não poderá levantar novas dívidas adicionais às permitidas pelas cláusulas restrivas do Bond 2031 ou pagar dividendos extraordinários (acima do montante mínimo). Apesar do mencionado não atingimento de covenant, a Companhia não espera impactos a curto e médio prazo em suas operações e acredita que não precisará de empréstimos ou capital de giro, além das permissões das cláusulas restritivas do Bond 2031, para cumprir suas obrigações. A Controladora possui o covenant financeiro relacionado à emissão de Debêntures em outubro de 2021, de Alavancagem ("dívida líquida sobre EBITDA"), que deve ser menor que (a) 4,5x em 2022, (b) 4,0x entre 1 janeiro de 2023 até dezembro de 2023 e (c) 3,5x a partir 1 de janeiro de 2024 até a Data de Vencimento. Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não atingiu dos os índices mencinoados acima. O não cumprimento do covenant não acelera o pagamento da dívida e não é considerado *default.* Contudo, a Companhia não poderá captar novas dívidas além daquelas permitidas pelas cláusulas restrivas da Escritura de Emissão da Debênture ou pagar dividendos extraordinários acima do montante mínimo. Apesar de não atingir o covenant, a Companhia não espera impactos a curto e médio prazo em suas operações e acredita que não precisará de empréstimos ou capital de giro, além das permissões das cláusulas restritivas da Escritura de Emissão da Debênture, para cumprir suas obrigações. Com a recompra do Bond 2025, este título não possui mais covenants financeiros. Recompra Bond: Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de junho de 2018, a Companhia pode realizar recompras do Bond 2025 pontualmente quando a oportunidade for adequada e desde que não exceda o montante total de USD 50.000 mil. Esse valor não configura uma oferta a mercado de recompra e possibilita uma oportunidade de liquidez a bondholders que eventualmente precisem de liquidez. Em decorrência da atual circunstância de mercado com a pandemia do corona vírus, o papel da Companhia teve seu preço reduzido no mercado secundário, o que possibilitou a avaliação de possíveis recompras. Desta forma, em decorrência da alta volatilidade do mercado, até 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou recompras de USD 24.850 mil. Vencimento das parcelas de longo prazo – consolidado: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	Controladora 2021	2020
13 a 24 meses	–	–
25 a 36 meses	–	–
37 a 48 meses	–	–
49 a 60 meses	–	–
A partir de 61 meses	370.251	–
Total	370.251	–

	Consolidado 2021	2020
13 a 24 meses	62.428	51.018
25 a 36 meses	61.976	53.608
37 a 48 meses	912.772	54.492
49 a 60 meses	62.353	3.110.445
A partir de 61 meses	3.358.988	267.617
Total	4.458.517	3.537.180

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Provisão para bônus e gratificações	8.181	13.709	14.257	23.284
Férias e encargos	3.811	1.569	13.331	8.782
INSS a recolher	920	1.072	3.112	2.865
IRRF a recolher	550	1.137	1.734	2.873
FGTS a recolher	131	337	199	1.259
Outros	393	–	1.123	397
Total	13.986	17.824	33.756	39.460

17. Processos judiciais – A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista e cível. Com base nas informações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R$ 5.479 na Controladora e R$ 22.334 no Consolidado (R$ 9.794 em 31 de dezembro de 2020). A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

Controladora	2020	Adições	Atualização	Baixas	2021
Tributário	–	5.479	–	–	5.479
	–	5.479	–	–	5.479

Consolidado	2020	Adições	Atualização	Baixas	Ajuste de conversão	2021
Trabalhista	9.791	5.689	1.110	(143)		16.447
Tributário	–	5.479	–	–		5.479
Cível	3	400	1	–	4	408
	9.794	11.568	1.111	(143)	4	22.334

Consolidado	2019	Adições	Baixas	2020
Trabalhista	5.884	4.320	(413)	9.791
Cível	–	3	–	3
	5.884	4.323	(413)	9.794

Os processos trabalhistas representam reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (adicional de navegação, diferenças salariais, verbas rescisórias, entre outras indenizações). **Contingências possíveis:** A Companhia e suas controladas é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é considerada provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja exigida para liquidar tais obrigações obrigação.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos	Natureza
Trabalhistas	Reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas, referente a pleitos como pagamento de adicional de navegação, diferenças salariais, verbas rescisórias, entre outras indenizações, que se encontram na esfera judicial ou administrativas, em fases processuais distintas. Em 31 de dezembro de 2021, o total de causas trabalhistas possíveis é de R$ 7.989 (R$ 10.065 em 31 de dezembro de 2020).
Cíveis	Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas possuiam um total de R$ 1.124 de processos de natureza cível, representado por ações de cobranças e indenização. (R$ 4.553 em 31 de dezembro de 2020).
Tributário	Processo administrativo iniciado em 14 de abril de 2021, pela Coordenadoria Regional de Administração Tributária ("CERAT") da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará no Município de Abaetetuba, a partir do Auto de Infração nº 062021510000007-1, por supostamente ter aplicado o diferimento do ICMS sem respaldo legal, em relação aos serviços de transporte de bauxita prestados pela Companhia à Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A. A controlada da Companhia alega que o cliente Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A. possui o benefício do diferimento do ICMS para o transporte no Estado do Pará, concedido de forma reiterada, desde 1993, inicialmente por meio da Lei nº 5.758 de 30/08/1993 do Estado do Pará, alterada pela Lei nº 6.307 de 17/07/2000 e por último, através da Resolução nº 14 de 10 de julho de 2015. Contudo o texto da referida Resolução nº14 não indica expressamente as empresas de transporte que prestam os serviços logísticos, como é o caso da Companhia, podem fazer uso do benefício do diferimento do ICMS. Em 21 de junho de 2021, a Companhia foi intimada sobre decisão integralmente favorável, a seu favor, em 1ª instância administrativa. Em razão disso, a Companhia entende possuir argumentos robustos para impugnar a supracitada infração. O montante relacionado ao auto de infração é de R$ 5.090 em 31 de dezembro de 2021. Em 21/06/21, foi proferida decisão julgando procedente a impugnação. Em razão da interposição de Recurso de Ofício, os autos foram remetidos ao TARF/PA para julgamento. Processo administrativo referente ao Auto de Infração nº 062017510000118-0/ Recurso Administrativo nº 062017730002578-0, iniciado em 8/10/2018, pela SEFA/PA, referente a crédito tributário de ICMS supostamente devido nos períodos entre julho e agosto de 2017, no montante de R$ 3.627 em 31 de dezembro de 2021. A SEFA/PA alega que a cobrança de débitos de ICMS sobre as prestações de serviço de transporte é devida por não reconhecer o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento previsto no art. 1º da Resolução nº 014/15 no montante de R$ 15.542. A Companhia defende que o STJ proferiu a Súmula nº 649 em 2021 que confirmou a isenção aplicável ao transporte de mercadorias destinadas ao exterior: "Não incide ICMS sobre o serviço de transporte interestadual de mercadorias destinadas ao exterior". Em 29/11/2021, aguarda-se julgamento do Recurso de Revisão após indeferimento do recurso involuntario. Mandando de Segurança em face da Prefeitura de Itaituba com pedido liminar para suspensão da exigibilidade do taxa de trânsito e circulação de veículos de grande porte no município e apresentação de Relatório Analítico mensal da movimentação de caminhões carregados no município (Lei Municipal nº 3.534/2020) proposta em 18/10/2021, com depósito do valor questionado no montante de R$ 2.400. A controlada da Companhia defende que o contribuinte previsto na legislação é a pessoa física ou jurídica que utiliza veículos de grande porte para transitar carregado dentro do território municipal, ou seja, o proprietário da carga sendo indevida a cobrança da controlada da Companhia. A liminar foi deferida 27/10/2021 em relação ao valor depositado e a apresentação do relatório. A controlada da Companhia entrou com embargos de declaração em relação à suspensão de exigibilidade do tributo de valores posteriores ao deposito e aguarda julgamento.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas, possuíam depósitos judiciais referentes a recolhimento de PIS e COFINS e ICMS de acordo com mandados de segurança, no valor de R$ 15.171 (R$ 13.734 em 31 de dezembro de 2020), R$ 27.040 e referentes à IR e INSS (R$ 27.040 em 31 de dezembro de 2020) por ação que discute exigibilidade dos impostos no âmbito do exercício de opção relacionados ao programa de Stock Options, R$ 2.407 referente à Mandando de Segurança em face da Prefeitura de Itaituba com pedido liminar para suspensão da exigibilidade do taxa de trânsito e circulação de veículos de grande porte no município e R$ 1.326 referentes à outros depósitos judiciais de processos de natureza cível e trabalhista.

18. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R$ 19.745 (R$ 14.622 em 31 de dezembro de 2020), sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais R$ 19.112 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo (R$ 14.184 em 31 de dezembro de 2020) e R$ 633 a benefícios de assistência médica (R$ 438 em 31 de dezembro de 2020). Os valores de partes relacionadas referem-se basicamente a transações financeiras sob condições contratuais, definidas internamente pela Companhia e sua controladas. Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas:

Controladora	Ativos 2021	Ativos 2020	Passivos 2021	Passivos 2020
Créditos com a controladora				
Girocantex S.A. (a)	–	–	(321)	(734)
Hidrovias del Sur S.A. (b)	3.556	10.271	–	(509)
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	–	8.928	–	(6.104)
Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda. (d)	171	–	–	(68)
Hidrovias do Brasil – Parcipação Portuária de Santos S.A..(e)	6.539	1.601	(94)	(36)
Hidrovias International Finance S.à.r.l	–	–	–	(46)
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. (d)	7.363	–	(1.140)	–
Hidrovias del Paraguay S.A	523	–	–	–
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A. (d)	1.382	–	–	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (d)	1.777	–	(175)	–
Pricolpar S.A.	–	–	(3)	–
Cikelsol S.A.	–	–	(112)	–
Dividendos	934	14.090	–	–
Mútuo (f)	5.787	–	(21.469)	(55.984)
Subtotal	28.032	34.890	(23.314)	(63.481)
Circulante	22.452	29.693	(1.724)	(63.481)
Não circulante	5.580	5.197	(21.590)	–

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores em conjunto:

Consolidado	Ativos 2021	Ativos 2020	Passivos 2021	Passivos 2020
Créditos com Joint Venture				
Obrinel	5.778	3.820	–	–
Não circulante	5.778	3.820	–	–

Garantias, depósitos caução e dividendos a pagar:

Consolidado	2021	2020	2021	2020
Garantias e depósito caução (d)	1.873	8.253	–	–
Dividendos a pagar	–	237	–	–
Subtotal	1.873	8.490	–	–

Resultado de operações com partes relacionadas:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas (despesas):				
Juros sobre mutuos	743	–	–	–
Reembolso de despesas (g)	(18.177)	–	–	–
Variação cambial sobre depósito caução (c)	1.227	(1.852)	1.227	(1.852)
Variação cambial sobre mutuo	(3.613)	(973)	(3.613)	(973)
Total	(19.820)	(2.825)	(2.386)	(2.825)

(a) Referem-se a gastos reembolsáveis com estruturação do financiamento para o Projeto Vale com a controlada indireta Girocantex no Brasil. (b) Refere-se aos juros com empréstimos com a controlada indireta Girocantex. (c) Conforme mencionado na Nota 8, referem-se a recursos financeiros concedidos para a Obrinel sem cobrança de juros, os quais serão liquidados após a comprovação de performance dos ativos e conclusão das instalações portuárias. Os resultados financeiros decorrentes de variação cambial são reconhecidos no resultado do exercício. (d) A Companhia e algumas de suas controladas utilizam-se de serviços administrativos compartilhados, pessoal, recursos tecnológicos e infraestrutura, como: (i) custos de folha de pagamento, (ii) estrutura de TI/software e (iii) custos de aluguel (iv) processamento de notas, contabilidade e auditoria, que são repassados entre as empresas do Grupo. (e) Refere-se a gastos com projeto de administração da sua controlada Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. (f) No ativo refere-se a mutuo com a controlada Resflir S.A, e no passivo e refere-se substancialmente a mútuo com Luxemburgo com vencimento em fevereiro de 2031, os juros estão apresentados resultado de operações com partes relacionadas. (g) Durante o exercício 2021, a Companhia registrou recuperação de custos referente a despesas compartilhadas detalhadas acima em (e).

19. Capital social – Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R$1.359.469 (R$ 1.359.469 em 31 de dezembro de 2020), representado por 760.382.643 (760.382.643 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 está detalhada a seguir

Acionistas	2021 Ações ordinárias	%	2020 Ações ordinárias	%
Pátria Infraestrutura – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	153.484.062	20,2	153.484.062	20,2
Patria Infraestrutura Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	8.745.834	1,1	8.745.834	1,1
Pátria Infraestrutura IV FIP Multiestratégia	78.500.846	10,3	–	–
Sommerville Investments B.V.	63.517.842	8,4	63.517.842	8,4
HBSA Co-Investimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	32.621.750	4,3	32.621.750	4,3
Verde Asset Management S.A	39.468.590	5,2	–	–
Outros (*)	384.043.719	50,5	502.013.155	66,0
Total	760.382.643	100	760.382.643	100

(*) Nenhum outro grupo de acionistas possui mais de 5% do capital da Companhia. Aumentos de capital: Em 1º de setembro de 2020 a Companhia realizou o aumento de capital de 11.771.978 novas ações ordinarias totalizando um aumento R$51.786. Em 25 de setembro de 2020, a Companhia realizou a sua oferta pública de distribuição secundária (IPO) de, inicialmente, 399.426.570 ações ordinárias, de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido nos documentos do IPO). O preço foi de R$7,56 por ação ordinária. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código HBSA3. Reserva legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Reserva de incentivo fiscal: De acordo com o estatuto da Companhia foi registrado no patrimônio líquido o incentivo fiscal conforme descrito na nota explicativa 30. Dividendos: Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76.

20. Resultado por ação – O resultado por ação diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no exercício, conforme quadro a seguir:

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(339.132)	(105.545)
Média ponderada de ações básicas	760.383	752.513
Prejuízo do exercício por lote de mil ações básicas	(0,4460)	(0,1403)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(339.132)	(105.545)
Média ponderada de ações básicas	760.383	752.513
Efeito diluitivo	–	4.721
Média ponderada de ações diluídas	760.383	757.234
Prejuízo do exercício por lote de mil ações diluídas	(0,4460)	(0,1394)

O prejuízo diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta, o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. Em 31 de dezembro de 2021, embora a Companhia possua um programa de opções de compras de ações, as ações correspondentes ao exercício futuro foram estimadas em valores inferiores ao valor de exercício, desta forma, foi considerado antidilutivo, razão pela qual o resultado por ação diluído ser igual ao básico.

21. Programas de incentivo de longo prazo – 21.1 Programa de opção de compra de ações: Em 27 de julho de 2016, foram aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária os termos do Plano de Outorga de Opções de Ações ("Plano"), que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores e profissionais estratégicos, com o objetivo principal de atração e retenção dos mesmos. O Plano substituiu o Plano de Opção de Compra de Ações originalmente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07 de dezembro de 2010. Os participantes indicados, observadas as regras e condições definidas a cada programa, receberam a oferta da opção de compra de ações em número definido pelo Conselho de Administração, e cada opção de compra atribui a seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos e nas condições do Plano e dos programas aprovados. Em 18 de outubro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou um aditamento ao Plano de Opção de Compra de Ações originalmente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2016, a fim de promover alterações nas regras de preço de exercício, no cálculo de correção do preço de exercício e outras modificações. A outorga desses programas ocorreu em fevereiro de 2019. A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas em seu Patrimônio Líquido, com contrapartida no resultado do exercício. O reconhecimento se deu proporcionalmente às vigências dos respectivos períodos de vesting (carência) dos lotes outorgados, registrando o montante acumulado de R$ 29.775 (R$29.775 em 2020). Não houve despesa reconhecida no resultado do exercício (R$17.049 em 2020). Como determina o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga (data de concessão) com base no modelo "Black-Scholes" de precificação de opções. Como premissas de cálculo dos programas de 2017, 2018 e 2019, foram utilizadas as seguintes definições: • Preço médio ponderado da ação na data de outorga: R$ 4,70. • Preço de Exercício das opções: Definido em função do programa (ver tabela a seguir). • Volatilidade esperada: 35,35%, A volatilidade esperada foi calculada por meio do desvio padrão da média dos retornos diários.das ações de um grupo de empresas comparáveis. Este grupo inclui a Rumo, Taesa, Alupar, Isa CTEEP, Kirby, SITC, Pacific Basin e Evergreen Marine. O histórico de pregões utilizados é similar ao prazo de vencimento das opções. • Prazo de vida da opção: 5 anos, segundo prazo contratualmente definido. • Dividendos esperados: não é necessário incluir o efeito dos dividendos, uma vez que a distribuição de dividendos reduz o preço de exercício das opções. • Inflação esperada: para o cálculo da correção do preço de exercício foi utilizada uma estimativa de inflação de 4,2% a.a. com base no NTNB com vencimento próximo ao prazo de vencimento da opção. • Taxa de juros livre de risco: foi estimada taxa de 8,31% com base na projeção da curva DI para a data de vencimento das opções. Em 1º de setembro de 2020 foram subscritas 11.771.978 novas ações ordinárias, através da integralização do valor de R$ 51.786. As opções foram exercidas a um Preço Médio de Exercício de R$ 4,40, representando um total de 41% das ações "vestidas" até o momento, que são parte integrante dos planos outorgados que detalhamos abaixo:

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (*)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2010/1ª	07/12/2011	31/03/2024	1,00	500.000	–	259.500	240.500	1,13
2010/1ª	07/12/2012	31/03/2024	1,00	500.000	–	259.500	240.500	1,27
2010/1ª	07/12/2013	31/03/2024	1,00	500.000	–	259.500	240.500	1,43
2010/1ª	07/12/2014	31/03/2024	1,00	500.000	–	259.500	240.500	1,61
			Total Plano de 2010	**2.000.000**	**–**	**1.038.000**	**962.000**	

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (*)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2011/1ª	10/05/2012	31/03/2024	1,00	25.000	–	12.975	12.025	1,17
2011/1ª	10/05/2013	31/03/2024	1,00	25.000	–	12.975	12.025	1,31
2011/1ª	10/05/2014	31/03/2024	1,00	25.000	–	12.975	12.025	1,47
2011/1ª	10/05/2015	31/03/2024	1,00	25.000	–	12.975	12.025	1,65
			Total Plano de 2011	**100.000**	**–**	**51.900**	**48.100**	

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (*)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2012/1ª	26/05/2013	31/03/2024	1,14	338.750	125.000	82.593	131.157	1,37
2012/1ª	26/05/2014	31/03/2024	1,14	338.750	125.000	82.593	131.157	1,54
2012/1ª	26/05/2015	31/03/2024	1,14	338.750	125.000	82.594	131.156	1,73
2012/1ª	26/05/2016	31/03/2024	1,14	338.750	157.500	82.595	98.655	1,93
2012/2ª	10/08/2013	31/03/2024	1,28	100.000	–	60.000	40.000	1,56
2012/2ª	10/08/2014	31/03/2024	1,28	100.000	–	60.000	40.000	1,75
2012/2ª	10/08/2015	31/03/2024	1,28	100.000	–	60.000	40.000	1,98
2012/2ª	10/08/2016	31/03/2024	1,28	100.000	–	60.000	40.000	2,23
			Total Plano de 2012	**1.755.000**	**532.500**	**570.375**	**652.125**	

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (*)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2013/1ª	31/03/2014	31/03/2024	1,41	275.234	30.090	93.460	151.684	1,77
2013/1ª	31/03/2015	31/03/2024	1,41	275.234	30.090	93.460	151.684	2,01
2013/1ª	31/03/2016	31/03/2024	1,41	275.233	35.400	93.460	146.373	2,25
2013/1ª	31/03/2017	31/03/2024	1,41	275.233	76.110	93.360	105.763	2,54
			Total Plano de 2013	**1.100.934**	**171.690**	**373.740**	**555.504**	

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (*)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2014/1ª	31/03/2015	31/03/2024	1,68	555.750		219.034	336.716	2,20
2014/1ª	31/03/2016	31/03/2024	1,68	555.750	4.500	219.034	332.216	2,47
2014/1ª	31/03/2017	31/03/2024	1,68	555.750	58.500	218.884	278.366	2,80
2014/1ª	31/03/2018	31/03/2024	1,68	555.750	58.500	218.884	278.366	3,15
			Total Plano de 2014	**2.223.000**	**121.500**	**875.836**	**1.225.664**	

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (*)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2016 A/1ª	27/07/2016	31/03/2024	3,64	889.295	–	386.076	503.219	0,00
2016 A/1ª	31/03/2017	31/03/2024	3,64	889.295	78.642	385.976	424.677	0,93
2016 A/1ª	31/03/2018	31/03/2024	3,64	889.295	78.642	385.976	424.677	1,06
2016 A/1ª	31/03/2019	31/03/2024	3,64	889.295	134.520	382.993	371.782	1,14
			Total Plano de 2016 A	**3.557.180**	**291.804**	**1.541.021**	**1.724.355**	

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (*)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2016 B/1ª	31/03/2017	31/03/2024	3,48	720.330	55.675	305.281	359.374	1,06
2016 B/1ª	31/03/2018	31/03/2024	3,48	720.330	55.675	305.281	359.374	1,17
2016 B/1ª	31/03/2019	31/03/2024	3,48	720.330	86.206	304.420	329.704	1,24
2016 B/1ª	31/03/2020	31/03/2024	3,48	720.330	122.125	292.370	305.835	1,30
			Total Plano de 2016 B	**2.881.320**	**319.681**	**1.207.352**	**1.354.287**	

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (***)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2017	31/03/2018	31/03/2024	3,62	793.750	–	380.751	412.999	1,66
2017	31/03/2019	31/03/2024	3,62	793.750	–	380.751	412.999	1,66
2017	31/03/2020	31/03/2024	3,62	793.750	56.250	359.815	377.685	1,66
2017	31/03/2021	31/03/2024	3,62	793.750	56.250		737.500	1,66
			Total Plano de 2017	**3.175.000**	**112.500**	**1.121.317**	**1.941.183**	

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (***)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2018	01/02/2019	31/03/2024	4,70	1.400.000	–	712.781	687.219	1,33
2018	01/02/2020	31/03/2024	4,70	1.400.000	62.500	687.781	649.719	1,33
2018	50% Mediante evento de liquidez	31/03/2024	4,70	2.800.000	125.000	1.375.563	1.299.437	1,33
			Total Plano de 2018	**5.600.000**	**187.500**	**2.776.125**	**2.636.375**	**1,33**

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (***)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2019	13/02/2020	31/03/2024	4,70	1.500.000	–	738.770	761.230	1,37
2019	13/02/2021	31/03/2024	4,70	1.500.000	–		1.500.000	1,37
2019	50% Mediante evento de liquidez	31/03/2024	4,70	3.000.000	–	1.477.542	1.522.458	1,37
			Total Plano de 2019	**6.000.000**	**–**	**2.216.312**	**3.783.688**	**1,37**
			Total	**28.392.434**	**1.737.175**	**11.771.978**	**14.883.281**	

(*) Valor de exercício na data da outorga. O preço do exercício é corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano. (**) Valor justo na data da outorga. (***) Valor de exercício na data da outorga. O preço do exercício é corrigido pelo IPCA. Plano atual aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia com data limite de exercício em 31/03/2024. **21.2 Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas:** Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral da Companhia o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Hidrovias do Brasil S.A. ("ILP"), que tem como finalidade: • Atrair e reter os administradores e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas; • Conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e • Desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, obedecidas as condições gerais do ILP e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia. No referido plano, os participantes terão direito a receber 4% do valor correspondente à valorização da Companhia em relação ao valor da ação no IPO (R$ 7,56 – sete reais e cinquenta e seis centavos), desde que respeitadas as condições de carência. Este *pool* está dividido entre os beneficiários conforme estratégia de remuneração da Companhia, e será entregue na forma de ações, considerando o valor da ação no momento do pagamento. No caso de não haver valorização no valor das ações da companhia no momento de apuração do valor a ser pago anualmente, aquele valor é acumulado e pode ser pago em exercícios futuros. Na hipótese de desligamento do participante do ILP, o direto às ações restritas a ele conferidas de acordo com o plano poderá ser extinto ou modificado, conforme vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas e Contratos de Outorga. A transferência das Ações Restritas para o participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no ILP, no Programa e nos Contratos de Outorga, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em si não garante ao participante quaisquer direitos sobre as ações restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.O primeiro programa do Plano de ILP foi outorgado em 08 de Novembro de 2021, sendo esta a data de referência para o cálculo do valor justo do programa. Para permitir refletir o efeito da variação das condições de performance das ações da Companhia no valor pago e quantidade de ações entregues aos participantes, foi necessária a utilização do modelo de Simulação de Monte Carlo. Mais especificamente, a Companhia considerou o modelo "Simulação de Monte Carlo" com 100.000 simulações, tomando-se como base o preço de ação na data de 08/11/2021, R$2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos) e considerando a médias dos 20 (vinte) pregões anteriores, para o cálculo do ganho médio por ação obtido por ano. Como premissas de cálculo do ILP, foram utilizadas as seguintes definições:

Bloco	Lote	Preço da ação	Parâmetro de cálculo do delta ganho	Volatilidade	Taxa de Juros Livre de Risco (a.a.)	Data de Carência	Data de Expiração
1	1	R$ 2,82	R$ 7,56	45,60%	11,715%	28/09/2022	28/09/2022
1	2	R$ 2,82	R$ 7,56	45,60%	11,715%	28/09/2023	28/09/2023
1	3	R$ 2,82	R$ 7,56	45,60%	11,715%	28/09/2024	28/09/2024
2	1	R$ 2,82	R$ 7,56	44,81%	12,325%	28/09/2023	28/09/2023
2	2	R$ 2,82	R$ 7,56	44,81%	12,325%	28/09/2024	28/09/2024
2	3	R$ 2,82	R$ 7,56	44,81%	12,325%	28/09/2025	28/09/2025
3	1	R$ 2,82	R$ 7,56	42,11%	12,165%	28/09/2024	28/09/2024
3	2	R$ 2,82	R$ 7,56	42,11%	12,165%	28/09/2025	28/09/2025
3	3	R$ 2,82	R$ 7,56	42,11%	12,165%	28/09/2026	28/09/2026
4	1	R$ 2,82	R$ 7,56	42,22%	12,080%	28/09/2025	28/09/2025
4	2	R$ 2,82	R$ 7,56	42,22%	12,080%	28/09/2026	28/09/2026
4	3	R$ 2,82	R$ 7,56	42,22%	12,080%	28/09/2027	28/09/2027
5	1	R$ 2,82	R$ 7,56	42,31%	12,030%	28/09/2026	28/09/2026
5	2	R$ 2,82	R$ 7,56	42,31%	12,030%	28/09/2027	28/09/2027
5	3	R$ 2,82	R$ 7,56	42,31%	12,030%	28/09/2022	28/09/2022

A Companhia reconheceu os efeitos do ILP em seu Patrimônio Líquido, com contrapartida no resultado do exercício. O reconhecimento se deu proporcionalmente às vigências dos respectivos períodos de vesting (carência), registrando o montante acumulado de R$ 695.

22. Compromissos e garantias – Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com os nossos clientes com requisitos mínimos de volume e taxas fixas de frete. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto. A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo com os seguintes clientes: 1. VALE, no Corredor Sul, com validade de 25 anos a partir de maio de 2014. 2. SODRU, no Corredor Sul, com validade de 8 anos a partir de março de 2014. 3. COFCO, no Corredor Sul, com validade inicial de 5 anos a partir de fevereiro de 2014, estendido para dezembro de 2024. 4. SODRU, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de fevereiro de 2017 (estendido para 2029). 5. COFCO, no Corredor Norte, com validade de 15 anos a partir de 2016 (estendido para 2031). 6. ALUNORTE, no Corredor Norte, com validade de 25 anos a partir de 2010 (adquirido em 2016). 7. SALINOR, no Corredor Norte, com validade de 20 anos a partir do início da operação em 2021. Em 17 de setembro de 2018, a antiga HB Navegação Norte hoje incorporada na controlada indireta HB Vila do Conde, firmou contratos de arrendamento operacional dos empurradores Don Antonio e HB Draco, de propriedade respetivamente das controladas indiretas Pricolpar S.A. Cikelsol S.A., pelo prazo de 64 meses, contados a partir do dia 11 de fevereiro de 2019. A HB Navegação Norte e HB Miritituba foram incorporadas em 1º de janeiro de 2019 pela HB Vila do Conde. A empresa e suas controladas possuem fianças referentes a garantias junto a órgãos reguladores, manutenção e docagem de alguns ativos e para outras atividades operacionais registradas em instituições financeiras que a empresa e suas controladas possuem relacionamento.

23. Receita operacional

	Consolidado 2021	2020
Corredor Sul (a):		
Serviços de transporte	422.890	484.208
Corredor Norte:		
Serviços de elevação	215.970	183.304
Serviços de transbordo	73.501	64.827
Serviços de transporte*	277.854	608.373
Serviços de intermediação	30.808	27.452
Outras receitas	9.535	–
Cabotagem:		
Serviços de cabotagem	264.870	239.220
Santos:		
Serviços de elevação	27.493	46.589
Subtotal	900.031	1.169.765
Total da receita bruta	1.322.921	1.653.973
ISS	(15.141)	(16.224)
PIS	(8.164)	(5.904)
COFINS	(49.332)	(27.259)
ICMS	(1.539)	(3.390)
Subtotal dos impostos	(74.176)	(52.777)
Hedge Accounting	(133.328)	(139.093)
Total da receita	1.115.417	1.462.103

*A Companhia busca criar soluções logísticas customizadas para seus clientes e como forma de viabilizar o escoamento de grãos para players menores e menos estruturados, subcontrata o transporte rodoviário e faz o repasse total desse custo, gerando resultado neutro. Conforme as operações de tais clientes ficam maiores e mais estruturadas, observa-se menor demanda por esse serviço e, com isso, a redução da Receita Operacional de "Transporte Rodoviário (OTM)" e seus respectivos custos. Conforme mencionado anteriormente na nota explicativa nº 6.1, existe uma certa concentração das receitas operacionais, sendo assim distribuídas como: Cliente A 19,21% (20,8% em 31 de dezembro de 2020; ii) B 28,87% (18,3% em 31 de dezembro de 2020, iii) C 19,37% (10,4% em 31 de dezembro de 2020) e representam em sua totalidade aproximadamente 67,45% da receita total (49,5% em 31 de dezembro de 2020). Nenhum outro cliente representa mais de 10% da receita consolidada.

24. Custos e despesas por natureza – 24.1 Custos de serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Salários, encargos e benefícios	(42.068)	(69.509)	(238.938)	(233.688)
Depreciações e amortizações	(10.941)	(7.422)	(337.999)	(223.755)
Manutenção	(28)	(50)	(48.782)	(42.147)
Combustível	–	–	(180.182)	(123.259)
Serviços de terceiros	(15.420)	(28.489)	(75.677)	(75.291)
Aluguéis	–	(225)	(24.813)	(39.923)
Fretes (*)	–	–	(1.054)	(352.572)
Viagens e Passagens	(1.042)	(1.045)	(7.785)	(6.517)
Amarradeiro	–	–	(26.692)	(25.255)
Copa e cozinha	(31)	(15)	(8.511)	(6.561)
Agenciadores	–	–	(18.603)	(14.133)
Operacionais e segurança	–	–	(14.320)	(16.417)
Taxas diversas	(365)	(916)	(14.068)	(8.793)
Materiais operacionais	(25)	(66)	(190)	(171)
Processos judiciais	–	(22)	(6.108)	(8.401)
Pilotagem exterior	–	–	(29.721)	(27.991)
Provisão para risco de créditos	–	–	(141)	(2.750)
Outras (despesas) receitas	(2.386)	(1.489)	(87.627)	(80.326)
Total	(72.306)	(109.248)	(1.121.211)	(1.287.950)
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	–	–	(880.774)	(1.089.606)
Gerais e administrativas	(72.306)	(109.248)	(240.437)	(198.344)
Total	(72.306)	(109.248)	(1.121.211)	(1.287.950)

(*) Refere-se a contratação de serviços de frete rodoviário como parte da solução multimodal (OTM), essa modalidade contempla a origem das cargas até seu destino final através dos modais Rodoviário e Aquaviário. **24.2 Outras Despesas/Receitas**

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Créditos extemporâneos de PIS/COFINS	–	–	12.793	6.468
AFRMM (a)	–	–	11.340	15.336
Varredura (b)	–	–	16.387	13.700
Resultado de compra vantajosa (c)	32.298	–	57.140	–
Provisão para perda de impostos prescritos (d)	–	–	(31.234)	–
Prêmio recebido (e)	–	–	12.457	–
Indenização de seguros	–	–	12.667	–
Reversão de earn-out (f)	–	–	3.488	–
Outros	121	–	1.051	(1.634)
Total	32.419	–	96.089	33.870

(a) O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor. A Companhia utiliza este benefício em sua operação de cabotagem conforme detalhado na nota explicativa 30. (b) Receita de varredura decorrente da operação nos terminais portuários. (c) Resultado da compra vantajosa decorrentes do processo de combinação de negócios evidenciado na nota explicativa 10.1 e compra vantajosa na aquisição de participação em controlada em conjunto. (d) Em 2021 a Companhia revisou a expectativa de recuperabilidade dos créditos de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de suas controladas no exterior e constituiu provisão para perda devido a baixa espectativa de recuperabilidade de tais montantes. (e) Refere-se a prêmio recebido de cliente, conforme previsão contratual. (f) Refere-se a reversão da parecela de 2021 do earn-out na aquisição da ISP e ISA, no montante de R$ 3.488 devido ao não atingimento das metas operacionais para o ano calendário.

25. Resultado financeiro

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Receitas:				
Rendas de aplicações financeiras	3.027	264	6.284	7.879
Pis e Cofins sobre receita financeira	(156)	(90)	(446)	(250)
Atualizações monetárias e cambiais	1.261	–	–	–
Ganhos com investimentos (*)	4.491	–	26.410	36.862
Outras	333	2.152	2.894	9.930
Total	8.956	2.326	35.142	54.421
Despesas:				
Juros s/ empréstimos	(8.477)	–	(238.546)	(209.617)
Mora	(3)	(2)	(334)	(391)
Custo de captação	(121)	(203)	(106.333)	(5.336)
Atualizações monetárias e cambiais	–	(715)	(57.413)	(88.502)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(164)	(415)	(3.317)	(1.601)
Perdas com investimentos (*)	–	(1.238)	–	–
Processos judiciais(**)	(5.479)	–	(5.479)	–
Outras	(590)	(460)	(11.989)	–
	(14.834)	(3.033)	(423.411)	(305.447)
Resultado financeiro líquido	(5.878)	(707)	(388.269)	(251.026)

(*) Ganhos ou perdas relacionados a fundos de investimentos expostos à variação do Dólar Americano. (**) Provisão para contingência de processo judicial que visa afastar as disposições do Decreto nº 8.426/2015 e do Art. 27 da Lei nº 10.865/2004, assegurando a aplicação do regime jurídico anterior, baseado no Decreto nº 5.442/2005, que fixa alíquota zero de PIS e COFINS para as receitas financeiras.

26. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

… continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

computado sobre o lucro tributável pela alíquota nominal de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota nominal de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. que, em se apresentando Lucro Tributário, tem a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização. Para o ano calendário 2021, a Companhia optou pela apuração do Lucro Real através da metodologia Anual, conforme apresentado nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais encaminhadas à Receita Federal do Brasil, por este motivo no quadro a seguir são apresentadas as demonstrações dos cálculos do IRPJ e CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(344.281)	(95.232)	(298.645)	(48.365)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à Aliquota Nominal	117.056	32.379	101.539	16.444
Ajustes Permanentes:				
Equivalência patrimonial	(101.495)	5.006	(228)	(1.823)
Lucros no exterior	(4.602)	(51.380)	(4.602)	(27.566)
Despesas Indedutíveis	(5.810)	(9.365)	(16.458)	(11.472)
Outros Ajustes:				
Subvenção Governamental	–	–	16.981	11.019
Imposto diferido s/ diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos	–	–	(144.701)	(49.597)
Diferença s/ alíquota na mensuração de impostos diferidos	–	–	(3.929)	(8.318)
Imposto diferido sobre receita realizada do hedge accouting			16.913	–
Imposto diferido reconhecido de exercícios anteriores	–	12.090	–	12.312
Programa de alimentação do trabalhador	–	202	1.044	1.061
Doações Incentivadas	–	–	500	–
Programa de licença maternidade	–	–	24	5
Impostos Pagos no Exterior	–	755	(7.570)	755
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.149	(10.313)	(40.487)	(57.180)
Impostos Correntes	(140)	(18.856)	(64.272)	(68.291)
Impostos Diferidos	5.289	8.543	23.785	11.111
	5.149	(10.313)	(40.487)	(57.180)
Alíquota Efetiva	1,5%	–	–	–

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos em 2021 sobre os saldos acumulados de diferenças temporárias e prejuízo fiscal, até 31 de dezembro de 2021, para as empresas Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. e Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda., sendo estas controladas desta Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, à alíquota de 6,25% de IRPJ (redução de 75%) e 9% de CSLL totalizando uma alíquota nominal de 15,25%, baseando-se no lucro da exploração que é um incentivo fiscal da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, aplicável para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. e, para a empresa Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. é reconhecido à alíquota de 25% de IRPJ e 9% de CSLL totalizando 34%, alinhados com a legislação vigente. A rubrica de Variação Cambial é apresentada como consequência da adoção da tributação das variações cambiais pela metodologia de caixa, ao qual o efeito de tais ajustes, no LALUR/LACS, é o reconhecimento de ativo diferido nas controladas Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. e Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. A controlada Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. também apresenta passivo diferido constituído sobre um dano patrimonial recebido em 2018. Parte dos Impostos Diferidos, no montante de R$ 5.238, foram reconhecidos no Patrimônio Líquido, pois suas controladas possuem instrumento financeiro não derivativo, pela qual a parcela correspondente do IRPJ e CSLL diferidos é contabilizada em Outros Resultados Abrangentes. Para as demais empresas do grupo, a Companhia entende que, neste momento, as empresas do grupo ao qual detém Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas de CSLL, bem como os ajustes temporários, ainda não possuem histórico de compensações tributárias, fazendo com que ainda não seja possível o reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos no montante de R$ 17.407. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados mensalmente, sendo movimentados conforme suas respectivas compensações ou caso sua realização não seja mais provável.

	Consolidado			Consolidado
	2021			2020
	Valor Líquido	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido
Provisão bônus	3.467	3.467	–	5.691
Provisão fornecedores	643	643	–	548
Provisão combustível	153	153	–	329
Outras provisões	2.038	2.038	–	1.179
Outras provisões operacionais	6.841	6.841	–	4.896
Contingências trabalhistas	2.515	2.515	–	1.493
Contingências judicial	1.864	1.864	–	–
Provisão de encargos – ILP	129	129	–	–
Pis – exigibilidade Suspensa	242	242	–	242
Cofins – exigibilidade Suspensa	1.300	1.300	–	1.300
Perda na renda variável	537	537	–	537
Prejuízo fiscal	11.950	11.950	–	190
Base negativa	4.600	4.600	–	–
Variação cambial	196.250	196.250	–	173.971
Leasing financeiro	474	474	–	272
Juros a capitalizar	(4.312)	–	(4.312)	–
Deságio – ganho proveniente de compra vantajosa	(10.981)	–	(10.981)	–
Dano patrimonial	(39.825)	–	(39.825)	(41.786)
Impostos Ativos (passivos) antes da compensação	177.885	233.003	(55.118)	148.862
Compensação de Imposto		(55.118)	55.118	
Saldos Líquidos Apresentados no Ativo/Passivo		177.885	–	

A movimentação, no exercício, do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo Inicial	148.862	46.718
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	23.785	11.111
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	5.238	91.033
Saldo Final	177.885	148.862

27. Instrumentos financeiros – 27.1. Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, os valores justos estimados dos instrumentos são os mesmos dos valores contabilizados exceto para empréstimos financiamentos e debêntures, conforme segue:

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	103.381	87.728	582.562	816.044
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	937	1.441	76.454	214.848
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	–	–	13.295	14.952
Garantia e depósito caução	Nível 2	2.179	9.100	2.210	9.491
Contas a receber	Nível 2	–	–	251.020	154.252
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	27.098	20.800	5.778	3.820
Dividendos	Nível 2	934	14.090	–	–
Passivos					
Passivo pelo custo amortizado:					
Fornecedores	Nível 2	5.451	9.229	146.142	68.506
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2	23.314	63.481	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	376.433	–	4.639.406	3.723.134
Dividendos a pagar	Nível 2	–	–	–	237

Nota: A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **27.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:** Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, segregados entre ativos classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, e passivos classificados por meio do custo amortizado. São substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2021, exceto para empréstimos, financiamentos e debêntures que possuem hedge accounting e estão apresentados a seguir.

		Consolidado			
		Valor Justo		Valor Contábil	
		2021	2020	2021	2020
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa		76.454	214.848	76.454	214.848
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	582.562	816.044	582.562	816.044
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	13.295	14.952	13.295	14.952
Garantia e depósito caução	Nível 2	2.210	9.491	2.210	9.491
Contas a receber	Nível 2	251.020	154.252	251.020	154.252
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	5.778	3.820	5.778	3.820
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	146.142	68.506	146.142	68.506
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	4.436.928	3.891.633	4.639.406	3.723.134
Dividendos a pagar	Nível 2	–	237	–	237

27.3. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos: A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia e suas controladas. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. **27.4. Gerenciamento de riscos:** Gerenciamento de risco financeiro: *Visão geral:* Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia e suas controladas tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito, • Risco de liquidez, • Risco de taxas de câmbio, • Atividade de Hedge, e • Risco de taxa de juros. A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Estrutura de gerenciamento de risco: *Risco de crédito:* É o risco de a Companhia e suas controladas, conforme nota explicativa 22, sofrerem perdas financeiras caso uma contraparte não cumpra uma obrigação prevista em contrato. A companhia esta exposta principalmente em atividades operacionais (com recebíveis de clientes) e atividades de investimento (através das aplicações financeiras). Conforme mencionado em nota explicativa nº 6 a Companhia após análise e aplicabilidade das políticas de contas a receber não possui perda relevante para suas demonstrações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão e as aplicações financeiras são direcionadas pela Tesouraria da companhia de acordo com a Política estabelecida afim de reduzir o risco financeiro da empresa. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Quanto aos Instrumentos Financeiros, a Companhia esta exposta principalmente em Caixa e Equivalentes de Caixa e Titulos e Valores Mobiliarios e portanto restringe a exposição à Instituições Financeiras de primeira linha, com classificação "investment grade" pelas agencias de risco amplamente aceitas no mercado além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das informações intermediárias contábeis são:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	937	1.441	76.454	214.848
Contas a receber	–	–	251.020	154.252
Títulos e valores mobiliários	103.381	87.728	582.562	816.044
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	13.295	14.952
Créditos com partes relacionadas	27.098	20.800	5.778	3.820
Garantia e depósito caução	2.179	9.100	2.210	9.491
Dividendos	934	14.090	–	–
Total	134.529	133.159	931.319	1.213.407

Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa (Caixa e Equivalentes de Caixa e Titulos e Valores Mobiliarios) para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas possuem as respectivas obrigações:

Risco de Liquidez	Consolidado 2021			
	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores (Nota 14)	146.142	–	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)(*)	294.872	298.987	300.423	6.159.509
Arrendamentos a pagar (Nota 12)(*)	81.279	31.599	22.235	346.454

(*) O valor possui juros contratuais. *Risco de taxas de câmbio:* Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas. As transações que sofrem oscilações são a parcela do Bond destinada a operação do corredor norte e as operações e financiamento da HB Cabotagem. A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem. Conforme determinado pelo IFRS 9 (equivalente ao CPC 48), o objetivo da contabilização de hedge é representar nas demonstrações financeiras, o efeito das atividades de gerenciamento de risco da entidade que utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado. Essa abordagem destina-se a transmitir o contexto de instrumentos de hedge para os quais deve ser aplicada a contabilização de hedge para permitir a compreensão de seus fins e efeitos. **Hedge Accounting Bond:** • Estruturação da operação de Hedge accounting: Para estruturar a operação, a Companhia definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de fretamento marítimo na modalidade Take or Pay, fixado em dólar norte-americano, originado por sua controlada indireta Girocantex. A Companhia também está exposta a variação cambial decorrente da emissão de Bonds no valor de USD 600.000 mil com remuneração semestral de 5,95% a.a. e prazo de vencimento de 7 anos partir de 02 de maio de 2018, através de sua controlada direta Hidrovias Internacional. A Companhia realizou recompras no total de USD 24.850 mil , que reduzem sua dívida bruta neste mesmo montante. Tanto as receitas em moeda estrangeira quanto as dívidas decorrentes da emissão dos Bonds estão expostas a risco de mesma natureza, e desta forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizará parte do valor do principal do Bond emitido em USD como um instrumento de hedge para proteção de parte de sua receita futura em USD, altamente provável. • Objetivo e estratégia da gestão de risco: As receitas futuras previstas e altamente prováveis, provenientes da operação de Take or Pay da Girocantex expõe a Companhia a riscos de mercado que envolvem flutuações na taxa de câmbio Real (BRL) contra Dólar norte-americano (USD), uma vez que a moeda funcional da Companhia é o Real (BRL). A Política de Gestão de Riscos Financeiros, permite a estruturação de hedge accounting, com a utilização de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos com o objetivo de minimizar os efeitos das oscilações do USD no resultado da Companhia. Com o objetivo de atender a Estratégia de Risco, a Administração decidiu designar como instrumento de hedge, parte do valor do principal da dívida em moeda estrangeira (Bond) com o objetivo de se proteger contraparte das variações cambiais em USD provenientes de seu contrato de Take or Pay na Girocantex. • Relação de hedge: A Companhia adotará o hedge de fluxo de caixa, conforme definido no IFRS 9 tendo como natureza do risco protegido a variação cambial. • Natureza do risco protegido: Risco da variação de moeda estrangeira: variabilidade das taxas de câmbio das receitas previstas em dólar norte-americano, referente ao contrato de Take or Pay da Girocantex. • Identificação do objeto (item) de hedge: Risco de variação cambial de parte das receitas previstas em moeda estrangeira (mínimos 25% da receita trimestral), referente ao contrato de Take or Pay da Girocantex, por um período de 7 anos com início em 02 de maio de 2018. • Identificação do instrumento de hedge: O instrumento de hedge, é uma parte do valor principal do Bond emitido, com as seguintes características:

Tipo	Bond
Data início contrato	24/01/2018
Data de vencimento	24/01/2025
Montante designado em USD	244.520.320
Paridade Inicial USD x REAIS	3,5424
Data Início do hedge	02/05/2018

• Efetividade da relação de hedge: Efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para se qualificar para contabilidade de hedge, os seguintes requisitos de efetividade devem ser atendidos: O requisito para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido. O instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que se movem em direções opostas. O aumento da taxa de câmbio gera uma valorização no reconhecimento da receita no resultado, sendo esta reconhecida no momento da entrega do produto transportado em seu destino. Nessa mesma direção, o aumento da taxa de câmbio acarreta no aumento da dívida representado pelo Bond, gerando uma despesa no resultado. Da mesma forma que uma diminuição da taxa de câmbio gera um movimento oposto entre instrumento de hedge e item protegido. Esses movimentos acontecem em momentos distintos, visto que a dívida é um item reconhecido no balanço e a receita até a data de seu reconhecimento, é um item fora do balanço. Com o benefício da contabilidade de hedge, a variação cambial da dívida será reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de hedge de fluxo de caixa e será reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita. **Hedge Accounting Cabotagem:** • Estruturação da operação de Hedge accounting: Para estruturar a operação, a Empresa definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de prestação de serviços, fixado em dólar norte-americano, junto a Alunorte. A Companhia também está exposta a variação cambial decorrente de empréstimos em moeda estrangeira no valor de USD 124.213.858. com prazo de vencimento de 13 anos. Tanto as receitas em moeda estrangeira quanto as dívidas estão expostas a riscos de mesma natureza, e desta forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizará o valor do principal do empréstimo em USD como um instrumento de hedge para proteção de parte de sua receita futura em USD, altamente provável. • Estratégia de gerenciamento de risco: A HB cabotagem tem como estratégia proteger uma porção de sua receita prevista em moeda estrangeira dos riscos de flutuação de câmbio. • Objetivos de gerenciamento de risco: A HB Cabotagem tem como objetivo proteger o risco de variação cambial de no mínimo 6% do fluxo de recebimento, proveniente do contrato de prestação de serviço junto a Alunorte. Os fluxos de recebimento protegidos têm início em 02 de abril de 2018, e previsão de termino em fevereiro de 2033. A empresa utilizará o valor principal do empréstimo em moeda estrangeira, contraído junto ao BNDES como instrumento de proteção das receitas previstas. O instrumento de hedge, é o valor principal da dívida em moeda estrangeira contraída junto ao BNDES, com as seguintes características:

Tipo	Dívida em moeda estrangeira (*)
Data início contrato	23/12/2016
Data de vencimento	15/03/2033
Montante USD	142.807.564
Paridade Inicial USD x REAIS	3,3104
Data Início do hedge	02/04/2018

(*) contratada junto ao BNDES. • Efetividade da relação de hedge: Efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para se qualificar para contabilidade de hedge, os seguintes requisitos de efetividade devem ser atendidos: O requisito para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido. O instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que se movem em direções opostas. O aumento da taxa de câmbio gera uma valorização no reconhecimento da receita no resultado, sendo esta reconhecida no momento da entrega do produto transportado em seu destino. Nessa mesma direção, o aumento da taxa de câmbio acarreta no aumento da dívida representado pelo empréstimo, gerando uma despesa no resultado. Da mesma forma que uma diminuição da taxa de câmbio gera um movimento oposto entre instrumento de hedge e item protegido. Esses movimentos acontecem em momentos distintos, visto que a dívida é um item reconhecido no balanço e a receita até a data de seu reconhecimento, é um item fora do balanço. Com o benefício da contabilidade de hedge, a variação cambial da dívida será reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de hedge de fluxo de caixa e será reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita.

Hedge Accounting Bond

Objeto de hedge	Risco Protegido	Período de Proteção	Valor Principal em USD	Valor do Instrumento de Proteção
Variação cambial de parte de suas receitas futuras	Taxa Câmbio Reais – USD	a 02/05/2018 02/05/2025	244.520.320	244.520.320

Expectativa de realização

2018	2019	2020	2021	2022 a 2025	Total
24.150.155	36.225.233	36.225.233	36.225.233	111.694.466	244.520.320

	2020	2021
Variação Cambial – Resultado	285.110	93.847
Variação Cambial – PL	543.006	636.953

Hedge Accounting Cabotagem

Objeto de hedge	Risco Protegido	Período de Proteção	Valor Principal em USD	Valor do Instrumento de Proteção
Variação cambial de parte de suas receitas futuras	Taxa Câmbio Reais – USD	02/04/2018 a 02/2033	142.807.564	142.807.564

Expectativa de realização

2018	2019	2020	2021	2022 a 2033	Total
3.129.018	10.261.948	5.202.740	10.692.544	113.521.314	142.807.564

	2020	2021
Variação Cambial – Resultado	149.147	45.480
Variação Cambial – PL	172.636	218.117

Risco de taxa de juros: Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

Risco de Taxa de Juros	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	937	1.441	76.454	214.848
Títulos e valores mobiliários	103.381	87.728	582.562	816.044
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	13.295	14.952
Empréstimos,financiamentos e debêntures	376.433	–	4.639.406	3.723.134

As taxas de juros estão divulgadas nas notas explicativas 5 e 15. Análise de sensibilidade: A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Variação das taxas de juros e taxas de câmbio. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. A Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das informações contábeis e os cenários II e III consideram redução de 25% e 50% respectivamente, na variável de risco considerada. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário. As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado:

Variação das Taxas de Juros

Instrumentos financeiros	Risco	Taxa	Taxa Estimada Cenário Provável	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Saldo em 2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Títulos e valores mobiliários	CDI	8,76%	11,63%	8,73%	5,82%	10.484	301	(3)	(308)
Títulos e valores mobiliários	Tesouro Americano	0,06%	0,21%	0,15%	0,10%	11.759	18	11	5
Títulos e valores mobiliários	Variação Cambial – Ptax 800	5,5805	5,6000	4,2000	2,8000	560.319	(1.958)	138.611	279.181
Aplicação financeira vinculada	Selic	9,25%	11,75%	8,81%	5,88%	13.295	332	(58)	(448)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	10,06%	7,31%	5,49%	3,66%	(376.432)	10.352	17.203	24.092
Total						219.425	9.045	155.764	302.522

Variação cambial: Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida à qual a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes, classificados como provável, possível e remoto. As variáveis consideradas estão descritas na tabela abaixo, seguida da sensibilidade. O cenário I considera as taxas de câmbio futuros observadas na data base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram aumento de 25% e 50% respectivamente, na variável de risco considerada.

	Risco	Taxa	Taxa Estimada Cenário Provável	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Saldo em 2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimo – Financiamento de Projetos	USD	5,5805	5,6000	7,0000	8,4000	654.060	(2.285)	(166.372)	(330.458)
Empréstimo – Bond	USD	5,5805	5,6000	7,0000	8,4000	475	(2)	(121)	(240)
Nota de Crédito de Exportação	USD	5,5805	5,6000	7,0000	8,4000	3.608.438	(12.609)	(917.871)	(1.823.133)
Total						**4.262.973**	**(14.896)**	**(1.084.364)**	**(2.153.831)**

27.5. Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida líquida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total dos passivos circulante e não circulante	(441.215)	(131.015)	(5.269.876)	(4.195.533)
Caixa e equivalentes de caixa	937	1.441	76.454	214.848
Títulos e valores mobiliários	103.381	87.728	582.562	816.044
Aplicação financeira vinculada	–	–	13.295	14.952
(Insuficiência) sobra líquida de caixa	(336.897)	(41.846)	(4.597.565)	(3.149.689)
Patrimônio líquido	(1.247.654)	(1.525.827)	(1.247.654)	(1.525.827)
Relação entre patrimônio e a (Insuficiência) sobra líquida de caixa	370%	3649%	27%	48%

28. Seguros – A Companhia e suas controladas mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, embarcações e barcaças e, também, para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro 2021 era de:

	Consolidado
Riscos Operacionais	
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamentos	103.355
Riscos cibernéticos	10.000
Risco de engenharia	229.183
Casco e Maquina (embarcações a casco nu)	1.044.441
Total em BRL	**1.386.979**
Casco e Maquina (embarcações a casco nu) – em USD	277.571
Casco e Maquina (embarcações a casco nu) – em EUR	140.664

29. Informação por segmento – A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das demonstrações financeiras e da Administração e é efetuada por meio da segmentação de negócio, o corredor norte contempla as operações de HB Vila do Conde e HB Intermediação, o corredor sul contempla HB Hidrovias del Sur e suas subsidiárias, Hidrovias Navegación Fluvial S.A. e Imperial South America BVe o outros, contempla a controladora Hidrovias do Brasil e HB Luxemburgo.

	Corredor Norte 2021	Corredor Sul 2021	Cabotagem 2021	Santos 2021	Outros 2021	eliminações 2021	Consolidado 2021
Receita de serviços	566.985	422.890	233.562	23.276	–	–	1.246.713
Intercompany	1.857	10.385	–	–	–	(12.242)	–
OTM	2.032	–	–	–	–	–	2.032
Dedução – Hedge Accounting	–	(110.905)	(22.423)	–	–	–	(133.328)
Custo dos serviços prestados	(213.406)	(300.758)	(109.511)	(15.222)	–	–	(638.897)
Intercompany	(12.242)	–	–	–	–	12.242	–
Frete OTM	(1.054)	–	–	–	–	–	(1.054)
Despesas operacionais	(40.564)	(35.827)	(4.264)	(1.076)	(61.531)	–	(143.262)
Depreciação e amortização (custo)	(93.359)	(108.748)	(29.887)	(4.635)	(4.194)	–	(240.823)
Depreciação e amortização (despesa)	(7.373)	(72.595)	(4.246)	(5.712)	(7.249)	–	(97.175)
Outras despesas	33.657	17.286	12.533	184	32.429	–	96.089
Resultado financeiro	(120.300)	(226.907)	(20.983)	(16.444)	(3.635)	–	(388.269)
Equivalência patrimonial	502	(1.081)	–	–	(298.516)	298.424	(671)
Imposto de renda	(39.676)	10.501	(15.303)	–	3.991	–	(40.487)
Lucro (Prejuízo) do exercício	77.059	(395.759)	39.478	(19.629)	(338.705)	298.424	(339.132)

	Corredor Norte 2020	Corredor Sul 2020	Cabotagem 2020	Santos 2020	Outros 2020	eliminações 2020	Consolidado 2020
Receita de serviços	856.166	484.208	223.395	39.761	–	–	1.603.530
Intercompany	1.972	10.932	–	–	–	(15.238)	(2.334)
Dedução – Hedge Accounting	–	(130.326)	(8.767)	–	–	–	(139.093)
Custo dos serviços prestados	(563.398)	(208.804)	(93.593)	(31.021)	–	–	(896.816)
Intercompany	(15.238)	–	–	–	–	15.238	
Despesas operacionais	(31.326)	(26.932)	(5.931)	(931)	(102.259)	–	(167.379)
Depreciação e amortização (custo)	(80.528)	(78.425)	(29.558)	(3.862)	(417)	–	(192.790)
Depreciação e amortização (despesa)	(7.521)	(5.755)	(4.207)	(6.942)	(6.540)	–	(30.965)
Outras despesas	17.988	93	15.786	3	–	–	33.870
Receita financeira	39.656	3.483	1.924	467	8.891	–	54.421
Despesa financeira	(155.089)	(108.564)	(25.146)	(12.936)	(3.712)	–	(305.447)
Equivalência patrimonial	909	(5.362)	–	–	14.723	(15.632)	(5.362)
Imposto de renda	(26.369)	–	(19.748)	–	(11.063)	–	(57.180)
Lucro (Prejuízo) do exercício	37.222	(65.452)	54.155	(15.461)	(100.377)	(15.632)	(105.545)

Contas patrimoniais

Contas patrimoniais

	Corredor Norte 2021	Corredor Sul 2021	Cabotagem 2021	Santos 2021	Outros 2021	Eliminações 2021	Consolidado 2021
Ativo circulante	582.146	417.238	212.567	61.424	306.272	(353.266)	1.226.381
Ativo não circulante	1.710.020	2.480.078	700.956	384.486	5.121.054	(5.105.445)	5.291.149
Total do ativo	2.292.166	2.897.316	913.523	445.910	5.427.326	(5.458.711)	6.517.530
Passivo circulante	223.826	376.472	130.033	71.573	124.502	(324.118)	602.288
Passivo não circulante	1.749.334	1.791.506	591.696	205.588	4.053.635	(3.724.171)	4.667.588
Patrimônio líquido	319.006	729.338	191.794	168.749	1.249.189	(1.410.422)	1.247.654
Total do passivo e patrimônio líquido	2.292.166	2.897.316	913.523	445.910	5.427.326	(5.458.711)	6.517.530

Contas patrimoniais

	Corredor Norte 2020	Corredor Sul 2020	Cabotagem 2020	Santos 2020	Outros 2020	Eliminações	Total 2020
Ativo circulante	349.852	550.921	178.116	70.052	470.039	(191.469)	1.427.511
Ativo não circulante	1.785.951	1.752.409	693.605	246.263	4.351.855	(4.543.097)	4.286.986
Total do ativo	2.135.803	2.303.330	871.721	316.315	4.821.894	(4.734.566)	5.714.497
Passivo circulante	216.870	109.079	95.358	65.964	150.161	(191.469)	445.963
Passivo não circulante	1.642.447	1.235.652	608.828	221.974	3.145.647	(3.111.841)	3.742.707
Patrimônio líquido	276.486	958.599	167.535	28.377	1.526.086	(1.431.256)	1.525.827
Total do passivo e patrimônio líquido	2.135.803	2.303.330	871.721	316.315	4.821.894	(4.734.566)	5.714.497

30. Subvenção e assistência governamentais – A Companhia goza de três benefícios. Sendo eles: • AFRMM: O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor. A Companhia utiliza dessa subvenção governamental em sua operação de cabotagem, recebendo integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM no grupo receitas (despesas) operacionais no montante de R$11.340 (R$ 15.336 em 31 de dezembro de 2020). • SUDAM: Lucro da Exploração – SUDAM é um incentivo fiscal concedido às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação de empreendimento de infraestrutura que fomente a economia, bem como esteja totalmente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (ao qual o estado do Pará está incluso). Este benefício concede redução de 75% do Imposto Renda e seus adicionais (25% para 6,25%), pelo prazo de 10 anos. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. que, em se apresentando Lucro Tributário, tem a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. No período de 31 de dezembro de 2021, tal benefício resultou em um ajuste de R$ 13.125 em de Reserva de Incentivo Fiscal (R$5.916 em 31 de dezembro de 2020). • Diferimento do ICMS: A controlada Hidrovias do Brasil Cabotagem Ltda., usufrui do diferimento do ICMS sobre as operações de serviço de transporte no Estado do Pará.

31. Itens que não afetam o fluxo de caixa – Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 22.954 (R$ 4.872 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores para aquisição de imobilizados, que não afetaram o caixa.

32. Evento subsequente – • Contrato com a Método Engenharia S/A: A Método Engenharia S/A ("Método") e a Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. ("HB Santos"), sociedade controlada pela Companhia, celebraram um contrato para fornecimento e construção em regime de empreitada integral na modalidade EPC no porto de Santos ("Contrato"). Em 13 de julho de 2021, a Método e a HB Santos celebraram o Quinto Aditamento ao Contrato de Engenharia, Fornecimento e Construção em Regime de Empreitada Integral na Modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction) Turn-Key por Preço Global ("Quinto Aditamento"), de forma a acordar pela desistência conjunta de arbitragem anteriormente instaurada, renunciar aos pleitos até então existentes e dar continuidade à relação contratual entre as partes, com a retomada das atividades relacionadas à obra, a manutenção dos prazos de entrega inicialmente acordados e a repactuação de determinadas condições contratuais. Motivada por novo cenário de inadimplemento pela Método, a HB Santos rescindiu o Contrato com a Método e ingressou com medida cautelar pré-arbitral no dia 10/11/2021, com pedido liminar para determinação do cumprimento imediato dos procedimentos de rescisão do Contrato, em razão da inércia da Método. O pedido liminar foi concedido em 26/11/21 para a desmobilização do canteiro da obra pela Método até 11/12/2022. Em janeiro de 2022, requereu a instauração de procedimento arbitral, na forma pactuada em Contrato. Em paralelo, a HB Santos atuou para retomada das obras mediante mobilização de empresas especializadas e cumprimento do cronograma proposto.. • Logística de Sal: No contexto da preparação para a nova operação de logística de sal no Rio Grande do Norte, o recurso administrativo interposto pela Companhia para reformular decisão que indeferiu o pedido de obtenção do registro de instalação flutuante fundeada para operar o transbordo de sal na região, teve seu provimento negado pela diretoria colegiada da ANTAQ em 20/10/2021, com a publicação do respectivo Acórdão no Diário Oficial da União de 21/10/2021. Independentemente dessa decisão, em agosto de 2021 a Companhia já havia ingressado com ação judicial com pedido liminar para obtenção de referido registro, nos termos da Resolução nº 13 da ANTAQ, na tentativa viabilizar a operação da instalação flutuante fundeada HB Potiguar. Esse pedido liminar foi negado em 1ª instância em 11/01/2022. A Companhia interpôs agravo de instrumento em 2ª instancia em 17/02/2022 e aguarda decisão.. Diante de tal cenário, a Companhia segue em busca das medidas cabíveis para dar seguimento ao seu projeto de tornar a logística do sal brasileiro mais competitiva na cadeia global. • Contrato de financiamento: Em dezembro de 2021, a Companhia, na qualidade de financiada, e a sua subsidiária Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., na qualidade de interveniente executora, celebraram contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep ("Finep"), cujo objeto é o financiamento para projeto de inovação tecnológica, no valor total R$ 37.719, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30/12/2021. A Companhia realizou a entrega do instrumento de garantia aplicável e das demais informações e documentação necessárias para a Finep. No entanto, até a emissão destas demonstrações financeiras a Companhia não havia recebido o valor total acima indicado.

Fábio Abreu Schettino – CEO | **Andre Kinjo Kubota** – CFO e Diretor de Relações com Investidores | **Uander Carlos da Silva Souza** – Contador – 1GO 022.629/O-5 'T' SP

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Hidrovias do Brasil S.A., declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, itens V e VI, da Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 23 de março de 2022.

Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente **André Kinjo Kubota** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Parecer do Comitê de Auditoria não Estatutário

O Comitê de Auditoria não estatutário da Hidrovias do Brasil S.A. ("Comitê de Auditoria") no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovia do Brasil S.A. ("Companhia") referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o relatório da Administração e o relatório (parecer dos auditores independentes) emitido, sem ressalvas, pela KPMG Auditores Independentes ("Auditores Independentes"). A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração, estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. Os Auditores Independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras e devem assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê de Auditoria baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes. O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e, dessa forma, recomenda, por unanimidade e sem ressalvas, sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 23 de março de 2022.

Pedro Jaime Cervatti – Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria
Ricardo Antonio Weiss – Membro do Comitê de Auditoria
Antonio Mary Ulrich – Membro do Comitê de Auditoria

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria não Estatutário da Companhia para o Exercício de 2021

1. Introdução: O Comitê de Auditoria não estatutário ("Comitê") da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia") é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, a quem reporta, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. O Comitê tem como principais responsabilidades supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores interno e independente.
2. Histórico: No decorrer do ano de 2021 até a presente data, o Comitê teve a reeleição de seus membros e a revisão e atualização de seu Regimento Interno, conforme histórico a seguir: i. Em 06 de agosto de 2021 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia a reeleição dos membros do Comitê, sendo: (i) Pedro Jaime Cervatti (Coordenador); (ii) Antonio Mary Ulrich; e (iii) Ricardo Antonio Weiss; e ii. Em 21 de outubro de 2021 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, conforme recomendado pelo Comitê, a revisão e atualização do Regimento Interno do Comitê.
3. Atividades do Comitê de Auditoria: No decorrer do ano de 2021 até a presente data, o Comitê reuniu-se em 9 ocasiões com os seguintes objetivos: i. Apreciar e recomendar acerca da revisão do **Regimento Interno do Comitê**; ii. Avaliação dos resultados dos trabalhos realizados pela **Auditoria Interna**, validando seus planos e orientando sua atuação; iii. Aprovação do **Plano de Auditoria Interna** para 2022; iv. Apreciar apresentação acerca dos trabalhos relacionados às áreas de Segurança da Informação e ITGC (incluindo seu

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

respectivo orçamento para 2022), Gerenciamento de Riscos e Compliance (canal de ética) da Companhia; v. Apreciar os relatórios de **controles internos** da auditoria interna e dos auditores externos Companhia; vi. Apreciar e validar a proposta do **plano de trabalho dos auditores externos** para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como acompanhar o status da evolução de tal plano de trabalho no curso de 2022; vii. Apreciar e recomendar acerca da revisão **régua de apetite de risco** e da revisão da **matriz de riscos** da Companhia; viii. Apreciar as apresentações de determinados **riscos corporativos** da Companhia, realizadas pelos respectivos donos de tais riscos; ix. Apreciar e recomendar acerca da proposta de **orçamento do Comitê** para o ano de 2022; x. Apreciar e recomendar acerca das **Informações Contábeis Trimestrais** da Companhia realizadas ao longo do exercício social de 2021, acompanhadas dos respectivos relatórios da administração e dos relatórios dos auditores independentes; e xi. Apreciar e recomendar acerca da das **Demonstrações Financeiras** da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes.

4. Conclusão: O Comitê atuou com a devida governança mediante a realização de reuniões, interações e avaliações independentes, conforme determina o seu Regimento Interno, suportando assim as iniciativas da Companhia no sentido de rever processos e implementar melhorias. O Comitê, com base nas informações recebidas e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório da Administração e do relatório (parecer dos auditores independentes) emitido, sem ressalvas, pela KPMG Auditores Independentes, nos termos do art. 25, parágrafo primeiro, da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e, dessa forma, recomendou, por unanimidade e sem ressalvas, sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 23 de março de 2022.

Pedro Jaime Cervatti
Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria

Ricardo Antonio Weiss
Membro do Comitê de Auditoria

Antonio Mary Ulrich
Membro do Comitê de Auditoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Hidrovias do Brasil S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrovias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Hidrovias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avalição do valor recuperável do ágio:** Veja as Notas explicativas 3 (i) e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluem Ágio (Goodwill) no ativo intangível, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios, preparado pela Companhia, baseado em metodologias e premissas que envolvem julgamento significativos, tais como: taxa de desconto e taxa de crescimento dos negócios, receitas de serviços, custos, margem bruta e novos investimentos. Eventuais alterações nas premissas utilizadas no referido cálculo podem impactar a mensuração do ágio apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da metodologia usada pela Companhia e das premissas utilizadas no cálculo dos fluxos de caixa descontados, incluindo taxas de crescimento dos negócios e de desconto, comparação com informações históricas e recálculo das fórmulas utilizadas nos modelos de fluxo de caixa descontado; (ii) comparação do valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, para a unidade geradora de caixa que contém ágio, com seus respectivo valor contábil; e (iii) avaliação das divulgações pertinentes ao assunto nas demonstrações financeiras. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor do ágio e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Veja as Notas explicativas 3 (d) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A receita da Companhia e de suas controladas refere-se principalmente ao transporte de cargas ("commodities") através de navegação fluvial (serviço de transporte) e navegação marítima (cabotagem), serviços de elevação e transbordo. Essas receitas, em sua maior parte, são baseadas em contratos de longo prazo celebrados com os clientes, que incluem garantias de volumes mínimos transportados ("Take or Pay"). O reconhecimento das receitas ocorre apenas quando as obrigações de desempenho são concluídas. Devido ao fato das operações de serviços de transporte e cabotagem envolverem montantes relevantes, serem pulverizadas, ocorrerem em grande volume e a determinação do período em que o serviço está sendo prestado, quando próximo da data de corte das demonstrações financeiras, o processo de reconhecimento da receita requer manutenção de rotinas apropriadas para identificar e mensurar as receitas reconhecidas. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles internos utilizados pelos componentes, considerados como significativos, visando à obtenção das informações necessárias para determinar o efetivo período da prestação do serviço e os critérios para a determinação da obrigação de desempenho; (ii) em base amostral, revisão dos contratos comerciais e verificação dos documentos que suportam o reconhecimento das referidas receitas, incluindo a avaliação sobre se as receitas foram reconhecidas no exercício adequado; (iii) para os contratos com cláusulas de "Take or Pay" examinamos os cálculos correspondentes relacionados as receitas reconhecidas; (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pertinentes ao assunto. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de receita dos serviços prestados, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. **Mensuração dos ativos identificáveis adquiridos em combinação de negócios:** Veja as Notas explicativas 3 (h) e 10.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** No exercício de 2021, a Companhia e suas controladas diretas Cikesol S.A. e Pricopar S.A. adquiriram o controle do segmento da operação logística da empresa Imperial Logistics, que compreende as empresas Imperial Shipping Paraguay S.A., Imperial South America BV. e um conjunto de ativos fixos. O processo de contabilização da aquisição de um negócio envolve estimativas e julgamentos relevantes na mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos. Devido às incertezas e julgamentos relacionados às metodologias utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e as principais premissas, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Obtenção e análise do contrato celebrado, bem como inspeção da liquidação financeira, quando aplicável, da contraprestação transferida pela aquisição de controle do negócio. (ii) Com auxílio dos nossos especialistas em avaliação de ativos tangíveis, avaliamos as metodologias utilizadas pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos tangíveis identificáveis adquiridos, bem como avaliamos as principais premissas. Comparamos as premissas utilizadas pela Companhia com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, e com dados históricos; (iii) Com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas adotadas na determinação dos valores justos dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos no negócio. Comparamos as premissas utilizadas pela Companhia com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, e com dados históricos; e (iv) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos na combinação de negócios, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Wagner Petelin
Contador
CRC 1SP 142.133/O-7

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/MF.: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E:- 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2021; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social.

São Paulo, 29 de março de 2022.
RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH

CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A

CNPJ 14.898.814/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam V.Sas. convocadas para a Assembleia Geral Ordinária do **CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A,** inscrita no CNPJ 14.898.814/0001-08 de acordo e nos termos do Artigo 7º, parágrafos 1 ao 3 do Estatuto Social e Medida Provisória no 931, de 30 março de 2020/Lei 14010 de 10 de Junho de 2020, a qual será realizada em **26 de abril de 2022 terça feira, às 14:30 horas através de videoconferência** na Sede da Administradora, na Rua José Ramon Urtiza, 975 - 2º Subsolo - Vila Andrade - São Paulo - SP - OPEN MALL PANAMBY, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia. (I) Aprovação de Contas Exercício 2021; (II) Incremento de Capital, Acerto Allowance 2020; (III) Obras; (IV) Melhorias Operacionais; (V) Plano Estratégico; (VI) Comercialização; e (VII) Outros Assuntos de Interesse. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispõe a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. Dados para acesso a videoconferência - Zoom: https://us02web.zoom.us/j/82138558181?pwd=bGFhRVIzaEdjbDAwMTY5ajdWanp0UT09. ID da reunião: 821 3855 8181. Senha de acesso: 418678. A Administração.

Bahema Educação S.A.

CNPJ/ME nº 45.987.245/0001-92 - NIRE 35.300.185.366

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Bahema Educação S.A., com sede em São Paulo - SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-001 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do Art. 124 da Lei 6.404/76 ("LSA") convocar os acionistas para reunirem-se em AGO/E ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 29/04/2022, às 10h30, de forma presencial na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2021; **(iii)** deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2022. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre a alteração do Art. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social para refletir os aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender (a) ao exercício de opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias de Emissão da Bahema S.A., aprovado pela AGE realizada em 02/10/2017, conforme aditado ("Plano 2017"); (b) à conversão das debêntures emitidas no âmbito da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, Emitidas em Série Única da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente); e (c) ao exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures emitidas no âmbito da Emissão ("Bônus de Subscrição"); **(ii)** examinar, discutir e votar o Plano de Outorga de Ações da Companhia, em substituição ao Plano 2017 atualmente vigente. **Informações Gerais: 1.** Os documentos de que trata o Art. 133 da LSA, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nessa data e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu website (www.bahema.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br) e serão publicados no Jornal O Dia. Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos a Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, o boletim de voto a distância ("Boletim"), bem como os demais documentos previstos na Instrução CVM 481 e informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral. **2.** A participação do acionista na Assembleia Geral poderá ser presencial ou via boletim de voto a distância, nos termos descritos abaixo e conforme as instruções detalhadas contidas na Proposta da Administração e no Boletim (no caso da participação via Boletim): **(a) Presencial**: O acionista deverá apresentar à Companhia cópia da seguinte documentação: (i) no caso de pessoa física, documento de identificação com foto; (ii) no caso de pessoa jurídica, documento de identificação com foto do representante legal do acionista, acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (ata de eleição de diretoria ou da administração); e (iii) no caso de Fundo de Investimento, documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso, acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica. Para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão apresentar comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos seus acionistas que depositem os mencionados documentos para participação (inclusive o extrato comprovação de posição acionária) na sede da Companhia até **27/04/2022**. Não obstante, nos termos da Instrução ICVM 481, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos mencionados acima até o momento da abertura dos trabalhos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente. **(b) Boletim de voto a distância:** Os acionistas poderão enviar seus Boletins: (i) diretamente à Companhia; (ii) por instruções de preenchimento transmitidas a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação à distância constam do próprio Boletim, que pode ser acessado nos websites mencionados no item 1 acima. Quando enviado diretamente à Companhia, o Boletim deverá ser acompanhado de cópia de toda a documentação do acionista para participação na Assembleia Geral descritos no item (a) acima, e de quaisquer outras indicadas no Boletim. Em qualquer dessas hipóteses, o Boletim, deverá ser recebido pela Companhia em plena ordem e de acordo com o disposto acima em até, no máximo, 7 dias antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até **22/04/2022**. Boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados. **3.** Nos termos do Art. 126, § 1º da LSA, o acionista que seja pessoa física que não puder comparecer à Assembleia Geral poderá ser representado por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia. Nesse caso, além dos documentos mencionados no item (a) acima, deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato acompanhado do documento de identidade de seu(s) procurador(es) que comparecerá(ão) à Assembleia Geral. Da mesma forma, a Companhia solicita que tais documentos também sejam depositados na sede da Companhia até 27/04/2022.

São Paulo, 30/03/2022. Cassio Beldi - **Presidente do Conselho de Administração.**

Grupo SBF S.A.

Companhia aberta - CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São Paulo, 29 de março de 2022. Convocamos os senhores acionistas da **GRUPO SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial pela Instrução da CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("Instrução CVM 481"). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no dia 29 de abril 2022, às 09:00h, por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma"), de acordo com os procedimentos previstos no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("AGOE" e "Manual", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando a retificação de determinado saldos e valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e **(ii)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para atualizar o seu capital social, refletindo no mesmo os aumentos de capital que foram aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Observada a adoção **da modalidade exclusivamente digital**, os acionistas poderão participar e votar na AGOE à distância por meio **(i)** do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item II.1 abaixo), e/ou **(ii)** do sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo). **Maiores informações sobre participação na AGOE poderão ser obtidas no Manual. Informações Gerais**: **(I) Documentos à disposição dos Acionistas.** Nos termos do artigo 124, §6º, do artigo 133 e do artigo 135, §3º da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021: **(a)** relatório da administração; **(b)** cópia das demonstrações financeiras; e **(c)** parecer dos auditores independentes da Companhia. Ainda, estão disponíveis nos mesmos endereços as demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, o Manual (o qual inclui, *inter alia*, a Proposta da Administração), aqueles exigidos pela Instrução CVM 481. **(II) Participação dos Acionistas na AGOE**. Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da Instrução CVM 481, a AGOE será realizada de **modo exclusivamente digital**, de forma que os acionistas poderão participar da AGOE das seguintes formas: **II.1.** Boletim de Voto a Distância: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância ("Boletins") por meio do escriturador da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual e, em todos os casos, preferencialmente por e-mail, devendo tais Boletins serem recebidos até 22 de abril de 2022, conforme previsto no Manual. **II.2.** Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a Plataforma, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **Sem prejuízo do quanto previsto neste Edital, as informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual.** Para participarem da AGOE, os acionistas deverão se credenciar na Plataforma, nos termos previstos no Manual, até o dia 27 de abril de 2022, inclusive, devendo apresentar toda a documentação necessária (conforme indicada no item III abaixo e no Manual) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado no Manual. O credenciamento deverá ser realizado por meio do acesso ao link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=04D5DBEADA19, onde constará formulário para preenchimento e indicação do e-mail/endereço eletrônico do acionista que será utilizado para acessar o sistema eletrônico no dia da AGOE. **Os acionistas que não se credenciarem e não realizarem o envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 27 de abril de 2022),** não poderão participar da **AGOE por meio da Plataforma, nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM 481.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da Plataforma somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item III abaixo e no Manual). O *link* e senha recebidos serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do Acionista. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 09h00 do dia 28 de abril de 2022), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@gruposbf.com.br, antes das 18h00 do dia 28 de abril de 2022, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da Plataforma, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio). Neste sentido, a Companhia solicita aos Acionistas que acessem a Plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **(III) Informações adicionais**: **III.1.** Sem prejuízo das informações dispostas no Manual, os Acionistas deverão apresentar, no ato de seu credenciamento na Plataforma e até o dia 27 de abril de 2022, além do comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, conforme o caso: **(a) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do acionista ou de seu representante legal; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade. E, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário, outorgado há menos de 1 (um) ano, que seja (a.1) acionista, (a.2) advogado, (a.3) instituição financeira, ou (a.4) administrador da Companhia; **(b) Pessoas Jurídicas:** documento(s) de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do(s) representante(s) legal(is) e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; **(c) Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto / contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação. **III.2.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio da Plataforma. **III.3.** Não obstante possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 98546-6336 ou via e-mail: ri@gruposbf.com.br. **Sebastião Vicente Bomfim Filho -** Presidente do Conselho de Administração.

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM nº 24902

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de A

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam convocados os acionistas da **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia ("AGOE" ou "Assembleia"), havendo quórum legal, a ser realizada em 29 de abril de 2022, às 09:30hrs. A Assembleia será realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), conforme alterada pela Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("ICVM 622"), para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** (i) Apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; e (ii) Deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** (i) Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022 **Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos**: Os acionistas que desejarem atender à Assembleia deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital Microsoft Teams, nos termos descritos no presente edital de convocação, através de link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se credenciarem previamente. Na forma do artigo 5º, parágrafo 3º, da ICVM 481, conforme alterada pela ICVM 622, considerando a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail ri@mitrerealty.com.br, com antecedência mínima de 2 dias em relação à data de realização da Assembleia **(ou seja, até o final do dia 27 de abril de 2022)**, para (a) realizar o depósito prévio de toda a documentação necessária para sua representação e participação na respectiva Assembleia; e (b) especificar o nome e documento de identificação da pessoa natural que atenderá remotamente à Assembleia. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2022 não poderão participar da Assembleia. Diante da realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, a Companhia esclarece que não será mantida qualquer estrutura na sede social para atendimento presencial de acionistas que desejarem participar da Assembleia. **Documentação de Representação**: Nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar da Assembleia dentro do prazo mínimo de antecedência descrito no item "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima, deverão apresentar: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406/2002, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins da Assembleia, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, sempre que possível e conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. **Credenciamento e Participação dos Acionistas:** Após envio da documentação de representação necessária, os acionistas receberão convite com as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital Microsoft Teams. Visando a segurança da Assembleia, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente, nos termos deste Edital de Convocação. Os convites individuais com credenciais de acesso e instruções aplicáveis para participação na Assembleia serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação na forma referida no item "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, por meio dos convites individuais, os acionistas previamente credenciados ou seus representantes legais, nos termos da Lei das S.A. e regulamentação aplicável. Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da Assembleia, solicitamos que, caso o acionista não receba o referido convite individual para participação na Assembleia até às 17:00hrs do dia 28 de abril de 2022, referido acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 4810-0582, para que seja prestado o suporte adequado. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital através do referido telefone até 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 21-C da ICVM 481: (i) simplesmente participar da Assembleia, sem votar, tenha ou não enviado Boletim de Voto a Distância; ou (ii) participar e votar na Assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, mas, ainda assim, queira votar na Assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Os acionistas que desejarem se manifestar durante algum momento da Assembleia, deverão avisar a sua intenção pelo chat e aguardar o momento da palavra lhe ser conferida durante o conclave. Ressalta-se que tanto os acionistas que optarem por votar por meio do Boletim de Voto a Distância quanto os acionistas que optarem por participar da Assembleia através da plataforma digital Microsoft Teams serão considerados presentes na Assembleia e assinantes da respectiva ata e livro de presença, na forma do artigo 21-V da ICVM 481. **Voto à Distância:** Nos termos da ICVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação a distância na Assembleia. O Boletim de Voto a Distância deverá ser encaminhado pelo acionista (i) diretamente à Companhia (por correio postal ou eletrônico); (ii) ao custodiante do acionista (caso as ações sejam depositadas em depositário central); ou (iii) à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários (Itaú Corretora de Valores S.A.), devendo, em qualquer dos casos, ser recebido até 7 (sete) dias corridos antes da data da Assembleia. Deverão ser observados os modelos disponibilizados pela Companhia, bem como as orientações constantes no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. **Instruções e Recomendações Gerais:** A Assembleia será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Será solicitado que o acionista ou seu bastante procurador previamente cadastrado apresente, por meio da câmera de vídeo, o documento de identificação previamente enviado para registro na Assembleia, e mostre seu rosto pela câmera do dispositivo digital. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação do seu acesso. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias ao controle da Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da plataforma digital. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo aqueles exigidos pela ICVM 481. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. **Jorge Mitre -** Presidente do Conselho de Administração.

Jornal O DIA SP

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5161-8231-F736-9696.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5161-8231-F736-9696 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5161-8231-F736-9696

Hash do Documento

95AD6DB06F0FA7792307FF05C298B29C2A6806B7EAB35B3F3719995841328AF3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/03/2022 07:44 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

VIBRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada Targus Comercializadora de Energia S.A.)

CNPJ 26.268.886/0001-42

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.561	33.160	45.045	34.583
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	84.658	175.279	84.747	175.288
Outros créditos	-	59	28	59	28
Valor justo dos contratos de energia	15.b	170.046	216.725	170.046	216.725
Total circulante		**296.324**	**425.192**	**299.897**	**426.624**
Não circulante					
Valor justo dos contratos de energia	15.b	500.024	59.147	500.024	59.147
Investimento	6	4.484	2.389	1.003	1.000
Imobilizado	-	583	186	583	186
Intangível	-	89	36	89	36
Total não circulante		**505.180**	**61.758**	**501.699**	**60.369**
Total do ativo		**801.504**	**486.950**	**801.596**	**486.993**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores	7	77.139	169.155	77.139	169.155
Obrigações tributárias	8	6.225	8.537	6.318	8.580
Obrigações trabalhistas	-	2.021	975	2.021	975
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	-	7.724	-	7.724	-
Valor justo dos contratos de energia	15.b	193.218	210.907	193.218	210.907
Outros passivos		49	50	49	50
Total circulante		**286.376**	**389.624**	**286.469**	**389.667**
Não circulante					
Tributo diferido	-	49.751	1.880	49.751	1.880
Valor justo dos contratos de energia	15.b	330.528	59.437	330.528	59.437
Total não circulante		**380.279**	**61.317**	**380.279**	**61.317**
Patrimônio líquido					
Capital social	11	34.578	11.129	34.578	11.129
Reserva Legal		5.421	-	5.421	-
Reserva de lucros		94.850	24.880	94.850	24.880
Total do patrimônio líquido		**134.849**	**36.009**	**134.849**	**36.009**
Total do passivo e patrimônio líquido		**801.504**	**486.950**	**801.596**	**486.993**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social: Capital subscrito	Capital social: (-) Capital a integralizar	Capital social: Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**10.000**	**-**	**10.000**	**-**	**10.248**	**-**	**20.248**
Aumento de capital	1.129	-	1.129	-	-	-	1.129
Dividendos pagos referente ao lucro acumulado	-	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	21.042	21.042
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(1.410)	(1.410)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	19.632	(19.632)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**11.129**	**-**	**11.129**	**-**	**24.880**	**-**	**36.009**
Dividendos pagos referentes ao lucro acumulado (Nota 11)	-	-	-	-	(25.300)	-	(25.300)
Aumento de capital (Nota 11)	23.449	-	23.449	-	-	-	23.449
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	108.415	108.415
Reserva Legal	-	-	-	5.421	-	(5.421)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.724)	(7.724)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	95.270	(95.270)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**34.578**	**-**	**34.578**	**5.421**	**94.850**	**-**	**134.849**

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional	12	848.480	529.580	850.776	529.874
Custo de energia comprada	13	(817.320)	(490.884)	(817.320)	(490.884)
Resultado do valor justo de contratos de energia	15	140.797	(4.293)	140.797	(4.293)
Lucro bruto		**171.957**	**34.403**	**174.253**	**34.697**
Receitas/(despesas) operacionais					
Gerais, comerciais e administrativas	13	(11.673)	(4.276)	(11.683)	(4.277)
Resultado de equivalência	6	2.092	250	-	-
Outras (despesas)/receitas	-	(543)	-	(557)	-
Resultado financeiro, líquido	14	1.411	550	1.536	555
Resultado antes do IR e CS		**163.244**	**30.927**	**163.549**	**30.975**
IR e CSLL corrente	9	(6.958)	(11.364)	(7.263)	(11.412)
IR e CSLL diferido	9	(47.871)	1.479	(47.871)	1.479
Lucro líquido do exercício		**108.415**	**21.042**	**108.415**	**21.042**

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	108.415	21.042	108.415	21.042
Total do resultado abrangente do exercício	**108.415**	**21.042**	**108.415**	**21.042**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	108.415	21.042	108.415	21.042
Ajustes que não afetam o caixa				
Resultado de contratos futuros	(140.797)	4.293	(140.797)	4.293
IR e CSLL diferido	47.871	(1.479)	47.871	(1.479)
Depreciações	112	123	112	123
Equivalência patrimonial	(2.092)	(250)	-	-
Transação de capital	-	(10)	-	-
	13.509	**23.719**	**15.601**	**23.979**
Decréscimo/(acréscimo) nas contas de ativo				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	90.621	(20.255)	90.541	(20.264)
Outros créditos	(31)	1.574	(31)	1.574
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	(92.016)	11.905	(92.016)	11.905
Salários e encargos sociais	1.046	(159)	1.046	(159)
Obrigações tributárias	(2.312)	8.162	(2.262)	8.205
Outras contas a pagar	-	735	(1)	735
Caixa gerado das/(usado nas) atividades operacionais	**10.817**	**25.681**	**12.877**	**25.975**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	(3)	-	(3)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(562)	(117)	(562)	(117)
Caixa usado nas atividades de investimento	**(565)**	**(117)**	**(565)**	**(117)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de dividendos	(25.300)	(6.410)	(25.300)	(6.410)
Integralização de capital	23.449	-	23.449	1.129
Caixa gerado/(aplicado) das atividades de financiamento	**(1.851)**	**(6.410)**	**(1.851)**	**(5.281)**
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	**8.401**	**19.154**	**10.462**	**20.577**
No início do exercício	33.160	14.006	34.583	14.006
No final do exercício	41.561	33.160	45.045	34.583
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	**8.401**	**19.154**	**10.462**	**20.577**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Vibra Comercializadora de Energia S.A. ou ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 30 de setembro de 2016. Em 4 de janeiro de 2021 foi aprovada a transformação da Sociedade de limitada para anônima, passando a ter a nova denominação social. A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, SP, Rua Gomes de Carvalho, nº 1.765, Conjuntos 31 e 32, Edifício Wysling, Vila Olímpia, CEP 04547-006. A Companhia tem por objeto: • Comércio atacadista de energia elétrica: representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação, outorgado pela ANEEL no despacho número 1.149, de 26 de abril de 2017, organizada e regida nos termos do presente contrato social e das demais disposições aplicáveis; • Prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional para gestão de energia. No dia 01 de fevereiro de 2021, os sócios da Companhia concluíram a venda de participação majoritária da Companhia para a Vibra Energia S.A. (atual denominação da Petrobras Distribuidora S.A., "Vibra Energia"). Após a conclusão de todos os aportes previstos, a Vibra Energia passou a deter uma participação de 70% (setenta por cento) no capital da Companhia. A transação, que marcou a entrada da Vibra Energia no segmento de comercialização de energia elétrica, fortaleceu as capacidades financeiras, comerciais e operacionais da Companhia. A Companhia possui duas subsidiárias integrais: (i) a Vibra Serviços de Energia Ltda. (anteriormente denominada Targus Serviços de Energia Ltda.), que atua na prestação de serviços de gestão e representação no ambiente de contratação livre de energia; e (ii) a Azuma Comercializadora de Energia Ltda., uma comercializadora de energia habilitada pela ANEEL, mas inoperante até o momento. **2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil) -** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 02 de março de 2022. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas). **b) Base de mensuração -** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas -** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídos nas seguintes notas explicativas: **• Nota nº 5 -** Provisão de estimativa para credores de liquidação duvidosa para consumidores, concessionárias e permissionárias; **• Nota nº 10** – Provisão para contingência; • **Nota nº 15 –** Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros. **e) Gestão do capital -** A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias. **3. Principais práticas contábeis adotadas: 3.1. Instrumentos financeiros - Ativo financeiro - a) Classificação ativo financeiro -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJR"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJORA"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração -** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c) Valor recuperável *(impairment)* de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado -** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros -** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivos financeiros - a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **3.2. Caixas e equivalentes de caixa -** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.3. Consumidores, concessionárias e permissionárias -** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.4. Fornecedores de energia -** Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Companhia e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. **3.5. Instrumentos financeiros (contratos futuros) -** A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*, de curto e de longo prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar volumes iguais de compra e de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco, definidas conforme os mais altos padrões de governança do mercado de comercialização de energia elétrica e aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos e por plataformas independentes especializadas neste tipo de serviço, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. **3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **3.7. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **3.8. Provisões -** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social -** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **3.10. Reconhecimento de receita e custo de energia -** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Companhia. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **3.11. Consolidação -** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: **(i) Participação de acionistas não controladores -** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(ii) Controladas -** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.12. Resultado por ação -** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **3.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes - a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à CPC 25/IAS 37) -** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas -** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma CPC 27/IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas CPC/IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas CPC 37/IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; CPC 48/IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; CPC 06 (R2)/IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e CPC 29/IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma CPC 15 (R1)/IFRS 3 – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações ao CPC 15 (R1)/IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma CPC 26 (R1) /IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante. Alteração no CPC 26 (R1)/IAS 1 efetiva para períodos iniciados em/ou após 01/01/2023 e; • Alteração nas normas CPC 48/IFRS 9 e IAS 39, CPC 40 (R1)/ IFRS 7, e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência – LIBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes à definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Bancos conta-movimento	1.881	110	2.083	272
Aplicação financeira	39.680	33.050	42.962	34.311
	41.561	**33.160**	**45.045**	**34.583**

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras de primeira linha, o que não denota expectativas de risco de perdas com estes instrumentos financeiros, remuneradas pela taxa média de 114% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e, de acordo com os contratos firmados pelas Sociedades e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos; dessa forma consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Composição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Faturadas	-	81.825	89	81.834
Não faturados[1]	84.658	93.454	84.658	93.454
	84.658	**175.279**	**84.747**	**175.288**

(1) O saldo de "Não faturados" é composto por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu em cada data-base e faturado e recebido no mês subsequente. Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Vencidos:		
01 - 30 dias	89	9
	89	**9**
A vencer:		
0 - 45 dias	84.658	175.279
Total	**84.748**	**175.288**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não havia títulos vencidos de clientes sem constituição de perda estimada para perda com crédito de liquidação duvidosa e o prazo de vencimento não excedia 30 dias nas datas-bases.

6. Investimentos

	Controladora Participação (%)	Controladora Investimento	Consolidado Participação (%)	Consolidado Investimento
Vibra Serviços	100,0	3.481	-	3.481
H2 Energy[1]	7,5	1.000	7,5	1.000
Azuma Comercializadora	100,0	3	100,0	3
	-	**4.484**	**-**	**4.484**

(1) Em 6 de maio de 2019, a Companhia subscreveu R$1 milhão em debêntures conversíveis da H2Energy – Consultoria, Soluções e Instalações Fotovoltaicas S/A, referentes à 2ª emissão privada de debêntures conversíveis em ações ordinárias, da espécie quirografária, em série única. Tais debêntures são conversíveis em 7,5% das ações da H2 Energy.

7. Fornecedor

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Faturados	86	83.646	86	83.646
Provisão por competência[1]	77.053	85.509	77.053	85.509
	77.139	**169.155**	**77.139**	**169.155**

(1) O saldo de "provisão por competência" é composto por compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia ocorreram em cada data-base e faturado e liquidado pelo fornecedor de energia no mês subsequente.

8. Obrigações tributárias

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRPJ a recolher	3.907	5.633	3.967	5.658
CSLL a recolher	1.430	2.036	1.450	2.045
PIS a recolher	134	141	134	141
COFINS a recolher	619	649	620	649
Outros a recolher	135	78	147	87
	6.225	**8.537**	**6.318**	**8.580**

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Resultado do exercício antes do IR CSLL	163.244	30.927	163.549	30.975
Adição - Outros	85	229	85	229
Contratos futuros de energia	(140.797)	4.293	(140.797)	4.293
Exclusões - JSCP	-	(1.410)	-	(1.410)
Exclusões - Outros	(2.200)	(544)	108	(522)
Base tributável	**20.332**	**33.495**	**22.945**	**33.565**
Imposto de renda - 15%	(3.050)	(5.024)	(3.442)	(5.035)
Adicional do imposto de renda - 10%	(2.078)	(3.325)	(1.907)	(3.357)
Contribuição social - 9%	(1.830)	(3.015)	(1.914)	(3.021)
IR e CS corrente	**(6.958)**	**(11.364)**	**(7.263)**	**(11.412)**

b. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Resultado de instrumentos financeiros	(140.797)	4.293	(140.797)	4.293
Base tributável	**(140.797)**	**4.293**	**(140.797)**	**4.293**
Imposto de renda - 15%	21.120	(663)	21.120	(663)
Adicional do imposto de renda - 10%	14.080	(429)	14.080	(429)
Contribuição social - 9%	12.672	(386)	12.672	(386)
IR e CS diferido	**47.871**	**(1.479)**	**47.871**	**(1.479)**

10. Contingências: A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionados ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **11. Patrimônio líquido: a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito da Companhia é de R$ 34.578 divididos em 18.983.382 de ações ordinárias e sem valor nominal.

	Quotas	Valor (R$)	Percentual
Daniel Queiroga Duarte Lima	1.503.612	2.738	7,92%
Rodrigo Pelizzon	1.002.405	1.826	5,28%
Heloy Anjos Telles Rudge	1.503.612	2.739	7,92%
Thiago Natacci da Rocha	1.002.405	1.826	5,28%
William Massashi Akamatsu	114.317	208	0,60%
Bruno Beloti de Souza	568.664	1.036	3,00%
Vibra Energia S.A.	13.288.367	24.205	70,00%
	18.983.382	**34.578**	**100,00%**

Ao longo de 2021, a Companhia realizou dois aumentos de capital, ambos os quais foram subscritos integralmente pela Vibra Energia S.A. e totalmente integralizados em moeda corrente nacional. O primeiro aumento de capital, aprovado em Assembleia Geral em 01 de fevereiro de 2021, foi de R$9.769, enquanto o segundo foi no montante de R$13.680, aprovado em Assembleia Geral em 13 de maio de 2021. Ambos os valores já se encontram no caixa da Companhia. **b) Destinação do lucro Distribuição de dividendos -** Em 03 de janeiro de 2021 foi aprovado o pagamento de R$25.300 em dividendos aos acionistas da Companhia, montante que já foi integralmente pago. **Dividendos mínimos obrigatórios -** É assegurado ao acionista a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei, diminuído da parcela destinada à constituição da reserva legal (5% do lucro líquido), não superior a 20% do capital social. **c) Reserva legal -** A Legislação Societária prevê a constituição de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social **d) Lucro por ações -** O lucro (prejuízo) básico por ações é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A tabela a seguir apresenta o cálculo básico/diluído por ação para os períodos:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	108.415	21.042
Média ponderada de ações	16.695	10.086
Lucro líquido básico e diluído por ações	**6,49**	**2,09**

12. Receitas de vendas

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita revenda de energia elétrica	938.851	583.593	938.851	583.593
Receita prestação de serviços	-	-	2.514	322
Impostos incidentes sobre vendas e devoluções	(90.371)	(54.013)	(90.589)	(54.041)
	848.480	**529.580**	**850.776**	**529.874**

13. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Compra de energia elétrica	(817.320)	(490.884)	(817.320)	(490.884)
Pessoal e administradores	(8.987)	(1.945)	(8.987)	(1.945)
Depreciação e amortização	(110)	(124)	(110)	(124)
Serviços de terceiros	(1.578)	(1.303)	(1.589)	(1.303)
Aluguéis de prédios locados	(478)	(343)	(478)	(343)
Viagens e representações	(4)	(216)	(4)	(216)
Honorários contábeis	(96)	(70)	(96)	(70)
Outras	(420)	1	(419)	(276)
	(828.993)	**(495.160)**	**(829.003)**	**(495.161)**
Custo de energia comprada	(817.320)	(490.884)	(817.320)	(490.884)
Gerais, comerciais e administrativas	(11.673)	(4.276)	(11.683)	(4.277)
	(828.993)	**(495.160)**	**(829.003)**	**(495.161)**

14. Resultado financeiro líquido

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(8)	(6)	(11)	(6)
Multas e juros de mora	(2)	(1)	(3)	(1)
IOF	(11)	(15)	(11)	(15)
Outras despesas financeiras	(188)	-	(188)	-
	(209)	**(22)**	**(213)**	**(22)**
Receitas financeiras				
Receitas de juros	301	90	304	90
Rendimentos de aplicações financeiras	1.319	482	1.445	487
Descontos obtidos	-	-	-	-
	1.620	**572**	**1.749**	**577**
	1.411	**550**	**1.536**	**555**

15. Instrumentos financeiros: a. Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. A Companhia adota os mais altos níveis de gestão de riscos, tendo construído suas políticas com base nos padrões adotados pelo mercado e levado tais políticas à aprovação do seu Conselho de Administração. Os riscos mais significativos são: **Risco de liquidez -** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. **Risco de crédito -** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise criteriosa das capacidades financeiras, técnicas e comerciais de cada uma de suas contrapartes considerando, entre outros fatores, a situação financeira, experiência e reputação dos sócios e diretores e alavancagem operacional. A exposição a riscos de crédito é acompanhada de forma recorrente pela diretoria da Companhia. **b. Instrumentos financeiros (contratos futuros) -** Como descrito na nota explicativa nº 3.5, a Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. O valor justo dos contratos de energia já estão calculados a valor presente e foram descontados pelas taxas referenciais DI x IPCA (média ponderada de 5,54%) em 31 de dezembro de 2021 e estão líquidos dos impostos de PIS/COFINS. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante de R$140.797 foi reconhecida na rubrica do resultado "Valor justo dos contratos de energia". O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2021. A Companhia tem contratos futuros de energia com suprimento até o exercício findo de 2040.

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	12/2021
Ganho temporário - circulante	170.046
Ganho temporário - não circulante	500.024
Perda temporária - circulante	193.218
Perda temporária - não circulante	330.528
Resultado líquido	**146.324**

Exposição energética em MWh	Compra	Venda	Net MWh
2022	2.667.615	(2.696.361)	(28.747)
2023	2.369.286	(2.424.789)	(55.503)
2024	2.438.586	(2.444.209)	(5.623)
2025 a 2040	15.951.992	(15.678.484)	273.508
(Short)/Long	**23.427.479**	**(23.243.844)**	**183.635**

c. Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil: O CPC 40 determina que a Companhia deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho:

	2021
Ativo - Mensurados a valor justo por meio do resultado	
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	670.070
Custo amortizado	**670.070**
Caixa e equivalentes de caixa	2.083
Aplicações financeiras	42.962
Contas a receber	84.747
	129.792
Passivo - Mensurados a valor justo por meio do resultado	
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	523.746
Custo amortizado	**523.746**
Fornecedores	77.139
	77.139

d. Mensuração do valor justo - O CPC 48 define o valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 determina uma hierarquia de três níveis para o valor justo descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2 –** *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3 –** *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia classificou os contratos futuros de energia como nível 2.

A DIRETORIA

THYAGO AREIAS BISSOLOTTI - CONTADOR - CRC SP259092/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Vibra Comercializadora de Energia S.A.** (Anteriormente denominada Targus Comercializadora de Energia S.A.) São Paulo - SP - **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas -** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Vibra Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidadas, que compreendem os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Vibra Comercializadora de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos -** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentada para fins comparativos, foram auditadas por nós, para as quais emitimos opinião sem modificação na data de 15 de março de 2021. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das sociedades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1. **Thiago Gonçalves Marques** - Contador CRC 1 SP 254881/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 964E-4D0A-9D8C-E1BD.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 964E-4D0A-9D8C-E1BD.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/964E-4D0A-9D8C-E1BD ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 964E-4D0A-9D8C-E1BD

Hash do Documento

9D6C91B586C9252AF8D7934960D3159362B3D0F8959E4CC75F6B3519E8D81701

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/03/2022 07:46 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

mitre

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 07.882.930/0001-65

Relatório da Administração

Mensagem da Administração: O nosso ano de 2021 foi a comprovação para o mercado, e para todos os demais *stakeholders*, da nossa capacidade operacional e de execução. Mesmo com os desafios impostos pela continuidade da pandemia da COVID-19, atingimos nosso *guidance* de lançar entre R$1,5 e R$2,0 bilhões, patamar que acreditamos ser saudável para continuar desenvolvendo os melhores empreendimentos de cada região. Terminamos o ano com 15 canteiros de obras ativos, todos dentro do cronograma, vendemos 1.317 e entregamos 741 unidades, todas antecipadas e com aceite de 98,5% na 1ª vistoria. Realizamos o lançamento de 10 empreendimentos, 7 da linha Haus Mitre e 3 da linha Raízes, totalizando R$1,8 bilhão em VGV, aumento de quase 100% em relação ao ano anterior. Nossas vendas líquidas atingiram R$732,0 milhões, com velocidade de vendas de 35,5% no ano e Margem Bruta Ajustada de 35,3%, fortes indicadores que demonstram o excelente desempenho operacional da Companhia. O estoque atingiu R$1,4 bilhão, sendo que 98,8% das unidades são de produtos lançados nos últimos 24 meses e apenas 0,5% de produtos entregues, reforçando nossa estratégia de alto giro do ativo e de desenvolver os melhores empreendimentos de cada bairro. Outro importante destaque é que, de todos os produtos em desenvolvimento ou com estoque disponível, a venda média atingiu 69,8%, o que, novamente, reforça a qualidade dos nossos produtos, nos garante maior previsibilidade em nosso fluxo de recebíveis e maior proteção à inflação, uma vez que nossa carteira é corrigida pelo INCC. Fizemos importantes aquisições de terrenos ao longo de 2021, que totalizaram R$1,9 bilhão e foram suficientes para repor os lançamentos do ano e ainda incrementar nosso *landbank* em R$146,4 milhões. A totalidade do banco de terrenos da Companhia se encontra na cidade de São Paulo, em regiões estratégicas e próximas aos grandes eixos de mobilidade urbana da capital. Esses terrenos nos garantem aproximadamente 3 anos de bons lançamentos e nos permite ser cada vez mais criteriosos e seletivos na compra de novos terrenos. Nossa Receita Líquida de Incorporação foi de R$567,3 milhões em 2021, 50,3% acima de 2020. Esse aumento foi, principalmente decorrente do bom desempenho de vendas dos lançamentos do ano e da evolução física das obras dos projetos lançados nos anos anteriores, que, devido a metodologia do POC (*Percentage of Completion*), tiveram parte de sua receita reconhecida ao longo desse ano, acompanhando a evolução de suas obras. Com isso, a Margem Bruta Ajustada atingiu 35,3% e a Margem à Apropriar (REF) 39,2%, níveis que refletem a qualidade financeira de nossos projetos e nossa capacidade operacional, mesmo com a pressão de custos do setor de construção civil ao longo do ano e que já foram refletidos nas revisões dos orçamentos de todas as nossas obras. Em relação às despesas, mantivemos o nosso compromisso de ser, se não a mais, uma das empresas mais eficientes do setor, atingindo apenas 8,2% no índice de SG&A em relação ao VGV lançado no ano, sendo 4,3% em despesas gerais e administrativas e 3,9% em despesas comerciais. Temos convicção de que só foi possível atingir essa eficiência devido ao comprometimento e engajamento do nosso time e do nosso modelo de *partnership*, que é único no setor. O lucro líquido recorrente, que estorna o efeito relacionado à operação de *Total Return Equity Swap* (TRS) foi de R$50,4 milhões, aumento de 29,8% em relação ao ano passado. O aumento do lucro líquido recorrente é consequência do bom desempenho de vendas dos lançamentos e dos estoques ao longo do ano e da eficiência no controle das despesas. Seguindo nossa estratégia de diferenciação, divulgamos e implementamos parcerias estratégicas que nos posicionam cada vez mais como uma Companhia única no setor. A união entre Mitre Realty e Atlântica Hotels proporcionou uma experiência inovadora para os clientes dos empreendimentos Haus Mitre e Haus Mitre Butantã, que puderam rentabilizar seus apartamentos de forma fácil e descomplicada, gerando retorno em poucos meses após a entrega das chaves. Além disso, também fechamos uma parceria com a intenção de desenvolver até R$500 milhões em VGV potencial com a Lucio Empreendimentos e Participações Ltda., que, assim como a Mitre, tem seu posicionamento voltado ao produto, excelência e diferenciação. Dado todos esses fatores, ficamos extremamente contentes em comunicar que, em 2021, atingimos a marca de 93% no índice de satisfação dos clientes, reforçando nosso posicionamento estratégico de manter sempre o foco no cliente. Por fim, reiteramos que estamos cumprindo integralmente todo o plano de negócio apresentado aos acionistas à época do nosso IPO e seguimos atentos às boas oportunidades de negócio, lançando os melhores produtos de cada região, mantendo um equilíbrio saudável entre velocidade de vendas e margens e entregando projetos sempre com a máxima excelência. Tudo isso foi o que nos fez chegar até aqui e será o que nos levará muito adiante. **Fabricio Mitre** - *Diretor Presidente*

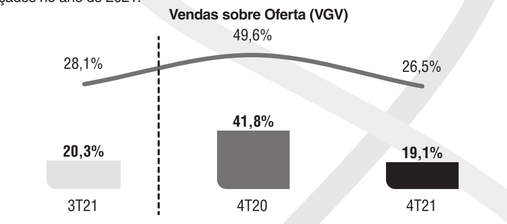
Desempenho Operacional: Lançamentos - Em 2021, a Mitre realizou 10 lançamentos, totalizando R$1,8 bilhão de VGV em 2.455 unidades, um recorde na história da Companhia e atingiu seu *guidance* de lançar entre R$1,5 e R$2,0 bilhões no ano. Houve crescimento de 94,5% e 32,2%, em VGV e unidades lançadas, respectivamente, quando comparado aos números de 2020, quando foram lançados R$920,1 milhões em 1.857 unidades. Só no 4T21, a Mitre lançou R$1,1 bilhão de VGV em 5 produtos, evidenciando, mais uma vez, sua capacidade de execução.

Haus Mitre Santa Cruz Rua Assungui, 121 Alto do Ipiranga - São Paulo	**Haus Mitre Campo Belo** Rua João de Sousa Dias, 939 Campo Belo - São Paulo
VGV: **R$ 119 milhões** Unidades: **158** Lançamento: **Março/2021** %VGV Vendido: **34%**	VGV: **R$ 150 milhões** Unidades: **178** Lançamento: **Maio/2021** %VGV Vendido: **75%**
Haus Mitre Residences 370 Rua Professor José Marques da Cruz, 75 Brooklin - São Paulo	**Haus Mitre Vila Clementino** Rua Borges Lagoa, 360 Vila Clementino - São Paulo
VGV: **R$ 87 milhões** Unidades: **237** Lançamento: **Junho/2021** %VGV Vendido: **67%**	VGV: **R$ 188 milhões** Unidades: **217** Lançamento: **Agosto/2021** %VGV Vendido: **37%**
Haus Mitre Aclimação Rua Gualachos, 187 Aclimação - São Paulo	**Haus Mitre Jardins** Rua Itapeva, 342 Jardins - São Paulo
VGV: **R$ 102 milhões** Unidades: **119** Lançamento: **Agosto/2021** %VGV Vendido: **31%**	VGV: **R$ 189 milhões** Unidades: **51** Lançamento: **Outubro/2021** %VGV Vendido: **32%**
Raízes Vila Mascote Rua Madre Emilie, 434 Vila Mascote - São Paulo	**Haus Mitre Reserva Vila Mariana** Rua Dona Brigida, 620 Vila Mariana - São Paulo
VGV: **R$ 180 milhões** Unidades: **305** Lançamento: **Outubro/2021** %VGV Vendido: **23%**	VGV: **R$ 265 milhões** Unidades: **287** Lançamento: **Dezembro/2021** %VGV Vendido: **8%**
Raízes Premium Mooca Rua Jupuruchita, 173 Mooca - São Paulo	**Raízes Tatuapé** Rua Soriano de Sousa, 70 Tatuapé - São Paulo
VGV: **R$ 157 milhões** Unidades: **261** Lançamento: **Dezembro/2021** %VGV Vendido: **35%**	VGV: **R$ 354 milhões*** Unidades: **642** Lançamento: **Dezembro/2021** %VGV Vendido: **37%**

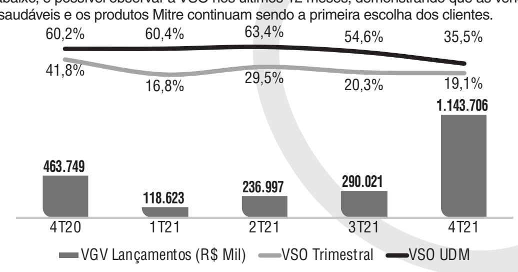
** Participação minoritária de 10% da Sinco Engenharia*

Vendas Sobre Oferta (VSO): O Índice de Vendas sobre Oferta no 4T21 foi de 19,1%, bastante semelhante aos 20,3% do 3T21, mesmo com o lançamento de R$1,1 bilhão no trimestre, o que evidencia a capacidade de execução da Companhia e comprova a qualidade dos produtos Mitre. O VSO de lançamento foi de 26,5% no 4T21, 1,6 p.p. inferior ao 3T21, porém, é importante ressaltar que do total de lançamentos do trimestre, R$775,1 milhões foram lançados nos últimos 20 dias do ano, o que, novamente, demonstra que os produtos Mitre são a primeira escolha dos clientes. Atualmente, os produtos da Companhia estão extremamente bem vendidos, com média de 69,8% de vendas, sendo que 76,7% das unidades em estoque são provenientes de produtos lançados no ano de 2021.

Vendas sobre Oferta (VGV)



No gráfico abaixo, é possível observar a VSO nos últimos 12 meses, demonstrando que as vendas estão em patamares saudáveis e os produtos Mitre continuam sendo a primeira escolha dos clientes.

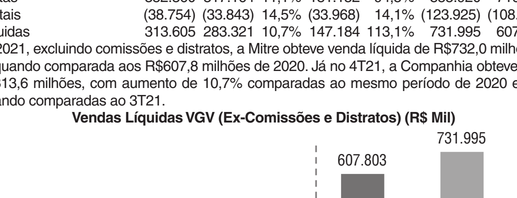


Vendas: A Mitre atingiu R$855,9 milhões em vendas brutas no ano, excluindo comissões, o que representa um aumento de 19,4% em comparação com os R$716,6 milhões do ano de 2020. No trimestre, as vendas brutas totalizaram R$352,4 milhões, comparadas a R$181,2 milhões no 3T21 e R$317,2 milhões no 4T20, aumentos de 94,5% e 11,1%, respectivamente. Os distratos se mantiveram em níveis extremamente saudáveis e representaram apenas 1,9% do total da carteira de recebíveis, em linha com o 3T21, que representaram 2,0%. Na tabela abaixo, pode-se ver o detalhamento das vendas brutas, bem como os distratos e vendas líquidas no trimestre.

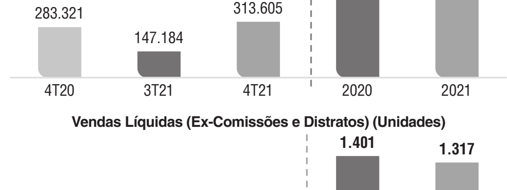
Vendas Brutas (R$ Mil)	4T21	4T20	Var. %	3T21	Var. %	2021	2020	Var. %
Vendas Brutas	352.360	317.164	11,1%	181.152	94,5%	855.920	716.567	19,4%
Distratos Totais	(38.754)	(33.843)	14,5%	(33.968)	14,1%	(123.925)	(108.763)	13,9%
Vendas Líquidas	313.605	283.321	10,7%	147.184	113,1%	731.995	607.803	20,4%

No ano de 2021, excluindo comissões e distratos, a Mitre obteve venda líquida de R$732,0 milhões, aumento de 20,4%, quando comparada aos R$607,8 milhões de 2020. Já no 4T21, a Companhia obteve vendas líquidas de R$313,6 milhões, com aumento de 10,7% comparadas ao mesmo período de 2020 e aumento de 113,1% quando comparadas ao 3T21.

Vendas Líquidas VGV (Ex-Comissões e Distratos) (R$ Mil)



Vendas Líquidas (Ex-Comissões e Distratos) (Unidades)

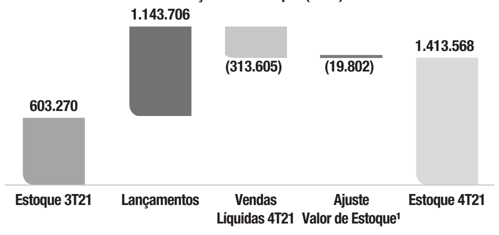


A força própria de vendas da Companhia, através da Mitre Vendas, continua, de maneira sistemática, mostrando-se bastante resiliente, eficiente e fundamental para o elevado VSO da Mitre, respondendo, no ano, por 75% das vendas do período, mesmo com forte aumento dos lançamentos. Os 25% restantes foram comercializados por empresas parceiras. **Entregas:** Em 2021, a Mitre realizou três entregas, o Haus Mitre, o Haus Mitre Butantã e o Raízes Guilhermina-Esperança, totalizando 741 unidades e R$309 milhões em VGV. Todos os empreendimentos foram entregues antes do prazo contratual com os clientes e se encontram 99,2% vendidos, na média. Mais uma vez a Mitre comprova a qualidade na entrega de seus produtos, atingindo a marca de 98,5% de aceite na 1ª vistoria, na média dos 3 produtos. Em linha com a estratégia da Companhia de manter seu alto giro do ativo, grande parte do financiamento à produção foi amortizada ainda no período de pré habite-se.

Haus Mitre Rua Paula Ney, 428 - Vila Mariana - São Paulo	**Haus Mitre Butantã** Rua Drausio, 108 - Butantã - São Paulo
Unidades: **169** Entrega: **Janeiro/2021** 124 dias antes do prazo contratual Aceita na 1ª vistoria: **100%**	Unidades: **256** Entrega efetiva: **Agosto/2021** 34 dias antes do prazo contratual Aceita na 1ª vistoria: **97%**
Raízes Guilhermina-Esperança Rua Tapari, 158 - Guilhermina Esperança - São Paulo	
Unidades: **316** Entrega efetiva: **Dezembro/2021** 230 dias antes do prazo contratual Aceita na 1ª vistoria: **100%***	

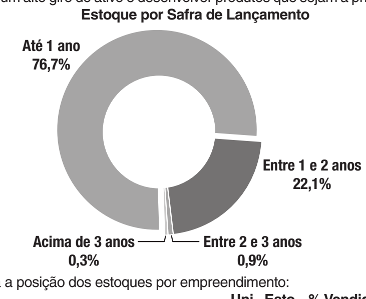
Estoques: A Companhia concluiu o ano com 1.881 unidades em estoque, totalizando R$1,4 bilhão em VGV, em comparação com 938 unidades e R$603,3 milhões no 3T21, mesmo com o lançamento de R$1,1 bilhão no 4T21, sendo R$775,1 milhões lançados em dezembro. Apesar do forte incremento no volume de lançamentos ao longo do ano, quando comparado aos anos anteriores, os empreendimentos encontram-se, em média, 69,8% vendidos, patamar bastante saudável e que demonstram a qualidade dos produtos Mitre. A Companhia continua obtendo boa performance de vendas, mantendo o estoque em patamares saudáveis, sempre buscando o melhor equilíbrio entre velocidade de vendas e margem.

Evolução do Estoque (VGV)



¹Ajuste a valor de mercado do estoque da Companhia na data de divulgação desse relatório, além da diferença entre o valor de tabela das unidades e o valor contratual pactuado com os clientes, consequência, majoritariamente, da antecipação de parcelas e da comissão de vendas nas unidades. O gráfico abaixo demonstra a quebra do estoque por safra de lançamento. Das unidades em estoque, 76,7% são provenientes de produtos lançados nos últimos 12 meses e menos de 0,5% é de produtos entregues, reforçando a estratégia da Companhia de possuir um alto giro do ativo e desenvolver produtos que sejam a primeira escolha dos clientes.

Estoque por Safra de Lançamento

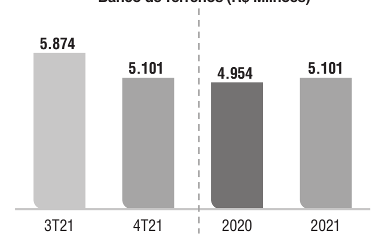


A tabela abaixo mostra a posição dos estoques por empreendimento:

Empreendimentos	Status	Linha	Lançto.	Unidades	Estoque	% Vendido (Unidades)	VGV lanç. (R$ Mil)	% Vendido (VGV)
Raízes Tatuapé	Lançamento	Raízes	dez/21	642	322	49,8%	353.942	37,1%
Raízes Premium Mooca	Lançamento	Raízes	dez/21	261	192	26,4%	156.558	34,8%
Haus Mitre Reserva Vila Mariana	Lançamento	Haus	dez/21	287	231	19,5%	264.605	8,2%
Raízes Vila Mascote	Lançamento	Raízes	out/21	305	229	24,9%	179.935	23,4%
Haus Mitre Jardins	Lançamento	Haus	out/21	51	33	35,3%	188.666	32,2%
Haus Mitre Aclimação	Lançamento	Haus	ago/21	119	81	31,9%	102.217	31,0%
Haus Mitre Vila Clementino	Lançamento	Haus	ago/21	217	95	56,2%	187.805	36,5%
Haus Mitre Residences 370	Em Obras	Haus	jun/21	237	79	66,7%	87.136	66,5%
Haus Mitre Campo Belo	Em Obras	Haus	mai/21	178	76	57,3%	149.862	74,5%
Haus Mitre Santa Cruz	Em Obras	Haus	mar/21	158	105	33,5%	118.623	33,9%
Haus Mitre Ibirapuera	Em Obras	Haus	nov/20	159	72	54,7%	109.508	53,3%
Raízes VM	Em Obras	Raízes	nov/20	227	76	66,5%	101.905	69,7%
Haus Mitre Residences	Em Obras	Haus	nov/20	203	69	66,0%	70.862	63,3%
Haus Mitre Platô Ipiranga	Em Obras	Haus	nov/20	341	23	93,3%	181.474	87,8%
Raízes Tucuruvi Jacarandá	Em Obras	Raízes	set/20	282	42	85,1%	122.139	85,8%
Haus Mitre Perdizes	Em Obras	Haus	ago/20	235	49	79,1%	180.390	72,2%
Raízes Tucuruvi Figueira	Em Obras	Raízes	ago/20	154	0	100,0%	34.109	100,0%
Raízes Freguesia do Ó	Em Obras	Raízes	jul/20	256	84	67,2%	119.717	69,3%
Haus Mitre Alto Butantã	Em Obras	Haus	nov/19	210	3	98,6%	95.577	93,7%
Haus Mitre Pinheiros	Em Obras	Haus	nov/19	149	0	100,0%	113.659	100,0%
Raízes Vila Prudente	Em Obras	Raízes	nov/19	272	9	96,7%	108.480	96,5%
Haus Mitre Brooklin	Em Obras	Haus	jun/19	255	2	99,2%	172.339	99,2%
Raízes Guilhermina-Esperança	Entregue	Raízes	mar/19	316	3	99,1%	98.430	99,5%
Haus Mitre Butantã	Entregue	Haus	set/18	256	2	99,2%	115.371	99,2%
Haus Mitre	Entregue	Haus	mai/18	169	1	99,4%	94.733	99,7%
Raízes Vila Matilde	Entregue	Raízes	out/16	283	3	98,9%	126.226	98,8%
Total				**6.222**	**1.881**	**69,8%**	**3.634.267**	**61,0%**

Banco de Terrenos: A Mitre concluiu o ano de 2021 com um banco de terrenos de R$5,1 bilhões em VGV potencial, mesmo com o lançamento de R$1,1 bilhão no 4T21 e R$1,8 bilhão no ano. No trimestre, as aquisições totalizaram R$370,6 milhões em VGV potencial e, no ano, R$1,9 bilhão, resultando, assim, em um acréscimo de R$146,3 milhões no banco de terrenos ao final de 2021. A Companhia continua buscando boas oportunidades, adquirindo bons terrenos e reafirma que o patamar atual do banco de terrenos garante a sustentabilidade do negócio para os próximos três anos, o que permite à Companhia ser bastante seletiva na aquisição de novos terrenos para compor seu *landbank*. Todos os terrenos estão estrategicamente localizados em áreas já consolidadas, sendo 100% na cidade de São Paulo, em regiões com ótima infraestrutura urbana e próximas aos principais eixos de transporte da cidade.

Banco de Terrenos (R$ Milhões)

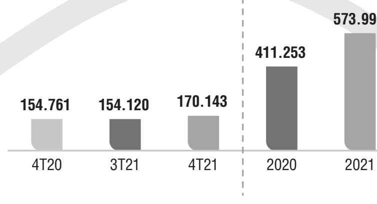


Desempenho Financeiro: Demonstração dos Resultados Consolidados da Mitre Realty:

Em R$ Mil, Exceto %	4T21	4T20	Var. %	3T21	Var. %	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Líquida	**170.143**	**154.761**	**9,9%**	**154.120**	**10,4%**	**573.996**	**411.253**	**39,6%**
Custo dos Imóveis vendidos	(115.430)	(102.119)	13,0%	(97.592)	18,3%	(378.270)	(271.501)	39,3%
Lucro Bruto	**54.713**	**52.642**	**3,9%**	**56.528**	**-3,2%**	**195.726**	**139.752**	**40,1%**
Despesas Administrativas	(23.609)	(15.515)	52,2%	(19.566)	20,7%	(80.126)	(58.632)	36,7%
Despesas Comerciais	(22.974)	(24.536)	**-6,4%**	(19.756)	**16,3%**	(69.286)	(38.937)	**77,9%**
Outras Despesas e Receitas Operacionais	748	(1.427)	N/A	(4.430)	N/A	(6.068)	(4.150)	46,2%
Equivalência Patrimonial	234	–	**–**	–	**–**	234	34	**588,2%**
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras	**9.112**	**11.164**	**-18,4%**	**12.776**	**-28,7%**	**40.480**	**38.067**	**6,3%**
Despesas Financeiras	633	3.238	-80,5%	(11.498)	N/A	(25.583)	(6.840)	274,0%
Receitas Financeiras	6.414	11.164	-42,5%	7.285	-12,0%	24.016	25.654	-6,4%
Lucro antes da Provisão para o Imposto de Renda e CS	**16.159**	**25.566**	**-36,8%**	**8.563**	**88,7%**	**38.913**	**56.881**	**-31,6%**
Imposto de Renda e CS Corrente e Diferido no Resultado	(3.649)	(3.007)	21,4%	(3.215)	13,5%	(11.529)	(7.798)	47,8%
Lucro Líquido	**12.510**	**22.559**	**-44,5%**	**5.348**	**133,9%**	**27.384**	**49.083**	**-44,2%**
Total Return Equity Swap (TRS)	1.025	9.846	-89,6%	(11.050)	N/A	(23.047)	10.237	-325,1%
Lucro Líquido Recorrente Ex-TRS	**11.485**	**12.713**	**-9,7%**	**16.398**	**-30,0%**	**50.431**	**38.846**	**29,8%**

Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida, no 4T21, totalizou R$170,1 milhões, crescimento de 9,9% quando comparada aos R$154,8 milhões registrados no mesmo período de 2020. Quando comparada ao 3T21, a receita operacional líquida teve aumento de 10,4%, além de um aumento de 39,6% quando comparado o ano de 2021 com o ano de 2020. Esse aumento, ano contra ano, é decorrente do maior volume de lançamentos do ano, bom desempenho de vendas de lançamento e estoque e da evolução física das obras em andamento, que, dada a metodologia do POC ("*Percentage of Completion*"), determina o reconhecimento da receita das unidades vendidas de forma proporcional e de acordo com a evolução do custo incorrido de cada projeto.

Receita Líquida (R$ Mil)

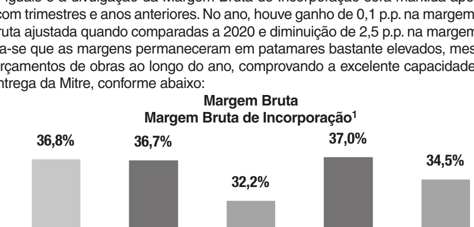


Lucro Bruto e Lucro Bruto Ajustado:

Em R$ Mil, Exceto %	4T21	4T20	Var. %	3T21	Var. %	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Líquida	170.143	154.761	9,9%	154.120	10,4%	573.996	411.253	39,6%
Receita Operacional Líquida de Incorporação[1]	170.143	143.242	18,8%	154.120	10,4%	567.315	377.511	50,3%
Lucro Bruto	**54.713**	**52.642**	**3,9%**	**56.528**	**-3,2%**	**195.726**	**139.752**	**40,1%**
Margem Bruta	32,2%	34,0%	-1,9 p.p.	36,7%	-4,5 p.p.	34,1%	34,0%	0,1 p.p.
Lucro Bruto de Incorporação[1]	**54.713**	**52.642**	**3,9%**	**56.528**	**-3,2%**	**195.726**	**139.752**	**40,1%**
Margem Bruta de Incorporação[1]	32,2%	36,8%	-4,6 p.p.	36,7%	-4,5 p.p.	34,5%	37,0%	-2,5 p.p.
(+) Encargos Financeiros	2.622	1.182	121,8%	2.102	24,7%	7.012	4.179	67,8%
Lucro Bruto Ajustado[2]	57.335	53.824	6,5%	58.630	-2,2%	202.738	143.931	40,9%
Margem Bruta Ajustada[2]	33,7%	34,8%	-1,1 p.p.	38,0%	-4,3 p.p.	35,3%	35,0%	0,3 p.p.
Lucro Bruto Ajustado de Incorporação[12]	57.335	53.824	6,5%	58.630	-2,2%	202.738	143.931	40,9%
Margem Bruta Ajustada de Incorporação[12]	33,7%	37,6%	-3,9 p.p.	38,0%	-4,3 p.p.	35,7%	38,1%	-2,4 p.p.

¹A margem bruta de incorporação é uma medida não contábil utilizada pela Companhia. A norma contábil IFRS-15 (CPC 47) estipula que a empresa responsável pela construção reconheça não só a receita do fee de administração, mas também o custo integral de obra como receita e também como custo, ou seja, apesar de o lucro bruto ser zero, o cálculo da margem acaba impactado pelo aumento da receita. Portanto, a margem bruta de incorporação é calculada através da divisão do lucro bruto de incorporação pela receita líquida subtraída da receita proveniente de contrato de construção de obra, exceto a parcela correspondente ao fee de administração (receita operacional líquida de incorporação). ² O lucro bruto ajustado é uma medida não contábil utilizada pela Companhia, calculado através do lucro bruto adicionado dos custos financeiros dos financiamentos à produção, os quais são capitalizados nos custos dos imóveis vendidos e reconhecidos conforme a proporcionalidade das unidades vendidas. Adicionalmente, a margem bruta ajustada é calculada pela divisão entre o lucro bruto ajustado e a receita líquida. O lucro bruto foi de R$195,7 milhões em 2021, comparado a R$139,8 milhões em 2020, aumento de 40,1% na comparação ano contra ano. Em relação ao ano anterior, o lucro bruto nominal apresentou aumento dado o cronograma natural de andamento físico das obras, uma vez que a Companhia lançou R$920,4 milhões de VGV no segundo semestre de 2020 e a maioria de suas respectivas obras evoluíram significativamente no segundo semestre de 2021 e pelo bom desempenho de vendas dos lançamentos do ano. No ano, a margem bruta foi de 34,1%, a margem bruta de incorporação foi de 34,5% e margem bruta ajustada, isto é, excluindo o efeito dos encargos financeiros, foi de 35,3%. A margem bruta de incorporação reflete o reconhecimento de receita e custo referente a empresa MJF Construções, utilizada especificamente para construção dos dois empreendimentos que foram lançados e imediatamente vendidos para o Fundo de Investimento em Participações Share Student Living - Multiestratégia. O reconhecimento contábil dos valores associados à MJF Construções distorcia o indicador e a margem bruta consolidada apresentava uma redução do que seria seu normal. A partir do 3T21, as margens trimestrais serão sempre iguais e a divulgação da Margem Bruta de Incorporação será mantida apenas para efeito de comparação com trimestres e anos anteriores. No ano, houve ganho de 0,1 p.p. na margem bruta e de 0,3 p.p. na margem bruta ajustada quando comparadas a 2020 e diminuição de 2,5 p.p. na margem bruta de incorporação. Destaca-se que as margens permaneceram em patamares bastante elevados, mesmo com a revisão de todos os orçamentos de obras ao longo do ano, comprovando a excelente capacidade de planejamento, execução e entrega da Mitre, conforme abaixo:

Margem Bruta
Margem Bruta de Incorporação¹



Despesas Comerciais:

Em R$ Mil	4T21	4T20	Var. %	3T21	Var. %	2021	2020	Var. %
Despesas Comerciais	(22.974)	(24.536)	-6,4%	(19.756)	16,3%	(69.286)	(38.937)	77,9%
Total VGV Lançamentos Residenciais (R$ Mil)	1.143.706	463.749	146,6%	290.021	294,4%	1.789.347	920.104	94,5%
% das Despesas Comerciais sobre VGV Lançado	**2,0%**	**5,3%**	**-3,3 p.p.**	**6,8%**	**-4,8 p.p.**	**3,9%**	**4,2%**	**-0,4 p.p.**

As despesas comerciais totalizaram R$69,3 milhões em 2021, comparadas a R$38,9 milhões em 2020. O aumento das despesas em 77,9% é decorrente do maior volume de lançamentos do ano, que foi 94,6% superior, demonstrando o ganho de eficiência da Companhia. O índice que mede a relação das Despesas Comerciais com o VGV Lançado ficou em 3,9% em 2021 e 4,2% em 2020, diminuição de 0,4 p.p., patamar bastante saudável, em linha com os orçamentos da Companhia e que reflete o compromisso da Companhia de se manter entre as empresas mais eficientes do setor.

Despesas Gerais e Administrativas:

Em R$ Mil	4T21	4T20	Var. %	3T21	Var. %	2021	2020	Var. %
Despesas Gerais Administrativas	(23.609)	(15.515)	52,2%	(19.566)	20,7%	(80.126)	(58.632)	36,7%
Total VGV Lançamentos Residenciais (R$ Mil)	1.143.706	463.749	146,6%	290.021	294,4%	1.789.347	920.104	94,5%
% das Despesas Gerais e Adm. sobre VGV Lançado	**2,1%**	**3,3%**	**-1,3 p.p.**	**6,7%**	**-4,7 p.p.**	**4,5%**	**6,4%**	**-1,9 p.p.**

Em 2021, o índice de Despesas Gerais e Administrativas por VGV Lançado em 2021 atingiu 4,5%, diminuição de 1,9 p.p., indicador dentre os mais baixos do setor e que comprova a posição da Companhia de possuir uma cultura de eficiência em todas as etapas do negócio, muito focada no controle das despesas. As despesas gerais e administrativas somaram R$80,1 milhões, comparadas a R$58,6 milhões em 2020. O crescimento foi decorrência do forte aumento do volume de lançamentos na comparação ano a ano e dentro do esperado pela Companhia. A Mitre possui um time de alta performance, bem dimensionado e com incentivos atraentes e adequados para viabilizar o crescimento sustentável de longo prazo da Companhia e entregar os resultados esperados. A cultura de *partnership,* em que os executivos de maior destaque são convidados a serem sócios da Companhia, faz muita diferença para obter média de performance sistematicamente acima do mercado.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

Em R$ Mil, Exceto %	4T21	4T20	Var. %	3T21	Var. %	2021	2020	Var. %
Lucro (Prejuízo) Líquido	**12.510**	**22.559**	**-44,5%**	**5.348**	**133,9%**	**27.384**	**49.083**	**-44,2%**
(+) IRPJ/CSSL Corrente e Diferido	3.649	3.007	21,4%	3.215	13,5%	11.529	7.798	47,8%
(+) Resultado Financeiro, Líquido	(7.047)	(14.402)	-51,1%	4.213	-267,3%	1.567	(18.814)	N/A
(+) Depreciação e Amortização	1.181	663	78,1%	1.428	-17,3%	5.034	2.239	124,8%
EBITDA[1]	**10.293**	**11.827**	**-13,0%**	**14.204**	**-27,5%**	**45.514**	**40.306**	**12,9%**
Margem EBITDA[1]	6,0%	7,6%	-1,6 p.p.	9,2%	-3,2 p.p.	7,9%	9,8%	-1,9 p.p.
(+) Custos dos Encargos Financeiros	2.622	1.182	121,8%	2.102	24,7%	7.012	4.179	67,8%
EBITDA Ajustado[2]	**12.915**	**13.009**	**-0,7%**	**16.306**	**-20,8%**	**52.526**	**44.485**	**18,1%**
Margem EBITDA Ajustada[2]	7,6%	8,4%	-0,8 p.p.	10,6%	-3,0 p.p.	9,2%	10,8%	-1,7 p.p.

¹ EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. ² EBITDA Ajustado é uma medição não contábil segundo às práticas contábeis adotadas no Brasil e aceitas pelo IFRS. O EBITDA ajustado é calculado através do EBITDA adicionado dos custos financeiros dos financiamentos à produção, os quais são capitalizados nos custos dos imóveis vendidos e reconhecidos conforme a proporcionalidade das unidades vendidas. Adicionalmente, a margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão entre o EBITDA ajustado e a receita operacional líquida. O EBITDA da Companhia foi de R$45,5 milhões em 2021, comparado a R$40,3 milhões em 2020, crescimento de 12,9% ano contra ano. A margem EBITDA foi de 7,9% no ano, diminuição de 1,9 p.p. em relação ao ano de 2020. O EBITDA Ajustado, que estorna o efeito dos custos financeiros dos financiamentos relacionados à produção, totalizou R$52,5 milhões, com margem de 9,2% no ano.

Resultado Financeiro Líquido:

Em R$ Mil	4T21	4T20	Var. %	3T21	Var. %	2021	2020	Var. %
Despesas Financeiras	633	3.238	-80,5%	(11.498)	N/A	(25.583)	(6.840)	274,0%
Receitas Financeiras	6.414	11.164	-42,5%	7.285	-12,0%	24.016	25.654	-6,4%
Resultado Financeiro Líquido	**7.047**	**14.402**	**-51,1%**	**(4.213)**	**N/A**	**(1.567)**	**18.814**	**-108,3%**

Em 2021, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$1,6 milhões versus positivo em R$18,8 milhões em 2020. A variação, quando comparada com o ano de 2020, é, majoritariamente, consequência da marcação à mercado da operação de *Total Return Equity Swap* (TRS), que tem objetivo similar ao de uma recompra de ações, que é capturar o alto potencial de valorização das ações da Mitre que a Administração entende existir e que, pelas normas contábeis, reflete o preço da ação na data do fechamento contábil de cada trimestre, mesmo sem qualquer alteração do saldo de ações detido pela Companhia. Ou seja, é um número contábil e não realizado efetivamente pela Companhia, que ainda detém o saldo de ações.

Lucro Líquido:

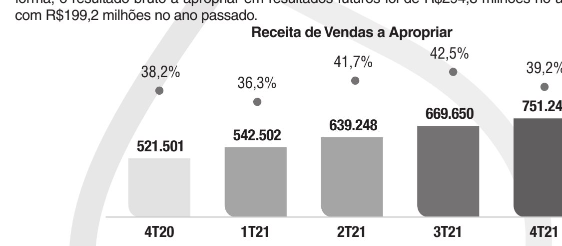
Em R$ Mil, Exceto %	4T21	4T20	Var. %	3T21	Var. %	2021	2020	Var. %
Lucro Líquido	**12.510**	**22.559**	**-44,5%**	**5.348**	**133,9%**	**27.384**	**49.083**	**-44,2%**
Margem Líquida	7,4%	14,6%	-7,2 p.p.	3,5%	3,9 p.p.	4,8%	11,9%	-7,2 p.p.
Total Return Equity Swap (TRS)	1.025	9.846	**-89,6%**	(11.050)	**N/A**	(23.047)	10.237	**-325,1%**
Lucro Líquido Recorrente Ex-TRS	**11.485**	**12.713**	**-9,7%**	**16.398**	**-30,0%**	**50.431**	**38.846**	**29,8%**
Margem Líquida Recorrente Ex-TRS	6,8%	8,2%	-1,5 p.p.	10,6%	-3,9 p.p.	8,8%	9,4%	-0,7 p.p.

Em 2021, a Companhia obteve lucro líquido recorrente de R$50,4 milhões, o que representa um aumento de 29,8% comparado ao ano anterior. O lucro líquido recorrente exclui o efeito da operação de *Total Return Equity Swap* (TRS), que totalizou perda contábil de R$23,0 milhões no ano. O lucro líquido, considerando o TRS, foi de R$27,4 milhões, comparado a R$49,1 milhões em 2020. ***Return on Average Equity* (ROAE):** O ROAE em 2021 foi de 2,7%, ainda distorcido e negativamente impactado pelo aumento no Patrimônio Líquido, com a entrada dos recursos do IPO da Companhia, que ainda não foi integralmente alocado, e pela operação de *Total Return Equity Swap* (TRS) que impactou negativamente o lucro líquido.

Em R$ Mil e %	4T21	3T21	Var. %
Patrimônio Líquido	994.933	990.251	0,5%
Lucro Líquido Trimestral	12.510	5.348	133,9%
Return On Average Equity Trimestral (ROAE)[1]	**1,3%**	**0,5%**	**0,7 p.p.**
Lucro Líquido dos Últimos Doze Meses	27.384	37.433	-26,8%
Return On Average Equity Últimos Doze Meses (ROAE UDM)[1]	**2,7%**	**3,8%**	**-1,0 p.p.**

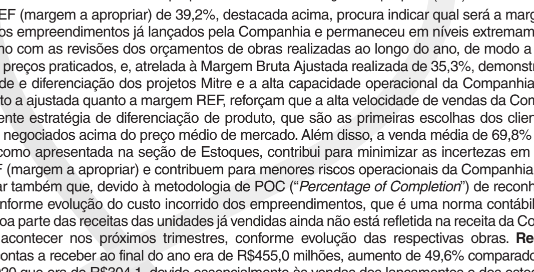
¹ ROAE (Return On Average Equity) é o lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido médio da Companhia (calculado pela média entre o patrimônio líquido do exercício corrente com o patrimônio líquido do período imediatamente anterior). **Resultados a Apropriar:** Ao final do ano, as receitas a apropriar, líquidas de distratos, eram de R$751,2 milhões, comparadas a R$521,5 milhões ao final de 2020, enquanto o custo orçado a apropriar era de R$456,5 milhões, comparado a R$322,3 milhões no ano anterior, resultando em margem REF (margem a apropriar) de 39,2%, excluindo os custos financeiros, versus 38,2% ao final de 2020. Dessa forma, o resultado bruto a apropriar em resultados futuros foi de R$294,8 milhões no ano, em comparação com R$199,2 milhões no ano passado.

Receita de Vendas a Apropriar



A margem REF (margem a apropriar) de 39,2%, destacada acima, procura indicar qual será a margem bruta a apropriar dos empreendimentos já lançados pela Companhia e permaneceu em níveis extremamente saudáveis, mesmo com as revisões dos orçamentos de obras realizadas ao longo do ano, de modo a refletir os aumentos de preços praticados, e, atrelada à Margem Bruta Ajustada realizada de 35,3%, demonstra a excelente qualidade e diferenciação dos projetos Mitre e a alta capacidade operacional da Companhia. As altas margens, tanto a ajustada quanto a margem REF, reforçam que a alta velocidade de vendas da Companhia é fruto da eficiente estratégia de diferenciação de produto, que são as primeiras escolhas dos clientes e por muitas vezes negociados acima do preço médio de mercado. Além disso, a venda média de 69,8% em todos os projetos, como apresentada na seção de Estoques, contribui para minimizar as incertezas em relação à margem REF (margem a apropriar) e contribuem para menores riscos operacionais da Companhia. É importante ressaltar também que, devido à metodologia de POC ("*Percentage of Completion*") de reconhecimento de receita conforme evolução do custo incorrido dos empreendimentos, que é uma norma contábil do setor, implica que boa parte das receitas das unidades já vendidas ainda não está refletida na receita da Companhia, o que deve acontecer nos próximos trimestres, conforme evolução das respectivas obras. **Recebíveis:** O saldo em contas a receber ao final do ano era de R$455,0 milhões, aumento de 49,6% comparado ao saldo ao final de 2020 que era de R$304,1, devido essencialmente às vendas dos lançamentos e dos estoques existentes. Importante destacar que, apesar dos recentes aumentos das taxas de juros, temos uma carteira de recebíveis de alta qualidade, com LTV médio ("*loan to value*") de 45,7%, distrato e inadimplência que representaram 6,2% e 0,02% da carteira, no ano, respectivamente, ambos em níveis extremamente baixos e que refletem nossa rígida análise de crédito. Todos esses fatores nos asseguram maior assertividade na gestão da carteira e principalmente no momento do repasse. O saldo do contas a receber está distribuído da seguinte forma:

Composição dos Recebíveis (R$ mil)

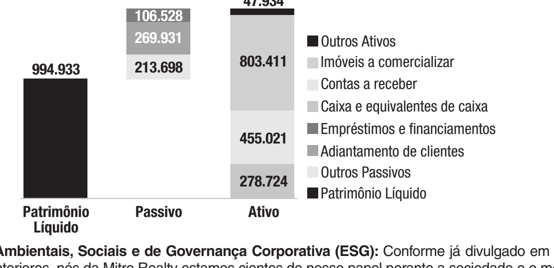


Caixa e Endividamento:

Em R$ Mil	2021	2020	Var. %
Empréstimos e Financiamentos (CP)	89.954	26.624	237,9%
Empréstimos e Financiamentos (LP)	16.574	18.804	-11,9%
Dívida Bruta	**106.528**	**45.428**	**134,5%**
(–) Caixa e Equivalentes	115.525	194.304	-40,5%
(–) Aplicações Financeiras	109.631	543.181	-79,8%
(–) Caixa Restrito (CP e LP)	53.568	49.492	8,2%
Dívida Líquida[1]	**(172.196)**	**(741.549)**	**-76,8%**

Em R$ Mil	2021	2020	Var. %
Dívida Bruta	**106.528**	**45.428**	**134,5%**
(–) Financiamento à Produção	106.528	40.959	160,1%
Dívida Corporativa[2]	**–**	**4.469**	**–**
Patrimônio Líquido	994.933	1.007.434	-1,2%
Dívida Corporativa/Patrimônio Líquido[3]	**0,0%**	**0,4%**	**–**

¹ A dívida líquida equivale a dívida bruta da Companhia (soma dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, não incluindo os passivos de arrendamento), deduzidos do caixa e equivalentes, aplicações financeiras e caixa restrito (circulante e não circulante).² A Dívida Corporativa equivale a dívida bruta da Companhia (soma dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, não incluindo os passivos de arrendamento), deduzidos do Financiamento à Produção.³ O índice de endividamento é calculado dividindo a dívida corporativa pelo patrimônio líquido do período. A dívida bruta da Mitre ao final do ano totalizou R$106,5 milhões, correspondendo a um aumento de 134,5% quando comparada aos R$45,4 milhões ao final de 2020. Tal aumento foi devido aos financiamentos dos empreendimentos em construção, que são liberados conforme evolução física das obras. Do total da dívida bruta, 100%, refere-se aos financiamentos à produção (SFH), dívidas captadas pelas SPEs para financiamento da construção dos empreendimentos e que estão cobertas pelos recebíveis dos próprios empreendimentos em 409% de seu valor nominal. A Companhia fechou o ano com um saldo total em caixa de R$278,7 milhões, redução de R$508,3 milhões quando comparado ao ano anterior, majoritariamente consequência do pagamento de importantes terrenos do *landbank*. Dado o confortável saldo em caixa da Companhia e seu baixo endividamento, a Mitre encerrou o ano com uma posição de caixa líquido de R$172,2 milhões, evidenciando a excelente liquidez da Companhia e seu baixíssimo nível de endividamento que diminui consideravelmente os riscos do negócio e a coloca em posição vantajosa para aproveitar boas oportunidades de negócio e gerar valor aos seus acionistas.



Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ESG): Conforme já divulgado em nossos relatórios anteriores, nós da Mitre Realty estamos cientes de nosso papel perante a sociedade e o meio ambiente e da necessidade de se estruturar um programa de ESG robusto e efetivo para a perenidade e sustentabilidade de nosso negócio. Hoje, já somos uma empresa que possui a diversidade e igualdade de oportunidades como um dos principais valores da Companhia, assim como a governança corporativa e respeito ao meio ambiente e sociedade são temas presentes na rotina de cada um de nossos colaboradores. Porém, nesse documento, mais do que destacar as ações que já tomamos nesse sentido, queremos reafirmar nosso compromisso de estarmos na vanguarda em ESG no nosso setor e destacar que o ano de 2021 foi um ano de muito planejamento, para que 2022 e demais anos sejam anos de alta concretização das iniciativas que estamos implementando. **Relacionamento com os auditores independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes. **Declaração da diretoria:** Nos termos da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

continua→☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

—☆ continuação

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 07.882.930/0001-65

Balanços Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	**50.349**	99.831	**115.525**	194.304
Caixa restrito	3.b	**28.094**	28.893	**28.094**	28.893
Aplicações financeiras	3.c	**109.631**	543.181	**109.631**	543.181
Contas a receber	4	–	–	**300.688**	150.642
Imóveis a comercializar	5	–	–	**639.186**	152.529
Conta corrente de consórcio	12	–	–	**2.244**	–
Tributos a recuperar		**7.170**	3.631	**8.699**	3.958
Adiantamentos		**206**	172	**920**	1.486
Outros ativos		**6.514**	5.841	**9.907**	8.029
Total do ativo circulante		**201.964**	681.549	**1.214.894**	1.083.022
Não circulante					
Caixa restrito	3.b	**25.474**	20.599	**25.474**	20.599
Contas a receber	4	–	–	**154.333**	153.459
Imóveis a comercializar	5	–	–	**164.225**	45.599
Conta corrente de consórcio	12	–	–	**1.704**	–
Partes relacionadas	6	**544.984**	196.935	–	–
Outros ativos		–	–	–	1.250
Investimentos	7	**255.544**	159.964	**3.170**	259
Imobilizado		**10.437**	9.978	**14.020**	14.604
Intangível		**6.860**	2.078	**7.270**	2.399
Total do ativo não circulante		**843.299**	389.554	**370.196**	238.169
Total do ativo		**1.045.263**	1.071.103	**1.585.090**	1.321.191

Passivo	Notas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	–	4.469	**89.954**	26.624
Fornecedores		**2.432**	1.204	**35.284**	12.636
Obrigações trabalhistas e tributárias		**7.852**	6.715	**13.920**	9.993
Tributos correntes com recolhimento diferido	9	–	–	**12.015**	5.969
Adiantamento de clientes	11	–	–	**145.707**	80.676
Partes relacionadas	6	**9.943**	5.659	–	–
Outros passivos		**502**	4.267	**19.209**	12.477
Contas a pagar por aquisição de terrenos		–	–	**9.309**	8.593
Passivo de arrendamento		**1.033**	1.122	**1.942**	2.117
Provisão para perdas com investimentos	7	**14.073**	5.751	–	–
Provisão de garantia de obra	13.a	–	–	**1.231**	1.270
Contas correntes de consórcios	12	–	–	**31.529**	36.285
Outros débitos com terceiros - SCPs	10	**7.273**	4.226	**11.444**	4.469
Dividendos a pagar	15.b	–	11.474	–	11.474
Total do passivo circulante		**43.108**	44.887	**371.544**	212.583
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	–	–	**16.574**	18.804
Tributos correntes com recolhimento diferido	9	–	–	**3.009**	4.864
Adiantamento de clientes	11	–	–	**124.224**	33.629
Partes relacionadas	6	–	205	–	–
Conta corrente de consórcios	12	–	–	**21.418**	13.713
Provisão de garantia de obra	13.a	–	–	**3.095**	4.379
Outros débitos com terceiros - SCPs	10	**5.096**	9.725	**18.445**	12.387
Contas a pagar por aquisição de terrenos		–	–	**20.328**	–
Passivo de arrendamento		**1.237**	1.842	**2.854**	5.071
Provisão para demandas judiciais	13.b	**8.012**	8.000	**8.666**	8.327
Total do passivo não circulante		**14.345**	19.772	**218.613**	101.174
Patrimônio líquido					
Capital social	15.a	**959.493**	959.493	**959.493**	959.493
Reserva de capital		**12.426**	7.122	**12.426**	7.122
Reserva de lucros		**15.891**	39.829	**15.891**	39.829
Total do patrimônio líquido		**987.810**	1.006.444	**987.810**	1.006.444
Participação de não controladores		–	–	**7.123**	990
Total do patrimônio líquido consolidado		**987.810**	1.006.444	**994.933**	1.007.434
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.045.263**	1.071.103	**1.585.090**	1.321.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de lucros: Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019		56.100	4.188	1.395	–	1.598	–	–	63.281	44	63.325
Aumento de capital	15.a	**958.724**	–	–	–	–	–	–	**958.724**	–	**958.724**
Gastos com emissão de ações	15.a	**(55.331)**	–	–	–	–	–	–	**(55.331)**	–	**(55.331)**
Lucro líquido do exercício	15.b	–	–	–	–	–	–	**48.310**	**48.310**	**773**	**49.083**
Destinação do resultado do exercício			–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	15.b	–	–	–	–	**2.416**	–	**(2.416)**	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.b	–	–	–	–	–	–	**(11.474)**	**(11.474)**	–	**(11.474)**
Dividendos adicionais propostos	15.b	–	–	–	–	–	**34.420**	**(34.420)**	–	–	–
Plano de remuneração dos administradores		–	**553**	–	–	–	–	–	**553**	–	**553**
Plano de remuneração baseado em ação	15.c	–	**2.381**	–	–	–	–	–	**2.381**	–	**2.381**
Aumento de capital de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	**173**	**173**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		959.493	7.122	1.395	–	4.014	34.420	–	1.006.444	990	1.007.434
Lucro líquido do exercício	15.b	–	–	–	–	–	–	**24.321**	**24.321**	**3.063**	**27.384**
Destinação do resultado do exercício			–				–				
Reserva legal	15.b	–	–	–	–	**1.216**	–	**(1.216)**	–	–	–
Dividendos adicionais propostos	15.b	–	–	–	–	–	**10.661**	**(10.661)**	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	15.b	–	–	–	–	–	–	**(5.776)**	**(5.776)**	–	**(5.776)**
Dividendos adicionais propostos distribuídos	15.b	–	–	–	–	–	–	**(6.668)**	**(6.668)**	–	**(6.668)**
Dividendos distribuídos	15.b	–	–	**(1.395)**	–	–	**(34.420)**	–	**(35.815)**	–	**(35.815)**
Plano de remuneração baseado em ação	15.c	–	**5.304**	–	–	–	–	–	**5.304**	–	**5.304**
Aumento de capital de não controladores	7.c(d.10)	–	–	–	–	–	–	–	–	**3.070**	**3.070**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**959.493**	**12.426**	–	–	**5.230**	**10.661**	–	**987.810**	**7.123**	**994.933**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional líquida	16	–	–	**573.996**	411.253
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	17	–	–	**(378.270)**	(271.501)
Lucro bruto		–	–	**195.726**	139.752
Receitas/despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	**(71.791)**	(51.508)	**(80.126)**	(58.632)
Despesas comerciais	17	**(2.997)**	(778)	**(69.286)**	(38.937)
Outras despesas e receitas operacionais	18	**(555)**	1.899	**(6.068)**	(4.150)
Apropriação Mais-valia	7	**(5.333)**	–	–	–
Equivalência patrimonial	7	**110.915**	80.150	**234**	34
Total das despesas e receitas operacionais		**30.239**	29.763	**(155.246)**	(101.685)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**30.239**	29.763	**40.480**	38.067
Receitas financeiras	19	**18.606**	19.967	**24.016**	22.714
Despesas financeiras	19	**(24.524)**	(1.420)	**(25.583)**	(3.900)
Resultado financeiro		**(5.918)**	18.547	**(1.567)**	18.814
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**24.321**	48.310	**38.913**	56.881
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9.b	–	–	**(11.529)**	(7.798)
Lucro líquido do exercício		**24.321**	48.310	**27.384**	49.083
Lucro líquido atribuído aos controladores		**24.321**	48.310	**24.321**	48.310
Lucro líquido atribuído aos não controladores		–	–	**3.063**	773
Lucro líquido p/ações - R$ - básico	22	**0,22993**	0,49424	**0,22993**	0,49424
Lucro líquido p/ações - R$ - diluído	22	**0,22993**	0,49424	**0,22993**	0,49424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**24.321**	48.310	**27.384**	49.083
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**24.321**	48.310	**27.384**	49.083
Lucro líquido atribuído aos controladores	**24.321**	48.310	**24.321**	48.310
Lucro líquido atribuído aos não controladores	–	–	**3.063**	773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	–	–	**574.625**	411.665
Outras receitas	–	–	**1.599**	859
	–	–	**576.224**	412.524
Insumo adquirido de terceiros				
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	–	–	**(366.859)**	(267.740)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(16.189)**	(9.113)	**(88.894)**	(51.515)
	(16.189)	(9.113)	**(455.753)**	(319.255)
Valor adicionado (absorvido) bruto	**(16.189)**	(9.113)	**120.471**	93.269
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	**(2.972)**	(1.955)	**(5.034)**	(2.239)
	(2.972)	(1.955)	**(5.034)**	(2.239)
Valor líquido produzido (absorvido) pela Companhia	**(19.161)**	(11.068)	**115.437**	91.030
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**113.811**	80.150	**234**	34
Outros resultados em investimento	**(33.833)**	1.900	**(35.086)**	(4.368)
Receitas financeiras	**18.606**	19.967	**24.017**	22.714
Valor total adicionado recebido (absorvido) em transferência	**98.584**	102.017	**(10.835)**	18.380
Valor adicionado total a distribuir	**79.423**	90.949	**104.602**	109.410
Distribuição do valor adicionado	**79.423**	90.949	**104.602**	109.410
Pessoal e encargos	**54.726**	41.017	**57.409**	43.814
Salários e encargos	**35.026**	31.182	**37.369**	33.979
Honorários da administração	**9.663**	7.247	**9.663**	7.247
Participação de empregados nos lucros	**4.733**	207	**5.073**	207
Plano de opções em ações	**5.304**	2.381	**5.304**	2.381
Impostos, taxas e contribuições	**111**	467	**12.050**	9.853
Remuneração de capitais de terceiros - Juros	**265**	1.155	**7.759**	6.660
Remuneração de capitais próprios	**24.321**	48.310	**27.384**	49.083
Dividendos mínimos obrigatórios	**5.776**	11.474	**5.776**	11.474
Dividendos adicionais proposto	**17.329**	34.420	**17.329**	34.420
Integralização de capital com lucro do exercício	–	–	–	–
Lucros retidos no exercício (reserva legal e reserva estatutária)	**1.216**	2.416	**1.216**	2.416
Lucro líquido atribuído aos não controladores	–	–	**3.063**	773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	**24.321**	48.310	**38.921**	56.881
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido proveniente das atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações do intangível	**2.972**	1.955	**5.034**	2.239
Equivalência patrimonial	**(110.915)**	(80.150)	**(241)**	(34)
Resultados de SCP's	–	–	**2.896**	5.291
Provisão para garantias de obras	–	–	**(394)**	2.065
Ajuste a valor presente	–	–	**6.453**	(2.042)
Provisão para perda esperada para risco de crédito	–	–	**135**	318
Provisão/reversão para distratos líquida	–	–	**3.092**	(1.019)
Provisão de impostos diferidos (PIS e COFINS)	–	–	**2.266**	905
Provisão para demandas judiciais	**11**	(109)	**522**	220
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	**139**	709	**462**	2.121
Apropriação de encargos financeiros capitalizados	**22**	416	**7.012**	4.179
Juros incorridos sobre arrendamento mercantil	**132**	(10)	**582**	157
Amortização do custo de captação de empréstimos	–	109	–	816
Outras resultados em investimentos	**1.210**	(508)	**523**	(468)
Total Equity return swap	**969**	(5.609)	**969**	(5.609)
Plano de opções de ações	**5.304**	2.381	**5.304**	2.381
Ganho com títulos e valores imobiliários	**(10.634)**	(9.257)	**(10.634)**	(9.257)
Participações - PLR	**3.000**	3.539	**3.000**	3.359
Ganho não realizado	–	(2.245)	–	(2.245)
Amortização mais-valia	**5.333**	–	**5.333**	–
Plano de remuneração dos administradores	–	553	–	553
Total dos ajustes para conciliar o resultado	**(78.136)**	(39.916)	**71.235**	60.811
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber	–	–	**(163.875)**	(58.811)
(Aumento) redução em imóveis a comercializar	–	–	**(482.386)**	(127.714)
(Aumento) redução em outros ativos	**(1.643)**	(5.585)	**(441)**	(628)
(Aumento) redução em adiantamentos	**(34)**	3.647	–	–
(Aumento) redução em tributos a recuperar	**(3.540)**	(2.895)	**(4.740)**	(2.768)
Aumento (redução) em Fornecedores	**1.227**	(46)	**22.657**	971
Aumento (redução) em Obrigações trabalhistas e tributárias	**(1.863)**	1.206	**525**	1.162
Aumento (redução) em Adiantamento de clientes	–	–	**54.921**	26.228
Aumento (redução) em Conta corrente consórcios	–	–	**422**	43.233
Aumento (redução) em outros passivos	**(3.143)**	11.492	**3.436**	(3.137)
Pagamento de garantia de obras	–	–	**(912)**	(439)
Pagamento de demandas judiciais	–	–	**(188)**	(594)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	**(456)**	(967)	**(5.427)**	(6.459)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	**(9.208)**	(5.660)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	**(87.588)**	(33.064)	**(513.981)**	(73.805)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações em caixa restrito e títulos e valores mobiliários	**(4.877)**	(48.693)	**(4.876)**	(48.692)
Resgates de caixa restrito e títulos e valores mobiliários	**800**	1.100	**800**	6.100
Aplicação financeira	**(297.131)**	(818.144)	**(297.131)**	(818.144)
Resgate de aplicação financeira	**741.318**	284.220	**741.317**	284.221
Integralização de capital nos investimentos	**(47.761)**	(35.600)	–	(8.912)
Aquisição/(venda) de investimento	**10.553**	33.800	–	18.341
Redução de capital em investimento	–	–	–	–
Aquisição do imobilizado e intangiível	**(8.212)**	(7.840)	**(9.321)**	(12.439)
Dividendos recebidos de investidas	**57.737**	35.961	–	498
Caixa líquido da alienação de investimentos	–	–	**12.076**	22.293
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**452.427**	(555.196)	**442.865**	(556.734)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(4.174)**	(13.521)	**(67.487)**	(122.842)
Amortização de arrendamento mercantil	**(1.444)**	(815)	**(2.438)**	(1.007)
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	**128.245**	48.457
Aumento do capital social, líquido dos gastos com emissão de ações	–	903.393	–	903.393
Dividendos pagos	**(59.733)**	–	**(59.733)**	–
Partes relacionadas	**(343.970)**	(202.442)	–	–
Repasse para terceiros (SCPs)	**(5.000)**	(13.366)	**(6.642)**	(39.567)
Outros débitos com terceiros	–	2.820	–	2.820
Aporte/redução de não controladores	–	–	**392**	173
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(414.321)**	676.069	**(7.663)**	791.427
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(49.482)**	87.809	**(78.779)**	160.888
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**99.831**	12.022	**194.304**	33.416
No final do exercício	**50.349**	99.831	**115.525**	194.304
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(49.482)**	87.809	**(78.779)**	160.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia ou Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede localizada na Alameda Santos, nº 700 - 5º andar, Jardim Paulista na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. Para atender os propósitos societários, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por objeto social a incorporação, construção, venda de unidades imobiliárias residenciais e comerciais. Em 6 de dezembro de 2019, a Companhia protocolou pedido de registro de Companhia aberta e de sua oferta inicial de ações junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), com início da negociação de suas ações no segmento do Novo Mercado B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão "B3"em 4 de fevereiro de 2020 sob a sigla "MTRE3". O IPO consistiu em uma oferta primária, onde foram emitidas 49.674.820 de novas ações ordinárias e uma oferta secundária de 4.870.634 ações, ao valor de R$19,30 cada ação, totalizando uma captação de R$1.052.727, sendo R$958.724 relacionadas à Oferta Primária, cujo os custos com bancos, advogados, consultores e outros custos totalizaram R$55.331 relacionados ao IPO, sendo esses redutores da conta de "Reserva de capital" conforme CPC 08 - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. **1.1. Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras:** Em 10 de março de 2020 e 16 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu os Ofícios Circulares nº02/2020 e nº 03/2020 ("OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SNC/SEP/ nº02/2020" e "OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº03/2020"), sobre eventuais efeitos que o Coronavírus poderia trazer para os negócios das Companhias e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância das Companhias Abertas e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas. Quanto aos impactos advindos da pandemia de COVID-19, a Administração da Companhia adotou regime de trabalho remoto, fornecendo aos seus colaboradores todas as ferramentas para garantir a produtividade, foco nas vendas "online", além de todas as outras medidas de acordo com as autoridades de saúde e saneamento. Em relação as demonstrações financeiras, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, especial atenção foi dada àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos nossos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas a efeito, como, por exemplo, nas seguintes áreas: recuperabilidade de ativos, reconhecimento de receita, provisões para perda esperada de contas a receber e provisão para distratos, conforme descrito na Nota Explicativa de nº 2.3.2. A administração da companhia está monitorando a situação, e e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras individuais "Controladora" estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo Comite de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.2. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para arquivamento em 21 de fevereiro de 2022. 2.1.1. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os aspectos relacionados ao reconhecimento da receita desse setor, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas Companhias de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa nº 2.3.1. As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na Nota Explicativa nº 7. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil que estão sujeitas às normas da CVM, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos recursos aplicados em investimentos em sociedades controladas para que estas possam efetuar a construção dos empreendimentos. Para fins de IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, a capitalização de juros somente é permitida para ativos qualificáveis, não sendo caracterizado como ativo qualificável os investimentos mantidos nas sociedades controladas, apresentados nas demonstrações financeiras separadas. 2.1.2. Continuidade operacional: As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenant") em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da Controladora é positivo em R$ 158.856 (R$636.662 em 2020) e o capital circulante líquido consolidado é positivo em R$ 843.350 (R$870.439 em 2020). A gestão do capital circulante leva em conta os números consolidados uma vez que a Companhia conta com mecanismos para movimentar recursos entre as Companhias de forma eficiente, sem prejudicar o atendimento dos compromissos de cada uma das entidades que compõem as demonstrações consolidadas. Por essa razão, qualquer análise que tenha por base o capital circulante da Controladora não refletirá a real liquidez da Companhia. 2.1.3. Moeda Funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.1.4. Apresentação de informações por segmento e natureza: A Companhia possui apenas um segmento operacional (incorporação e venda de imóveis), de acordo com as regras da NBC TG 22 (R2) que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 22 (R2) Informação por segmento. Por esse motivo, não estão sendo apresentadas informações por segmento. A Companhia não possui clientes que representem mais de 10% da receita total consolidada, não havendo, assim, grau de dependência de clientes específicos a ser divulgado. **2.2. Base de consolidação:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e das controladas descritas na Nota Explicativa nº 7. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores. i) Controladas: As demonstrações financeiras de controladas, preparadas de acordo com as políticas contábeis consistentes com as da Controladora, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos sócios não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas. ii) Investimentos em coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. A Companhia apresenta suas participações em coligadas, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a companhia não possuí participações em controladas em conjunto. iii) Participações em operações em conjunto - consórcios: Operação em conjunto (joint operation) na Companhia estão representados pelo sócio terrenista - responsável pelo aporte no consorcio do terreno, objeto da operação e pelo sócio incorporador (líder do consórcio) responsável pelo desenvolvimento do empreendimento. Nos consórcios, as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Quando a Companhia realiza atividades como operações em conjunto, a Companhia reconhece em relação à sua participação em uma operação em conjunto: • Seus ativos e passivos, incluindo sua participação sobre quaisquer ativos detidos e passivos assumidos em conjunto; • Sua participação nas receitas de venda advinda da operação em conjunto; • Suas despesas, incluindo sua participação nas despesas incorridas em conjunto. A Companhia contabiliza os ativos, os passivos, as receitas e as despesas relacionados à sua participação em uma operação em conjunto de acordo com as normas aplicáveis a ativos, passivos, receitas e despesas específicos. **2.3. Principais práticas contábeis:** 2.3.1. Apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis: Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas e custos são apresentados, de acordo com o objeto social específico de cada Companhia. i) *Venda de bens (Incorporação imobiliária)* Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida no momento em que a venda é efetivada (transferência de riscos e benefícios), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: A Companhia, suas controladas e investidas, adotaram o NBC TG 47/IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas Companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. O Ofício circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades registradas na CVM do setor de incorporação imobiliária, têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustamentos tempestivos; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório das demonstrações financeiras). A receita somente é reconhecida, caso a Companhia identifique que não exista mais o risco de incerteza de entrada de fluxo de caixa após a identificação do contrato com o cliente. Os contratos de venda firmados entre a Companhia dá-se no modelo no qual a incorporadora financia o promitente durante a fase de construção do projeto, através de recursos próprios e/ ou obtenção de financiamento (SFH) junto a instituições financeiras - Contratos tipo 3 e 4. Em regra, projetos de construção de unidades imobiliárias voltadas a pessoas de média baixa, média e alta renda. Com a assinatura do contrato, o mutuário se compromete a pagar durante a fase de construção aproximadamente 30% ou mais do valor da unidade imobiliária diretamente à incorporadora, que suporta todo o risco de crédito durante a fase de construção. Findo fisicamente o projeto, o mutuário precisa quitar o saldo devedor com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) e/ou obter junto a uma instituição financeira - IF o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuência da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Com isso, nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: • As receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque na rubrica "Imóveis a comercializar"; • Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamentos de clientes"; • Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados às receitas de imóveis vendidos - vide Nota Explicativa nº 19, quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis"; • Os encargos financeiros de Terrenos a pagar e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos imóveis a comercializar - vide Nota Explicativa nº 5, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção; • Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita; e • As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas e estão apresentadas na rubrica de Despesas comerciais - vide Nota Explicativa nº 17. Nos distratos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente. A reversão do custo aumenta os saldos dos imóveis a comercializar. A Companhia também reconhece, por efeito do distrato, o passivo de devolução de adiantamentos de cliente e os efeitos de ganho ou perda são reconhecidos imediatamente ao resultado. A Companhia efetua a provisão para distratos, quando em sua análise é identificada incertezas quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a entidade. Estes ajustamentos vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a entidade, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida. Os critérios para constituição da provisão para distratos encontra-se na Nota Explicativa nº 2.3.4.2. ii) *Receitas e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e os juros e correções monetárias das unidades vendidas após a entrega das chaves. As despesas financeiras abrangem os custos de empréstimos que são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Exceto pela forma de reconhecimento dos custos financeiros mencionados na Nota Explicativa nº 2.3.1.i.b. iii) *Outras práticas relacionadas à atividade imobiliária: Permutas:* para as permutas de terrenos, com a entrega de apartamentos a construir, o valor do terreno adquirido pela Companhia e por suas controladas é mensurado com base no valor justo das unidades imobiliárias a serem entregues e é registrado como imóveis a comercializar de terrenos, em contrapartida de adiantamento de clientes no passivo, no momento da assunção dos riscos e definição do projeto de comercialização. Prevalecem para estas transações os mesmos critérios de apropriação aplicados para o resultado de incorporação imobiliária em seu todo. *Provisão de garantia de obra:* constituída para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia. A provisão é constituída em contrapartida do resultado (custo) à medida que os custos de unidades vendidas incorrem. Eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida. A provisão é revisada trimestralmente e representa 1% do orçamento de obra, sendo que tal percentual foi obtido pela Companhia levando-se em consideração dados históricos e experiências adquiridas em outros empreendimentos. Periodicamente a Administração analisa suficiência da provisão face os gastos de manutenção e se necessário efetua correções. A Companhia concede exercício de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente por um período de cinco anos. A constituição da provisão de garantia é registrada em todas as sociedades da Companhia ao longo da construção do empreendimento, compondo o custo total da obra, e após a sua entrega inicia-se o processo de realização da provisão de acordo com a curva de gastos históricos definidos pela área de Engenharia. 2.3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. *Julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que não requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais estimativas e premissas que apresentam risco significativo com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos trimestres deste e dos próximos exercícios sociais, estão relacionadas com os temas a seguir. *Estimativas e premissas:* 2.3.2.1. Custos orçados: os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são mensalmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil "PoC" utilizado. Tal informação é fundamental para o reconhecimento de receita. **Impactos dos efeitos da COVI D19 na estimativa dos custos a serem incorridos até o término da construção: (i) Custos fixos:** a parcela de custo fixo não é representativa em relação ao custo total da construção, uma vez que parcela substancial dos serviços necessários são prestados por terceiros e o uso da mão de obra própria não é significativa; **(ii) Custos adicionais:** as obras adotaram uma série de medidas de segurança, como triagem dos funcionários antes da entrada nos canteiros, equipamentos de proteção individual para evitar contágio, afastamento mínimo entre os funcionários, reforço na limpeza, álcool em gel disponível aos funcionários, dentre outras medidas. Efetuamos a revisão do custo a incorrer de forma periódica e o custo relacionado com as medidas adicionais de segurança não afetam o custo orçado. 2.3.2.2. Provisão para distrato: As vendas de unidades são realizadas durante o exercício de construção, ao final da qual ocorre a liquidação do saldo pelo cliente através da obtenção de financiamento junto às instituições financeiras ou efetuada a alienação fiduciária do bem como garantia do saldo a receber, não havendo expectativa de perda que requeira a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, em virtude de deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos vêm sendo objeto de cancelamento ("distratos"), motivo pelo qual as seguintes provisões vêm sendo constituídas para fazer face a margem de lucro apropriada de contratos firmados por ocasião do reconhecimento da receita, para aqueles contratos que apresentam evidências objetivas de que possam ser objeto de distrato, afetando as rubricas de Receita e Custo das vendas realizadas. Tais provisões são constituídas como redutora das contas a receber de clientes tendo contrapartida as rubricas:(i) imóveis a comercializar; e (ii) a rubricas anteriormente mencionadas, na demonstração do resultado. Eventual passivo financeiro devido pela potencial devolução de valores recebidos, está apresentado na rubrica "outros passivos", no balanço patrimonial. **Impactos dos efeitos da COVID-19 na provisão para distratos:** (i) evidências objetivas de impairment: até o presente momento, não identificamos aumento significativo no volume de distratos e da inadimplência, que requeresse a revisão das estimativas relacionadas com a provisão para distrato a ser considerada por ocasião do reconhecimento da receita; (ii) expectativa de distratos para os próximos 12 meses: A Companhia reforçou as equipes de cobrança para ajudar os clientes que tiveram suas receitas impactadas pela COVID-19, com o objetivo de entender as necessidades de ajustes em seus fluxos de pagamento, de modo a continuarem adimplentes e assim evitar o aumento dos distratos. Houve um aumento no volume de clientes que acessaram a central de relacionamento, mas a Companhia tem obtido sucesso em controlar o aumento da inadimplência, que até o momento não apresentou um aumento expressivo. 2.3.2.3. Tributos: a Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. **Impactos dos efeitos da COVID-19 nas provisões:** (i) Com base na avaliação das evidências disponíveis, não identificamos fatores de riscos adicionais que requeiram avaliação quanto a necessidade de efetuar registro complementar de provisões tributárias, além das avaliações que já vem sendo realizadas de forma consistente em cada exercício de elaboração das demonstrações financeiras. 2.3.2.4. Provisões para demandas judiciais (tributários, cíveis e trabalhistas): a Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As avaliações para possíveis provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Impactos dos efeitos da COVID-19 nas provisões:** (i) processos administrativos e judiciais: com base na avaliação das evidências disponíveis, não identificamos fatores de riscos adicionais que requeiram avaliação quanto à necessidade de efetuar registro complementar de provisões, além das avaliações que já vêm sendo realizadas de forma consistente em cada exercício de elaboração das demonstrações financeiras; 2.3.2.5. Valor realizável líquido dos imóveis a comercializar: a administração revisa trimestralmente o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda referente ao valor realizável líquido. Uma perda por valor realizável liquido existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor realizável liquido, o qual é o maior entre o valor de realização menos custos de venda. O cálculo do valor de realização menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado. **Impactos dos efeitos da COVID-19 na classificação e no valor realizável líquido dos imóveis a comercializar**: (i) imóveis concluídos e em construção: Até o presente momento a Companhia não alterou a sua política de preços, que continua sendo atualizada conforme aumento da demanda pela compra de imóveis. Portanto, a Companhia não se vê pressionada para a realização dos imóveis e, consequentemente, não foi efetuada revisão do valor de realização dos estoques; (ii) terrenos para novos lançamentos: Neste momento, não existe nenhum indicador que demonstre a inviabilidade de lançamento dos projetos de empreendimento imobiliário planejados e que requeira o redirecionamento dos terrenos e a análise do valor realizável líquido dos terrenos levando em consideração outro cenário que não a sua destinação aos empreendimentos imobiliários planejados. 2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.3.4. Contas a receber: A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas ao longo do período de construção, aplicando-se a porcentagem de conclusão ("PoC") sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC); sendo assim, o valor das contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas deduzidas das parcelas recebidas. As contas a receber de unidades vendidas são apuradas segundo os critérios mencionados na Nota Explicativa nº 2.3.1. Quando concluída a construção, sobre as contas a receber incidem juros e variação monetária segundo índices contratuais, os quais passam a ser apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência de exercícios. Com base na carteira total das contas a receber de cada empreendimento, é estabelecido o montante previsto para ser recebido em período de até um ano, sendo o saldo contábil das contas a receber, no limite desse valor, classificado no ativo circulante. A parcela das contas a receber que exceda os recebimentos previstos no período de até um ano, é apresentada no ativo não circulante. 2.3.4.1. *Provisão para perda esperada para risco de crédito:* A Provisão para perda esperada para risco de crédito é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Adicionalmente, a Companhia também avaliou o seu contas a receber de forma prospectiva (sempre considerando as garantias concedidas), de acordo com o conceito de perdas esperadas descrito no IFRS 9/CPC 48 e, por isso, quando material, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Consequentemente, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia suportada pelas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, elaborou estudos com objetivo de avaliar a necessidade de registrar os ajustes tempestivos e preditivos relacionados aos distratos dos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias em construção (provisão para distratos). O estudo considerou a identificação da incerteza de entrada de fluxo de caixa e a evidência objetiva de condições que já existiam na data final do período contábil, para constituir a provisão para distratos. Consequentemente, a Companhia constituiu provisão para distratos para aqueles clientes que possuíam: i) parcelas vencidas a mais de 90 dias em cada exercício findo das demonstrações financeiras; ii) parcelas vencidas em cada exercício findo das demonstrações financeiras e que subsequentemente distratou o contrato de compra e venda; e iii) estavam adimplentes, mas que manifestaram formalmente a intenção de distratar o contrato de compra e venda até o término de cada exercício findo das demonstrações financeiras. 2.3.4.2. *Provisão para distratos:* Adicionalmente, a Companhia também preparou estudo que suporta o percentual histórico de devoluções para constituir o montante a ser devolvido para os clientes, quando da efetivação do distrato. Quando do registro da provisão para distrato os valores do contas a receber de clientes são ajustados em contrapartida às receitas de imóveis vendidos, bem como os custos de imóveis vendidos e imóveis a comercializar, também são ajustados pelos montantes anteriormente reconhecidos no resultado. A parcela da receita de imóveis vendidos que a Companhia não irá devolver aos clientes é reclassificada para conta específica no resultado como receita de indenização por distrato. Eventual passivo financeiro devido pela potencial devolução de valores recebidos, está apresentado na rubrica "Outros passivos", no balanço patrimonial. 2.3.5. Imóveis a comercializar: São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor realizável líquido. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos/permutas (mensurados ao valor justo), materiais, mão de obra aplicada e gastos com incorporação, bem como juros decorrentes dos financiamentos para produção. No caso de aquisição de terrenos por meio de permuta por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao valor justo previsto para as unidades a serem construídas e entregues em permuta. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou do estágio de andamento desta. No fim de cada trimestre, a Companhia revisa o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que os montantes de tais ativos não serão recuperados em decorrência da análise do valor realizável líquido. Uma perda decorrente pelo valor realizável líquido existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor realizável líquido, o qual está representado pelo preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda. Com base na avaliação efetuada pela Companhia, não houve indicação de provisão decorrente do valor realizável líquido em seus imóveis a comercializar. 2.3.6. Investimentos: Os investimentos da Companhia em suas controladoras e controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária e juros capitalizados. Quando a participação da Companhia nas perdas de investida ultrapassa a participação da entidade (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na investida), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas

continua—☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

—☆ continuação

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 07.882.930/0001-65

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

adicionais são reconhecidas somente na medida em que incorrer em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da investida. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. 2.3.7. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As taxas utilizadas para a depreciação dos ativos são:

Taxa de depreciação anual	
Instalações, móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores, periféricos e equipamentos de informática	20%
Veículos	20%
Estande de vendas	(*)

(*) Os gastos incorridos e diretamente relacionados com a construção de estande de vendas e apartamento-modelo têm natureza de caráter prioritariamente tangível e, dessa forma, se a respectiva vida útil estimada é superior a um ano, são registrados na rubrica "Ativo imobilizado", sendo depreciados de acordo com o prazo da vida útil estimada, e o correspondente encargo de depreciação é alocado na rubrica "Despesas comerciais" - "Despesas com plantão de vendas". Isso ocorre, geralmente, quando o empreendimento é composto por fases e o estande de vendas é utilizado para a comercialização nos vários lançamentos de cada fase ao longo do tempo. No caso de empreendimentos em uma única fase, não há expectativa de que a vida útil estimada seja superior a um ano e, por esse motivo, são apropriados diretamente às despesas de vendas por ocasião em que os custos são incorridos, juntamente com as demais despesas de propaganda, marketing e outras atividades correlatas, independentemente de ter ou não ocorrido a apropriação de receitas relacionadas com o empreendimento. Visto que historicamente a Companhia e suas controladas não alienam seus itens de imobilizado, o valor residual dos bens foi considerado como sendo zero. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, no fim de cada exercício. No caso específico dos estandes de vendas, caso a comercialização termine em período menor que o previsto ou venha a ser efetuada a sua demolição, o valor residual relacionado ao empreendimento é imediatamente baixado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. 2.3.8. Arrendamento mercantil: O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. 2.3.9. Intangível: Os ativos intangíveis são representados por gastos relacionados com a aquisição e o desenvolvimento de sistemas e licenças para utilização de softwares, avaliados ao custo de aquisição e com amortização pelo método linear levando-se em consideração o prazo estimado de benefícios, a partir do momento em que esses benefícios começam a ser gerados. Os custos relacionados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme são incorridos. 2.3.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 2.3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Para as vendas a prazo, a partir da data da venda até o momento da entrega do imóvel, as contas a receber devem ser mensuradas a valor presente considerando o prazo e o diferencial entre taxa de juros de mercado e a taxa de juros implícita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias, sendo que a taxa utilizada para cálculo será a maior entre a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia (descontado pelo INCC) ou, a taxa da NTN-B. 2.3.12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Quando aplicável, o imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Regime do Lucro Real: para a Companhia e determinadas controladas que optaram pelo regime de tributação do Lucro Real, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal. Regime de lucro presumido: aplicável às sociedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R$78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão de 8% e 12% respectivamente, sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuição. Regime especial tributário do patrimônio de afetação: instituído por meio da Lei nº 10.931/2004 (RET) e suas posteriores alterações, aplicável aos empreendimentos imobiliários que optaram por esse regime, em caráter opcional e irretratável enquanto perdurarem os direitos e obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem o empreendimento afetado. Cada empreendimento submetido ao RET prevê uma tributação à alíquota de 1,92% para o Imposto de renda e contribuição social e 2,08% para o PIS e COFINS, aplicável para todos os recebimentos decorrentes das vendas de unidades imobiliárias, bem como as receitas financeiras e variações monetárias, são tributadas pelo regime de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as vendas efetuadas pela Companhia até essa data estavam enquadradas no RET, independentemente, do momento das vendas e do recebimento das parcelas. 2.3.13. Tributos correntes com recolhimento diferido A legislação fiscal permite que as entidades de incorporação imobiliária tributem suas receitas de vendas de unidades imobiliárias com base em regime de caixa. Nas controladas e atividades em que a prática contábil difere da prática fiscal, é calculado um passivo ou ativo de impostos e contribuições sociais federais de recolhimento diferido para refletir quaisquer diferenças temporárias. O imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS de recolhimento diferido são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante e são decorrentes da diferença temporal decorrente do reconhecimento da receita pelo critério societário, descrito na Nota Explicativa nº 2.3.1, e do critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento (regime de caixa). A Companhia apresenta tais tributos diferidos de forma líquida (antecipações - ativo) e (recolhimento - passivo) nas demonstrações financeiras, por fim, destacamos que a segregação entre curto e longo prazo desta obrigação considera a expectativa de recebimentos futuros e que serão objeto de inclusão no cálculo da apuração dos tributos. 2.3.14. Ativos e passivos contingentes: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis em transitado em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Provisões para demandas judiciais são provisões efetuadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. 2.3.15. Benefícios a empregados: A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica e odontológica, vale-transporte e remuneração variável. *Participação dos colaboradores e administradores no resultado:* Os colaboradores têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Essas despesas são reconhecidas em base linear, levando em consideração o atingimento esperado das metas e os valores que serão disponibilizados para esses colaboradores. *Transações que envolvem pagamento em ações:* A Companhia oferece a seus empregados planos de opção de ações, o valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido. 2.3.16. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.3.17. Sociedade em contas de participação - "SCP": Para viabilização dos projetos imobiliários, a Companhia firmou acordos com parceiros empreendedores em alguns negócios, os quais são denominados como sócios participantes, de acordo com o Art. 991 do Código Civil. As obrigações com os parceiros são constituídas pelos valores aportados pelos mesmos somados aos resultados acumulados que lhes competem nos respectivos empreendimentos, sendo registrado no grupo outros compromissos com terceiros (Nota Explicativa nº 10). As obrigações serão liquidadas na medida em que ocorrer a distribuição de lucros nos empreendimentos imobiliários. Nesses acordos a Companhia figura como o sócio ostensivo, sendo o responsável legalmente pelos riscos e obrigações do empreendimento imobiliário conforme previsto na Lei, logo todos os ativos e passivos relacionados a estes acordos são apresentados integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 2.3.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamento de principal e juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, contas a receber com partes relacionadas e outros ativos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* As divulgações referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas na nota explicativa nº 2.3.4.1. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros, descrito em Nota Explicativa nº 21. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A Companhia possui apenas passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e demais passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota Explicativa nº 8. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.3.19. Terrenos a pagar: Terrenos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar por aquisição de imóveis são relacionadas à aquisição de terrenos para o desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente, acrescido dos encargos contratuais incorridos. 2.3.20. Empréstimos e financiamentos: Os recursos financeiros obtidos, sejam eles empréstimos, financiamentos, são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada. Os encargos financeiros incorridos na controladora em financiamentos obtidos para aporte em controladas, objetivando o desenvolvimento de seus empreendimentos são classificados como parcela complementar do custo do investimento nas demonstrações financeiras individuais. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços. 2.3.21. Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média mensal das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. 2.3.22. Novos pronunciamentos e normas públicas ainda não adotadas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, *se cabível*, quando entrarem em vigor. *IFRS 17 - Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

3. Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e aplicações financeiras: a) Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa	**4**	**5**	**43**	**21**
Conta corrente bancária	**2.813**	**312**	**8.723**	**4.838**
Aplicações financeiras (i)	**47.532**	**99.514**	**106.759**	**189.445**
	50.349	**99.831**	**115.525**	**194.304**

(i) As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são de renda fixa com liquidez diária e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez imediata, a serem utilizadas para compromissos de curto prazo, com remuneração média entre 100% e 116% do CDI (100% a 116% do CDI em 31 de dezembro de 2020). O "equivalente de caixa" é mantido com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AAA e BB+.

b) Caixa restrito:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aplicações financeiras	**53.568**	**49.492**	**53.568**	**49.492**
Circulante	**28.094**	**28.893**	**28.094**	**28.893**
Não circulante	**25.474**	**20.599**	**25.474**	**20.599**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos em caixa restrito estavam aplicados em LFTs indexadas à SELIC e CDBs com taxas variando entre 100% a 105% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, o caixa restrito está representado da seguinte forma: R$28.094 referente a saldo em garantia da operação de Swap realizada junto ao banco Credit Suisse, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19, e R$25.474 a saldo em garantia pela compra dos terrenos Guapira I, Guapira II e Borges Lagoa II. O saldo de caixa restrito será liberado conforme vencimento do contrato de Swap e andamento das obras dos empreendimentos lançados, sendo que a segregação de curto e longo prazo também obedece esse cronograma. c) Aplicações financeiras: Os montantes em 31 de dezembro de 2021 possuem vencimento de curto prazo, com risco insignificante de mudança de valor e com alta liquidez, a serem utilizadas de acordo com as necessidades de caixa da Companhia, que não compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aplicações financeiras (i)	**109.631**	**543.181**	**109.631**	**543.181**

(i) Compostas por Fundos de Investimentos de renda fixa com liquidez diária e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez imediata, com remuneração média entre 100% e 116% do CDI (100% a 113% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A administração efetua a gestão de caixa da Companhia por meio dessas aplicações, com expectativa de utilização dos recursos para o desenvolvimento dos projetos previstos. As aplicações financeiras são mantidas com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AAA e BB+.

4. Contas a receber:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Empreendimentos concluídos	**79.341**	17.804
Empreendimentos em construção	**399.288**	294.088
Outras contas a receber	**1.631**	2.870
Ajuste a valor presente	**(12.781)**	(6.329)
Provisão para perda esperada para risco de crédito	**(600)**	(463)
Provisão para distratos	**(12.201)**	(4.169)
	454.678	303.801
Cessão de recebíveis	**343**	300
Total (a)	**455.021**	304.101
Circulante	**300.688**	150.642
Não circulante	**154.333**	153.459

(a) O contas a receber é majoritariamente garantido através de alienação fiduciária, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 99,99% estava garantido (99,96% em dezembro de 2020). A taxa utilizada do ajuste a valor presente tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia, descontado pelo INCC e comparada com a NTN-B, sendo utilizada a maior entre elas. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia efetuou o cálculo a valor presente, considerando a taxa de desconto de 3,62% a.a. (2,14% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A Companhia adota os procedimentos para reconhecimento contábil dos resultados auferidos nas operações imobiliárias realizadas. Em decorrência disso, o saldo de contas a receber das unidades imobiliárias vendidas e ainda não concluídas está limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía o saldo das contas a receber da carteira financeira consolidada, da parcela circulante e não circulante, distribuído da seguinte forma:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Em carteira	**Em processo de repassse bancário (a)**	**Total**	**Em carteira**	**Em processo de repassse bancário (a)**	**Total**
Vencidos acima de 360 dias	**1.000**	–	**1.000**	65	–	65
Vencidos de 181 a 360 dias	**297**	–	**297**	90	–	90
Vencidos de 121 a 180 dias	**202**	–	**202**	365	–	365
Vencidos de 91 a 120 dias	**108**	–	**108**	82	–	82
Vencidos de 61 a 90 dias	**380**	–	**380**	232	–	232
Vencidos de 31 a 60 dias	**413**	–	**413**	954	–	954
Vencidos de 0 a 30 dias	**6.572**	–	**6.572**	4.876	–	4.876
	8.972	–	**8.972**	6.664	–	6.664
A vencer de 0 a 30 dias	**18.220**	**73.645**	**91.865**	11.866	12.684	24.550
A vencer de 31 a 60 dias	**12.872**	–	**12.872**	9.893	–	9.893
A vencer de 61 a 90 dias	**10.904**	–	**10.904**	8.473	–	8.473
A vencer de 91 a 120 dias	**14.926**	–	**14.926**	7.430	–	7.430
A vencer de 121 a 181 dias	**18.480**	–	**18.480**	34.353	–	34.353
A vencer de 181 a 360 dias	**185.833**	–	**185.833**	83.239	–	83.239
A vencer acima 360 dias	**136.409**	–	**136.409**	140.160	–	140.160
	397.644	**73.645**	**471.289**	295.414	12.684	308.098
Provisão para perda esperada para risco de crédito	**(600)**	–	**(600)**	(463)	–	(463)
Ajuste a valor presente	**(12.782)**	–	**(12.782)**	(6.329)	–	(6.329)
Provisão para distratos	**(12.201)**	–	**(12.201)**	(4.169)	–	(4.169)
Cessão de recebíveis	**343**	–	**343**	300	–	300
	381.376	**73.645**	**455.021**	291.417	12.684	304.101

(a) Os empreendimentos em repasse bancário em 31 de dezembro de 2021 eram Haus Mitre Vila Mariana, Haus Mitre Butantã e Mitre Raízes Vila Guilhermina e em 31 de dezembro de 2020, Raízes Vila Matilde, Livepark Santo André e Maxmitre.

Repasse bancário: Na fase de conclusão dos seus empreendimentos, quase a totalidade dos clientes passa pelo processo de financiamento bancário (conhecido também como repasse), processo este requerido para a entrega das chaves, bem como tomada de posse da unidade. O processo de repasse é individual e depende das negociações entre o cliente e a instituição financeira, podendo durar até 180 dias entre a data do início do processo de repasse até a conclusão. A Companhia apresenta tais clientes em seu "aging-list" separadamente dos clientes inadimplentes, uma vez que essa operação faz parte dos negócios e do processo de venda das unidades. Sobre esse saldo, a Companhia entende que não há risco significativo de não recebimento. Cessão de recebíveis: A Companhia cedeu determinados créditos relacionados aos contas a receber de clientes os quais são atualizados pela variação do IGP-M e possuem juros de 12% ao ano (Tabela "Price"). Em decorrência do direito de regresso previsto em contrato, a Companhia não baixou tais créditos e os mesmos estão sendo apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Cessão de recebíveis	**343**	300

Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A alienação fiduciária é uma garantia amparada na Lei nº 9.514/97 e que concede ao fiduciário uma maior agilidade na execução da garantia nos casos de inadimplência. A Companhia aliena as suas unidades em construção ou construídas com alienação fiduciária, sendo a própria unidade objeto da garantia. Para as unidades concluídas, a Companhia projetou o valor de venda da unidade em condições desfavoráveis do mercado, incluiu as comissões de vendas encontrando o valor realizável líquido e comparou com o saldo devedor do cliente, afim de concluir se a garantia é suficiente, não sendo identificado relevantes insuficiências de garantias. Entretanto, a Companhia constituiu Provisão para perda esperada para risco de crédito para aqueles clientes que estão classificados como "pró-soluto", ou seja, clientes que a Companhia financiou sem garantias. Para as unidades em construção, a Companhia entende que nesses casos o risco de perda reduz sensivelmente em decorrência de a Companhia não ter entregue ainda a unidade, porém avaliou a possibilidade de interrupção do fluxo de caixa dessas unidades, de acordo com a política da Companhia, constituindo provisão de distrato, quando necessário. Movimentação das provisões: A provisão para perda esperada para risco de crédito e provisão para distratos tiveram as seguintes movimentações: *Provisão para perda esperada para risco de crédito:*

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Saldo inicial	**(463)**	(145)
Provisão, líquida	**(137)**	(318)
Saldo final	**(600)**	(463)

Provisão para distratos:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Saldo inicial	**(4.169)**	(7.109)
Reversão (Provisão), líquida	**(8.032)**	2.940
Saldo final	**(12.201)**	(4.169)

5. Imóveis a comercializar:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Terrenos (i)	**443.998**	76.904
Imóveis em construção (ii)	**326.957**	82.127
Adiantamento para aquisição de terreno	**11.486**	29.429
Provisão para distratos	**9.481**	2.949
Adiantamentos	**8.739**	3.641
Imóveis concluídos	**1.784**	2.232
Encargos financeiros capitalizados (iii)	**915**	211
Outros	**51**	635
	803.411	198.128
Circulante	**639.186**	152.529
Não circulante	**164.225**	45.599

(i) Os terrenos para novos empreendimentos estão registrados pelo custo histórico de aquisição e incluem os custos com legalização e outros. Os terrenos cujos empreendimentos têm lançamento previsto a partir de janeiro de 2023 foram classificados no ativo não circulante. (ii) O Montante é composto por custo de terrenos acrescido dos custos de regularização, custos incorridos de construção, estoque de material não aplicados. Esses valores são transferidos para a conta de "Imóveis em construção" no momento em que o empreendimento é inicialmente comercializado. (iii) Conforme orientações descritas no OCPC 01 (R1) Entidades imobiliárias, a Companhia capitalizou juros sobre terrenos e unidades em construção, sendo que tais juros são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades vendidas seguindo o mesmo critério dos demais custos. A administração trimestralmente prepara as análises e testes de avaliação de custo ou valor realizável líquido e registra dos dois o menor em todas as rubricas dos Imóveis a comercializar, sendo que nas datas de encerramento dos balanços não foram apurados ajustes relacionados a este assunto. A movimentação dos encargos financeiros capitalizados nos exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Saldo inicial	**211**	721
Reclassificação de juros capitalizados na holding	**–**	125
Atualização de terrenos a pagar	**839**	247
Encargos financeiros capitalizados	**5.264**	4.294
Ajuste a valor presente - permuta financeira	**629**	(1.325)
Encargos financeiros apropriados aos custos dos imóveis (Nota Explicativa nº 17)	**(7.012)**	(4.179)
Outros custos	**984**	328
Total	**915**	211

6. Partes relacionadas:

Os montantes abaixo demonstrados possuem o objetivo de aquisição de imóveis para fins de estruturação, desenvolvimento, incorporação e comercialização de empreendimento imobiliário. A gestão do caixa da Companhia é centralizada, de forma que é comum a existência de transações financeiras desta natureza com as SPEs.

Ativo	Controladora	
	31/12/2021	**31/12/2020**
Mitre Residencial Casa Verde Empreendimento imobiliário Ltda.	**–**	157
Residencial Lagoa Vermelha Empreendimentos e Participações Ltda.	**–**	93
Residencial Diógenes Empreendimentos e Participações Ltda.	**–**	422
Residencial Julio Buono Empreendimentos e Participações Ltda.	**44**	2.512
Residencial Alfredo Pujol Empreendimentos e Participações Ltda.	**–**	1.193
Residencial Perrella Empreendimentos e Participações Ltda.	**26**	1.178
Mitre Vila Matilde Empreendimentos SPE Ltda.	**–**	4.364
Mitre Santo André Empreendimentos SPE Ltda.	**13**	1.447
Mitre Tapari Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	**975**	–
Mitre Drausio Empreendimentos SPE Ltda.	**506**	10.746
Borges Lagoa I Empreendimentos e Participações Ltda.	**8.942**	5.318
Mitre Vendas Corretagem de Imóveis Ltda.	**796**	266
Mitre Livepark Empreendimentos e Participações Ltda.	**10.224**	6.470
Mitre Engenharia Ltda.	**6.252**	706
Mitre José dos Reis Empreendimentos Ltda.	**14.621**	6.165
Mire Residencial Roque Petroni Ltda.	**–**	7.486
Mitre D Empreendimentos Ltda.	**–**	1.548
Mitre E Empreendimentos Ltda.	**1.293**	1.913
Mitre Galeno Empreendimentos Ltda.	**–**	9.431
Mitre H Empreendimentos Ltda.	**6.065**	455
Mitre J Empreendimentos Ltda.	**–**	2.685
Mitre Perdizes SPE Ltda.	**4.209**	–
Mitre L Empreendimentos Ltda.	**16.870**	22.913
Mitre M Empreendimentos Ltda.	**408**	70
Mitre N Empreendimentos Ltda.	**22.859**	3.365
Mitre O Empreendimentos Ltda.	**66**	141
Mitre Q Empreendimentos Ltda.	**24.510**	18.586
Mitre R Empreendimentos Ltda.	**5**	2
Mitre S Empreendimentos Ltda.	**8.153**	7.949
Mitre U Empreendimentos Ltda.	**13.067**	11.171
Mitre V Empreendimentos Ltda.	**8.111**	17.620
Mitre W Empreendimentos Ltda.	**38.635**	38
Mitre X Empreendimentos Ltda.	**1.302**	67
Mitre Y Empreendimentos Ltda.	**2.818**	331
Mitre Z Empreendimentos Ltda.	**35.946**	2.016
Mitre Michigan Empreendimentos e Participações Ltda.	**22.531**	21.605
Mitre Residencial Escobar Empreendimentos Ltda.	**2**	–
Mitre Centro Companhiarial Metrô Tietê Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**2**	–
Amaro Bezerra Empreendimentos e Participações Ltda.	**–**	33
MTR-01 Administração de Bens Ltda.	**1.565**	3.691
MTR-03 Administração de Bens Ltda.	**27.338**	5
MTR-04 Administração de Bens Ltda.	**869**	336
MTR-05 Administração de Bens Ltda.	**8.239**	715
MTR-06 Administração de Bens Ltda.	**4.660**	843
MTR-07 Administração de Bens Ltda.	**30.268**	18
MTR-08 Administração de Bens Ltda.	**18.510**	548
MTR-09 Administração de Bens Ltda.	**–**	261
MTR-10 Administração de Bens Ltda.	**19.066**	228
MTR-11 Administração de Bens Ltda.	**55.069**	2
MTR-12 Administração de Bens Ltda.	**3**	2
MTR-13 Administração de Bens Ltda.	**87**	2
MTR-14 Administração de Bens Ltda.	**287**	2
MTR-15 Administração de Bens Ltda.	**3**	2
MTR-16 Administração de Bens Ltda.	**4**	2
MTR-17 Administração de Bens Ltda.	**747**	38
MTR-18 Administração de Bens Ltda.	**5.211**	2
MTR-19 Administração de Bens Ltda.	**3**	2
MTR-20 Administração de Bens Ltda.	**3**	2
MTR-21 Administração de Bens Ltda.	**3**	2
MTR-22 Administração de Bens Ltda.	**2.600**	30
MTR-23 Administração de Bens Ltda.	**3**	2
MTR-24 Administração de Bens Ltda.	**3.925**	3
MTR-25 Administração de Bens Ltda.	**19**	3
MTR-26 Administração de Bens Ltda.	**6**	3
MTR-27 Administração de Bens Ltda.	**42**	39
MTR-28 Administração de Bens Ltda.	**815**	4
MTR-29 Administração de Bens Ltda.	**316**	61
MTR-30 Administração de Bens Ltda.	**788**	26
MTR-31 Administração de Bens Ltda.	**2.160**	38
MTR-32 Administração de Bens Ltda.	**24.533**	5.117
MTR-33 Administração de Bens Ltda.	**153**	5
MTR-34 Administração de Bens Ltda.	**153**	7
MTR-35 Administração de Bens Ltda.	**76**	31
MTR-36 Administração de Bens Ltda.	**8**	1
MTR-37 Administração de Bens Ltda.	**72**	1
MTR-38 Administração de Bens Ltda.	**142**	1
MTR-39 Administração de Bens Ltda.	**86.774**	170
MTR-40 Administração de Bens Ltda.	**106**	1
MTR-41 Administração de Bens Ltda.	**1.102**	1
MTR-42 Administração de Bens Ltda.	**1**	–
MTR-43 Administração de Bens Ltda.	**1**	–
MTR-44 Administração de Bens Ltda.	**1**	–
MTR-45 Administração de Bens Ltda.	**1**	–
MTR-46 Administração de Bens Ltda.	**1**	–
OPI 11 São Paulo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**–**	14.226
	544.984	196.935

Passivo: Os saldos do passivo referem-se a transações com controladas:

	Controladora	
	31/12/2021	**31/12/2020**
Santana Corporate Center Empreendimento Imobiliário Ltda.	**7**	205
Mitre Vila Prudente Empreendimentos e Participações Ltda.	**995**	–
Residencial Amato Bezerra Ltda.	**903**	–
Residencial Martin Luther King SPE Empreend. e Partic. Ltda.	**5.112**	–
Residencial Ibiapava Ltda.	**1.817**	819
Residencial Vila Mariana Ltda.	**1.109**	–
Mitre Paula Ney Empreendimentos SPE Ltda.	**–**	4.840
	9.943	5.864
Circulante	**9.943**	5.659
Não circulante	**–**	205

Remuneração dos administradores e conselheiros: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, os acionistas aprovaram a fixação do limite anual global da remuneração dos administradores e conselheiros da Companhia para o exercício de 2021 em até R$ 16.523. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de despesas a título de remuneração dos administradores no consolidado é de R$9.663 (R$7.247 em 31 de dezembro de 2020). Plano de opções de ações: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu despesa no valor de R$5.304 (R$2.381 em 31 de dezembro de 2020) para fazer frente ao plano de opções de ações, conforme nota explicativa nº 24. Garantias prestadas por partes relacionadas: Os acionistas majoritários da Companhia são avalistas nos empréstimos e financiamentos tomados pela Controladora (capitais de giro e financiamentos tomados com objetivo de financiar a operação de suas controladas) e suas Controladas (financiamentos à produção) bem como podem prestar garantias nos compromissos de compra e venda de terreno. Adicionalmente, a Controladora é avalista nos financiamentos tomados pelas suas controladas para financiamento à produção, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8. A Companhia não concedeu nenhuma garantia a seus acionistas ou outras partes relacionadas que não suas Controladas. **7. Investimentos:** a) Composição de saldo:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Participação em controladas:				
Controladas	**250.659**	152.658	**–**	–
Controladas em conjunto	**2.911**	–	**2.911**	–
	253.570	152.658	**2.911**	–
Encargos financeiros	**29**	28	**–**	–
Mais-valia (d.4)	**1.686**	7.019	**–**	–
Obras de arte	**259**	259	**259**	259
	1.974	7.306	**259**	259
Total	**255.544**	159.964	**3.170**	259

b) Principais informações das participações societárias e a composição dos investimentos:

	% Part.		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do período		Saldo investimentos		Resultado equivalência patrimonial	
Investida	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Mitre Residencial Casa Verde Empreendimento Imobiliários Ltda.	**100%**	99,98%	**568**	467	**40**	209	**528**	258	**112**	3	**528**	258	**112**	3
Residencial Diógenes Empreendimentos Participações Ltda.	**100%**	99,98%	**941**	806	**39**	455	**902**	351	**129**	66	**902**	351	**129**	66
Residencial Perrella Empreendimento e Participações	**100%**	99,98%	**663**	641	**55**	1.308	**607**	(668)	**98**	(189)	**607**	(668)	**98**	(189)
Mitre Vila Matilde Empreendimentos SPE Ltda.	**100%**	99,98%	**1.942**	27.102	**279**	20.589	**1.663**	6.513	**74**	(317)	**1.663**	6.511	**74**	(317)
Residencial Julio Buono Empreendimentos e Participações Ltda.	**100%**	99,98%	**2.098**	1.827	**519**	3.115	**1.578**	(1.288)	**354**	(335)	**1.578**	(1.287)	**354**	(335)
Residencial Martin Luther King SPE Empreendimento e Participações Ltda.	**100%**	99,98%	**5.138**	6.592	**25**	1.447	**5.113**	5.145	**(32)**	(91)	**5.113**	5.144	**(32)**	(91)
Residencial Anhaia Mello Empreendimentos e Participações Ltda.	**100%**	99,98%	**939**	13.736	**629**	1.255	**311**	12.481	**859**	4.252	**311**	12.479	**859,60**	4.251
Residencial Ibiapava Empreendimentos e Participações	**100%**	100,00%	**1.943**	2.398	**6**	60	**1.937**	2.338	**32**	148	**1.937**	2.338	**32**	181
Mitre Vendas Corretagem de Imóveis Ltda.	**100%**	97,00%	**3.402**	5.214	**1.903**	2.390	**1.500**	2.824	**(1.324)**	2.807	**1.500**	2.739	**(1.324)**	2.723
MJF Construções Ltda.	**100%**	100,00%	**3.533**	4.815	**9.625**	6.331	**(6.092)**	(1.516)	**(4.576)**	(1.753)	**(6.092)**	(1.516)	**(4.576)**	(1.753)
Mitre Paula Ney Empreendimentos SPE Ltda.	**100%**	99,98%	**1.382**	36.095	**627**	27.916	**756**	8.179	**2.918**	8.178	**756**	8.177	**2.919**	8.176
Mitre Drausio Empreendimentos SPE Limitada	**100%**	100,00%	**14.734**	38.097	**2.352**	20.319	**12.381**	17.778	**7.003**	14.099	**12.381**	17.778	**7.003**	14.099
Sapetuba Empreendimentos Imobiliários SPE Limitada	**75%**	75,00%	**36.849**	19.618	**24.446**	16.044	**12.402**	3.574	**8.828**	2.972	**9.302**	2.680	**6.621**	2.287
Mitre Raizes Vila Prudente Empreendimentos e Participações Limitada	**100%**	100,00%	**50.079**	26.879	**34.038**	21.458	**16.041**	5.422	**10.620**	4.314	**16.041**	5.422	**10.620**	4.314
Mitre Tapari Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	**100%**	100,00%	**63.550**	43.400	**32.761**	26.846	**30.789**	16.553	**14.236**	12.403	**30.789**	16.553	**14.236**	12.403
Mitre Roque Petroni Empreendimentos Ltda.	**100%**	99,98%	**50.519**	44.077	**39.850**	30.789	**10.669**	13.288	**9.371**	13.287	**10.669**	13.286	**9.374**	13.285
Mitre Borges Lagoa I Empreendimentos Limitada	**100%**	100,00%	**43.714**	6.552	**41.718**	6.646	**1.996**	(94)	**2.090**	(75)	**1.996**	(94)	**2.090**	(75)
Mitre D Empreendimentos Limitada.	**18%**	100,00%	**–**	–	**–**	–	**–**	–	**1.299**	(10)	**2.911**	(21)	**103,49195**	(10)
Mitre E Empreendimentos Limitada	**100%**	99,98%	**3.585**	1.886	**1.309**	1.913	**2.276**	(28)	**(52)**	(16)	**2.276**	(28)	**(52)**	(16)
Mitre Galeno Empreendimentos Limitada	**100%**	99,98%	**37.930**	35.786	**19.078**	24.413	**18.852**	11.373	**7.478**	6.627	**18.852**	11.371	**7.480**	6.626
Mitre H Empreendimentos Limitada	**100%**	99,98%	**7.427**	436	**6.881**	455	**546**	(19)	**(3)**	(9)	**546**	(19)	**(3)**	(9)
Mitre Ipiranga Empreendimentos SPE Ltda.	**100%**	100,00%	**47.268**	37.842	**32.616**	31.566	**14.652**	6.276	**8.375**	4.159	**14.652**	6.276	**8.375**	4.159
Mitre Perdizes SPE Ltda.	**100%**	100,00%	**44.243**	33.218	**28.868**	25.087	**15.376**	8.130	**7.245**	8.141	**15.376**	8.130	**7.245**	8.141
Mitre L Administração de Bens Limitada	**100%**	99,98%	**29.147**	28.677	**25.357**	28.250	**3.790**	427	**3.363**	432	**3.790**	427	**3.363**	432
Mitre N Administração de Bens Limitada	**100%**	99,98%	**41.748**	3.297	**38.507**	3.379	**3.241**	(82)	**3.323**	(77)	**3.241**	(82)	**3.323**	(77)

continua—☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

—☆ continuação

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 07.882.930/0001-65

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Investida	% Part. 31/12/2021	% Part. 31/12/2020	Ativo 31/12/2021	Ativo 31/12/2020	Passivo 31/12/2021	Passivo 31/12/2020	Patrimônio líquido 31/12/2021	Patrimônio líquido 31/12/2020	Resultado do período 31/12/2021	Resultado do período 31/12/2020	Saldo investimentos 31/12/2021	Saldo investimentos 31/12/2020	Resultado equivalência patrimonial 31/12/2021	Resultado equivalência patrimonial 31/12/2020
Mitre O Administração de Bens Limitada	**100%**	100,00%	**369**	136	**79**	145	**290**	(9)	**(3)**	(5)	**290**	(9)	**(3)**	(5)
Mitre S Administração de Bens Limitada	**100%**	99,98%	**43.278**	29.252	**30.920**	24.130	**12.358**	5.122	**7.236**	5.127	**12.358**	5.121	**7.237**	5.126
Mitre T Administração de Bens Limitada	**100%**	99,98%	**13.985**	6.208	**9.557**	5.183	**4.429**	1.026	**3.403**	1.031	**4.429**	1.025	**3.403**	1.030
Mtr Raízes Vm Empreendimentos SPE Ltda.	**99,98%**	99,98%	**30.204**	18.119	**26.789**	18.272	**3.415**	(152)	**3.567**	(147)	**3.414**	(152)	**3.567**	(147)
Mitre V Administração de Bens Limitada	**100%**	100,00%	**22.655**	23.317	**20.031**	22.321	**2.625**	996	**1.629**	999	**2.625**	996	**1.629**	999
Mitre W Administração de Bens Limitada	**100%**	100,00%	**53.468**	885	**54.606**	40	**(1.138)**	845	**(1.983)**	(6)	**(1.138)**	845	**(1.983)**	(6)
Mitre Y Administração de Bens	**100%**	100,00%	**19.838**	857	**15.447**	340	**4.391**	517	**3.874**	(9)	**4.391**	517	**3.874**	(9)
Amaro Bezerra Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	**100%**	100,00%	**1.514**	16.827	**252**	160	**1.262**	16.667	**123**	1.074	**1.262**	16.667	**123**	1.074
MTR-01 Administração de Bens Limitada	**100%**	99,80%	**21.924**	12.872	**14.306**	13.407	**7.618**	(535)	**4.462**	(536)	**7.618**	(534)	**4.462**	(535)
MTR-04 - Administração de Bens Limitada	**100%**	100,00%	**1.306**	778	**869**	339	**437**	439	**(1)**	(9)	**437**	439	**(1)**	(9)
MTR-05 - Administração de Bens Limitada	**100%**	100,00%	**9.345**	1.006	**9.125**	721	**220**	285	**(65)**	(8)	**220**	285	**(65)**	(8)
MTR-06 - Administração de Bens Limitada	**90%**	100,00%	**69.834**	1.219	**29.616**	846	**40.218**	374	**4.664**	(8)	**36.196**	374	**3.800**	(8)
MTR-08 - Administração de Bens Limitada	**100%**	100,00%	**20.014**	1.122	**21.483**	623	**(1.469)**	499	**(1.968)**	(8)	**(1.469)**	499	**(1.968)**	(8)
MTR-18 - Administração de Bens Limitada	**100%**	100,00%	**20.939**	0	**23.498**	2	**(2.558)**	(2)	**(2.557)**	(4)	**(2.558)**	(2)	**(2.557)**	(4)
MTR-28 - Administração de Bens Limitada	**100%**	100,00%	**7**	43	**815**	44	**(808)**	(1)	**(807)**	(2)	**(808)**	(1)	**(807)**	(2)
Opi 11 São Paulo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	**100%**	100,00%	**29.857**	17.564	**12.662**	17.564	**17.195**	0	**17.195**	(2)	**17.195**	0	**17.195**	(2)
Mitre Vila Mariana Empreendimentos SPE Limitada	**100%**	0,00%	**3.852**	–	**119**	1	**3.734**	(1)	**(54)**	–	**3.734**	(1)	**(54)**	–
Mitre Vila Prudente Empreendimentos SPE Limitada	**100%**	0,00%	**1.171**	–	**70**	1	**1.101**	(1)	**(349)**	–	**1.101**	(1)	**(349)**	–
Outros investimentos			**489.860**	72.132	**491.280**	67.503	**(1.424)**	4.629	**(2.116)**	(6)	**(1.424)**	4.634	**(2.116)**	(319)
			1.346.762	621.795	**1.103.052**	473.882	**243.710**	147.913	**118.070**	86.497	**239.498**	146.907	**113.811**	85.441
Reclassificação da provisão com perdas para outros passivos			–	–	–	–	–	–	–	–	**14.073**	5.751	–	–
Resultados de equivalência de SCP's			–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**(2.896)**	(5.291)
Total em investimentos			**1.346.762**	621.795	**1.103.052**	473.882	**243.710**	147.913	**118.070**	86.497	**253.571**	152.658	**110.915**	80.150

c) Movimentações dos investimentos em participações societárias: As participações em controladas e controladas em conjunto, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	**159.964**	107.026	**259**	10.374
Venda de participação em investimentos (i)	**(16.996)**	(47.778)	**–**	(18.341)
Integralizações	**63.705**	35.600	**–**	8.912
Redução de capital	**(15.944)**	–	**–**	–
Dividendos recebidos	**(57.737)**	(35.961)	**(61)**	(498)
Encargos financeiros capitalizados	**22**	318	**–**	–
Apropriação dos encargos financeiros capitalizados no resultados	**(23)**	(416)	**–**	–
Reclassificação da provisão para perda de investimento	**8.323**	1.248	**–**	–
Equivalência patrimonial	**110.915**	80.150	**234**	34
Resultado de SCPs	**2.896**	5.291	**–**	–
Aquisição de investimento	**6.443**	6.958	**–**	–
Mais-valia	**–**	7.019	**–**	–
Apropriação Mais-valia	**(5.333)**	–	**–**	–
Efeito na aquisição de coligada	**–**	–	**2.738**	(690)
Outros resultados com investimentos	**(691)**	509	**–**	468
Saldo final	**255.544**	159.964	**3.170**	259

Aquisições

Empresa	Data da compra	Participação adquirida	Valor do patrimônio líquido	Valor da compra	Ágio/mais-valia alocada	Perda gerada na aquisição
Lagoa Vermelha (d.1)	2020	100%	5.345	5.557		(212)
SPE Ibiapava (d.2)	2020	70%	1.611	1.675		(64)
OPI-11 (d.5)	2020	100%	2	7.021	(7.019)	–
Total com aquisição de investimento em 2020			6.958	14.253	(7.019)	–
Mitre Vila Mariana Empreendimentos Ltda. (d.7)	2021	100%	3.788	4.436	–	(648)
Mitre Vila Prudente Empreendimentos Ltda. (d.8)	2021	100%	1.450	2.007	–	(557)
Total com aquisição de investimento em 2021			5.238	6.443	–	(1.205)

Vendas

Empresa	Data da venda	Participação vendida	Valor do % vendido do patrimônio líquido	Valor da venda	Ganho gerado na venda
Mitre I Empreendimentos e Participações Ltda. (d.3)	2020	100%	7.096	7.096	–
Mitre Le Champs Empreendimentos e Participações Ltda. (d.4)	2020	24,98%	207	207	–
Mitre P Empreendimentos e Participações Ltda. (d.6)	2020	100%	22.133	22.133	–
Fundo de investimento Share (d.12)	2020		18.342	18.342	–
Total com venda de investimento em 2020			47.778	47.778	–
Mitre D Empreendimentos Ltda. (d.9)	2021	82%	12.474	12.474	–
MTR-06 Empreendimentos Ltda. (d.10)	2021	10%	3.460	3.556	96
MTR-09 Empreendimentos Ltda. (d.11)	2021	100%	938	966	28
Total com venda de investimento em 2021			16.872	16.996	124

(d.1) Ao longo do ano de 2016, a Mitre Realty concretizou uma parceria com a Realty XXI Empreendimentos Imobiliários Ltda. Companhia pertencente a RB Capital. O acordo se deu no âmbito do projeto Residencial Les Champs Vila São Francisco, sendo que a Mitre era detentora da SPE Incorporadora - Residencial Martin Luther king e a RB Capital era detentora da SPE Terrenista - Residencial Lagoa Vermelha e a Mitre Realty. Em maio de 2020 a Mitre Realty adquiriu 100% da partição na SPE Lagoa Vermelha (terrenista) pelo valor de R$5.557, através de transferência bancária para a Companhia, em 29 maio de 2020. (d.2) Ao longo do ano de 2016, a Mitre Realty concretizou uma parceria com a Realty XXI Empreendimentos Imobiliários Ltda. Companhia pertencente à RB Capital. O acordo se deu no âmbito do projeto Residencial Live Park, sendo que a Mitre era detentora de 30% da SPE Incorporadora - Residencial Ibiapava e a RB Capital era detentora dos outros 70%. Em maio de 2020 a Mitre adquiriu a participação que a RB Capital detinha na SPE Residencial Ibiapava (terrenista) pelo valor de R$1.675 através de transferência bancária, em 29 maio de 2020, passando ter 100% das ações. (d.3) Em 1 de julho de 2020, a Mitre Realty vendeu o controle da SPE Mitre I Empreendimentos e Participações Ltda., mediante a liquidação de 100% de sua participação pelo valor de R$7.096. No mesmo mês, a Mitre Realty concretizou a parceria com a XP Investimentos, sendo que a parceria se concretizou no âmbito do projeto Residencial Freguesia do Ó (vide Nota Explicativa nº 10). (d.4) Em 1 de julho de 2020, a Mitre Realty vendeu 24,98% da participação da Mitre Le Champs Empreendimentos e Participações Ltda. pelo valor de R$207. Essa operação não gerou perda de controle. (d.5) Em 4 de setembro de 2020, a Mitre Realty adquiriu o controle da SPE OPI-11 São Paulo Empreendimentos Imobiliários Ltda., mediante a aquisição de 100% de sua participação pelo valor de R$7.021, tal aquisição de controle da sociedade, baseado na avaliação ao valor justo, gerou um valor de R$7.019 de ágio alocável, sendo esse alocado como "mais-valia" nos estoques nas demonstrações financeiras consolidadas. Em maio de 2021 ocorreu o lançamento do empreendimento Campo Belo, sendo que do montante total alocado como "mais-valia", R$(5.333) foi apropriado ao resultado como custo dos imóveis vendidos, de acordo com as vendas das unidades imobiliárias. (d.6) Em 1 de novembro de 2020, a Mitre Realty vendeu o controle da SPE Mitre P Empreendimentos e Participações Ltda., mediante a liquidação de 100% de sua participação pelo valor de R$22.133. No mesmo mês, a Mitre Realty concretizou a parceria com a XP Investimentos, sendo que a parceria se concretizou no âmbito do projeto Residencial Platô Ipiranga (vide Nota Explicativa nº 10). (d.7) Ao longo do ano de 2018, a Mitre Realty concretizou uma parceria com a XP Investimentos. O acordo se deu no âmbito do projeto Haus Mitre, sendo que a Mitre era detentora da SPE Incorporadora - Mitre Paula Ney Empreendimentos Ltda. e a XP Investimentos era detentora da SPE Terrenista - Mitre Vila Mariana Empreendimentos Ltda.. Em agosto de 2021 a Mitre Realty adquiriu 100% da partição na SPE Mitre Vila Mariana (terrenista) pelo valor de R$4.436. (d.8) Ao longo do ano de 2017, a Mitre Realty concretizou uma parceria com a XP Investimentos. O acordo se deu no âmbito do projeto MaxMitre, sendo que a Mitre era detentora da SPE Incorporadora - Residencial Anhaia Melo e a XP Investimentos era detentora da SPE Terrenista - Mitre Raízes Vila Prudente. Em agosto de 2021 a Mitre Realty adquiriu 100% da partição na SPE Mitre Raízes Vila Prudente (terrenista) pelo valor de R$2.007. (d.9) Em 1 de outubro de 2021, a Mitre Realty vendeu o controle da SPE Mitre D Empreendimentos e Participações Ltda., mediante a liquidação de 82% de sua participação, pelo valor de R$12.474, proporcional ao valor do patrimônio contábil, ocasionando uma perda de controle e desconsolidação desta SPE. No mesmo mês, a Mitre Realty concretizou a parceria com a XP Investimentos, sendo que a parceria se concretizou no âmbito do projeto Residencial Vila Mascote (vide Nota Explicativa nº 10). (d.10) Em dezembro de 2021, a Mitre Realty concretizou contrato de compra e venda com a Sociedade empresária B/SINCO INCORPORADORA LTDA., cedendo 10% das quotas da SPE MTR-06 Administração de Bens Ltda., pelo montante de R$3.556. No momento dessa transação, o patrimônio no percentual de venda desda SPE era R$3.460, sendo R$3.070 capital social e R$390 resultado acumulado do exercício. (d.11) Em outubro de 2021, a Mitre Realty concretizou contrato de compra e venda com a sociedade empresária Share Vila Clementido, cedendo 100% de suas quotas da SPE MTR-09 Administração de Bens Ltda., pelo montante de R$966. (d.12) Em 2020 a companhia vendeu a participação que detinha no fundo de investimento Share pelo valor de R$18.342. Para fins de apresentação na demonstração do fluxo de caixa consolidado, demonstramos os efeitos líquidos de caixa e equivalente de caixa na aquisição de investimentos:

	31/12/2021
Caixa liquido dos investimentos adquiridos/vendidos	**(5.079)**
Pagamento na aquisição de participação	**(6.997)**
Total do caixa líquido das aquisições	**(12.076)**

8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são representados por:

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante				
Capital de giro (a)	**–**	4.469	**–**	4.469
Financiamento à produção - SFH (b)	**–**	–	**89.611**	21.855
	–	4.469	**89.611**	26.324
Coobrigação (Nota Explicativa nº 4)	**–**	–	**343**	300
	–	4.469	**89.954**	26.624
Não circulante				
Financiamento à produção - SFH (b)	**–**	–	**16.574**	18.804
	–	–	**16.574**	18.804
Total	**–**	4.469	**106.528**	45.428

Cronograma de vencimentos: A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos dos financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Consolidado 2022	Consolidado 2023
Financiamento à produção SFH	89.512	16.673
Total	**89.512**	**16.673**

(a) As operações de capital de giro, liquidadas ao longo do exercício de 2021, apresentavam taxa de juros de 8,05% a 13,35% ao ano e todas foram avalizadas pelos sócios majoritários da Família Mitre. (b) Financiamentos à Produção SFH: financiamentos oriundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) destinados à construção de unidades imobiliárias, garantidos pelas hipotecas dos respectivos empreendimentos imobiliários financiados. Os financiamentos à produção (SFH) são indexados à Taxa Referencial - TR de juros, poupança ou CDI, acrescida de 1,85% a 9,50% ao ano (2020 de 1,85% a 9,70% ao ano). Não houve relevantes custos de transação na captação destes recursos. Todos os financiamentos SFH da Companhia foram avalizados pelos sócios majoritários da Família Mitre. Cláusulas restritivas (*covenants*): Os empréstimos contraídos pela controladora e controladas possuem cláusulas específicas para vencimentos antecipados, sendo que na totalidade delas, o que dará ensejo ao vencimento antecipado será o inadimplemento da devedora em relação às cláusulas contratuais de *covenants*. As obrigações contratuais para os contratos de empréstimos e financiamentos não contemplam *covenants* financeiros, as principais cláusulas restritivas que devem ser cumpridas durante o período da dívida são: • Comprovar a destinação imobiliária dos recursos captados nos projetos descritos em contrato; • Auditar livros e registros contábeis através de Companhia terceirizada ou por si mesmo, atendendo, sempre que solicitada, a quaisquer informações sobre sua situação econômico-financeira; • Garantir conclusão da obra dentro do prazo contratual, sendo que retardamento ou paralisação da mesma demandará devida justificativa que deve ser aceita pelo agente financeiro para ser válida; • Não vender, hipotecar, realizar obras, e não deixar de manter em perfeito estado de conservação o imóvel oferecido em garantia, sempre com prévio e expresso consentimento do agente financeiro e; • Não ocorrer mudança ou transferência, a qualquer título e forma, do controle acionário ou da titularidade das cotas sociais do devedor, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária, dentre outras. A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado dos contratos. Os compromissos assumidos vêm sendo cumpridos pela Companhia nos termos contratados. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia estava integralmente adimplente com as cláusulas específicas para vencimentos antecipados. Garantias: Em garantia dos créditos imobiliários foram oferecidos os seguintes ativos:

	31/12/2021	31/12/2020
Hipoteca dos próprios bens financiados e penhor de recebíveis	**424.930**	**203.467**

Movimentação dos empréstimos e financiamentos: A movimentação dos empréstimos, financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial	**4.469**	19.925	**45.428**	121.967
Movimentação Financeira				
(+) Liberação	**–**	–	**128.245**	48.457
(+) Amortização do custo de captação	**–**	109	**–**	816
(–) Amortização principal	**(4.174)**	(13.521)	**(67.487)**	(122.842)
(–) Reclassificação IFRS16	**–**	(2.106)	**–**	(2.611)
(+) Juros incorridos	**161**	1.029	**5.726**	6.415
(–) Juros pagos	**(456)**	(967)	**(5.427)**	(6.459)
Cessão de crédito de recebíveis (sem efeito caixa)	**–**	–	**43**	(315)
	–	4.469	**106.528**	45.428

A Companhia possuía o montante de R$410.872 de financiamento consolidado e contratado em 31 de dezembro de 2021 (R$326.676 em 2020), sendo que desses valores, o saldo a liberar na data-base de 31 de dezembro de 2021 era de R$273.273 (R$213.795 em 2020). As liberações dos financiamentos de obra ocorrem quando do andamento do empreendimento, já as relacionadas a capital de giro, quando da necessidade da Companhia. **9. Tributos correntes com recolhimento diferido:** O imposto de renda, a contribuição social, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação conforme o recebimento (Instrução Normativa nº 84/79 da RFB), e a efetiva apropriação do lucro imobiliário. a) Composição dos tributos correntes com recolhimento diferido:

Passivo	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	**7.457**	5.315
PIS, COFINS e ISS	**8.061**	5.714
Provisão para distrato	**(494)**	(196)
Total	**15.024**	10.833
Circulante	**12.015**	5.969
Não circulante	**3.009**	4.864

b) Composição dos tributos correntes com recolhimento diferido no exercício:

Resultado	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(9.561)**	(6.847)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(2.107)**	(882)
Provisão para distratos	**139**	(69)
Total	**(11.529)**	(7.798)

c) Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita de vendas	**4.397**	6.615
Receita serviços	**4.946**	4.339
Receita financeira	**4.073**	1.970
Total receita	**13.416**	12.924
B. cálculo - Imp. renda - 8% e 32%	**6.007**	3.889
B. cálculo - Contr. social - 12% e 32%	**6.183**	4.153
CSLL - 9,00%	**(556)**	(374)
IRPJ - 15,00%	**(901)**	(583)
Adicional IRPJ - 10,00%	**(280)**	(208)
Receita de vendas RET	**407.514**	295.977
IRPJ e CSLL RET	**(7.824)**	(5.682)
(=) Imposto de renda e contribuição social	**(9.561)**	(6.847)
Alíquota efetiva	**2%**	2%

10. Outros débitos com terceiros - SCPs:

Descrição	Particip. do sócio participante 31/12/2021	Particip. do sócio participante 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
SCP Drausio	**6,96%**	7,96%	**1.319**	1.940	**1.319**	1.940
SCP Anhaia II	**9,98%**	9,98%	**1.306**	1.005	**1.306**	1.005
SCP Fundo Cunha Horta	**7,16%**	7,16%	**2.120**	2.177	**2.120**	2.177
SCP Roque Petroni	**10,29%**	1,36%	**4.439**	3.734	**4.439**	3.734
SCP Tapari	**4,58%**	4,58%	**972**	758	**972**	758
SCP Mitre Galeno	**25,00%**	25,00%	**–**	533	**–**	533
SCP Mitre I	**2,99%**	10,00%	**525**	433	**525**	433
SCP Roque Petroni 4 - Tribu	**4,98%**	4,98%	**–**	–	**3.041**	2.905
SCP Drausio-Neyda	**0,97%**	0,97%	**562**	558	**562**	558
SCP - Borges I - Aguassanta	**12,05%**	–	**–**	–	**14.479**	–
SCP - Borges I	**5,24%**	8,78%	**1.126**	2.813	**1.126**	2.813
Total			**12.369**	13.951	**29.889**	16.856
Circulante			**7.273**	4.226	**11.444**	4.469
Não circulante			**5.096**	9.725	**18.445**	12.387

As Sociedades em Conta de Participacão (SCPs) são acordos entre a Companhia (sócio ostensivo) e determinados investidores (sócio participante) conforme previsto no Art. 991 do Código Civil. Os acordos preveem que os sócios participantes terão o direito de receber (de acordo com a sua participação no acordo) os valores recebidos pelas vendas de unidades imobiliárias, descontados principalmente dos impostos. Ao final de 31 de dezembro de 2021 o saldo registrado, como não circulante, de débitos com terceiros possui a seguinte expectativa de realização:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2023	**4.965**	**7.128**
2024	**131**	**11.317**
Total	**5.096**	**18.445**

11. Adiantamentos de clientes:

Descrição	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Antecipações de parcelas - venda de imóveis	**89.719**	45.172
Antecipações de parcelas - serviços prestados	**483**	1.395
Permuta física de terrenos	**179.729**	67.738
Total	**269.931**	114.305
Circulante	**145.707**	80.676
Não circulante	**124.224**	33.629

O saldo de adiantamentos de clientes referente às permutas físicas possui a seguinte expectativa de realização no longo prazo:

	Saldo
2023	62.235
2024	48.550
2025	13.439
	124.224

Os Adiantamentos de clientes, originados pela permuta física a valor justo na compra de terrenos, serão reconhecidos ao resultado mediante o mesmo critério contábil de reconhecimento das receitas de vendas com base no POC. A parcela não apropriada é classificada no passivo circulante ou não circulante, levando em consideração o prazo previsto de conclusão do empreendimento.

12. Contas correntes de consórcios:

Ativo	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Consórcio Bela Vista - Jardins	**3.948**	–
Total	**3.948**	–
Circulante	**2.244**	–
Não circulante	**1.704**	–

Passivo	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Consórcio Vila Prudente	**–**	96
Consórcio Vila Mariana	**–**	3.796
Consórcio Freguesia do Ó	**5.813**	6.935
Consórcio Perdizes	**14.396**	19.025
Consórcio Ipiranga	**17.045**	20.146
Consórcio Vila Mascote	**15.693**	–
Total	**52.947**	49.998
Circulante	**31.529**	36.285
Não circulante	**21.418**	13.713

A participação de custo e receita nos consórcios se dá conforme quadro abaixo:

Consórcio	Companhia Terrenista	%Receita 31/12/2021	%Receita 31/12/2020	%Custo 31/12/2021	%Custo 31/12/2020
Consórcio Vila Prudente	Vila Prudente SPE Ltda.	**79,09%**	**79,09%**	**78,58%**	**78,72%**
Consórcio Vila Mariana	Vila Mariana SPE Ltda.	**73,91%**	**70,00%**	**53,62%**	**53,22%**
Consórcio Freguesia do Ó	Mitre I Empreendimento Ltda.	**89,45%**	**89,45%**	**88,42%**	**87,10%**
Consórcio Perdizes	Mitre Ministro de Godói	**75,00%**	**75,00%**	**65,40%**	**62,80%**
Consórcio Ipiranga	Mitre P Empreendimento Ltda.	**80,01%**	**80,01%**	**74,21%**	**71,74%**
Consórcio Vila Mascote	Mitre D Empreendimento Ltda.	**85,98%**	**–**	**78,75%**	**–**
Consórcio Bela Vista	Mitre N Empreendimento Ltda. **(*)**	**63,09%**	**–**	**63,09%**	**–**

(*) o consórcio foi constituído com as unidades atribuídas para cada sócia participando do consórcio, sendo que a Mitre N é detentora da fração ideal de 63,09%.

A Companhia possui participação em consórcios, os quais foram constituídos com os seus parceiros para o desenvolvimento de determinados empreendimentos imobiliários residenciais. Todos os consórcios possuem dois consorciados, sendo um deles líder e incorporador e o outro investidor (terrenista). A contribuição, no início dos projetos, é do consorciado terrenista, uma vez que a obra se inicia alguns meses após o lançamento. A Companhia (Incorporadora) possui a obrigação de contribuir junto ao consórcio com os gastos referentes à obra. O saldo de contas correntes dos consórcios se equalizará à medida que a incorporadora realizar os seus respectivos gastos. **13. Provisões:**

a) Provisões para garantia de obras

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial	**5.649**	4.049
(+) Adições	**2.439**	2.241
(–) Pagamentos	**(912)**	(439)
(–) Reversões	**(2.833)**	(176)
(–) Provisão para distrato	**(17)**	(26)
Saldo final	**4.326**	5.649
Circulante	**1.231**	1.270
Não circulante	**3.095**	4.379

b) Provisão para demandas judiciais

Causas classificadas como de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora Previdenciário	Consolidado Previdenciário	Consolidado Cível	Consolidado Total
Saldo em 31/12/2019	8.109	8.114	554	8.668
(+) Adições	258	258	756	1.014
(+) Adições - aquisição empresa	–	–	33	33
(–) Pagamentos	–	–	(594)	(594)
(–) Reversão	(367)	(372)	(422)	(794)
Saldo em 31/12/2020	8.000	8.000	327	8.327
(+) Adições	**578**	**1.099**	**207**	**1.306**
(+) Adições - aquisição empresa	**–**	**–**	**4**	**4**
(–) Pagamentos	**–**	**–**	**(188)**	**(188)**
(–) Reversão	**(566)**	**(566)**	**(217)**	**(783)**
Saldo em 31/12/2021	**8.012**	**8.533**	**133**	**8.666**

• Previdenciários: ações relacionadas a vínculo empregatício por funcionários de empreiteiros que prestaram serviços nas obras da Companhia e também funcionários da Companhia. • Cíveis: ações relativas a pedidos de resolução do contrato de compra e venda de unidades vendidas. Existem processos judiciais de natureza cível em que as probabilidades de perda são consideradas "possíveis" pelos seus assessores legais e, portanto, não foram registradas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme demonstramos a seguir:

	Consolidado Cível
Saldo em 31/12/2020	**1.089**
Saldo em 31/12/2021	**2.697**

14. Receita de venda de imóveis a apropriar e custos orçados de imóveis vendidos a apropriar - informações e compromissos: Em antendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 02 e ao ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, o resultado das operações imobiliárias é apropriado com base no custo incorrido. Assim sendo, o saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas está refletido parcialmente nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita reconhecida, líquida das parcelas já recebidas. As receitas a serem apropriadas decorrentes de unidades imobiliárias vendidas de empreendimentos em construção (não concluídos) e os respectivos compromissos de custos a serem incorridos com relação às unidades imobiliárias vendidas não estão refletidos nas demonstrações financeiras:

Empreendimentos em construção	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
(i) Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas		
Promitentes	**1.671.425**	992.045
Permutas	**223.967**	143.257
(a) Receita de Vendas Contratadas	**1.895.391**	1.135.302
(b) Receita de Vendas Apropriadas líquidas	**1.144.146**	613.801
Receita de Vendas a Apropriar (a-b)	**751.246**	521.501
(ii) Receita indenização por distratos	**1.501**	798
(iii) Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para o reconhecimento de receita	**8.474**	3.497
(b) Provisão para Distratos (Passivo)		
Ajustes em Receitas Apropriadas	**15.115**	3.405
Ajustes em Contas a Receber de Clientes	**(11.612)**	(2.884)
Receita indenização por distratos	**1.430**	208
Total Provisão para Distratos	**2.073**	312
(iv) Custo Orçado a Apropriar de Unidades Vendidas		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo Orçado das Unidades (sem encargos financeiros)	**1.179.960**	701.088
Custo incorrido líquido		
(b) Custos de construção Incorridos	**(718.280)**	(380.841)
Encargos financeiros apropriados	**(6.755)**	(1.794)
(c) Distratos - custos de construção	**5.228**	2.058
Distratos - encargos financeiros	**91**	10
Custo Orçado a Apropriar no Resultado (a+b+c)	**456.451**	322.305
Driver CI/CO (sem encargos financeiros)	**61,32%**	54,03%
(v) Custo Orçado a Apropriar em Estoque		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo Orçado das Unidades (sem encargos financeiros)	**766.205**	222.114
Custo Incorrido líquido		
(b) Custos de construção Incorridos	**(300.470)**	(86.269)
Encargos financeiros apropriados	**(839)**	(30)
Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a+b)	**465.736**	135.845

(*) As receitas de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para reconhecimento de receita referem-se a clientes que não possuem a garantia ou perspectiva que irão honrar com os valores dos imóveis comprados. A receita de imóveis vendidos a apropriar está mensurada pelo valor nominal dos contratos, acrescido das atualizações contratuais e deduzida de distratos, bem como está líquida da parcela de receita apropriada e não contempla ajuste a valor presente e impostos incidentes. Os custos orçados dos imóveis vendidos a apropriar não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos) proporcionalmente às unidades vendidas, à medida que são incorridos, bem como não contemplam a provisão para garantia a ser apropriada às unidades vendidas à medida que a obra evolui. **15. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Companhia, líquido de custo de emissão de ações, era de R$959.492.743 e está representado por 105.774.820 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas como segue:

	Quantidade de ações 2021	% 2021	Quantidade de ações 2020	% 2020
Jorge Mitre	**3.460.090**	**3,27%**	3.409.090	3,22%
Fabrício Mitre	**24.428.372**	**23,09%**	23.220.772	21,92%
Mitre Partners Participações S.A.	**4.052.939**	**3,83%**	4.052.939	3,83%
Star Mitre Empreendimentos e Participações Ltda.	**21.055.265**	**19,91%**	21.055.265	19,91%
Ações em Circulação	**52.778.154**	**49,90%**	54.036.754	51,12%
	105.774.820	**100,00%**	105.774.820	100,00%

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 200.000.000 de ações ordinárias. No dia 4 de fevereiro de 2020, em reunião do Conselho de Administração, a Companhia aumentou o capital social em R$958.724, mediante a emissão em 49.674.820 ações ordinárias, pelo preço de emissão de R$19,30 por ação, através de oferta pública, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Pela ocasião da oferta pública, a Companhia incorreu em gastos de captação relacionados a comissões dos bancos estruturadores, advogados, auditores, taxas de registro e outros. Esses gastos totalizaram R$55.331 e foram contabilizados no patrimônio líquido. b) Destinação dos lucros e política de dividendos: O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 25% do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social, o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas. Em 22 de junho de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração a política de dividendos com a finalidade de estabelecer as diretrizes, critérios e procedimentos para destinação de resultados auferidos pela Companhia ("Política de Dividendos"). Nos termos da Política de Dividendos, a Companhia pretende distribuir aos seus acionistas, em cada exercício social, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. Em 31 de março de 2021 o Conselho de Administração aprovou a distribuição dos dividendos adicionais propostos, referentes aos exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante total de R$ 34.420 e distribuição do saldo integral da reserva estatutária de lucros no montante de R$1.395. Em 09 de novembro de 2021 o conselho de administração aprovou e distribuiu dividendos intercalares com base no lucro líquido do 3º trimestre de 2021, findo em 30 de setembro de 2021, no valor de R$12.444, sendo R$5.776 atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios e R$6.668 atribuídos aos dividendos adicionais propostos. *Destinação do resultado:*

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	**24.321**	48.310
Constituição de Reserva Legal	**1.216**	2.416
Lucro do exercício líquido da reserva legal	**23.105**	45.894
Dividendos mínimos obrigatórios	**5.776**	11.474
Dividendos adicionais propostos (*)	**17.329**	34.420
Quantidade de ações	**105.774.820**	105.774.820
Dividendos propostos por ação	**0,21844**	0,4339

(*) Do montante total atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios, o total de R$6.668 foi aprovado e distribuído em novembro de 2021 e R$10.661 foi proposto, na data-base de 31 de dezembro de 2021, para aprovação em assembleia geral ordinária. Por esse motivo o saldo proposto foi mantido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021. c) Reservas: i) *Reserva legal:* A Reserva legal é constituída de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, podendo ser facultativa caso o saldo dessa reserva, acrescido da reserva de capital, exceda 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu Reserva Legal no montante de R$ 1.216. (R$2.416 em 31 de dezembro de 2020). ii) *Reserva estatutária de lucros:* O percentual remanescente do lucro líquido poderá ser destinado para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. iii) *Reserva de capital:* No exercício, a Companhia constituiu reserva para fazer frente ao plano de remuneração baseado em ações no montante de R$ 5.304 (R$2.381 em 31 de dezembro de 2020). **16. Receita operacional líquida:** A composição consolidada da receita operacional líquida é demonstrada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de imóveis vendidos	**588.282**	369.392
Reversão (Provisão) para distrato	**(9.679)**	3.154
Ajuste a valor presente	**(6.453)**	2.042
Impostos incidentes sobre imóveis vendidos	**(10.753)**	(7.037)
Receita de indenização por distrato	**1.501**	798
	562.898	368.349
Receita de intermediação imobiliária	**3.033**	6.802
Receita de serviços prestados	**2.062**	3.389
Receita de construção - CPC 47 (a)	**6.681**	33.742
Impostos incidentes sobre serviços prestados	**(678)**	(1.029)
	11.098	42.904
Receita operacional líquida	**573.996**	411.253

(a) Atualmente, a MJF Construções Ltda. presta serviços de construção para empresas controladas pelo Fundo de Investimento em Participações Share Student Living - Multi Estratégia ("FIP Share"), que deixou de ser coligada da Companhia em agosto de 2020. **17. Custos e despesas por natureza:** Os custos e despesas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentados abaixo:

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Custos e despesas por função				
Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados	**–**	–	**(378.270)**	(271.501)
Despesas gerais e administrativas	**(71.791)**	(51.508)	**(80.126)**	(58.632)
Despesas comerciais	**(2.997)**	(778)	**(69.285)**	(38.937)
	(74.788)	(52.286)	**(527.681)**	(369.070)
Custos dos imóveis e serviços vendidos				
Custos com imóveis vendidos	**–**	–	**(317.770)**	(202.739)
Custo com permutas	**–**	–	**(49.783)**	(23.972)
Crédito (Custo) com provisão para garantia de obra	**–**	–	**394**	(2.065)
Custo com encargos financeiros	**–**	–	**(7.012)**	(4.179)
Provisão para distratos	**–**	–	**6.428**	(2.092)
Custo dos serviços vendidos	**–**	–	**(10.527)**	(36.454)
	–	–	**(378.270)**	(271.501)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	**(38.838)**	(27.902)	**(41.521)**	(30.686)
Serviços de terceiros	**(9.959)**	(6.115)	**(11.525)**	(8.237)
Participações - PLR	**(3.000)**	(3.539)	**(3.000)**	(3.539)
Remuneração de Administradores	**(9.663)**	(7.247)	**(9.663)**	(7.247)
Depreciação e amortização	**(2.972)**	(1.955)	**(5.034)**	(2.239)
Administrativas	**(2.055)**	(2.369)	**(4.079)**	(4.303)
Remuneração baseada em ações	**(5.304)**	(2.381)	**(5.304)**	(2.381)
	(71.791)	(51.508)	**(80.126)**	(58.632)
Despesas comerciais				
Despesas com propaganda e publicidade	**(2.997)**	(778)	**(33.218)**	(13.779)
Despesas com plantão de vendas	**–**	–	**(36.068)**	(25.158)
	(2.997)	(778)	**(69.286)**	(38.937)

18. Outras despesas e receitas operacionais:

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Despesas tributárias	**(111)**	(254)	**(592)**	(358)
Perda com investimento	**(1.045)**	(189)	**(1.393)**	(189)
Resultado de SCP's	**–**	–	**(2.896)**	(5.291)
Provisão para demandas judiciais	**(12)**	109	**(335)**	375
Provisão para perda esperada para risco de crédito	**–**	–	**(137)**	(318)
Baixa de ativo imobilizado	**(2)**	–	**(2)**	(106)
Ganho realizado	**–**	2.245	**–**	2.245
Outras (despesas) e receitas	**615**	(12)	**(713)**	(508)
Total	**(555)**	1.899	**(6.068)**	(4.150)

19. Resultado financeiro: A composição das receitas e despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada como segue:

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeiras	**17.940**	9.728	**21.581**	11.005
Ganho na operação de Swap (*)	**665**	4.629	**665**	4.629
Ganho estimado na operação de Swap (*)	**–**	5.608	**–**	5.608
Outras receitas financeiras	**1**	2	**1.770**	1.472
	18.606	19.967	**24.016**	22.714
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos	**(161)**	(1.125)	**(462)**	(2.121)
Perda na operação de Swap (*)	**(22.743)**	–	**(22.743)**	–
Perda estimada na operação de Swap (**)	**(969)**	–	**(969)**	–
Despesas bancárias	**(69)**	(69)	**(386)**	(259)
Outras despesas financeiras	**(582)**	(226)	**(1.023)**	(1.520)
	(24.524)	(1.420)	**(25.583)**	(3.900)
Total	**(5.918)**	18.547	**(1.567)**	18.814

(*) Em 13 de maio de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (total Equity return swap) de liquidação financeira, tendo por referência ações de emissão da Companhia, conforme regulamentação aplicável. A liquidação dos referidos contratos e renovação por mais 18 meses, ocorreu em 12 de novembro de 2021, gerando uma perda realizada no montante de R$22.743. Em 31 de dezembro de 2020, do valor total líquido de R$10.237 reconhecido no resultado do exercício, R$4.629 correspondia a Swap já realizado, e o montante residual de R$5.608 corresponde ao valor justo (marcação a mercado) do Swap não realizado. O objetivo principal da renovação de referida operação pela Companhia é de manter a valorização das ações face à depreciação na cotação das mesmas que, na opinião da administração, não reflete os valores reais da Companhia. Os contratos permitirão à Companhia receber a variação de preço relacionado às ações de sua emissão negociadas em bolsa (ponta ativa) e, em contrapartida, será pago o valor de CDI + 1,5% sobre o valor dos contratos, desde a celebração até a liquidação (ponta passiva). A ponta passiva está garantida através de uma aplicação de LFTs, até o limite do valor de ações, no valor da data da compra. (**) Efeito líquido entre períodos, da reversão de ganho não realizado da operação de Total Equity Retun Swap, registrada em 31 de dezembro de 2020, no valor de R$5.608 versus registro da marcação a mercado da perda não realizada registrada em 31 de dezembro de 2021, monta R$4.639. As perdas não realizadas líquidas entre períodos montam R$18.114. **20. Instrumentos financeiros:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de juros - oscilação das taxas de juros e indexadores dos empréstimos e financiamentos; • Risco de crédito - possibilidade de perda de fluxo de caixa dos contratos de clientes (contas a receber); • Risco de liquidez - possibilidade da Companhia não ter capacidade de honrar com suas obrigações; • Risco operacional - devido à complexidade da operação em que a Companhia está inserida; • Risco de gestão de capital - capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas. • Risco de variação de preço de mercado. A administração da Companhia reitera que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. a) Risco de juros: Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas. Os indexadores condicionados às aplicações financeiras são o CDI e a Selic (no caso das LFTs). Para as contas a receber de venda de unidades imobiliárias, o indexador utilizado até a entrega das chaves é a variação do INCC, sendo que após isso o IGP-M é considerado para atualização do saldo até o final do contrato. As posições passivas da Companhia estão basicamente representadas pelos empréstimos e financiamentos, os quais foram contratados com base na variação da Taxa Referencial (TR). A Companhia enveredou estudos de mercado e posiciona-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores. b) Risco de crédito: A Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com os critérios objetivos (instituição de primeira linha, análise de taxas cobradas) para diversificação de riscos de crédito. Para gerenciamento das perdas com contas a receber, a Companhia tem por política efetuar análise de crédito, liquidez e exposições financeiras que possam comprometer a capacidade financeira dos potenciais promitentes honrarem seus compromissos de aquisição dos imóveis. Essas análises baseiam-se em suporte documental e modelo de análise interno. c) Risco de liquidez: Nas controladas da Companhia, esse risco é minimizado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos. A respeito da Controladora, existem operações de captações a mercado realizadas para investimentos em novos empreendimentos, onde o fluxo futuro dos recebíveis da venda de unidades será o lastro para a liquidação dos empréstimos assumidos. d) Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. e) Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações de índices de inflação (INCC e IGP-M) e variação de taxa de juros (CDI/SELIC, pela similaridade dos índices e TR). Com base na projeção de CDI divulgada pelo Banco Central do Brasil através do boletim Focus, as projeções para INCC do Banco Itaú e cotações de ações de acordo com a B3, a Companhia considerou estas informações para o cenário provável. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos.

continua—☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

continuação

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 07.882.930/0001-65

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

O cenário provável adotado pela Companhia corresponde às projeções apontadas acima, ou seja, a expectativa que o Banco Central do Brasil tem para o CDI e a expectativa que o Itaú tem para o INCC, sendo que segue o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI/SELIC	4,38%	6,57%	8,76%	10,95%	13,14%
INCC	7,00%	10,50%	14,00%	17,50%	21,00%
TR	0,02%	0,04%	0,05%	0,06%	0,07%
IGP-M	8,90%	13,35%	17,80%	22,25%	26,70%
Cotação ação - B3	4,19	6,28	8,37	10,46	12,56

Consolidado						
Ativos e passivos líquidos	**Saldo 31/12/2021**	**Queda de 50%**	**Queda de25%**	**Cenário Provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
CDI/SELIC	269.719	11.814	17.721	23.627	29.534	35.441
INCC	374.306	26.201	39.302	52.403	65.504	78.604
TR	(106.185)	(26)	(39)	(52)	(65)	(78)
IGP-M	73.945	6.581	9.872	13.162	16.453	19.743
Cotação ação - B3	4.879	(11.039)	(3.080)	4.879	12.838	20.797
Sem indexador	10.397	–	–	–	–	–
Total	**627.061**	**33.531**	**63.776**	**94.019**	**124.264**	**154.507**

	Nota	31/12/2021	CDI	INCC	TR	IGPM	Valor ação	Sem indexador
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	**115.525**	**106.759**	–	–	–	–	**8.766**
Caixa restrito	3.b	**53.568**	**53.568**	–	–	–	–	–
Aplicações financeiras	3.c	**109.631**	**109.631**	–	–	–	–	–
Contas a receber	4	**455.021**	–	**374.306**	–	**79.084**	–	**1.631**
Operação de swap		**4.879**	–	–	–	–	**4.879**	–
Total ativos com riscos financeiros		**738.624**	**269.958**	**374.306**	**0**	**79.084**	**4.879**	**10.397**
Empréstimos	8	**106.528**	–	–	**(106.185)**	**(343)**	–	–
Operação de swap - ponta passiva		**239**	**(239)**	–	–	–	–	–
Passivos de arrendamento		**4.796**	–	–	–	**(4.796)**	–	–
Total passivos com riscos financeiros		**111.563**	**(239)**	–	**(106.185)**	**(5.139)**	–	–
Total ativos e passivos com riscos financeiros, líquidos		**627.061**	**269.719**	**374.306**	**(106.185)**	**73.945**	**4.879**	**10.397**

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores de mercado, informados em 31 de dezembro de 2021, não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos: • Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; • Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 - preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e • Nível 3 - instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis. A composição abaixo demonstra ativos financeiros da Companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia.

	Nível da hierarquia	31/12/2021	31/12/2020
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado - Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito (aplicação financeira), aplicações financeiras e capital return equity Swap	2 (a)	**283.603**	**791.801**

(a) Valor justo através da cotação de preços de instrumentos financeiros semelhantes em mercado. f) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no endividamento, que corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, dos ativos financeiros valorizados ao valor justo por meio do resultado e das contas vinculadas. O endividamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas, podem ser assim sumariados:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (Nota Explicativa nº 8)	**106.185**	**45.128**
Cessão de recebíveis (Notas Explicativas nº 4 e nº 8)	**343**	**300**
Caixa e equivalentes de caixa (Notas Explicativas nº 3.a)	**(115.525)**	**(194.304)**
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3.c)	**(109.631)**	**(543.181)**
Caixa restrito (Nota Explicativa nº 3.b)	**(53.568)**	**(49.492)**
Dívida líquida (*)	**(172.196)**	**(741.549)**
Total do patrimônio líquido	**987.81**0	**1.006.444**
Endividamento - %	**-17,43%**	**-73,68%**

(*) Os passivos de arrendamento não são considerados pela Companhia na mensuração da dívida líquida.

g) Classificação dos instrumentos financeiros: *Controladora*

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo amortizado	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa, equivalentes (Nota Explicativa nº 3.a)	–	**50.349**	**50.349**	–	99.831	99.831
Caixa restrito (Nota Explicativa nº 3.b)	–	**53.568**	**53.568**	–	49.492	49.492
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3.c)	–	**109.631**	**109.631**	–	543.181	543.181
Outros ativos	**6.514**	–	**6.514**	5.874	–	5.874
Fornecedores	**2.432**	–	**2.432**	1.204	–	1.204
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 8)	–	–	–	4.469	–	4.469
Contas a pagar (partes relacionadas Nota Explicativa nº 6)	**9.943**	–	**9.943**	5.864	–	5.864
Outros débitos com terceiros SCPs (Nota Explicativa nº 10)	**12.369**	–	**12.369**	13.951	–	13.951
Outros passivos	**2.771**		**2.771**	7.231	–	7.231

Consolidado

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo amortizado	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa, equivalentes (Nota Explicativa nº 3a)	–	**115.525**	**115.525**	–	194.304	194.304
Caixa restrito (Nota Explicativa nº 3b)	–	**53.568**	**53.568**	–	49.492	49.492
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3c)	–	**109.631**	**109.631**	–	543.181	543.181
Contas a receber (Nota Explicativa nº 4)	**455.021**		**455.021**	304.101	–	304.101
Outros ativos	**9.907**	–	**9.907**	9.311	–	9.311
Fornecedores	**35.284**	–	**35.284**	12.636	–	12.636
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 8)	**106.528**	–	**106.528**	45.428	–	45.428
Conta corrente de consórcio (Nota Explicativa nº 12)	**52.947**	–	**52.947**	49.998	–	49.998
Outros débitos com terceiros (Nota Explicativa nº 10)	**29.889**	–	**29.889**	16.856	–	16.856
Outros passivos	**51.428**	–	**51.428**	27.804	–	27.804

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2). h) Gestão de risco de liquidez: A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo reservas e linhas de crédito bancárias julgadas adequadas, através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa contratual das obrigações e os vencimentos destas obrigações eram de:

Em 31 de dezembro de 2021	**Menos de 1 ano**	**de 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	**35.284**	–	–	**35.284**
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 8)	**95.435**	**11.093**	–	**106.528**
Outros débitos com terceiros (Nota Explicativa nº 10)	**11.444**	**18.445**	–	**29.889**
Arrendamento mercantil	**1.942**	**2.854**	–	**4.796**
	144.105	**32.392**	–	**176.498**

Em 31 de dezembro de 2020	**Menos de 1 ano**	**de 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	12.636	–	–	12.636
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 8)	26.624	18.804	–	45.428
Outros débitos com terceiros (Nota Explicativas nº 10)	4.469	12.387	–	16.856
Arrendamento mercantil	2.117	5.071	–	7.188
	45.846	36.262	–	82.108

21. Compromissos: Compromissos com a aquisição de terrenos: Compromissos foram assumidos pela Companhia para a compra de terrenos, cujo registro contábil ainda não foi efetuado em virtude de pendências a serem solucionadas pelos vendedores para que a escritura definitiva e a correspondente transferência da propriedade para a Companhia, suas controladas ou seus parceiros sejam efetivadas. O fluxo de pagamento dos compromissos serão definidos tão logo as condições resolutivas dos contratos sejam superadas. Em 31 de dezembro de 2021, referidos compromissos totalizam R$ 486.762 (R$ 680.000 em 31 de dezembro de 2020), sendo R$ 302.579 em dinheiro e R$ 184.183 em permuta (respectivamente R$ 436.384 e R$ 243.616 em 31 de dezembro de 2020). Compromissos com fornecedores: Os principais compromissos com fornecedores referem-se ao desenvolvimento dos empreendimentos, principalmente os relacionados as obrigações de construção. O montante e fluxo estimado de desembolso referente aos empreendimentos em curso no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são R$ 405.766 para 2022, R$ 402.032 para 2023, R$ 188.190 para 2024 e R$ 9.442 para 2025 (em 31 de dezembro de 2020 R$ 188.898 para 2021, R$ 239.430 para 2022 e R$ 72.427 para 2023). Compromisso com arrendamentos: Em 31 de dezembro de 2021 a Mitre possuía R$ 4.796 em compromissos com arrendamentos (R$ 7.188 em 31 de dezembro de 2020), relacionados exclusivamente aos imóveis alugados pela Companhia. Esses compromissos de arrendamento estão contabilizados conforme a prática contábil vigente. **22. Lucro por ação:** O lucro por ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos sócios da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. O Lucro por ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos sócios da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Cálculo lucro básico e diluído por ação: A Companhia realizou suas análises para conclusão do impacto do plano de opções de empregados no cálculo do lucro diluído levando em consideração a orientação do pronunciamento técnico CPC 41, que determina que as opções de ações de empregados baseadas no desempenho devem ser tratadas como ações emissíveis sob condição porque a sua emissão está sujeita à satisfação das condições especificadas, além do decorrer do tempo e prevê que, se as condições não forem satisfeitas, o número de ações emissíveis sob condição (contingentes) incluídas no cálculo do resultado diluído por ação deve basear-se no número de ações que seriam emissíveis se o fim do período fosse o final do período de contingência. Com base em tais análises, a Companhia concluiu que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as opções de empregados não apresentam efeitos diluídores, uma vez que até essa data as obrigações de desempenho atreladas ao final do período de contingência não foram satisfeitas. Além disso, a Companhia não possui outras dívidas conversíveis em ações ou outros instrumentos potencialmente diluidores, dessa forma, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

	Controladora e Consolidado	
Lucro básico por ação	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Lucro líquido do exercício	**24.321**	48.310
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	**105.774.820**	97.745.192
Lucro básico por ação (*)	**0,22993**	0,49424

(*) Valores expressos em Reais. **23. Seguros:** A Companhia e suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2021, os seguintes contratos de seguros: a) Risco de engenharia: Obras civis em construção, que oferece garantia contra todos os riscos envolvidos na construção de um empreendimento, tais como incêndio, roubo e danos de execução, entre outros. Esse tipo de apólice permite coberturas adicionais conforme riscos inerentes à obra, entre os quais se destacam responsabilidade civil geral e cruzada, despesas extraordinárias, tumultos, responsabilidade civil do empregador e danos morais. b) Seguro de responsabilidade cível geral e de administradores: A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis para seus ativos e/ou suas responsabilidades.

Resumo de seguro por modalidade	**Cobertura**
Risco de engenharia (a)	738.155
Seguro de responsabilidade civil geral (a)	136.504
Total	874.659

(a) Os seguros contratados possuem prazo final de vigência distintos, variando entre abril/2022 e janeiro/2023. **24. Benefícios a empregados:** Plano de opções de ações: Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de julho de 2020, foi aprovado o 1º Programa de Remuneração em Opções de Compra de Ações no âmbito do Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações ("Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2020, na qual foi definido o limite de outorga de 6.716.096 ações. Em 3 de Agosto de 2020 foram outorgadas 6.400.862 ações e em 22 de março de 2021 foram outorgadas 1.151.150 ações. Como instrumento de incentivo de longo prazo e retenção, o objetivo do Plano é permitir o recebimento de Ações pelos Participantes outorgados pelo Conselho de Administração, observadas certas condições, como resultado das Opções outorgadas nos termos deste Plano, com vistas a: (i) atrair, compensar, reter e incentivar os Participantes a conduzirem os negócios da Companhia de maneira sustentável, dentro de limites apropriados de risco e alinhados com os interesses dos acionistas; e (ii) oferecer incentivo baseado em desempenho e incentivar os Participantes a contribuírem a e participar no sucesso da Companhia e suas Controladas. O direito do Participante às opções outorgadas está atrelado às condições de performance, sendo as condições de performance não de mercado (i) o atingimento das metas individuais do participante ao longo do período de "vesting" e (ii) o atingimento das metas de performance da Companhia e, como condição de performance de mercado, (iii) cotação da ação maior ou igual ao preço alvo da ação na data de término do "vesting", conforme condições previstas nos contratos de outorga de opções dos participantes. O Plano, a ser liquidado em instrumentos patrimoniais, está submetido a um "vesting period" compreendido entre a data de outorga e 31 de dezembro de 2025 e foi contabilizado de acordo com a CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações e seu correspondente IFRS 2, levando em conta o valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, o qual é calculado considerando o efeito das condições de performance de mercado determinadas no plano. Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º Outorga	**2º Outorga**
Data da outorga	03/08/2020	22/03/2021
Volatilidade do preço de ação	51,90%	53,57%
Taxa de juros livre de risco	5,86%	7,84%
"Vesting period" (anos)	5,43	4,78
Número de ações outorgadas	6.400.862	1.151.150
Média ponderada do Valor justo/ação (R$) na data da outorga	8,98	6,84

Movimentação durante o período:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Saldo Inicial	**6.400.862**	–
1º Outorga	**–**	6.400.862
2º Outorga	**1.151.150**	–
Outorgas canceladas (*)	**(937.562)**	–
Saldo final	**6.614.450**	6.400.862

(*) O regulamento do plano prevê que, caso haja saída voluntária do participante, este perderá o direito total das opções outorgadas, uma vez que a obrigação de performance não foi atingida. Despesa do período: A despesa contabilizada corresponde ao valor justo do respectivo instrumento financeiro, calculado na data da outorga, com base no método de Monte Carlo, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu despesa de R$ 5.304 (R$ 2.381 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). **25. Transações que não afetam caixa:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve transações que não afetaram caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

	Consolidado	
Investimento por aquisição de controle	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Contas a receber	1.622	4.444
Imóveis a comercializar	(22.942)	(18.832)
Contas a receber	–	34
Crédito entre consorciadas	1.465	2.706
Tributos a recuperar	1	18
Outros ativos	1.158	(97)
Fornecedores	9	1
Adiantamento de cliente (dação)	7.078	5.354
Credores compromissados	–	(15.326)
Tributos a recolher	(48)	(62)
Distratos a pagar	(63)	–
Partes relacionadas	–	(135)
Outros Passivos	(201)	(69)
Provisão de impostos diferidos	(108)	(303)
Débito entre consorciadas	(42)	–
Provisão para contingência	(4)	(26)
	(12.075)	(22.293)
Cessão de créditos de recebíveis		
Empréstimos e financiamentos	**43**	(315)
Contas a receber de clientes	**(43)**	315
	–	–

26. Eventos subsequente: Em 21 de fevereiro de 2022, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada nesta data ("RCA"), foi aprovada a distribuição de dividendos no montante total de R$ 10.661, equivalente a R$0,10079 por ação ordinária de emissão da Companhia, com base nas demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao ano de 2021, levantadas em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o disposto nos artigos 21(p) e 31, parágrafo 5º, do Estatuto Social da Companhia e no artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Diretoria

Fabricio Mitre - Diretor Presidente - CPF: 325.730.098-07

Contadora

Richelli Alini Chaves - CRC 1SP 304946/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Reconhecimento de receita:* Conforme descrito na nota explicativa 2.3.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP nº 02/2018, sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita de vendas de empreendimentos imobiliários: Conforme mencionado na nota explicativa 16, a Companhia e suas controladas reconheceram, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante consolidado de R$ 573.996 mil, referente à receita operacional líquida de venda de empreendimentos imobiliários. Conforme mencionado na nota explicativa 2.3.1, a Companhia reconhece a referida receita no decorrer da construção dos imóveis, com base no percentual dos custos incorridos, incluindo aqueles relacionados aos terrenos, projetos e à construção, em relação aos custos totais orçados do projeto (PoC), os quais são revisados periodicamente. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de rentabilidade dos empreendimentos, tendo em vista os controles de acompanhamento da previsão dos custos a serem incorridos até o final da obra, da avaliação do reconhecimento ou não da receita, considerando a transferência de controle e cumprimento das obrigações de performance e aos eventos de alteração e atualização dos orçamentos de obra. Uma mudança no orçamento das obras e respectivamente nas margens, não identificadas tempestivamente, podem gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela Administração para reconhecimento da receita operacional líquida de venda das unidades imobiliárias em construção; (b) Efetuamos comparação dos orçamentos entre exercícios e obtivemos esclarecimentos para variações não usuais; (c) inspecionamos as documentações suporte relacionadas as adições nos orçamentos, assim como recalculamos as atualizações dos orçamentos de custos de construção individualizados por empreendimento; (d) em bases amostrais, envolvemos os nossos engenheiros especialistas para corroborar a existência dos canteiros de obras através de visitas físicas e nos auxiliar na verificação da razoabilidade entre o andamento físico e o percentual dos custos incorridos em relação ao total orçado; (e) inspeção em bases amostrais dos documentos suporte para custos incorridos durante o exercício; (f) em bases amostrais, inspecionamos contratos de venda, comprovantes de liquidação financeira e recalculamos o saldo a receber de acordo com o índice contratual vigente; (g) testes de recálculo da receita reconhecida no exercício com base nos percentuais de conclusão apurados e comparamos com aqueles apurados pela administração; e (h) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita operacional líquida de vendas de empreendimentos imobiliários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Realização do saldo de imóveis a comercializar: A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021, saldo consolidado de imóveis a comercializar de R$ 803.411mil (Nota Explicativa 5). Conforme descrito na Nota Explicativa 2.3.5, os imóveis a comercializar (terrenos e imóveis construídos ou em construção) são demonstrados pelo seu custo de aquisição ou construção, que não excede seu valor líquido realizável. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado através de suas vendas, ou o custo de um terreno ainda não explorado for superior ao seu valor realizável, uma provisão ao valor líquido realizável é reconhecida no exercício em que foi determinado que o valor contábil não seja realizável. O valor líquido realizável dos imóveis a comercializar é revisado pela administração trimestralmente, levando em consideração estudos de viabilidades de projetos já lançados ou planejados, cotações de mercado, proposta de partes não relacionadas para compra de terrenos, projeções internas de vendas futuras e custos a incorrer, dentre outras premissas. A relevância do saldo de imóveis a comercializar e a complexidade e julgamento envolvidos na determinação destas estimativas, levou-nos a identificar este assunto como significativo que requer considerações especiais de auditoria. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo, além das incertezas inerentes às estimativas para a determinação do valor recuperável desse ativo de imóveis a comercializar, dado o julgamento exercido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de rentabilidade e geração de caixa, as quais estão descritas na Nota 3. Distorções na determinação do valor recuperável desse ativo poderiam resultar em impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para as análises de margem dos empreendimentos e do valor realizável dos imóveis a comercializar; (b) para o valor realizável suportado por estudos internos, inicialmente, verificamos a exatidão dos cálculos aritméticos, comparamos o valor das vendas subsequentes de unidades construídas e/ou em construção, afim de corroborarmos os valores das vendas consideradas no estudo. Quanto ao custo de construção a incorrer utilizado no estudo, por meio de base amostral, envolvemos os nossos engenheiros especialistas com a mesma abordagem de auditoria para fins do reconhecimento de receita; (c) a avaliação dos efeitos da atual pandemia da COVID-19 nas premissas utilizadas (d) para os terrenos, utilizamos o valor das cotações de mercado para ativos com características similares, ou, quando aplicável, consideramos propostas firmes de partes não relacionadas para a venda dos terrenos da Companhia, afim de corroborarmos o valor realizável líquido; (e) confrontamos o estudo do valor realizável líquido com os saldos contábeis dos imóveis a comercializar; e (f) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise do valor realizável líquido dos imóveis a comercializar, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC-1SP246234/O-0

15º VARA CÍVEL- FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPTIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. EDITAL de **CITAÇÃO**. Prazo: **20 dias**. Proc. **0100802-85.2009.8.26.0100**. A **Dra. CINARA PALHARES**. MM. Juíza de Direito da 15º Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei. **FAZ SABER** a **GLADIATOR COMÉCIO DE CIGARROS LTDA** (CNPJ 05.936.014/00001-35) na pessoa de seu sócio Luiz Fernandes de Araújo (RNE 5.767.667 –X ; CPF 487.995.728-34) que **DIANA MARAIA ROCHA DA SILVA ME** lhe move ação de **PROCEDIMENTO SUMÁRIO** visando ser declarada a inexistência de débito e cancelamento do protesto do título emitido pela ré(9º cartório da Capital: Livro 3447-G: FLS 290, Nº 1217-6; de R$ 296,96) a sustação da negativação no SCPC e SERASA e condenação da ré nas verbas sucumbenciais, alegando que a ré entregou produtos em consignação, que seriam pagos somente se vendidos; que jamais retornou e sobreveio o protesto. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que no prazo **15 dias,** a fluir após **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo manifestação lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 31 de agosto de 2021.

29 e 30/03

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE DELMA DE CARVALHO PANICUCCI, REQUERIDO POR ADILSON CARVALHO DE ALMEIDA - PROCESSO Nº**1005092-45.2019.8.26.0011**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). CAIO SALVADOR FILARDI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 14/05/2021, foi decretada a INTERDIÇÃO de DELMA DE CARVALHO PANICUCCI, CPF 001.508.258-03, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Adilson Carvalho de Almeida. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de setembro de 2021. **[30]**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº**1000281-32.2020.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).Vivian Labruna Catapani,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) Angelina Marinelli Castelli,Marilda Costa Ribeiro,Ivai de Mendonça, Maria José de Souza, Maria Thereza Marinelli Scavone, esp. de Angelina Marinelli Castelli, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que José Roberto Costa ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Doutor Miranda de Azevedo,52-Vila Anglo Brasileira, São Paulo-SP, CEP: 05027-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[30,31]**

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **1008967-23.2019.8.26.0011**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Boulangerie e Patesserie Chez Moná Comercio de Doces Ltda. e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008967-23.2019.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Vanessa Bannitz Baccala da Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) BOULANGERIE E PATESSERIE CHEZ MONÁ COMERCIO DE DOCES LTDA., CNPJ 17.003.587/0001-95 e CAMILA SALZEDAS, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF/MF nº 367.790.528-17, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, encontrando-se as executadas em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, do BLOQUEIO JUDICIAL no valor de R$ 660,82, realizado pelo Sistema SISBAJUD em contas de titularidade das executadas, bem como da penhora e transferência de referido valor para conta judicial vinculada a este Juízo, conforme extrato/certidão disponibilizado na internet, e ainda do prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação, na forma dos §§ 2º e 3º do artigo 854 do Código de Processo Civil, a fluir após 20 dias do decurso do prazo do presente edital, apresente impugnação. Não sendo impugnado as rés serão consideradas reveis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2022. 30 e 31 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1011708-54.2019.8.26.0005**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Mútuo. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Pedro Gadelha de Lima Neto. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011708-54.2019.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULO DE TARSSO DA SILVA PINTO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PEDRO GADELHA DE LIMA NETO, Brasileiro, Divorciado, Empresário, RG 53092562, CPF 928.332.924-49, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a cobrança da dívida no valor de R$ 60.100,25 (mês 07/2019), representada pelo instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças, nº 357849115, datado de 29/11/2018, que deverá ser atualizada na data do efetivo pagamento. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL para que, em 03(três) dias, pague a dívida atualizada, acrescida de honorários advocatícios. No prazo para embargos, de 15 (quinze) dias, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários de advogado, o executado poderá requerer autorização para pagar o restante do débito em 06 (seis) parcelas mensais e atualizadas. Os prazos fluirão após o decurso do edital, tudo sob pena de penhora para a satisfação da dívida. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de março de 2022. 30 e 31 / 03 / 2022

Jornal O DIA SP

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7B80-8380-7A20-21EB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7B80-8380-7A20-21EB ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7B80-8380-7A20-21EB

Hash do Documento

C2EAA14E1C5BBF98950B2EA52F0B0659FEB94E31CFB099F8E167CF6A78CF3917

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/03/2022 15:52 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

isa CTEEP

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

CNPJ/MF nº 10.960.725/0001-85

Relatório da Administração (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2021 apresentou lucro líquido de R$89.892 em comparação ao do ano anterior com R$75.449, os quais identificamos em maiores detalhes nas análises seguintes:

A **receita operacional líquida** teve aumento de 32,2% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2021	A.V. %	2020	A.V. %	Variação 2021/2020 %
Receita de implementação da infraestrutura	19	0,0	125	0,2	(84,8)
Operação e manutenção	8.086	8,0	8.146	10,6	(0,7)
Remuneração dos ativos da concessão	99.215	98,0	73.737	96,3	34,6
Tributos sobre a receita	(3.704)	(3,7)	(2.853)	(3,7)	29,8
Encargos regulatórios	(2.380)	(2,4)	(2.553)	(3,3)	(6,8)
Receita operacional líquida	**101.236**		**76.602**		**32,2**

(i) A **receita de implementação da infraestrutura** apresentou em 2021 R$19, comparada com R$125 em 2020. Esta receita considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. No ano de 2021 houve redução de R$106 devido ao volume de investimentos, em 2020, nos projetos de reforços na subestação Jandira.

(ii) A **remuneração dos ativos de concessão** totalizou R$99.215 em 2021, aumento de 34,6% em relação a 2020 explicada principalmente pelo: (i) aumento de R$20.471 pela atualização do IPCA mensal, somado a (ii) R$5.007 referente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de cada contrato de concessão.

(iii) As **deduções da receita operacional** atingiram R$6.084 em 2021 e R$5.406 em 2020, basicamente pelo aumento dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$851, que acompanham a variação da receita bruta compensado pela redução nos encargos regulatórios em R$173.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizando R$3.060 em 2021 e R$1.855 em 2020, o incremento se deve aos custos de O&M concentrados em: (i) serviços de terceiros referente sistemas de monitoramento e serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia; (ii) materiais devido aos gastos com equipamentos gerais de manutenção.

Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M	2021	2020
Serviços de terceiros	(2.307)	(1.593)
Materiais	(676)	(178)
Outros	(77)	(84)
	(3.060)	**(1.855)**

A **receitas com a Revisão Tarifaria Periódica (RTP), líquida,** apresenta o montante de R$2.720 em 2021, registrando o impacto, líquido de PIS e COFINS, decorrente da revisão da RAP proveniente do resultado do Recurso Administrativo da RTP ocorrida em 2020, período que apresenta o montante de R$6.768 relativo a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado, referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura e reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifaria Periódica.

As **despesas gerais administrativas** totalizam R$1.250 em 2021 comparadas com R$727 em 2020, aumento devido principalmente a: (i) aumento de R$248 em demandas judicias decorrente de acordos referente a processos de servidão, (ii) aumento de R$260 em serviços devido a manutenção e conservação de linhas de transmissão e novo contrato de vigilância e segurança patrimonial.

O **resultado financeiro** totalizou despesa de R$806 em 2021 comparado com R$2.446 em 2020 variação devido principalmente a: (i) aumento de rendimentos sobre aplicações financeiras no valor de R$1.129 e (ii) redução de despesas com juros sobre empréstimos no valor de R$509. O saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2021 é de R$31.753 (R$38.925 em 31 de dezembro de 2020).

O **imposto de renda e a contribuição social** apresentaram variação de 28,0% com R$3.498 em 2021 comparado com R$2.733 em 2020.

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.160	2.743
Aplicações financeiras	6	38.487	2.532
Ativo da concessão	8	58.898	52.591
Estoques		1.671	742
Tributos e contribuições a compensar		304	3
Outros		1.371	1.253
		109.891	**59.864**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	7	2.592	2.845
Ativo da concessão	8	518.889	482.975
Cauções e depósitos vinculados		–	15
Estoques		207	963
Outros		1	–
		521.689	**486.798**
Imobilizado	9	152	159
Intangível	10	23	25
		175	**184**
		521.864	**486.982**
Total do ativo		**631.755**	**546.846**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	7.266	9.541
Arrendamento		18	16
Fornecedores		358	482
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.046	636
Encargos regulatórios a recolher	13	347	290
Dividendos a Pagar		21.349	–
Partes relacionadas	22	194	222
Outros		–	93
		30.578	**11.280**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	24.487	29.384
Arrendamento		124	130
PIS e COFINS diferidos	15	19.233	17.979
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	16.230	15.171
Encargos regulatórios a recolher	13	1.132	1.477
Provisão para demandas judiciais	14	13	10
		61.219	**64.151**
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	130.857	130.857
Reserva de lucros	16 (c)	409.101	340.558
		539.958	**471.415**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**631.755**	**546.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019		**130.857**	**15.047**	**104.888**	**184.874**	**–**	**435.666**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	75.449	75.449
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	16 (b)	–	3.772	–	–	(3.772)	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	16 (b)	–	–	41.221	–	(41.221)	–
Realização da reserva especial de lucros a realizar	16 (b)	–	–	–	(9.244)	9.244	–
Dividendos intermediários	16 (b)	–	–	–	–	(39.700)	(39.700)
Em 31 de dezembro de 2020		**130.857**	**18.819**	**146.109**	**175.630**	**–**	**471.415**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	89.892	89.892
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	16 (b)	–	4.495	–	–	(4.495)	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	16 (b)	–	–	73.292	–	(73.292)	–
Realização da reserva especial de lucros a realizar	16 (b)	–	–	–	(9.244)	9.244	–
Dividendos obrigatórios	16 (b)	–	–	–	–	(21.349)	(21.349)
Em 31 de dezembro de 2021		**130.857**	**23.314**	**219.401**	**166.386**	**–**	**539.958**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 01 de julho de 2009, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica: Prazo	Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP: R$ mil	Mês Base
026/2009	30	18.11.39	5 anos	2025	IPCA	47.136	06/21
143/2001	30	20.12.31	n/a	n/a	IGPM	17.757	06/21

Contrato nº 026/2009

Subestação Jandira em 440/138-88 kV 1200 MVA e Subestação Salto em 440/138-88 kV 600 MVA, localizadas no Estado de São Paulo.

Contrato nº 143/2001

Linha de transmissão, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 137 quilômetros, com origem na Subestação de Chavantes e término na Subestação de Botucatu, ambas no Estado de São Paulo, as respectivas Entradas de Linha e demais instalações, necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

1.3 Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando os impactos da COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema e eventuais impactos nos negócios da Companhia. Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica que se mostraram eficientes para a Transmissão, os níveis de inadimplência da Companhia não apresentaram oscilações significativas. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2022.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

• Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 21 (b)).

• Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14).

• Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

• Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 8)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

• Determinação da margem de lucro (nota 17.1)

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 8)

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

• Determinação das receitas de infraestrutura (nota 17.1)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

• Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 17.1)

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2022.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros , mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura (nota 17.1 (a));

(b) Receita de operação e manutenção (nota 17.1 (b));

(c) Remuneração dos ativos da concessão (nota17.1 (c)).

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2014.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 13).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 13).

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos á classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas.

• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito (nota 7) e aplicações financeiras (nota 6).

• Custo Amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos serviços de O&M (nota 8).

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7 Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado (nota 8 (b)).

Demonstrações dos Resultados - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	17.1	**101.236**	**76.602**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	18	(3.060)	(1.855)
Lucro bruto		**98.176**	**74.747**
(Despesas) receitas operacionais			
Receitas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas	19	(2.720)	6.768
Gerais e administrativas e honorários da administração	18	(1.250)	(727)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(10)	(160)
		(3.980)	5.881
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**94.196**	**80.628**
Receitas financeiras	20	1.538	394
Despesas financeiras	20	(2.344)	(2.840)
		(806)	(2.446)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**93.390**	**78.182**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	21 (a)	(2.440)	(1.926)
Diferido	21 (a)	(1.058)	(807)
		(3.498)	(2.733)
Lucro líquido do exercício		**89.892**	**75.449**
Lucro por ação		**0,68695**	**0,57658**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	89.892	75.449
Total dos resultados abrangentes do exercício	**89.892**	**75.449**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Atividades operacionais	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**89.892**	**75.449**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 18)	22	19
PIS e COFINS diferidos	1.254	957
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.058	807
Custos de ativo baixado	10	–
Provisão para demandas judiciais	–	(29)
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1.503)	(151)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.296	2.806
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	4	18
	93.033	**79.876**
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	253	(55)
Ativo da concessão	(42.221)	(29.932)
Estoques	(173)	589
Tributos e contribuições a compensar	(301)	(1)
Outros	(123)	(272)
	(42.565)	**(29.671)**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(103)	107
Tributos e encargos sociais a recolher	2.365	1.768
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.955)	(1.741)
Encargos regulatórios a recolher	(277)	221
Pagamento Partes Relacionadas	(194)	(222)
Outros	52	(158)
	(112)	**(25)**
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	**50.356**	**50.180**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(51.080)	(35.160)
Resgates de aplicações financeiras	16.628	37.329
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(34.452)**	**2.169**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 11)	(7.055)	(6.670)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 11)	(2.413)	(3.332)
Pagamentos de arrendamentos	(19)	(18)
Dividendos pagos (nota 16 (b))	–	(39.700)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(9.487)**	**(49.720)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**6.417**	**2.629**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.743	114
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9.160	2.743
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**6.417**	**2.629**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(b) Ativo da Concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 8).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 9).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.

Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 10).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

• Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

• Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

• Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

• Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização. Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.13 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 14.

continua →☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5529-67D7-2170-85D3.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5529-67D7-2170-85D3.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

CNPJ/MF nº 10.960.725/0001-85

—☆ continuação **Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 -** (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.15 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal (nota 16 (b)).

3.16 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.17 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 11 - Contratos de Seguro		IFRS 4	
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Impacto da adoção inicial da	IFRS 7	
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	das alterações da Reforma da Taxa	IFRS 9	01.01.2021
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	de Juros de Referência - Fase 2	IFRS 16	
CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração		IAS 39	
CPC 06 (R2)	Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	IFRS 16	01.01.2021

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		IAS 28	
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	IAS 16	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado			
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	IFRS 1	
CPC 48 - Instrumentos Financeiros		IFRS 9	
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		IFRS 16	
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		IAS 41	01.01.2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	% do CDI	2021	2020
Caixa e bancos		1.014	37
Equivalentes de caixa	102,4%		
CDB (a)		8.146	2.706
		9.160	**2.743**

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

(a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota 22 (c).

6. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2021 % do CDI	2021	2020
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes		12.403	14
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		17.065	262
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	115,7%	9.019	2.256
		38.487	**2.532**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

• Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.

• Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

• Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP. Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7. Caixa restrito

O saldo de caixa restrito é de R$2.592 (R$2.845 em 2020), e refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Companhia deverá manter: (i) conta reserva de no mínimo três vezes o valor da última parcela vencida com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente, incluindo parcela do principal e juros (nota 12). No caso do (ICSD) inferior a 1,3 a conta reserva deverá ser composta por no mínimo seis vezes o valor da última parcela vencida; e (ii) Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 20% do investimento total do projeto.

A conta reserva dos serviços da dívida será movimentada exclusivamente para quitação de prestações ou no momento em que a Companhia for dispensada da manutenção da reserva dada pelo BNDES, conforme critérios estabelecidos no contrato de financiamento. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco do Brasil S.A., onde os recursos estão depositados.

8. Ativo da concessão

	2021	2020
Ativo financeiro		
Serviços de O&M **(a)**	5.117	5.184
	5.117	**5.184**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura **(b)**	572.670	530.382
	577.787	**535.566**
Circulante	**58.898**	**52.591**
Não circulante	**518.889**	**482.975**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

Resolução Homologatória

A Resolução Homologatória 2.840 referente reforços e melhorias da Companhia, descrita na nota 17.3 (a), gerou redução de R$2.720 nos valores a receber de Ativo contratual e na rubrica de Receita de Revisão Tarifária Periódica no resultado.

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

	2021	2020
A vencer	577.628	535.397
Vencidos		
até 30 dias	2	1
de 31 a 60 dias	–	–
de 61 a 360 dias	5	5
há mais de 361 dias	152	163
	159	**169**
	577.787	**535.566**

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do ativo da concessão é como segue:

Saldos em 2019	**505.634**
Receita de infraestrutura (nota 17.1)	125
Remuneração dos ativos de concessão (nota 17.1)	73.737
Receita de operação e manutenção (nota 17.1)	8.146
Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)	7.024
Recebimentos	(59.100)
Saldos em 2020	**535.566**
Receita de infraestrutura (nota 17.1)	19
Remuneração dos ativos de concessão (nota 17.1)	99.215
Receita de operação e manutenção (nota 17.1)	8.086
Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)	(2.870)
Recebimentos	(62.229)
Saldos em 2021	**577.787**

9. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	2021 Custo	2021 Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação %
Arrendamento de edifícios	173	(32)	141	144	10,75%
Máquinas e equipamentos	10	(2)	8	9	6,25%
Móveis e utensílios	4	(1)	3	4	6,25%
Equipamentos de informática	7	(7)	0	2	16,67%
	194	**(42)**	**152**	**159**	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Saldos em 2019	Adição	Depreciação	Baixas/ transferências	Saldos em 2020
Arrendamento de edifícios	8	160	(16)	(8)	144
Máquinas e equipamentos	10	–	(1)	–	9
Móveis e utensílios	4	–	–	–	4
Equipamentos de informática	2	–	–	–	2
	24	**160**	**(17)**	**(8)**	**159**

	Saldos em 2020	Adição	Depreciação	Baixas/ transferências	Saldos em 2021
Arrendamento de edifícios	144	13	(16)	–	141
Máquinas e equipamentos	9	–	(1)	–	8
Móveis e utensílios	4	–	(1)	–	3
Equipamentos de informática	2	–	(2)	–	–
	159	**13**	**(20)**	**–**	**152**

10. Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP e direito de uso de softwares, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível é como segue:

Saldo em 2019	**27**
Amortização	(2)
Saldo em 2020	**25**
Amortização	(2)
Saldo em 2021	**23**

11. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Contrato	Encargos	Taxa Interna de Retorno - TIR a.a.	Vencimento final	2021	2020
BNDES					
	TJLP + 1,9% a.a.	8,2%		17.032	20.881
11.2.0842.1	TJLP + 1,5% a.a.	7,9%	15.05.2026	14.721	18.044
Total em moeda nacional				**31.753**	**38.925**
Circulante				**7.266**	**9.541**
Não circulante				**24.487**	**29.384**

Em 2011, a Companhia obteve recurso junto ao BNDES para financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. As fianças bancárias foram dispensadas pelo BNDES em 05 de setembro de 2014.

O montante de custos incorridos nas operações totaliza R$233. O saldo de custos a serem apropriados, em 31 de dezembro de 2021, é de R$72. Existe interveniência da controladora CTEEP nos contratos de financiamento de BNDES.

O contrato de BNDES possui cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros. Na ocorrência do não cumprimento dos indicadores há cláusulas de "*cross default*" que estabelecem a antecipação das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*).

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	2021	2020
2022	–	6.653
2023	7.128	6.653
2024	7.183	6.653
2025	7.183	6.653
2026	2.993	2.772
	24.487	**29.384**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldos em 2019	**46.121**
Pagamentos de principal	(6.670)
Pagamentos de juros	(3.332)
Juros e variações monetárias	2.806
Saldos em 2020	**38.925**
Pagamentos de principal	(7.055)
Pagamentos de juros	(2.413)
Juros e variações monetárias	2.296
Saldos em 2021	**31.753**

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	2021	2020
Imposto de renda	542	273
Contribuição social	257	162
COFINS	168	142
PIS	36	31
Outros	43	28
	1.046	**636**

13. Encargos regulatórios a recolher

	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	1.479	1.767
	1.479	**1.767**
Circulante	**347**	**290**
Não circulante	**1.132**	**1.477**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

14. Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2021, há duas demandas judiciais com probabilidade de perda provável, sendo uma ação de natureza cível-fundiária no valor de R$13 (R$10 em 2020).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui quatro ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão sendo uma de natureza cível-fundiária no valor de R$ 632, duas ambientais no valor de R$33 e uma de natureza cível-regulatório no valor de R$280, totalizando R$945.

15. PIS e COFINS diferidos:

	2021	2020
PIS diferido	3.425	3.201
COFINS diferido	15.808	14.778
	19.233	**17.979**

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 2021 e 2020 é de 130.857.000 em ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R$1,00. A composição do capital social subscrito e integralizado em 2021 e 2020 totaliza R$130.857, está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**89.892**	**75.449**
Constituição da reserva legal	(4.495)	(3.772)
	85.397	71.677
Dividendos intermediários	–	(39.700)
Dividendos obrigatórios	(21.349)	–
Realização da reserva de lucros a realizar	9.244	9.244
Constituição da reserva de retenção de lucros	(73.292)	(41.221)
	–	**–**

(c) Reservas de lucro:

	2021	2020
Reserva legal (i)	23.314	18.819
Reserva de retenção de lucros (ii)	219.401	146.109
Reserva especial de lucros a realizar (iii)	166.386	175.630
	409.101	**340.558**

No encerramento do exercício de 2021 o total das Reservas de lucros, exceto a reserva especial de lucros a realizar, atingiu o montante de R$409.101, superando o Capital Social Integralizado em R$111.858. Em 07 de março de 2022 ocorreu o pagamento de dividendos com base na reserva de retenção de lucros no montante de R$47.868 (nota 26).

A Administração da Companhia avaliará em 2022 as alternativas de capitalização ou de distribuição de dividendos, levando o assunto à deliberação em Assembleia de Acionistas.

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iii) Reserva especial de lucros a realizar

A Reserva especial de lucros a realizar contempla os impactos dos ajustes da aplicação do ICPC01 (R1) e da adoção inicial do CPC 47. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

17. Receita operacional líquida

17.1 Composição da receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta		
Receita de infraestrutura (a) (nota 8)	19	125
Operação e Manutenção (b) (nota 8)	8.086	8.146
Remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 8)	99.215	73.737
Total da receita bruta	**107.320**	**82.008**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(3.044)	(2.345)
PIS	(660)	(508)
	(3.704)	**(2.853)**
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.563)	(1.786)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(586)	(549)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica -TFSEE	(231)	(218)
	(2.380)	**(2.553)**
	101.236	**76.602**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada a obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de *performance*, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

17.2 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

17.3 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
026/2009	2.826	15.12.2020	01.07.2020

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia estão descritas na nota 1.2.

(a) Resoluções Homologatórias nº 2.840

A Resolução Homologatória nº 2.840 publicada em 30 de março de 2021 reposicionou a RAP de reforços e melhorias da Companhia, atendendo ao Recurso Administrativo apresentado junto a ANEEL referente a Revisão Tarifária Periódica ocorrida em 2020. Os ajustes foram aplicados a partir de julho de 2021, com efeitos retroativos.

17.4 Reajuste anual da receita

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.895 que foi substituída pela Resolução Homologatória nº 2.959/21, publicada em 05 de outubro de 2021 estabelecendo novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725 (*)	Inflação	RTP	RAP Ciclo 21/22 REH 2.959	PA	RAP Ciclo 21/22 RAP Ciclo 21/22
IPCA	43.350	3.492	385	47.227	(91)	47.136
IGP-M	13.352	4.946	–	18.298	(543)	17.755

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2020/2021.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica: Novos investimentos	Rede Básica: Licitada	Rede Básica: Parcela de ajuste	Demais Instalações de Transmissão - DIT: Novos investimentos	DIT: Licitada	DIT: Parcela de ajuste	Total 2021	Total 2020
026/2009	6.187	33.435	(125)	–	7.605	34	47.136	43.138
143/2001	–	18.298	(543)	–	–	–	17.755	13.161
	6.187	51.733	(668)	–	7.605	34	64.891	56.299

18. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas:

	2021 Custos	2021 Despesas	2021 Total	2020 Total
Materiais	(676)	–	(676)	(178)
Serviços	(2.307)	(858)	(3.165)	(2.191)
Depreciação e amortização	–	(22)	(22)	(19)
Demandas judiciais	–	(223)	(223)	25
Arrendamentos e aluguéis	(19)	–	(19)	(32)
Outros	(58)	(147)	(205)	(187)
	(3.060)	**(1.250)**	**(4.310)**	**(2.582)**

19. Receitas - Revisão Tarifaria Periódica (RTP), líquidas

O montante de R$2.720 em 2021 refere-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente dos resultados do Recurso Administrativo da RTP da Companhia (nota 17.3).

Em 2020, o montante de R$6.768 refere-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura e reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifaria Periódica.

20. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	1.511	382
Juros ativos	15	4
Variação monetária	9	3
Outras	3	5
	1.538	394
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(2.299)	(2.808)
Variação monetária	(10)	(16)
Outras	(35)	(16)
	(2.344)	(2.840)
	(806)	**(2.446)**

21. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Receita bruta de serviços	107.320	82.008
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	9.651	7.358
Outras receitas	1.538	394
Base de cálculo	11.189	7.752
IRPJ e CSLL	(3.804)	(2.636)
Outros	306	(97)
Despesa com IRPJ e CSLL	**(3.498)**	**(2.733)**
Corrente	(2.440)	(1.926)
Diferido	(1.058)	(807)
	(3.498)	**(2.733)**

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$16.230 (R$15.171 em 2020) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº12.973/14.

22. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2021 Passivo	2020 Passivo	2021 Receita/ (Despesa)	2020 Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	21.349	–	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	89	121	(460)	(480)
Prestação de serviços	CTEEP	105	101	(1.259)	(1.146)
		21.543	**222**	**(1.719)**	**(1.626)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

23. Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2021	2020
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa	1	8.146	2.706
Aplicações financeiras	2	38.487	2.532
Caixa restrito	2	2.592	2.845
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M		5.117	5.184
Cauções e depósitos vinculados		–	15
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante		7.266	9.541
Não circulante		24.487	29.384
Arrendamento			
Circulante		18	16
Não circulante		124	130
Fornecedores		358	555
Partes relacionadas		194	222
Dividendos a pagar		21.349	–

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido.

Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	7.266	9.541
Não circulante	24.487	29.384
Arrendamento		
Circulante	18	16
Não circulante	124	130
Dívida total	31.895	39.071
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	47.647	5.275
Dívida líquida	(15.752)	33.796
Patrimônio líquido	539.958	471.415
Índice de endividamento líquido	N/A	7,2%

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants)* apurados com base nos índices de endividamento (nota 11). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atende a todos os requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico: (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 17.2).

(iii) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 11).

(iv) Risco de captação - A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(v) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros:

	2021 Até 1 mês	2021 De 1 a 3 meses	2021 De 3 meses a 1 ano	2021 De 1 a 5 anos	2021 Mais de 5 anos	2021 Total	2020 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	358	–	–	–	–	358	482
Empréstimos e financiamentos	697	1.792	4.777	24.487	–	31.753	38.925
Arrendamento	2	4	12	75	49	142	146
	1.057	**1.796**	**4.789**	**24.562**	**49**	**32.253**	**39.553**

24. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial **(a)**	19/12/21 a 19/12/22	53.156	48
Responsabilidade Civil Geral **(b)**	19/12/21 a 19/12/22	60.000**(*)**	–
			48

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria.

Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

25 .Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa - Atividades de financiamento: Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	2020	Fluxo de caixa	Alterações não Caixa: Adição ou transferência	Alterações não Caixa: Juros	Alterações não Caixa: Destinação	2021
Empréstimos e financiamentos	38.925	(9.468)	–	2.296	–	31.753
Arrendamentos	146	(19)	13	2	–	142
Dividendos	–	–	–	–	21.349	21.349
Total	**39.071**	**(9.487)**	**13**	**2.298**	**21.349**	**53.244**

26. Eventos Subsequentes

Em 03 de março de 2022 a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R$47.868 com base em reservas de retenção de lucros e liquidação financeira em 07 de março de 2022.

continua —☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5529-67D7-2170-85D3.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5529-67D7-2170-85D3.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

CNPJ/MF nº 10.960.725/0001-85

continuação

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente
Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos
Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores
Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios
Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Fabiana Bitelli - CRC 1SP 213358/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Itaúnas - Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaúnas - Interligação Elétrica Itaúnas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequada mente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúnas - Interligação Elétrica Itaúnas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com ressalvas, em decorrência das orientações descritas no Ofício Circular da CVM 04/2020, em que todos os impactos contábeis foram registrados pela Companhia no exercício de 2020 e não foram ajustados e reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com data de 24 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.•

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/0-8

Renato Vieira Lima
Contador - CRC nº 1 SP 257330/O-5

Nota técnica teve pouco impacto no combate à pandemia, diz ministro

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, compareceu a audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado na terça-feira (29) para falar sobre nota técnica de uma secretaria da pasta na qual constava que vacinas seriam ineficazes na prevenção da covid-19.

A nota foi emitida pelo secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Hélio Angotti. O documento também afirmou que medicamentos sem comprovação científica para tratar da doença são eficazes. Na ocasião, entidades reagiram à postura do secretário. Segundo Queiroga, a nota técnica reflete uma opinião que é de responsabilidade do secretário.

"Essas questões serão enfrentadas tecnicamente, dentro do rito processual próprio, e eu o farei de acordo com a legislação. A nota é uma posição do secretário. Os secretários respondem pelas posições deles, e eu respondo pela minha posição. Por isso existe recurso ao ministro", disse o ministro.

Para o ministro, o caso vai ter pouco impacto no trabalho de enfrentamento à pandemia, porque o Brasil está com a campanha de vacinação avançada e que o ministério continuará incorporando ao programa de imunização todas as vacinas aprovadas pela Anvisa.

De acordo com Queiroga, em breve, o país deve relaxar o quadro de emergência sanitária decretado pelo ministério.

O presidente da CDH, senador Humberto Costa (PT-PE), criticou o ministro por não tomar posição no caso. Humberto lembrou que, quando esteve na CPI da Pandemia, Queiroga disse que as decisões da Conitec sobre medicamentos para covid-19 prevaleceriam. No entanto, a rejeição assinada pelo secretário Angotti ainda está em vigor.

Entenda

Em janeiro deste ano, a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos decidiu não acatar o relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao Sistema Único de Saúde (Conitec) sobre as diretrizes para uso de medicamentos para tratamento hospitalar do paciente com covid-19. Com isso, permanece a orientação que libera a cada médico a decisão de indicação de medicamento para o tratamento da doença.

O relatório aprovado pela Conitec contraindicou o uso de cloroquina e hidroxicloroquina para o tratamento de pacientes com covid-19, seguindo o entendimento de sociedades médicas e da Organização Mundial da Saúde.

O secretário Hélio Angotti Neto justificou a negativa em nota técnica, na qual apontou razões para a decisão, entre as quais: incerteza do cenário científico diante de uma doença desconhecida, utilização de medicamentos fora da bula (off label) durante a pandemia, respeito à autonomia profissional, seleção restritiva de estudos destinados à tomada de decisão e análise dos fármacos "de forma isolada ou em combinação simples". (Agencia Brasil)

Níveis dos rios Amazonas e Tapajós atingem cota de alerta no Pará

Os níveis dos rios Amazonas e Tapajós já atingiram a cota de alerta nos municípios de Santarém e Óbidos, na região oeste do Pará, desde segunda-feira (28).

O nível do Rio Amazonas é influenciado pelo degelo da Cordilheira dos Andes, no Peru, onde fica a sua nascente.

As fortes chuvas que caem na sua cabeceira, na divisa do Pará com Mato Grosso, provoca uma subida do nível das águas do Rio Tapajós nesta época do ano.

Preocupa também a situação da enchente do Rio Jurubatuba, em Monte Alegre; Rio Surubiú, em Alenquer; e Rio Trombetas, em Oriximiná.

Em Santarém, o nível do Rio Tapajós chegou a 7,10 metros, atingindo a cota de transbordo. Nesta terça-feira (29), a régua da Agência Nacional de Águas (ANA) mede 7,16 m. Em Óbidos, o nível do Rio Amazonas ultrapassou em 8 cm a cota de alerta, que é de 7,20 m.

Apesar da situação de alerta, este ano o nível do Rio Amazonas está 30 cm abaixo da maior cheia histórica do Baixo Amazonas, ocorrida em 2009.

O avanço das águas já prejudicou alguns pontos da cidade de Óbidos, e as chuvas também têm causado inúmeros transtornos à população. Em fevereiro deste ano, o governo federal reconheceu a situação de emergência por causa das chuvas intensas em Óbidos e Santarém. (Agencia Brasil)

TSE emitiu título de eleitor para 850 mil jovens até 21 de março

O número de jovens entre 15 e 18 anos que tiraram o primeiro título de eleitor até 21 de março foi de 854.685, informou na terça-feira (29) o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O prazo para emitir o documento e estar apto a votar nas eleições de outubro segue até 4 de maio. O procedimento pode ser feito inteiramente online.

As novas emissões ocorrem em meio a uma campanha de mobilização promovida pela Justiça Eleitoral nas redes sociais, que contou com a adesão de diversas personalidades, incluindo artistas nacionais como Anitta, Zeca Pagodinho, Whindersson Nunes, Juliette e também internacionais, como o ator norte-americano Mark Ruffalo.

A mobilização ocorreu após a Justiça Eleitoral identificar o menor nível de participação de adolescentes no processo eleitoral dos últimos 30 anos. De acordo com as estatísticas oficias, até janeiro deste ano o TSE registrava, no total, pouco mais de 730 mil títulos emitidos para jovens de 15 a 17 anos de idade, cujo voto é facultativo.

O menor nível de participação de adolescentes já registrado ocorreu nas eleições municipais de 2020, quando a emissão do título de eleitor caiu drasticamente para essa faixa etária e apenas 992 mil jovens tinham o documento no dia da votação. Quatro anos antes, em 2016, o número era de 2,3 milhões.

Na última eleição presidencial, em 2018, 1,4 milhão de jovens entre 15 e 17 anos tinham o título, menor nível para as eleições gerais desde 1992, quando mais de 3,2 milhões de jovens estiveram aptos a votar. (Agencia Brasil)

Estudantes têm até 31 de agosto para renegociar dívidas do Fies

Cerca de um milhão de estudantes brasileiros está com as parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em atraso. O governo federal, no entanto, disponibilizou canais de renegociação que buscam saldar as dívidas e restabelecer o crédito positivo para quem se encontra negativado, foi o que disse, em entrevista ao programa A Voz do Brasil, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Marcelo Lopes da Ponte.

Segundo Ponte, cerca de R$ 9 bilhões são devidos em parcelas não pagas. O saldo devedor total do Fies é de R$ 38,6 bilhões, dos quais o governo federal tenta recuperar uma parte com o novo programa de quitação de dívidas.

Iniciada em 7 de março, a jornada de renegociações vai até 31 de agosto. Para participar, o estudante deve ter parcelas em atraso a partir de 90 dias. Os descontos vão de 12% a 92%, e os planos de parcelamento podem chegar a 150 parcelas. Estudantes interessados podem simular os novos contratos de maneira digital, por meio dos apps do Banco do Brasil ou da Caixa.

O presidente do FNDE informou, ainda, que os estudantes com nome negativado em serviços de proteção ao crédito terão o cadastro restabelecido assim que quitarem a primeira parcela.

Salário-educação

Segundo Ponte, o FNDE já repassou mais de R$ 1,36 bilhão do salário-educação a estados e municípios, que devem ser investidos em infraestrutura escolar, material didático e transporte para alunos.

"O salário educação é uma das principais fontes de financiamento da educação pública no Brasil. Cabe ao gestor local definir qual a melhor destinação de recursos, de acordo com a realidade de cada rede. Pode investir em várias ações, como: capacitação de professores, construção, reforma, ampliação de escolas", explicou.

Marcelo Lopes da Ponte explicou, ainda, que a previsão é que o FNDE repasse anualmente cerca de R$ 15 bilhões em salário-educação para estados e municípios, o que deverá fortalecer a educação de nível fundamental e médio.

"Ao lado do Fundeb, o salário-educação é uma fonte importante de recursos para manutenção do desenvolvimento do ensino básico." (Agencia Brasil)

Procon-RJ aplica multa de R$ 468 mil à Itapemirim Transportes Aéreos

O Procon Estadual do Rio de Janeiro (Procon-RJ) multou a Itapemirim Transportes Aéreos (ITA) em R$ 468.186,66 por prática abusiva, falha na prestação de serviço e no dever de informação, bem como por não atender aos questionamentos da autarquia. A informação foi divulgada na terça-feira (29). A companhia tem prazo de 30 dias para efetuar o pagamento. Caso isso não ocorra, ela será inscrita na Dívida Ativa do estado. A Itapemirim ainda pode recorrer da multa.

Em dezembro do ano passado, a companhia aérea suspendeu as operações no Brasil. Após investigação, o Procon-RJ constatou que a empresa não cumpriu as leis de proteção ao consumidor nem as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

De acordo com a Resolução 400/16 da Anac, a companhia aérea deve oferecer ao passageiro reacomodação, reembolso integral ou execução do serviço por outra modalidade de transporte, sendo tal escolha de competência do consumidor. Apesar disso, a ITA não comprovou ter oferecido essas alternativas aos viajantes, nem cumpriu o direito básico do consumidor de obter informação adequada e clara sobre o serviço contratado, relatou o Procon-RJ.

Segundo a autarquia, a Itapemirim violou o Código de Defesa do Consumidor ao não responder às reclamações registradas no Procon-RJ e na plataforma consumidor.gov.br, bem como os relatos dos consumidores de grande dificuldade em estabelecer contato com a empresa e em receber resposta sobre as medidas a serem adotadas.

O presidente do Procon-RJ, Cássio Coelho, afirmou que "efetuar o cancelamento dos voos de forma abrupta, e ainda num período de festas de fim de ano, gerou frustração e trouxe transtornos a centenas de consumidores fluminenses. Não prestar informação, nem oferecer ao passageiro a opção de escolher entre a reacomodação, o reembolso ou a execução do serviço por outra modalidade é inaceitável"`.

Ao ser notificada pelo Procon-RJ a prestar esclarecimentos sobre a suspensão das operações, a companhia aérea não respondeu a todos os questionamentos, violando a lei ao descumprir o dever de prestar informações ao ente do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, destacou a autarquia.

A companhia aérea começou a operar em junho de 2021 e passou por problemas internos e financeiros que provocaram a suspensão de 514 voos entre 17 e 31 de dezembro. Ao menos 40 mil clientes foram prejudicados.

Ainda em dezembro, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) suspendeu a autorização da Itapemirim para atividades aéreas. (Agencia Brasil)

Brasil será independente na produção de vacinas ainda em 2022

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, falou na terça-feira (28) sobre a capacidade operacional do Centro Nacional de Tecnologia de Vacinas, localizado na cidade de Campinas, em São Paulo, em um dos campi do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM).

Segundo o ministro, o polo de desenvolvimento de vacinas e medicamentos está alinhado às "mais rígidas normas e padrões mundiais", e será fator crucial na independência na produção de vacinas humanas no Brasil.

Durante pronunciamento em rede nacional de televisão, Pontes explicou que nunca houve vacinas totalmente desenvolvidas por cientistas brasileiros - cenário que deve mudar com os investimentos em laboratórios e em pesquisa que começam a apresentar resultados. "Nossos cientistas finalmente têm condições de produzir, aqui no Brasil, nossas próprias vacinas", explicou.

Marcos Pontes afirmou durante palestra dada no 2º Seminário Brasil em Transformação, durante a inauguração da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (Enajum), em Brasília, que o centro tornará o Brasil independente em vacinas ainda neste ano.

"A história nos mostra que quando grandes catástrofes atingem a humanidade, grandes superações acontecem também. Principalmente em ciência e tecnologia", disse o ministro, que frisou que o governo federal realizou "o maior investimento para fabricação de vacinas da nossa história".

Também foi anunciado que o desenvolvimento de uma vacina de RNA mensageiro de terceira geração contra a covid-19 já está em andamento no Centro Nacional de Tecnologia de Vacinas. "Essa vacina tem tecnologia muito avançada e é capaz de superar muitas que já estão no mercado", disse o ministro.

Pontes informou que diversos imunizantes serão desenvolvidos no centro, não apenas contra covid-19, mas contra doenças tropicais negligenciadas e contra outras doenças perigosas, que até então não podiam ser estudadas no Brasil por falta de estrutura adequada.

O Centro Nacional de Tecnologia de Vacinas está acoplado ao Sirius, o maior acelerador de elétrons do Hemisfério Sul e o maior laboratório da América Latina.

Em sua fala, Marcos Pontes também fez alusão ao aniversário da decolagem do voo espacial que levou o então astronauta em uma incursão espacial - a única tripulada por um brasileiro na história. A missão, que teve como destino a Estação Espacial Internacional (ISS, na sigla em inglês), teve início em 29 de março de 2005. "Acredite na ciência brasileira", aconselhou o ministro. (Agencia Brasil)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5529-67D7-2170-85D3.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5529-67D7-2170-85D3.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5529-67D7-2170-85D3 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5529-67D7-2170-85D3

Hash do Documento

0C4844EF30D095A98BFBDA3797F8F9186D860325BE4A515FC012E9C8B3FB3667

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/03/2022 15:54 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

CNPJ/MF nº 08.543.286/0001-63

Relatório da Administração

No exercício de 2021 apresentou um prejuízo líquido de R$12.551, em comparação ao lucro líquido do ano anterior de R$5.668, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve aumento de 174,9% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2021	A.V. %	2020	A.V. %	Variação 2021/2020 %
Receita de infraestrutura	47.613	77,6	7.716	34,6	517,1%
Operação e manutenção	5.866	9,6	4.381	19,6	33,9%
Remuneração dos ativos de concessão	10.240	16,7	10.963	49,1	(6,6) %
Aluguéis	454	0,7	433	1,9	4,8%
Tributos sobre a receita	(2.342)	(3,8)	(816)	(3,7)	187,0%
Encargos Regulatórios	(484)	(0,8)	(357)	(1,6)	35,6%
Receita operacional líquida	**61.347**		**22.320**		**174,9%**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos nos projetos realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2021 de R$47.613 comparada com R$7.716 em 2020, aumento devido ao avanço dos investimentos na implementação da infraestrutura do projeto Minuano em fase pré-operacional.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$5.866 em 2021, comparada com R$4.381 em 2020, explicada principalmente pela antecipação dos superávits e atualização pelo IGPM da RAP do ciclo 2021/2022 no montante de R$1.188.

(iii) A **remuneração dos ativos da concessão** somou R$10.240 em 2021 e R$10.963 em 2020, explicada principalmente: (i) R$1.595 referente a atualização do ativo da concessão devido revisão da taxa implícita de cada contrato de concessão, compensado por (ii) variação negativa de R$2.318 pela atualização do IGPM mensal (16,7% em 2021 *vs* 22,2% em 2020).

(iv) As **receitas de aluguéis** totalizaram R$454 em 2021 e R$433 em 2020, não apresentando variação significativa.

(i) As **deduções da receita operacional** atingiram R$2.826 em 2021 comparado com R$1.173 em 2020, que acompanham a variação da receita bruta.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção,** totalizaram R$69.685 em 2021 frente aos R$14.964 em 2020, com concentração em serviços de terceiros, materiais e terrenos. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras durante o período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. O aumento deve-se aos investimentos ocorridos no projeto Minuano.

	Custos de implementação da infraestrutura e O&M 2021	2020
Serviços de terceiros	(23.531)	(9.016)
Materiais	(9.722)	(981)
Arrendamentos e aluguéis	(391)	(373)
Terrenos	(35.962)	(4.530)
Outros	(79)	(64)
	(69.685)	**(14.964)**

As **despesas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)**, totalizaram R$1.149 em 2021 registrando o impacto, líquido de PIS e COFINS, decorrente da revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP.

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$1.000 em 2021 comparada com R$921 em 2020, não apresentando variação significativa.

O **resultado financeiro** apresentou uma queda de 87,4%, totalizando receita de R$11 em 2021 comparado a R$87 em 2020, devido principalmente a redução de rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas com **imposto de renda e a contribuição social** totalizaram com R$2.072 em 2021 comparado com R$854 em 2020, diretamente proporcional ao aumento das receitas sem custo proporcional.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	5	109	88	Arrendamento		12	11
Aplicações financeiras	6	1.109	813	Fornecedores		3.222	892
Ativo da concessão	7	11.250	9.677	Tributos e encargos sociais a recolher	9	584	181
Estoques		223	174	Encargos regulatórios a recolher	10	26	51
Tributos e contribuições a compensar		22	2	Partes Relacionadas	17	2.218	2.415
Outros		308	250	Outros		25	25
		13.021	**11.004**			**6.087**	**3.575**
Não circulante				**Não circulante**			
Realizável a longo prazo				Arrendamento		83	87
Ativo da concessão	7	97.344	51.617	PIS e COFINS diferidos	11	3.899	2.188
Estoques		485	379	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 (b)	3.311	1.867
Cauções e depósitos vinculados		10	10	Encargos regulatórios a recolher	10	204	298
		97.839	**52.006**			**7.497**	**4.440**
Imobilizado	8	125	116	**Patrimônio líquido**			
Intangível		3	5	Capital social	12 (a)	76.351	21.512
		128	**121**	Reservas de lucro	12 (c)	21.053	33.604
		97.967	**52.127**			**97.404**	**55.116**
Total do ativo		**110.988**	**63.131**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**		**110.988**	**63.131**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019		**21.512**	**2.471**	**13.047**	**12.418**	**–**	**–**	**49.448**
Lucro líquido do exercício							5.668	5.668
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	12 (b)	–	283	–	–	–	(283)	–
Realização da reserva especial de lucros a realizar	12 (b)	–	–	–	(2.191)	–	2.191	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	12 (b)	–	–	6.230	–	–	(6.230)	–
Constituição da reserva de dividendos não distribuídos	12 (b)	–	–	–	–	1.346	(1.346)	–
Em 31 de dezembro de 2020		**21.512**	**2.754**	**19.277**	**10.227**	**1.346**	**–**	**55.116**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	(12.551)	(12.551)
Aumento de capital		54.839	–	–	–	–	–	54.839
Destinação do lucro:								
Absorção de prejuízo líquido do exercício	12 (b)	–	–	(978)	(10.227)	(1.346)	12.551	–
Em 31 de dezembro de 2021		**76.351**	**2.754**	**18.299**	**–**	**–**	**–**	**97.404**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	13	61.347	22.320
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	14	(69.685)	(14.964)
(Prejuízo) Lucro bruto		**(8.338)**	**7.356**
(Despesas) Receitas operacionais			
Receitas - revisão tarifaria periódica, líquidas		(1.149)	–
Gerais e administrativas e honorários da administração	14	(1.000)	(921)
Outras despesas operacionais, líquidas		(3)	–
		(2.152)	(921)
(Prejuízo) Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**(10.490)**	**6.435**
Receitas financeiras	15	50	101
Despesas financeiras	15	(39)	(14)
		11	87
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(10.479)**	**6.522**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16	(629)	(517)
Diferido	16	(1.443)	(337)
		(2.072)	(854)
(Prejuízo) Lucro do exercício		**(12.551)**	**5.668**
(Prejuízo) Lucro por ação		**(0,16439)**	**0,26348**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(12.551)	5.668
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(12.551)**	**5.668**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
Atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(12.551)**	**5.668**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortizações (nota 14)	15	66
PIS e COFINS diferidos	1.711	376
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.444	337
Custo de ativo baixado	3	1
Receita sobre aplicações financeiras	(39)	(38)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	(1)	5
	(9.419)	**6.415**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo de concessão	(47.300)	(11.680)
Estoques	(155)	(147)
Tributos e contribuições a recuperar	(20)	3
Outros	(59)	(116)
	(47.534)	(11.940)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	2.330	816
Tributos e encargos sociais a recolher	941	490
Imposto de renda e contribuição social pagos	(538)	(443)
Encargos regulatórios a recolher	(119)	50
Pagamento partes relacionadas	(197)	–
Outros	–	2.140
	2.417	3.053
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	**(54.536)**	**(2.472)**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(17.144)	(7.795)
Resgates de aplicações financeiras	16.888	10.294
Aquisição de imobilizado	(13)	(9)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**(269)**	**2.490**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	54.839	–
Pagamentos de arrendamentos	(13)	(72)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	**54.826**	**(72)**
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**21**	**(54)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	88	142
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	109	88
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**21**	**(54)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Evrecy S.A. ("Companhia"), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "Controladora") brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 3 de Março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou através da Resolução Autorizativa nº 1.823, a transferência de concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. - CESA para a Empresa, regida pelo contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, de 14 de novembro de 2008.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Entidade com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.300, anuiu a transferência do controle societário direto da Entidade detida pela Energest S.A. para a EDP - Energias do Brasil S.A.. Em 11 de dezembro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.788, anuiu a alteração do controle societário direto da Companhia detida pela EDP - Energias do Brasil S.A. para a Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, alienação essa realizada e finalizada em 21 de dezembro de 2012.

Em 1 de outubro de 2020 foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Entidade, de sociedade limitada para sociedade por ações por capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do seu contrato social para estatuto social e da sua denominação social de Evrecy Participações Ltda. para Interligação Elétrica Evrecy S.A..

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica: Prazo	Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP: R$ mil	Mês base
020/2008	30	17.07.25	4 anos	2025	IGPM	17.417	06/21
001/2020	30	20.03.50	5 anos	2025	IPCA	41.609	RAP ofertada

Contrato nº 020/2008

Linhas de Transmissão Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestações Conselheiro Pena (230 kV), Aimorés (230 kV) e Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Contrato de Concessão nº 020/2008, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

Contrato nº 001/2020

Lote arrematado pela Controladora CTEEP no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Minuano) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e ou administrativas. Composto pelas linhas de transmissão Caxias Norte - Caxias 6 C1 Caxias Norte - Vinhedos C1 Caxias Norte - Monte Claro, com extensão aproximada de 169 km e subestação Caxias Norte. Em 16 de dezembro de 2020, obteve a Licença Prévia e de Instalação (LPI) Unificadas para a subestação Caxias Norte.

1.3 Efeitos do Coronavírus nas demonstrações financeiras

A Companhia vem acompanhando os impactos da COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema e eventuais impactos nos negócios da Companhia.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica que se mostraram eficientes para a Transmissão, os níveis de inadimplência da Companhia não apresentaram oscilações significativas. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2022.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia, e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

• Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 16 (b)).

• Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

• Contabilização de contratos de concessão.

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

• Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 7).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

• Determinação da margem de lucro (nota 7).

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 7).

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

• Determinação das receitas de infraestrutura (nota 13.1).

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

• Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 13.1).

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2022.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura (nota 14.1 (a));

(b) Receita de operação e manutenção (nota 14.1 (b));

(c) Remuneração dos ativos da concessão (nota 14.1 (c)).

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às aplicações financeiras (nota 6).

• Custo Amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos serviços de O&M (nota 7).

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7 Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

• Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

• Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

continua →☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8619-71C9-17A7-6A45.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8619-71C9-17A7-6A45.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

CNPJ/MF nº 08.543.286/0001-63

—☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

• Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

• Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.13 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

3.15 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.16 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.17 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 11 - Contratos de Seguro CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	IFRS 4 IFRS 7 IFRS 9 IFRS 16 IAS 39	01.01.2021
CPC 06 (R2)	Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	IFRS 16	01.01.2021

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	IAS 16	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41 CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	IFRS 1 IFRS 9 IFRS 16 IAS 41	01.01.2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	109	88
	109	88

6. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2021 % do CDI	2021	2020
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		1.091	80
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes	118,6%	14	585
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		4	148
		1.109	813

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

• Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

• Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.

• Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7. Ativo da concessão

	2021	2020
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	1.308	1.002
	1.308	**1.002**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	107.286	60.292
	108.594	**61.294**
Circulante	**11.250**	**9.677**
Não circulante	**97.344**	**51.617**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

	2021	2020
A vencer	108.531	61.228
Vencidos		
até 30 dias	2	1
de 31 a 60 dias	–	–
de 61 a 360 dias	2	2
há mais de 361 dias	59	63
	63	66
	108.594	**61.294**

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do ativo da concessão é como segue:

Saldos em 2019	**50.725**
Receita de infraestrutura	7.716
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	10.963
Receita de operação e manutenção (nota 13.1)	4.381
Recebimentos	(12.491)
Saldos em 2020	**61.294**
Receita de infraestrutura	47.613
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	10.240
Receita de operação e manutenção (nota 13.1)	5.866
Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP) (nota 13.1)	(1.193)
Recebimentos	(15.226)
Saldos em 2021	**108.594**

8. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Custo	Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação -%
Arrendamento de edifícios	116	(22)	94	96	10,7%
Arrendamento de veículos	114	(114)	–	–	–
Máquinas e equipamentos	18	(1)	17	9	6,2%
Móveis e utensílios	2	(1)	1	1	6,2%
Equipamentos de informática	1	(1)	–	1	16,6%
Imobilizado em curso - móveis e utensílios	13	–	13	9	–
	264	**(139)**	**125**	**116**	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Saldos em 2019	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2020
Arrendamento de edifícios	8	107	(11)	(8)	96
Arrendamento de veículos	55	(2)	(53)	–	–
Máquinas e equipamentos	10	–	–	(1)	9
Móveis e utensílios	1	–	–	–	1
Equipamentos de informática	1	–	–	–	1
Imobilizado em curso - móveis e utensílios	–	9	–	–	9
	75	**114**	**(64)**	**(9)**	**116**

	Saldos em 2020	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2021
Arrendamento de edifícios	96	9	(11)	–	94
Máquinas e equipamentos	9	–	(1)	9	17
Móveis e utensílios	1	–	–	–	1
Equipamentos de informática	1	–	(1)	–	–
Imobilizado em curso - móveis e utensílios	9	13	–	(9)	13
	116	**22**	**(13)**	**–**	**125**

9. Tributos e encargos sociais a recolher

	2021	2020
Imposto de renda	125	71
Contribuição social	65	43
COFINS	47	32
PIS	10	7
Imposto de renda retido na fonte	15	9
INSS	156	–
ISS	116	–
Outros	50	19
	584	**181**

10. Encargos regulatórios a recolher

	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	230	349
	230	**349**
Circulante	**26**	**51**
Não circulante	**204**	**298**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento -P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

11. PIS e COFINS diferidos

	2021	2020
PIS diferido	694	390
COFINS diferido	3.205	1.798
	3.899	**2.188**

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 1 de outubro de 2020 ocorreu Assembleia para transformação de entidade limitada para Sociedade por Ações, sendo o capital social autorizado e subscrito da Companhia de R$531.512 dividido em quotas iguais de R$1,00 para R$531.512 dividido em ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social integralizado é de R$76.351 (R$21.512 em 2020). Em 2021 foi integralizado o valor de R$54.839.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(12.551)**	**5.668**
Constituição da reserva legal	–	(283)
Realização reserva de lucros a realizar	–	2.191
	(12.551)	**7.576**
Constituição da reserva de dividendos não distribuídos	–	(1.346)
Constituição da reserva de retenção de lucros	–	(6.230)
	(12.551)	**–**

(c) Reservas de lucro

	2021	2020
Reserva legal (i)	2.754	2.754
Reserva de retenção de lucros (ii)	18.299	19.277
Reserva de lucros a realizar (iii)	–	10.227
Reserva de dividendos não distribuídos (iv)	–	1.346
	21.053	**33.604**

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência. Em 31 de dezembro de 2021, o prejuízo do exercício foi absorvido parcialmente pela reserva de retenção de lucros a realizar no montante de R$978.

(iii) Reserva especial de lucros a realizar

A Reserva especial de lucros a realizar contempla o impacto da adoção inicial do CPC 47. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente. Em 31 de dezembro de 2021, o prejuízo do exercício foi absorvido pela reserva especial de lucros a realizar no montante de R$10.227.

(iv) Reserva especial de dividendo não distribuído

A Lei 6.404/76, artigo 202 § 4º e § 5º prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuída foi destinada à constituição de reserva especial, a fim de subsidiar novos investimentos. Em 31 de dezembro de 2021, o prejuízo do exercício foi absorvido pela reserva especial de dividendo não distribuído no montante de R$1.346.

13. Receita operacional líquida

13.1 Composição da receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta		
Implementação da infraestrutura (a) (nota 7)	47.613	7.716
Operação e manutenção (a) (nota 7)	5.866	4.381
Receita de remuneração dos ativos da concessão (b) (nota 7)	10.240	10.963
Aluguéis	454	433
Total da receita bruta	**64.173**	**23.493**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(1.925)	(671)
PIS	(417)	(145)
	(2.342)	**(816)**
Encargos regulatórios		
Reserva global de reversão - RGR	(286)	(201)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(145)	(116)
Taxa de fiscalização de serviços de energia	(53)	(40)
	(484)	**(357)**
	61.347	**22.320**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada a obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e manutenção

As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

13.2 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e parcela de ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

13.3 Revisão periódica da receita anual permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da base de remuneração regulatória;

b) dos custos operacionais eficientes;

c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;

d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
020/2008	2.884	22.06.2021	01.07.2018

Em 2021, o montante de R$ 1,149 apresentado na demonstração do resultado na rubrica Receitas - Revisão Tarifária Periódica, líquida, refere-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP, valores líquidos de PIS e Cofins diferidos.

As informações das próximas revisões tarifárias periódicas estão descritas na nota 1.2.

13.4 Reajuste anual da receita

Em 14 de julho de 2020, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.725, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2020 a 30 de junho de 2021, considerando o ciclo conforme a seguir:

Índice	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725 (*)	Inflação	RTP	RAP Ciclo 21/22 REH 2.959	PA	RAP Ciclo 21/22
IGP-M	13.445	4.988	(543)	17.890	(473)	17.417
IPCA	37.748	–	–	37.748	–	37.748

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2020/2021.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica - Novos investimentos	Rede Básica - Parcela de ajuste	Demais Instalações de Transmissão - DIT - Novos investimentos	Demais Instalações de Transmissão - DIT - Parcela de ajuste	Total 2021	Total 2020
020/2008	14.679	(216)	3.211	(257)	17.417	12.775

14. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2021 Total	2020 Total
Serviços de terceiros	(23.531)	(962)	(24.493)	(9.846)
Depreciação e amortização	–	(15)	(15)	(66)
Materiais	(9.722)	–	(9.722)	(981)
Arrendamentos e aluguéis	(391)	4	(387)	(373)
Terrenos	(35.962)	–	(35.962)	(4.530)
Outros	(79)	(27)	(106)	(89)
	(69.685)	**(1.000)**	**(70.685)**	**(15.885)**

15. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	40	97
Juros ativos	5	–
Variações monetárias	3	1
Outras	2	3
	50	**101**
Despesas		
Juros sobre arrendamentos	(1)	1
Variações monetárias	(4)	(3)
Outras	(34)	(12)
	(39)	**(14)**
	11	**87**

16. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Receita bruta de serviços	**63.719**	**23.060**
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	5.702	2.018
Outras receitas	503	535
Base de cálculo	6.205	2.553
IRPJ e CSLL	(2.110)	(868)
Outros	38	14
Despesa com IRPJ e CSLL	**(2.072)**	**(854)**
Corrente	(629)	(517)
Diferido	(1.443)	(337)
	(2.072)	**(854)**

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$3.311 (R$1.867 em 2020) refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/14.

17. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2021 Passivo	2020 Passivo	2021 Receita/ (Despesa)	2020 Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	62	81	(310)	(266)
Prestação de serviços	CTEEP	2.156	2.334	(3.116)	(2.924)
		2.218	**2.415**	**(3.426)**	**(3.190)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a Controladora CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

18. Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Nível	2021	2020
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	2	1.109	813
Custo amortizado			
Contas a receber - serviços de O&M	–	1.308	1.002
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	–	3.222	1.011
Arrendamento (*)			
Circulante	–	12	11
Não Circulante	–	83	87
Partes relacionadas	–	2.218	2.415

(*) Em razão da Companhia possuir somente arrendamento a pagar, conforme quadro acima, não há outras informações suplementares do fluxo de caixa (Mudanças nos passivos de atividades de financiamento) a serem divulgadas, considerando os requerimentos do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 14.2).

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2021 Total	2020 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	3.160	62	–	–	–	3.222	892
Arrendamento	1	3	8	50	33	95	98
	3.161	**65**	**8**	**50**	**33**	**3.317**	**990**

19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	19/12/21 a 19/12/22	83.932	76
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/21 a 19/12/22	60.000	–
			76

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade civil geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

Diretoria

Rui Chammas - Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno - Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal - Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada - Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira - Diretora Executiva de Operações

Contadora

Fabiana Bitelli - CRC 1SP 213358/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Interligação Elétrica Evrecy S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Evrecy S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 24 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

continua —☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8619-71C9-17A7-6A45.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8619-71C9-17A7-6A45.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

CNPJ/MF nº 08.543.286/0001-63

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador - CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

Dólar cai para R$ 4,75 com negociações entre Rússia e Ucrânia

O avanço das negociações de um cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia trouxe otimismo ao mercado financeiro na terça-feira (29). O dólar caiu e a bolsa de valores teve forte alta, fechando acima dos 120 mil pontos pela primeira vez em sete meses.

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R$ 4,758, com recuo de R$ 0,015 (-0,31%). A cotação chegou a cair para R$ 4,71 na abertura do mercado, mas a queda perdeu força porque o dólar barato atraiu compradores.

Com o desempenho de terça-feira, a moeda norte-americana acumula queda de 7,72% em março. Em 2022, a divisa caiu 14,67%.

No mercado de ações, o dia foi marcado pela euforia. O índice Ibovespa fechou aos 120.014 pontos, com alta de 1,07%. O indicador está no maior nível desde 27 de agosto do ano passado e acumula ganhos de 14,49% no ano.

Pela manhã, houve o anúncio do Ministério da Defesa da Rússia de que o país reduzirá a presença militar ao redor das cidades ucranianas de Chernihiv e Kiev. Também na terça-feira, houve a primeira reunião em duas semanas para negociações de paz, na Turquia.

No plano interno, a troca de comando na Petrobras impulsionou a bolsa de valores. Os investidores receberam bem a indicação do economista Adriano Pires para assumir a presidência da estatal. O especialista é um defensor da política de preços dos combustíveis atrelada à cotação internacional do petróleo.

As ações ordinárias (com direito a voto em assembleia de acionistas) da Petrobras subiram 1,32%. Os papéis preferenciais (com preferência na distribuição de dividendos) valorizaram-se 2,25%. Por serem as ações mais negociadas na bolsa, os papéis da Petrobras têm o maior peso no índice Ibovespa. (Agencia Brasil)

País tem 30 mil casos da covid-19 e 285 mortes registrados em 24 horas

Nas últimas 24 horas, as autoridades de saúde registraram 30.056 novos casos de covid-19. No mesmo período, as mortes em decorrência de complicações associadas à doença somaram 285.

Com as novas estatísticas, a quantidade de brasileiros contaminados com o novo coronavírus desde o início da pandemia atingiu 29.882.397. Na segunda-feira (28), o total de casos acumulados contabilizados pelas secretarias e pelo Ministério da Saúde estava em 29.852.341.

O número de casos de covid-19 em acompanhamento está em 604.645. O termo é dado para designar casos notificados nos últimos 14 dias que não tiveram alta e nem evoluíram para morte.

O total de pessoas que não resistiram à covid-19 chegou a 659.241. Na segunda-feira, o sistema de dados da pandemia totalizava 658.956 vidas perdidas para o coronavírus ao longo desses mais de dois anos.

Ainda há 3.071 mortes em investigação. As mortes em investigação ocorrem pelo fato de haver casos em que o paciente faleceu, mas a investigação se a causa foi covid-19 ainda demandar exames e procedimentos posteriores.

Até hoje, 28.618.511 pessoas se recuperaram da covid-19. O número corresponde a 95,8% dos infectados desde o início da pandemia.

Os dados estão no balanço diário do Ministério da Saúde, divulgado na terça-feira (29). Nele, são consolidadas as informações enviadas por secretarias municipais e estaduais de saúde sobre casos e mortes associados à covid-19.

Os números em geral são menores aos domingos, segundas-feiras e nos dias seguintes aos feriados em razão da redução de equipes para a alimentação dos dados. Às terças-feiras e dois dias depois de feriados, em geral há mais registros diários pelo acúmulo de dados atualizado.

Estados

Segundo o balanço do Ministério da Saúde, no topo do ranking de estados com mais mortes por covid-19 registradas até o momento estão São Paulo (167.211), Rio de Janeiro (72.756), Minas Gerais (60.770), Paraná (42.912) e Rio Grande do Sul (38.015).

Já os estados com menos óbitos resultantes da pandemia são Acre (1.992), Amapá (2.124), Roraima (2.144), Tocantins (4.142) e Sergipe (6.313). Entre ontem e hoje, não foram registradas novas mortes por covid-19 no Acre, Amapá, Roraima e Tocantins.

Vacinação

Já foram aplicadas 395,1 milhões de doses de vacinas contra a covid-19, sendo 172,3 milhões com a 1ª dose e 149,9 milhões com a 2ª dose ou dose única. Outros 65,3 milhões já receberam a dose de reforço. (Agencia Brasil)

Projeto de lei regula o serviço de praticagem

O presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei com a regulamentação do serviço de praticagem no país. A justificativa é criar condições para a regulação econômica dessa atividade, que consiste em auxiliar comandantes de navios a navegarem em águas restritas, onde há condições que dificultam a segurança de embarcações, em especial em portos, estuários e hidrovias.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República destaca que, "tendo por base jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a Lei nº 9.537/1998 permite a regulação econômica da atividade, mediante a fixação de preços apenas quando houver a possibilidade de interrupção na prestação do serviço". A secretaria-geral classifica a atividade como "essencial" por sua relação com o abastecimento e o escoamento de produtos no país.

"Ocorre que os armadores que são obrigados a contratar o serviço de praticagem não têm liberdade para escolher o profissional que prestará o serviço, que atuam obedecendo uma escala de rodízio, conforme previsto na Norma da Autoridade Marítima (Norman) nº 12", explica a nota ao defender que o serviço passe a ser prestado "em regime de livre iniciativa", de forma a evitar a cobrança de valores abusivos por meio de regulação econômica.

"Assim, o projeto de lei tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do transporte aquaviário, especialmente o de cabotagem, com efeitos favoráveis sobre a competitividade da economia brasileira", complementa a nota ao apresentar, como referências de experiências internacionais, a praticagem em países como Estados Unidos, Argentina, Holanda, Suécia, Itália, Noruega, Grécia, Alemanha, França e Dinamarca.

O projeto prevê que a regulação econômica do serviço ficará a cargo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), sendo mantida a competência da Autoridade Marítima para a regulação técnica.

O projeto prevê, também, a possibilidade de os práticos prestarem serviços por meio de sociedades empresárias. (Agencia Brasil)

CMO aprova redução de tributos para combustíveis sem compensação

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na terça-feira (29) o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 2/22, que permite a redução de tributos sobre combustíveis sem necessidade de compensar a perda de arrecadação. A proposta segue para votação do plenário do Congresso. A próxima sessão está marcada para 4 de abril.

Pelo texto, o governo não precisará compensar a perda de receita com a redução de tributos incidentes sobre operações com biodiesel, óleo diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo, derivado de petróleo e de gás natural.

A Lei Complementar 192/22, sancionada neste mês, isentou esses combustíveis da cobrança do PIS e Cofins ao longo deste ano. O Ministério da Economia estima uma perda de R$ 16,59 bilhões com esses tributos federais.

O relator, deputado Juscelino Filho (União-MA), também mudou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2022 para permitir a destinação de recursos para construção, manutenção e conservação de estradas vicinais destinadas à integração com rodovias federais, estaduais e municipais.

O PLN 2/22 também dispensa de compensação a perda de arrecadação da contribuição com a reabertura de prazo de migração de servidores para o regime de previdência complementar. Na justificativa do projeto, o governo prometeu reabrir o prazo de opção pelo Regime de Previdência Complementar.

O Regime Próprio de Previdência Social da União adota o regime financeiro de repartição simples, e com isso a receita corrente das contribuições dos servidores ativos mantém o pagamento dos benefícios correntes.

O PLN 2/22 limita a atualização monetária da dívida mobiliária refinanciada da União pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data de emissão dos títulos que a compõem e o final do exercício de 2019. Desde 2020, a atualização é pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Crédito extra

A CMO também aprovou o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/22, que abre crédito extraordinário de R$ 2,572 bilhões. A proposta também segue para análise do Plenário do Congresso Nacional.

Dos recursos, R$ 1,7 bilhão vai recompor despesas primárias obrigatórias de pessoal e encargos sociais reduzidas pelo Congresso Nacional durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022.

Mais R$ 869 milhões se destinam a suplementar o Plano Safra 2021/2022, com financiamento de custeio agropecuário, comercialização de produtos agropecuários e investimento rural e agroindustrial. (Agencia Brasil)

Anvisa recomenda revisão de restrições para viajantes

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recomendou ao governo federal a revisão nas regras para entrada de viajantes no Brasil, seja por via aérea, terrestre ou hidroviária. Em nota técnica, são atualizadas as recomendações da agência impostas aos viajantes para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de covid-19.

A agência reguladora propôs a suspensão da apresentação da Declaração de Saúde do Viajante (DSV) para os viajantes que chegam por via aérea. Outra orientação atualizada é a que indica o fim da exigência de teste de detecção da covid-19 para pessoas já vacinadas que ingressem no país por via aérea. Divulgada na segunda-feira (28), a nota técnica foi emitida na quarta-feira (23) pela Anvisa.

Também foi recomendada a suspensão da medida de quarentena para viajantes não vacinados ao ingressarem no país. Outra mudança proposta pela nota é a reabertura da fronteira internacional aquaviária para passageiros, desde que vacinados ou com teste negativo para covid-19.

De acordo com a nota, deve ser mantida a comprovação de vacinação completa para todos que pretendam ingressar no território nacional - a norma considera a obrigação aos viajantes que estejam aptos a tomar a vacina.

Viajantes não vacinados ou que não estejam completamente vacinados podem apresentar, em substituição ao comprovante de vacinação, resultado negativo para covid-19 em teste realizado em até um dia antes do embarque ou desembarque no Brasil.

A Anvisa sugeriu que as alterações sejam implementadas preferencialmente a partir de 1º de maio de 2022. Segundo a agência reguladora, caberá avaliação do grupo Interministerial quanto ao cenário epidemiológico para definição da data mais adequada para flexibilização das medidas sanitárias.

"As recomendações podem ser revistas pela Anvisa, em razão de mudanças no cenário epidemiológico ou diante da necessidade de adoção de medidas sanitárias nos portos, aeroportos e fronteiras para garantir a saúde da população", ressalta a agência. (Agencia Brasil)

Plano de carreira dos professores é aprovado e elevará piso da categoria em até 73%

O projeto de lei do Governo de São Paulo que concede reajuste salarial de 10% e instituiu o Plano de Carreira e Remuneração para os docentes estaduais foi aprovado no início da noite de terça-feira (29) na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). A proposta que prevê reajustes de até 73% para docentes, diretores escolares e supervisores educacionais segue agora para a sanção do Governador Joao Doria.

De acordo com o projeto, os professores em início de carreira irão receber aumento que vai elevar o salário inicial para R$ 5 mil em jornada de 40 horas semanais, valor 30% maior do que o piso nacional. Além da criação da nova carreira, o Executivo também enviou à Alesp proposta de reajuste de 10% para todos os funcionários da Secretaria da Educação. Com a aprovação, o aumento será retroativo a 1º de março. No total, serão contemplados 240 mil servidores ativos e 190 mil inativos.

Com investimento total de R$ 3,7 bilhões, segundo a Secretaria da Educação, o plano de modernização da carreira é opcional para professores que já integram a rede pública estadual. Caso optem pela migração, 89% dos docentes poderão ter aumento imediato em seus salários.

Adesão voluntária

A adesão à nova carreira será voluntária, sendo que os docentes poderão ter aumento imediato em seus salários, caso optem pela migração. Os servidores temporários e novos ingressos já serão automaticamente enquadrados no novo modelo e os demais professores terão até 2 anos para aderir. A regulamentação da lei será feita em 60 dias e o detalhamento dos critérios de avaliação será elaborado com a participação da categoria. (Agencia Brasil)

Senado aprova ampliar atenção à mulher na prevenção ao câncer pelo SUS

O plenário do Senado aprovou na terça-feira (29), por unanimidade, o projeto que amplia o atendimento de atenção integral à mulher pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na prevenção e no tratamento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal. O texto segue para sanção da Presidência da República.

A proposta determina que a mamografia, a citopatologia e a colonoscopia sejam realizadas pelo SUS a todas as mulheres a partir da puberdade e não mais a partir dos 40 anos ou com o início da vida sexual. Até então, a legislação estabelecia que fossem feitas mamografias nas mulheres a partir dos 40 anos de idade.

Para o relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), a proposta permitirá às mulheres o acesso à mamografia, à citopatologia e à colonoscopia em tempo hábil para prevenir o surgimento desse tipo de doenças.

"A prevenção, o diagnóstico e o tratamento precoces dessas doenças ajudam a evitar ou minimizar os impactos devastadores que tais patologias podem causar na vida das mulheres e de suas famílias, ao mesmo tempo em que geram economia de recursos para o SUS, ao evitar tratamentos mais longos e complexos, além de mais inefetivos", justificou o congressista.

Castro defendeu ainda a inclusão do câncer colorretal no projeto, ao ser analisado pela Câmara dos Deputados. Segundo o parlamentar, esse tipo de câncer apresenta grande incidência na população feminina, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), ele ocupa o segundo lugar em termos de incidência entre as mulheres.

"Além de incluir a atenção ao câncer colorretal entre as ações previstas pela lei, o projeto emendado pela Câmara dos Deputados promove outras alterações relevantes, como a garantia de acesso à colonoscopia e a eliminação de referências etárias e ao início da atividade sexual como marcos a serem observados para fins de assegurar, respectivamente, o acesso aos exames mamográfico e citopatológico", explicou o relator.

O texto estabelece ainda o início da puberdade como o critério a ser considerado para fins de acesso aos exames diagnósticos dos cânceres de que trata a lei. (Agencia Brasil)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8619-71C9-17A7-6A45.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8619-71C9-17A7-6A45.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8619-71C9-17A7-6A45 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8619-71C9-17A7-6A45

Hash do Documento

AE674E48F37FF8A41FB50C0EA71B3BB092A2C0E0FA06A848165B03F28D5B8D22

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/03/2022 16:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

isa CTEEP

IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 08.580.534/0001-46

Relatório da Administração

No exercício de 2021 apresentou variação no resultado atingindo um lucro de R$9.500 em comparação ao prejuízo do ano anterior de R$16.042, os quais identificamos em maiores detalhes nas análises seguintes: A **receita operacional líquida** apresentou aumento de 102,1% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2021	A.V. %	2020	A.V. %	Variação 2021/2020 %
Receita de implementação da infraestrutura	35.019	63,2	9.931	36,2	252,6
Operação e manutenção	2.488	4,5	3.737	13,6	(33,4)
Remuneração dos ativos da concessão	20.824	37,6	15.621	57,0	33,3
Tributos sobre a receita	(2.055)	(3,7)	(1.056)	(3,8)	94,6
Encargos regulatórios	(833)	(1,5)	(804)	(2,9)	3,6
Receita operacional líquida	**55.443**		**27.429**		**102,1**

(i) A **receita de implementação da infraestrutura** considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2021 totalizou R$35.019, comparada com R$9.931 em 2020, este aumento é devido à evolução da fase da obra do Projeto Triângulo Mineiro em fase pré-operacional.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$2.488 em 2021, comparada com R$3.737 em 2020, devido principalmente pelos seguintes eventos: (i) efeito inflacionário do ciclo tarifário 2021/2022 somado a (ii) antecipações e repasses de encargos regulatórios totalizando o valor de R$585, deduzido pela (iii) maior incidência de parcela variável e parcela de ajuste negativa em R$1.834.

(iii) A **remuneração dos ativos da concessão** totalizou R$20.824 em 2021 comparada com R$15.621 em 2020 explicada principalmente pelo aumento de R$5.283 pela atualização do IPCA apresentando percentuais acumulados em 2021 de 10,25% e 4,24% em 2020.

(iv) As **deduções da receita operacional** apresentaram R$2.888 em 2021 e R$1.860 em 2020, variação devido ao aumento dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$999, que acompanham a variação da receita bruta e encargos regulatórios em R$29.

Os custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, totalizaram R$47.968 em 2021 comparado com R$16.438 em 2020, com concentração em serviço de terceiros, materiais e outros. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. O incremento, deve-se ao investimento em obras no Projeto Triângulo Mineiro em fase pré-operacional.

Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M	2021	2020
Serviços de terceiros	(15.173)	(10.538)
Materiais	(22.974)	(2.148)
Arrendamentos e Aluguéis	(304)	(176)
Outros	(9.517)	(3.576)
	(47.968)	**(16.438)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$5.963 em 2021 comparadas com R$25.132 em 2020, devido, principalmente, em 2020, constituição de provisão cível e execuções judiciais referente processos de servidão, desapropriação e indenizações no montante de R$25.820 somado a, em 2021, êxitos por acordos em processos, gerando uma recuperação de despesa de R$6.561 em 2021.

O **resultado financeiro** teve variação de 88,1% totalizando despesa de R$113 em 2021 comparado com R$940 em 2020, devido principalmente a redução de despesas com juros sobre empréstimos liquidado no primeiro trimestre de 2021.

O **imposto de renda e a contribuição social** totalizaram uma despesa de R$1.794 em 2021 comparado com R$961 em 2020, diretamente proporcional ao aumento das receitas sem custo proporcional.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	713	15.376
Aplicações financeiras	6	1.340	571
Ativo da concessão	8	18.334	17.312
Estoques		820	653
Tributos e adiantamento a fornecedores	9	37	1
Adiantamento a fornecedores		3.647	–
Despesas pagas antecipadamente		7	69
Outros		108	151
		25.006	**34.133**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	7	–	2.383
Ativo da concessão	8	136.131	101.795
Estoques		1.211	603
		137.342	**104.781**
Imobilizado	10	411	438
Intangível		3	5
		414	**443**
		137.756	**105.224**
Total do ativo		**162.762**	**139.357**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	–	5.585
Arrendamento		49	49
Fornecedores		73	1.138
Tributos e encargos sociais a recolher	12	381	265
Encargos regulatórios a recolher	13	57	140
Partes relacionadas	21	437	222
Outros		–	17
		997	**7.416**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	–	6.739
Arrendamento		338	381
PIS e COFINS diferidos	15	5.561	4.270
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20 (b)	4.739	3.610
Encargos regulatórios a recolher	13	–	233
Provisões para demandas judiciais	14	3.095	15.802
		13.733	**31.035**
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	139.321	101.695
Reservas de lucros	16 (c)	8.711	–
Prejuízo acumulado	16 (b)	–	(789)
		148.032	**100.906**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**162.762**	**139.357**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	17.1	**55.443**	**27.429**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	18	(47.968)	(16.438)
Lucro bruto		**7.475**	**10.991**
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas e honorários da administração	18	5.963	(25.132)
Outras receitas operacionais, líquidas		(2.031)	–
		3.932	(25.132)
Lucro (Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**11.407**	**(14.141)**
Receitas financeiras	19	128	301
Despesas financeiras	19	(241)	(1.241)
		(113)	(940)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**11.294**	**(15.081)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20 (a)	(665)	(708)
Diferido	20 (a)	(1.129)	(253)
		(1.794)	(961)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**9.500**	**(16.042)**
Lucro (Prejuízo) por ação		**0.06819**	**(0.15775)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	9.500	(16.042)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**9.500**	**(16.042)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendo não distribuído	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva especial de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019		**83.055**	**3.646**	**8.432**	**3.175**	**–**	**–**	**98.308**
Aumento de capital		18.640	–	–	–	–	–	18.640
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(16.042)	(16.042)
Absorção de prejuízos acumulados	16 (b)	–	(3.646)	(8.432)	(3.175)	–	15.253	–
Em 31 de dezembro de 2020		**101.695**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(789)**	**100.906**
Aumento de capital	16 (a)	37.626	–	–	–	–	–	37.6256
Lucro líquido do exercício							9.500	9.500
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	16 (b)	–	435	–	–	–	(435)	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	16 (b)	–	–	–	6.207	–	(6.207)	–
Dividendos obrigatórios	16 (b)	–	–	2.069	–	–	(2.069)	–
Em 31 de dezembro de 2021		**139.321**	**435**	**2.069**	**6.207**	**–**	**–**	**148.032**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	9.500	(16.042)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 18)	53	127
PIS e COFINS diferidos	1.291	310
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.129	253
Custo de ativo baixado	2.031	–
Demandas judiciais	(5.580)	14.006
Receita sobre aplicações financeiras	(94)	(99)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	145	1.070
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	542	205
	9.017	**(170)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	2.383	(46)
Ativo da concessão	(37.389)	(8.993)
Estoques	(775)	(95)
Tributos e contribuições a compensar	(36)	20
Despesas pagas antecipadamente	62	10
Adiantamento Fornecedores	(3.647)	–
Outros	44	(142)
	(39.358)	(9.246)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(1.065)	1.187
Tributos e encargos sociais a recolher	673	620
Imposto de renda e contribuição social pagos	(557)	(556)
Encargos regulatórios a recolher	(310)	79
Partes Relacionadas	215	(222)
Provisões	(7.673)	–
Outros	(17)	180
	(8.734)	1.288
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	**(39.075)**	**(8.128)**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(36.454)	(13.025)
Regates de Aplicações financeiras	35.779	24.335
Aquisição de imobilizado	(17)	(12)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(692)**	**11.298**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 11)	(11.806)	(5.067)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 11)	(663)	(1.288)
Pagamentos de arrendamentos	(53)	(139)
Aumento de capital (nota 17 (a))	37.626	18.640
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento	**25.104**	**12.146**
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(14.663)**	**15.316**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	15.376	60
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	713	15.376
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**(14.663)**	**15.316**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 13 de dezembro de 2006, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica: Prazo (anos)	Revisão Tarifária Periódica: Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP: R$ mil	Receita Anual Permitida - RAP: Mês base
004/2007 (i)	30	23.04.37	5	2022	IPCA	21.001	06/21
007/2020 (ii)	30	20.03.50	5	2025	IPCA	36.252	06/21

(i) Linha de Transmissão Neves 1 - Mesquita, 500 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 172 km, com origem na Subestação Neves 1 e término na Subestação Mesquita, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais, que entrou em operação em 19 de dezembro de 2008.

(ii) Lote arrematado pela Controladora no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Triângulo Mineiro) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e/ou administrativas. Composto pelas linhas de transmissão Nova Ponte - Araxá 3 e Nova Ponte - Uberlândia 10, com extensão aproximada de 173 km. Obras iniciadas em junho de 2020. A previsão da entrada em operação é de 60 meses a partir da data de assinatura do contrato, conforme estimativa da ANEEL.

O Contrato de Concessão nº 004/2007, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

1.3 Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando os impactos da COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema e eventuais impactos nos negócios da Companhia.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica que se mostraram eficientes para a Transmissão, os níveis de inadimplência da Companhia não apresentaram oscilações significativas. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2022.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

• Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 20 (b));

• Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14);

• Contabilização de contratos de concessão.

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

• Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 8).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

• Determinação da margem de lucro (nota 17.1);

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 8).

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

• Determinação das receitas de infraestrutura (nota 17.1);

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

• Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 17.1).

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2022.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura (nota 17.1 (a));

(b) Remuneração dos ativos da concessão (nota17.1 (d));

(c) Receita de operação e manutenção (nota 17.1 (b)).

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 13).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito (nota 7) e aplicações financeiras (nota 6).

• Custo Amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos serviços de O&M (nota 8).

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (impairment**)**

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7 Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado (nota 8 (a)).

(b) Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 8(b)).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 10).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

• Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

• Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

• Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

• Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.13 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

continua →☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F0EF-7E10-945D-A868.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F0EF-7E10-945D-A868.

isa CTEEP

IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 08.580.534/0001-46

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 14.

3.15 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.16 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.17 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 11 - Contratos de Seguro CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	IFRS 4 IFRS 7 IFRS 9 IFRS 16 IAS 39	01.01.2021
CPC 06 (R2)	Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	IFRS 16	01.01.2021

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	IAS 16	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41 CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	IFRS 1 IFRS 9 IFRS 16 IAS 41	01.01.2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	% do CDI	2021	2020
Caixa e bancos		713	15.101
Equivalentes de Caixa			
CDB (a)	101,8%	–	275
		713	**15.376**

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.
(a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 22 (c).

6. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2021% do CDI	2021	2020
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	95,3%	1.329	220
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		11	351
		1.340	**571**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

• Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

• Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7. Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de caixa restrito era de R$2.383 e se referia à conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de caixa restrito não apresentava saldo devido a liquidação do financiamento junto ao BNDES ocorrida no primeiro trimestre de 2021.

8. Ativo da concessão

	2021	2020
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	1.373	2.016
	1.373	**2.016**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	153.092	117.091
	154.465	**119.107**
Circulante	**18.334**	**17.312**
Não circulante	**136.131**	**101.795**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis). Estes fluxos terão início da sua realização após a entrada em operação da infraestrutura, cuja o recebimento se dará por meio do faturamento mensal da Receita Anual Permitida (RAP).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

	2021	2020
A vencer	154.286	118.929
Vencidos		
até 30 dias	1	1
de 31 a 60 dias	1	–
de 61 a 360 dias	9	5
há mais de 361 dias	168	172
	179	**178**
	154.465	**119.107**

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do ativo da concessão é como segue:

Saldos em 2019	**110.114**
Receita de infraestrutura (nota 17.1)	9.931
Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.1)	15.621
Receita de operação e manutenção (nota 17.1)	3.737
Recebimentos	(20.296)
Saldos em 2020	**119.107**
Receita de infraestrutura (nota 17.1)	35.019
Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.1)	20.824
Receita de operação e manutenção (nota 17.1)	2.488
Recebimentos	(22.973)
Saldos em 2021	**154.465**

9. Tributos e contribuições a compensar

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	25	1
Contribuição social retido na fonte	6	–
COFINS	5	–
PIS	1	–
	37	**1**

10. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Custo	Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação -%
Arrendamento em edifícios	499	(126)	373	415	9,97%
Arrendamentos em veículos	149	(149)	–	1	–
Móveis e utensílios	2	(1)	1	1	6,25%
Máquinas e equipamentos	13	(2)	11	12	6,25%
Equipamentos de informática	13	(13)	–	–	–
Imobilizado em curso - equipamentos de informática	26	–	26	9	–
	702	**(291)**	**411**	**438**	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Saldos em 2019	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2020
Arrendamento em edifícios	293	176	(46)	(8)	415
Arrendamentos em veículos	76	–	(75)	–	1
Móveis e utensílios	2	–	(1)	–	1
Máquinas e equipamentos	10	–	(1)	3	12
Equipamentos de informática	2	–	(2)	–	–
Imobilizado em curso - equipamentos de informática	–	12	–	(3)	9
	383	**188**	**(125)**	**(8)**	**438**

	Saldos em 2020	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2021
Arrendamento em edifícios	415	7	(49)	–	373
Arrendamentos em veículos	1	–	(1)	–	–
Móveis e utensílios	1	–	–	–	1
Máquinas e equipamentos	12	–	(1)	–	11
Equipamentos de informática	–	–	–	–	–
Imobilizado em curso - equipamentos de informática	9	17	–	–	26
	438	**24**	**(51)**	**–**	**411**

11. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Contrato	Encargos	Taxa Interna de Retorno - TIR a.a.	Vencimento final	2021	2020
BNDES					
08.2.0770.1	TJLP + 2,39% a.a.	7,93%	15.04.2023	–	12.324
Total em moeda nacional				**–**	**12.324**
Circulante				**–**	**5.585**
Não circulante				**–**	**6.739**

Em 2009, a Companhia obteve recurso junto ao BNDES para financiar a implementação da infraestrutura da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves I e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011.

Existe interveniência da controladora CTEEP nos contratos de financiamento de BNDES.

Em 19 de fevereiro de 2021, o BNDES autorizou a liquidação antecipada integral da dívida decorrente do contrato de financiamento. A liquidação financeira ocorreu em 8 de março de 2021.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	2021	2020
2022	–	5.067
2023	–	1.672
	–	**6.739**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldos em 2019	**17.609**
Pagamentos de principal	(5.067)
Pagamentos de juros	(1.288)
Juros e variações monetárias	1.070
Saldos em 2020	**12.324**
Pagamento de principal	(11.806)
Pagamento de juros	(663)
Juros e variações monetárias	145
Saldos em 2021	**–**

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	2021	2020
Imposto de renda	109	90
Contribuição social	61	55
COFINS	54	49
PIS	12	11
INSS	28	–
ISS	83	–
Outros	34	60
	381	**265**

13. Encargos regulatórios a recolher

	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	57	373
	57	**373**
Circulante	**57**	**140**
Não circulante	**–**	**233**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

14. Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui dez ações cíveis-fundiárias no valor de R$3.095 com probabilidade de perda provável. (R$15.802 em 2020).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui onze ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, de natureza cível-fundiária, no valor de R$ 2.405, (R$3.367 em 2020).

15. PIS e COFINS diferidos

	2021	2020
PIS diferido	990	760
COFINS diferido	4.571	3.510
	5.561	**4.270**

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2021 e 2020 é de 494.722.892 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social integralizado em 2021 totaliza R$139.321 (R$101.695 em 2020) e está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 22 de junho de 2020, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R$410.000, que será integralizado até 01 de julho de 2027. Em 2021 foi integralizado o valor de R$37.626.

(b) Lucro líquido ou Prejuízo do exercício

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**9.500**	**(16.042)**
Constituição da reserva legal	(435)	–
Absorção de parcela de prejuízos acumulados	(789)	–
	8.276	(16.042)
Constituição da reserva especial de dividendo não distribuído	(2.069)	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	(6.207)	–
Absorção do prejuízo líquido do exercício com reservas de lucros	–	15.253
	–	**(789)**

(c) Reservas de lucro

Em 2020, os prejuízos acumulados de R$16.042, foi absorvido parcialmente pelos saldos das reservas legal, retenção de lucros e reserva especial de dividendo não distribuído, constituídas em exercícios anteriores, conforme previsto na legislação societária.

	2021	2020
Reserva legal (i)	435	–
Reserva de retenção de lucros (ii)	6.207	–
Reserva especial de dividendo não distribuído (iii)	2.069	–
	8.711	**–**

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iii) Reserva especial de dividendo não distribuído

A Lei 6.404/76, artigo 202 § 5º prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A proposta da Administração à Assembleia Geral de acionistas é de que a parcela dos lucros não distribuída seja destinada à constituição de reserva especial, a fim de subsidiar investimentos no projeto Triângulo Mineiro (contrato 007/2020).

17. Receita operacional líquida

17.1 Composição da receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 8)	35.019	9.931
Operação e Manutenção (a) (nota 8)	2.488	3.737
Receita de remuneração dos ativos da concessão (b) (nota 8)	20.824	15.621
Total da receita bruta	58.331	29.289
Tributos sobre a receita		
COFINS	(1.689)	(868)
PIS	(366)	(188)
	(2.055)	(1.056)
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão - RGR	(566)	(537)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(187)	(192)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(80)	(75)
	(833)	(804)
	55.443	**27.429**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada a obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

17.2 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem. A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

17.3 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

17.4 Reajuste anual da receita

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.895 que foi substituída pela Resolução Homologatória n° 2.959/21, publicada em 05 de outubro de 2021, estabelecendo novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 20/21 REH 2.755 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP Ciclo 21/22 REH 2.959	PA	RAP Ciclo 21/22 RAP Ciclo 21/22
IPCA	20.076	1.617	–	–	21.693	(692)	21.001

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2020/2021.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica - Novos investimentos	Rede Básica - Licitada	Rede Básica - Parcela de ajuste	Demais Instalações de Transmissão - DIT - Novos investimentos	DIT - Licitada	DIT - Parcela de ajuste	Total 2021	Total 2020
004/2007	–	21.693	(692)	–	–	–	21.001	19.863
	–	**21.693**	**(692)**	**–**	**–**	**–**	**21.001**	**19.863**

18. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas:

	Custos	Despesas	2021 Total	2020 Total
Serviços	(15.173)	(638)	(15.811)	(11.335)
Depreciação e amortização	–	(53)	(53)	(127)
Materiais	(22.974)	–	(22.974)	(2.148)
Arrendamentos e aluguéis	(304)	–	(304)	(176)
Demandas judiciais	–	6.710	6.710	(24.157)
Outros	(9.517)	(56)	(9.573)	(3.627)
	(47.968)	**5.963**	**(42.005)**	**(41.570)**

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura, totalizaram R$42.769. A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota 17.1, é calculada acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

19. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	109	296
Juros ativos	8	2
Variações monetárias	4	1
Outras	7	2
	128	301
Despesas		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(193)	(1.075)
Variações monetárias	(4)	(88)
Outras	(44)	(78)
	(241)	(1.241)
	(113)	**(940)**

20. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Receita bruta de serviços	58.331	29.289
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	5.214	2.583
Outras receitas (nota 20)	128	301
Base de cálculo	5.342	2.884
IRPJ e CSLL	(1.816)	(980)
Outros	22	19
Despesa com IRPJ e CSLL	(1.794)	(961)
Corrente	(665)	(708)
Diferido	(1.129)	(253)
	(1.794)	**(961)**

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$4.739 (R$3.610 em 2020) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

21. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2021 Passivo	2020 Passivo	2021 Receita/ (Despesa)	2020 Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	52	71	(271)	(285)
Prestação de serviços	CTEEP	385	151	(3.254)	(3.210)
		437	**222**	**(3.525)**	**(3.495)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

22. Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2021	2020
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa	1	713	275
Aplicações financeiras	2	1.340	571
Caixa restrito	2	–	2.383
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	1.373	2.016
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	–	–	5.585
Não circulante	–	–	6.739
Arrendamento			
Circulante	–	49	49
Não circulante	–	338	381
Fornecedores	–	73	1.283
Partes relacionadas	–	437	222

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	–	5.585
Não circulante	–	6.739
Arrendamento		
Circulante	49	49
Não circulante	338	381
Dívida total	387	12.754
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2.053	15.947
Dívida líquida	(1.666)	(3.193)
Patrimônio líquido	148.032	100.906
Índice de endividamento líquido	N/A	N/A

A Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas *(covenants)* apurados com base nos índices de endividamento (nota 11). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu a todos os requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 17.2).

(iii) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 11).

(iv) Risco de captação - A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(v) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2021 Total	2020 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	73	–	–	–	–	73	1.138
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	–	–	12.324
Arrendamento	4	12	33	257	81	387	430
	77	**12**	**33**	**257**	**81**	**460**	**13.892**

23. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	01/06/21 a 01/12/22	24.952	44
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/21 a 19/12/22	60.000(*)	–
			17

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

24 .Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa - Atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	2020	Fluxo de caixa	Alterações não Caixa - Adição ou transferência	Alterações não Caixa - Juros	2021
Empréstimos e financiamentos	12.324	(12.324)	–	–	–
Arrendamentos	430	(53)	7	3	387
Total	**12.754**	**(12.377)**	**7**	**3**	**387**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F0EF-7E10-945D-A868.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F0EF-7E10-945D-A868.

IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 08.580.534/0001-46

continuação

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente
Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos
Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores
Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios
Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora
Fabiana Bitelli - CRC nº 1SP 213358/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 24 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

Brasil cria 328.507 mil empregos com carteira assinada em fevereiro

O Brasil fechou o mês de fevereiro de 2022 com a criação de 328.507 empregos formais, segundo balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), apresentado na terça-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O saldo de fevereiro foi resultado de 2,013 milhões de contratações e 1,685 milhão de desligamentos. Segundo a pasta foi o melhor resultado para o mês da série iniciada em 2010, perdendo apenas para 2021, quando o saldo foi de 397.915 postos.

De acordo com o secretário executivo do ministério, Bruno Dalcolmo, esta foi a primeira vez que o total mensal de admissões superou 2 milhões de vagas, considerando a série com declarações feitas dentro do prazo. O secretário, entretanto, destacou que o resultado não pode ser considerado estrutural e que a tendência é de redução nas contratações.

"O que vemos aqui em fevereiro de 2022 do ponto de vista das admissões é algo importante a ser notado. Pela primeira vez estamos acima de 2 milhões de contratações. É claro que não é possível se afirmar que é algo estrutural e que permanecerá nesse patamar", disse. "Temos já registrado que é natural que se espere alguma desaceleração com relação ao nível de contratação do ano passado. É um processo natural, as empresas não continuarão contratando naquele ritmo do ano passado para sempre", acrescentou.

Os números mostram que, no mês de fevereiro, os cinco grupamentos de atividade econômica apresentaram saldo positivo, com destaque para o setor de serviços, com geração de 215.421 novos postos com carteira assinada, distribuídos principalmente nas atividades de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.

A indústria geral fechou o mês com 43 mil novos postos, concentrados especialmente na indústria de transformação, que gerou 38.575 postos. A construção fechou o mês com 39.453 novos empregos. Na sequência vêm a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura que gerou 17.415 postos; e o comércio, com 13.219 postos.

Com o resultado de fevereiro, o estoque de empregos formais ativos ficou em 41.157.217 vínculos, uma variação positiva de 0,8% em relação ao estoque do mês anterior. No acumulado de 2022, foi saldo registrado é de 478.862 empregos com carteira assinada, decorrente de 3.818.888 admissões e de 3.340.026 desligamentos.

Salário

Os dados do novo Caged mostram ainda que o salário médio de admissão em fevereiro de 2022 foi de R$ 1.878,66. O valor é menor que o registrado em janeiro, com um decréscimo de R$ 61,14, o que equivale a uma variação de -3,15%.

Trabalho intermitente

Em fevereiro, o novo Caged registrou 25.396 admissões e 16.568 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo de 8.828 empregos.

Foram 5.287 estabelecimentos contratantes e 36 empregados celebraram mais de um contrato na condição de trabalhador intermitente.

"Do ponto de vista das atividades econômicas, o saldo de emprego na modalidade de trabalho intermitente distribuiu-se por: serviços (6.906 postos), construção (1.115 postos), indústria geral (422 postos), agropecuária (207 postos) e comércio (178 postos)", informou a pasta.

Em relação ao trabalho em regime de tempo parcial, foram registradas 26.104 admissões e 16.586 desligamentos, um saldo de 9.518 empregos. Foram registrados 9.493 estabelecimentos contratantes e 158 empregados celebraram mais de um contrato em regime de tempo parcial.

O saldo de emprego em regime de tempo parcial ficou assim distribuído por setor: serviços (5.615 postos), indústria geral (2.286 postos), comércio (1.167 postos), construção (241 postos) e Agropecuária (209 postos).

Regiões

Em fevereiro, 25 das 27 unidades da Federação fecharam o mês com saldo positivo de empregos. Os destaques foram: São Paulo, com 98.262 postos; Minas Gerais, com 36.677 novos postos; e Paraná, com 28.506 postos.

Os estados com menor saldo registrado foram o Amapá, que apresentou um saldo positivo de 158 postos; seguido de Alagoas e Paraíba que apresentaram saldo negativo, ou seja, fecharam 600 postos e 1.451 postos, respectivamente.

Entre as regiões, a Sudeste fechou fevereiro com 162.442 novos postos. Na sequência vem o Sul, com 82.898 postos de trabalho; Centro-Oeste, 40.930 postos; Nordeste, com 28.085 postos; e a Região Norte, com 12.727 postos. (Agencia Brasil)

BC tem planos de contingência para serviços essenciais durante greve

O Banco Central (BC) informou ter planos de contingência para manter o funcionamento de serviços essenciais durante a greve dos servidores do órgão, que começa na próxima sexta-feira (1º). Em nota divulgada na terça-feira (29), o órgão assegurou o funcionamento de operações de mercado e de sistemas como o Pix, o Sistema de Transferência de Reservas (STR) e o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

No comunicado, a autarquia informou reconhecer o direito dos servidores de promoverem manifestações organizadas e confiar na dedicação, qualidade e responsabilidade dos servidores e de seu compromisso com a instituição e com a sociedade.

Na segunda-feira (28), os funcionários do BC aprovaram greve por tempo indeterminado a partir de 1º de abril. A categoria pede a extensão dos aumentos aprovados para os policiais federais no Orçamento de 2022.

Desde o último dia 17, a categoria vinha fazendo paralisações diárias das 14h às 18h. Desde o início do ano, os servidores do órgão vinham trabalhando em esquema de operação-padrão, com as equipes trabalhando mais lentamente, e atrasando a divulgação de indicadores.

Nas últimas semanas, diversas publicações do BC, como o boletim Focus (pesquisa com instituições financeiras) e as respostas do questionário que antecedem as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), saíram com atraso. Na terça-feira, foi comunicado que o órgão não divulgará diversas estatísticas mensais previstas para esta semana, como os relatórios de contas externas, do mercado de crédito e sobre as contas públicas. (Agencia Brasil)

Medida provisória estabelece novas regras para o SIM Digital

O governo federal publicou na terça-feira (29) a Medida Provisória (MP) 1.110/22 com novas regras para o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores, conhecido como SIM Digital. A MP também altera as datas de recolhimentos de contribuições previdenciárias, como a do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O SIM Digital é um programa de oferta de crédito para os empreendedores individuais. A medida provisória altera as regras de uma MP anterior com o objetivo de dar "maior segurança jurídica" e corrigir possíveis erros materiais no texto anterior, "com o intuito de que o escopo pretendido pelo SIM Digital e demais procedimentos seja atingido de forma clara e eficiente".

Entre as alterações, está a que as carteiras comerciais de operações de crédito contratadas por meio de instituições financeiras participantes do SIM Digital poderão dispor de instrumentos de garantia mantidos por fundos garantidores de operações de microfinanças. As regras para a utilização das garantias seguirão o disposto nos regulamentos dos fundos.

A MP define ainda que o cotista, ou seus agentes públicos, não responderão por qualquer obrigação ou eventual prejuízo do fundo garantidor, salvo o cotista, pela integralização das cotas que vier a subscrever.

Em relação ao FGTS, a MP traz novas datas para o pagamento dos encargos trabalhistas, especialmente para o empregador doméstico. De acordo com o texto, a arrecadação dos encargos trabalhistas de responsabilidade do empregador doméstico quanto ao seu empregado deverá ocorrer até o dia 20 de cada mês. Apenas o salário deverá ser pago até o dia 7 de cada mês.

"A produção de efeitos das novas datas dos recolhimentos dos encargos trabalhistas pelo empregador doméstico passará a valer somente quando da data de início da arrecadação por meio da prestação dos serviços digitais de geração das respectivas guias", informou a Secretaria-Geral da Presidência da República. (Agencia Brasil)

Confiança da indústria atinge menor nível desde julho de 2020

O Índice de Confiança da Indústria (ICI), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), caiu 1,7 ponto de fevereiro para março deste ano. Essa foi a oitava queda consecutiva do indicador, que atingiu 95 pontos em uma escala de 0 a 200 pontos, o menor patamar desde julho de 2020 (89,8 pontos).

O Índice Situação Atual (ISA), que mede a confiança dos empresários de indústria brasileira no presente, recuou 1,1 ponto e foi para 97,4 pontos, menor valor desde julho de 2020 (89,1 pontos).

O Índice de Expectativas (IE), que mede a confiança do empresariado industrial em relação ao futuro, diminuiu 2,1 pontos, indo para 92,8 pontos, menor patamar também desde julho de 2020 (90,5 pontos).

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria avançou 0,3 ponto percentual em março, para 80,2%. (Agencia Brasil)

Plataforma reúne dados genômicos de bactérias multirresistentes

Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) desenvolveram a plataforma One Health Brazilian Resistance (OneBR), que reúne dados genômicos, epidemiológicos e fenotípicos de bactérias multirresistentes. O objetivo do banco de dados é contribuir para o monitoramento e o controle da disseminação dessas bactérias, principalmente as classificadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como de "prioridade crítica".

A doutoranda da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP (FCF-USP) e integrante do grupo de pesquisa do projeto OneBR, Fernanda Esposito, explicou que a ferramenta pode auxiliar no desenvolvimento de novos medicamentos. Até o momento, o banco conta com dados de aproximadamente 500 cepas bacterianas e outras 200 devem ser adicionados até o final deste ano.

"A partir dos dados genômicos disponibilizados na plataforma, é possível descobrir genes responsáveis pela produção de novos compostos baseados em: probióticos (micro-organismos vivos cuja ingestão traz benefícios à saúde); bacteriocinas (toxinas produzidas por bactérias para inibir o crescimento de outras cepas bacterianas); e fagoterapia (tipo de vírus que infecta apenas as bactérias)", disse.

Sob coordenação de Nilton Lincopan, professor do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP), a plataforma já está disponível para consulta desde 2019. No entanto, ela conta com atualizações ao longo do tempo, com a incorporação de bancos de novas espécies bacterianas isoladas. O acesso ao material é gratuito e pode ser realizado por profissionais da área da saúde, vigilância sanitária, pesquisadores e pessoas fora da comunidade científica.

"O site OneBR é bem intuitivo e, além disso, é possível entrar em contato conosco, visualizar os membros da nossa equipe de pesquisa, nossos colaboradores e produção científica", ressaltou Fernanda. O sequenciamento completo do genoma das bactérias é totalmente realizado pelo grupo de pesquisa do projeto, que trabalha em colaboração com pesquisadores de todo o país, recebendo amostras. Todas as bactérias que são isoladas pelo grupo ou por colaboradores ficam armazenadas em um biorrepositório na USP.

Segundo a pesquisadora, um dos objetivos futuros é desenvolver uma forma que aumente a autonomia dos profissionais de saúde e pesquisadores, permitindo que eles alimentem o banco de dados com sequenciamento feitos por eles mesmos.

Fernanda acrescenta que a OneBR é a primeira plataforma de dados genômicos e epidemiológicos do Brasil e que a intenção é expandir o projeto para a América Latina. "Devido ao alto nível de circulação populacional entre os países latino-americanos, o projeto de expansão do monitoramento em nível continental se torna imprescindível", disse.

Para isso, o grupo da USP já está em contato com pesquisadores de países, como Argentina, Chile, Equador, Uruguai, a fim de definir qual será a melhor dinâmica de trabalho. (Agencia Brasil)

Câmara aprova novas regras para produtos alimentícios artesanais

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (29) a proposta que considera produtos alimentícios artesanais de origem vegetal aqueles em cujo processo de fabricação são utilizadas matérias-primas predominantemente vegetais, prevendo a concessão de um selo distintivo. A matéria segue para análise do Senado.

"A intenção dessa proposição é apoiar o mercado de produtos alimentícios artesanais de origem vegetal por meio da regulamentação dos critérios de identificação de produtos artesanais genuínos e de qualidade, estabelecendo a possibilidade de se conceder também a esses alimentos a distinção do selo Arte, que está previsto apenas para os produtos alimentícios artesanais de origem animal", explicou a relatora deputada Aline Sleutjes (União Brasil - PR).

O texto classifica esses produtos como aqueles que apresentam certas características, como processo de fabricação com técnicas e conhecimentos de domínio dos manipuladores.

O projeto estabelece que os produtos devem ser feitos com matérias-primas produzidas na propriedade onde a unidade de processamento estiver localizada ou ter origem determinada.

Selo Arte

O Selo Arte é um certificado que assegura que o produto alimentício de origem animal foi elaborado de forma artesanal, com receita e processo que possuem características tradicionais, regionais ou culturais.

O selo permite que produtos como queijos, embutidos, pescados e mel possam ser vendidos livremente em qualquer parte do território nacional, eliminando entraves burocráticos. (Agencia Brasil)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F0EF-7E10-945D-A868.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F0EF-7E10-945D-A868.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F0EF-7E10-945D-A868 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F0EF-7E10-945D-A868

Hash do Documento

F213EE0685937F91AEB3C2EFA07853464CF48F47A50C12F610049B305083A5D8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/03/2022 16:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

isa CTEEP

Itapura - Interligação Elétrica Itapura S.A.

CNPJ/MF nº 27.819.377/0001-23

Relatório da Administração

No exercício de 2021 apresentou lucro líquido de R$10.216 em comparação ao ano anterior que apresentou prejuízo de R$1.092, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve aumento de 19,4% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2021	A.V. %	2020	A.V. %	Variação 2021/2020 %
Receita de infraestrutura	27.684	44,7	20.843	40,1	32,8
Remuneração dos ativos da concessão	24.958	40,3	29.654	57,1	(15,8)
Operação e Manutenção	4.924	7,9	3.557	6,9	38,4
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	6.935	11,2	–	–	–
Tributos sobre a receita	(2.308)	(3,7)	(1.977)	(3,8)	16,7
Encargos regulatórios	(218)	(0,4)	(162)	(0,3)	34,6
Receita operacional líquida	**61.975**		**51.915**		**19,4**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos no projeto realizado no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2021 foi de R$27.684, comparada com R$20.843 em 2020, aumento de R$6.841 devido aos investimentos nas obras do lote de Lorena e a energização do projeto em outubro de 2021.

(ii) A **remuneração dos ativos da concessão** atingiu R$24.958 em 2021, comparada aos R$29.654 em relação a 2020, explicada principalmente pela: (i) redução de R$13.429 ocasionado pela revisão da taxa implícita dos contratos de concessão, em 2020, com impacto positivo de R$15.940, compensado pelo (ii) aumento de R$8.733 pela atualização do IPCA mensal.

(iii) O **ganho de eficiência na implementação de infraestrutura** no montante de R$6.935 em 2021, refere-se aos ganhos adicionais à margem estimada, apurados na entrada em operação de projetos. Em 29 de outubro de 2021 foi energizada a subestação Lorena com um banco de transformador e 6Km de linhas de transmissão. O empreendimento é o primeiro a contemplar a aplicação da solução digital na rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Concluindo assim, o empreendimento do contrato 021/2018 com um ano de antecedência em relação ao prazo da ANEEL.

(iv) Os **tributos sobre a receita operacional** atingiram R$2.526 em 2021 e R$2.139 em 2020 que acompanha a variação da receita de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão.

Os **custos de implementação da infraestrutura,** representam os investimentos efetuados na obra durante o período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. Totalizaram R$48.588 em 2021 e R$49.247 em 2020, com concentração em serviços e materiais.

Custo de implementação da infraestrutura e O&M	2021	2020
Serviços de terceiros	(37.130)	(5.638)
Materiais	(8.568)	(42.508)
Servidão	(1.614)	(194)
Outros	(1.276)	(1.101)
	(48.588)	**(49.247)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$238 em 2021 comparada com R$237 em 2020, não apresentando variação significativa.

O **resultado financeiro** atingiu R$3 de receita financeira em comparação com R$177 de receita financeira do ano anterior, redução principalmente a descontos obtidos em 2020.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiram R$1.935 em 2021 em comparação com R$1.711 em 2020 devido, diretamente proporcional ao aumento das receitas sem custo proporcional.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	49	75
Aplicações financeiras	6	2.069	811
Ativo da concessão	7	16.504	9.210
Estoques	8	1.352	98
Tributos e contribuições a compensar	9	39	–
Despesas antecipadas		91	93
Outros		4	–
		20.108	**10.287**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	7	185.910	144.911
Estoques	8	1.013	–
		186.923	**144.911**
Imobilizado	10	16	16
Intangível	11	49	85
		65	101
		186.988	**145.012**
Total do ativo		**207.096**	**155.299**

PASSIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Arrendamento		2	2
Encargos regulatórios a recolher	14	71	25
Fornecedores	12	776	650
Tributos e encargos sociais a recolher	13	742	491
Dividendos a Pagar		7.028	–
Contas a pagar	15	920	2.444
		9.539	**3.612**
Não circulante			
Arrendamento		14	15
Encargos regulatórios a recolher	14	–	48
PIS e COFINS diferidos	16	7.298	5.582
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	6.159	4.711
		13.471	**10.356**
Patrimônio líquido			
Capital social	17 (a)	162.613	123.046
Reserva de Lucros	17 (c)	21.473	18.285
		184.086	**141.331**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**207.096**	**155.299**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019		**79.952**	**969**	**13.806**	**4.602**	**–**	**99.329**
Integralização de capital	17 (a)	43.094	–	–	–	–	43.094
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(1.092)	(1.092)
Absorção de prejuízos acumulados		–	–	(1.092)	–	1.092	–
Em 31 de dezembro de 2020		**123.046**	**969**	**12.714**	**4.602**	**–**	**141.331**
Integralização de capital	17 (a)	39.567	–	–	–	–	39.567
Lucro líquido do exercício	17 (b)	–	–	–	–	10.216	10.216
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal		–	511	–	–	(511)	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	17 (b)	–	–	7.279	–	(7.279)	–
Dividendos obrigatórios		–	–	–	(4.602)	(2.426)	(7.028)
Em 31 de dezembro de 2021		**162.613**	**1.480**	**19.993**	**–**	**–**	**184.086**

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	18.1	**61.975**	**51.915**
Custo de implementação da infraestrutura e operação e manutenção	19	(49.589)	(51.236)
Lucro bruto		**12.386**	**679**
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(238)	(237)
		(238)	(237)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**12.148**	**442**
Receitas financeiras	20	37	197
Despesas financeiras	20	(34)	(20)
		3	177
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**12.151**	**619**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	21 (a)	(487)	(422)
Diferido	21 (a)	(1.448)	(1.289)
		(1.935)	(1.711)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**10.216**	**(1.092)**
Lucro/(Prejuízo) por ação		**0,06282**	**(0,00887)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	10.216	(1.092)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**10.216**	**(1.092)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	10.216	(1.092)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 19)	37	37
PIS e COFINS diferidos	1.716	1.527
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.448	1.289
Receita sobre aplicações financeiras	(35)	(17)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	(2)	2
	13.380	**1.746**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	(48.293)	(41.748)
Estoques	(2.267)	28.427
Tributos e contribuições	(39)	4
Despesas antecipadas	–	(68)
Outros	(5)	–
	(50.604)	**(13.385)**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	132	(33.467)
Tributos e encargos sociais a recolher	611	737
Imposto de renda e contribuição social pagos	(360)	(359)
Contas a pagar	(1.528)	865
Encargos regulatórios	–	46
	(1.145)	**(32.178)**
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	**(38.369)**	**(43.817)**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(15.812)	(8.257)
Resgates de aplicações financeiras	14.590	9.049
Fluxo de caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento	**(1.222)**	**792**
Atividades de financiamento		
Arrendamentos	(2)	(1)
Integralização de capital (nota 17 (a))	39.567	43.094
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	**39.565**	**43.093**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(26)**	**68**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	75	7
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	49	75
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**(26)**	**68**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Itapura S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 11 de abril de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções, é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica: Prazo	Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP: R$ mil	Mês base
042/2017	30	11.08.47	5 anos	2023	IPCA	12.553	06/21
021/2018	30	20.09.48	5 anos	2024	IPCA	11.774	06/21

Contrato nº 042/2017

Composto pela Subestação 440 kV Bauru - Compensador Estático 440 kV (-125/250) MVAr. As obras foram concluídas e entraram em operação em 11 de agosto de 2019.

Contrato nº 021/2018

Composto pela Subestação 500/230 kV Lorena com um banco de transformação de 1.200 MVA. As obras foram concluídas e entraram em operação em 29 de outubro de 2021.

Os Contratos de Concessão nº 042/2017 e 021/2018, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

1.3 Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando os impactos da COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema e eventuais impactos nos negócios da Companhia.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica que se mostraram eficientes para a Transmissão, os níveis de inadimplência da Companhia não apresentaram oscilações significativas. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2022.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

• Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 21 (b)).

• Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

• Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 7)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

• Determinação da margem de lucro (nota 18.1)

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita Contrato com Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 7)

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

• Determinação das receitas de infraestrutura (nota 18.1)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

• Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 18.1)

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2022.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura (nota 18.1 (a))

(b) Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 18.1 (c))

(c) Remuneração dos ativos da concessão (nota 18.1 (d))

(d) Receita de operação e manutenção (nota 18.1 (b))

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 14).

(ii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• Custo Amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos serviços de O&M (nota 7).

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7 Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente

depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 10).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 11).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

• Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

• Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

• Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

• Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.13 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 11 - Contratos de Seguro CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	IFRS 4 IFRS 7 IFRS 9 IFRS 16 IAS 39	01.01.2021
CPC 06 (R2)	Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	IFRS 16	01.01.2021

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 579C-B4AF-54A6-F135.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 579C-B4AF-54A6-F135.

Itapura - Interligação Elétrica Itapura S.A.

CNPJ/MF nº 27.819.377/0001-23

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		IAS 28	
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	IAS 16	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado	Melhorias Anuais ao Ciclo de	IFRS 1	01.01.2022
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	IFRS's 2018-2020	IFRS 9 IFRS 16	
CPC 48 - Instrumentos Financeiros		IAS 41	
CPC 06 (R2) - Arrendamentos			
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola			
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	% do CDI	2021	2020
Caixa e bancos		49	10
Equivalentes de Caixa			
CDB (a)	101,2%	–	65
		49	75

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.
(a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 23 (b).

6. Aplicações financeiras

	% do CDI	2021	2020
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	114,5%	2.069	811
		2.069	811

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:
• Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7. Ativo da concessão

	2021	2020
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	1.900	1.177
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	200.514	152.944
	202.414	154.121
Circulante	16.504	9.210
Não circulante	185.910	144.911

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.
(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).
O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

	2021	2020
A vencer	202.404	154.114
Vencidos		
até 30 dias	4	1
de 31 a 60 dias	–	–
de 61 a 360 dias	3	2
há mais de 361 dias	3	4
	10	7
	202.414	154.121

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.
A movimentação do ativo da concessão é como segue:

Saldos em 2019	112.373
Receita de infraestrutura (nota 18.1)	20.843
Remuneração dos ativos da concessão (nota 18.1)	29.654
Receita de operação e manutenção (nota 18.1)	3.557
Recebimento	(12.306)
Saldos em 2020	154.121
Receita de infraestrutura (nota 18.1)	27.684
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	6.935
Remuneração dos ativos da concessão (nota 18.1)	24.958
Receita de operação e manutenção (nota 18.1)	4.924
Recebimento	(16.208)
Saldos em 2021	202.414

8. Estoques
O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R$2.365 (R$98 em 31 de dezembro de 2020) na rubrica de estoques é composto de equipamentos e materiais para aplicação na implementação da infraestrutura (estruturas metálicas, relês, capacitores e transformadores, entre outros).

9. Tributos e contribuições a compensar

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	25	–
Contribuição social retido na fonte	6	–
COFINS	7	–
PIS	1	–
	39	–

10. Imobilizado

	2021 Custo	Depreciação acumulada	Líquido	2020 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação %
Arrendamento de edifícios	20	(4)	16	16	10,75%
	20	(4)	16	16	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Saldos em 2019	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2020
Arrendamento de edifícios	4	18	(2)	(4)	16
	4	18	(2)	(4)	16

	Saldos em 2020	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2021
Arrendamento de edifícios	16	2	(2)	–	16
	16	2	(2)	–	16

11. Intangível
Refere-se aos gastos incorridos na implantação do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.
A movimentação do intangível é como segue:

Saldo em 2019	120
Amortização	(35)
Saldo em 2020	85
Amortização	(36)
Saldo em 2021	49

12. Fornecedores
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.
O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R$776 (R$650 em 31 de dezembro de 2020) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

13. Tributos e encargos sociais a recolher

	2021	2020
Imposto de renda	113	57
Contribuição social	63	34
INSS	149	179
COFINS	65	28
PIS	14	6
ISS	311	118
Imposto de renda retido na fonte	10	4
Outros	17	65
	742	491

14. Encargos regulatórios a recolher

	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	71	73
	71	73
Circulante	71	25
Não circulante	–	48

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

15. Contas a pagar

	2021	2020
Parte relacionada (nota 22)	121	2.295
Outros	799	149
	920	2.444

16. PIS e COFINS diferidos

	2021	2020
PIS diferido	1.300	994
COFINS diferido	5.998	4.588
	7.298	5.582

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

17. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O capital social autorizado da Companhia em 2021 é de 185.401.000 (155.401.000 em 2020), em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.
A composição do capital social integralizado em 2021 totaliza R$162.613 (R$123.046 em 2020) e está representado por ações ordinárias.
As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.
Em 30 de abril de 2021, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R$30.000, que será integralizado até 1 de julho de 2025. Em 2021 foi integralizado o valor de R$39.567.
(b) Dividendos
O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2021	2020
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	10.216	(1.092)
Constituição da reserva legal	(511)	–
	9.705	(1.092)
Dividendos obrigatórios	(2.426)	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	(7.279)	–
Absorção do prejuízo líquido do exercício com reservas de lucros	–	1.092
	–	–

(c) Reservas de lucro

	2021	2020
Reserva legal (i)	1.480	969
Reserva de retenção de lucros (ii)	19.993	12.714
Reserva de lucros a realizar (iii)	–	4.602
	21.473	18.285

(i) Reserva legal
Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
(ii) Reserva de retenção de lucros
A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.
(iii) Reserva de lucros a realizar
A Lei 6.404/76, artigos 197 e 202 prevê que os dividendos mínimos que ultrapassarem a parcela realizada do lucro líquido do exercício poderá ser destinado a reserva de lucros a realizar, por proposta da Administração na Assembleia Geral Ordinária. Tendo em vista que a Companhia estava em fase pré-operacional até outubro de 2021, não houve a realização financeira do lucro no exercício.

18. Receita operacional líquida
18.1 Composição da receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 7)	27.684	20.843
Receita de operação e manutenção (b) (nota 7)	4.924	3.557
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (c) (nota 7)	6.935	–
Remuneração dos ativos da concessão (d) (nota 7)	24.958	29.654
Total da receita bruta	64.501	54.054
Tributos sobre a receita		
COFINS	(1.897)	(1.625)
PIS	(411)	(352)
	(2.308)	(1.977)
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(148)	(117)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(70)	(45)
	(218)	(162)
	61.975	51.915

(a) Serviços de implementação de infraestrutura
A receita relacionada a obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.
(b) Operação e Manutenção
As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.
(c) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura
Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobre custos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos. Em 31 de dezembro de 2021, o ganho de eficiência refere-se ao empreendimento do contrato 021/2018 (subestação Lorena) que entrou em operação em outubro de 2021 com um ano de antecedência em relação ao prazo da ANEEL.
(d) Remuneração dos ativos de concessão
A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.
18.2 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA
A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.
A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.
18.3 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP
Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.
Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.
A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:
a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.
As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.
18.4 Reajuste anual da receita
Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.895 que foi substituída pela Resolução Homologatória nº 2.959/21, publicada em 05 de outubro de 2021, estabelecendo novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2022, conforme demonstrado a seguir:

	RAP Ciclo 20/21				RAP Ciclo 21/22		
Índice	REH 2.565 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 2.725	PA	RAP Ciclo 21/22
IPCA	12.022	968	–	–	12.990	(437)	12.553
IPCA	10.896	877	–	–	11.773	–	11.773

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2020/2021
A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total 2021	Total 2020
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
042/2017	–	12.990	(437)	–	–	–	12.553	12.015
	–	12.990	(437)	–	–	–	12.553	12.015

19. Custos de implementação da infraestrutura, operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2021 Total	2020 Total
Serviços	(38.086)	(178)	(38.264)	(6.468)
Depreciação e amortização	–	(37)	(37)	(37)
Demandas judiciais	–	(3)	(3)	–
Materiais	(8.571)	–	(8.571)	(42.713)
Outros	(2.932)	(20)	(2.952)	(2.255)
	(49.589)	(238)	(49.827)	(51.473)

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura totalizaram R$48.588 em 2021 (R$49.247 em 2020). A respectiva receita de implementação infraestrutura, demonstrada na nota 18.1, é calculada acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

20. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	35	20
Juros ativos	–	1
Variações monetárias	1	1
Outras	1	175
	37	197
Despesas		
Juros passivos	(3)	(1)
Variações monetárias	(2)	(1)
Outras	(29)	(18)
	(34)	(20)
	3	177

21. Imposto de renda e contribuição social
A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.
(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Receita bruta de serviços	64.501	54.054
Presunção IRPJ 8%/CSLL 12%	5.772	4.826
Outras receitas	37	197
Base de cálculo	5.809	5.023
IRPJ e CSLL	(1.975)	(1.708)
Outros	40	(3)
Despesa com IRPJ e CSLL	(1.935)	(1.711)
Corrente	(487)	(422)
Diferido	(1.448)	(1.289)
	(1.935)	(1.711)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
O saldo de R$6.159 (R$4.711em 2020) refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

22. Transações com partes relacionadas
Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2021 Passivo	2020 Passivo	2021 Receita/ (Despesa)	2020 Receita/ (Despesa)
Dividendos		7.028	–	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	15	19	(75)	(109)
Prestação de serviços	CTEEP	106	2.276	(4.114)	(2.546)
		7.149	2.295	(4.189)	(2.655)

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de contas a pagar, no passivo circulante (nota 15).
O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.
O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.
Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

23 Instrumentos financeiros
(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2021	2020
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa	1	–	65
Aplicações financeiras	2	2.069	811
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	1.900	1.177
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	–	776	650
Contas a pagar	–	920	2.444
Arrendamento (*)			
Circulante	–	2	2
Não circulante	–	14	15
Dividendos a pagar	–	7.028	–

(*) Em razão da Companhia possuir somente arrendamento a pagar, conforme quadro acima, não há outras informações suplementares do fluxo de caixa (Mudanças nos passivos de atividades de financiamento) a serem divulgadas, considerando os requerimentos do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a).
Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:
Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.
(b) Gerenciamento de riscos
Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:
(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.
(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 18.3).
(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.
A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.
A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	2021 Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2021 Total	2020 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	776	–	–	–	–	776	650
Arrendamento	–	–	1	9	6	16	17
	776	–	1	9	6	792	667

24. Seguros
A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	19/12/21 a 19/12/22	70.350	63
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/21 a 19/12/22	60.000(*)	–
			63

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.
As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.
(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente
Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos
Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios
Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Fabiana Bitelli - CRC 1SP 213358/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Itapura - Interligação Elétrica Itapura S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Itapura - Interligação Elétrica Itapura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itapura - Interligação Elétrica Itapura S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Valores correspondentes ao exercício anterior
O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com ressalvas, em decorrência das orientações descritas no Ofício Circular da CVM 04/2020, em que todos os impactos contábeis foram registrados pela Companhia no exercício de 2020 e não foram ajustados e reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com data de 24 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador - CRC nº 1 SP 25733070-5

Deloitte.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 579C-B4AF-54A6-F135.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 579C-B4AF-54A6-F135.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/579C-B4AF-54A6-F135 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 579C-B4AF-54A6-F135

Hash do Documento

5A64B9B0E8EE61244CB0A68C51EB5C3E2E43311B19D6F4C46E60E0824F8C4FB8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/03/2022 16:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

isa CTEEP

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.276.712/0001-02

Relatório da Administração

No exercício de 2021 apresentou lucro líquido de R$58.811 em comparação ao do ano anterior com R$17.603, conforme analises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve aumento de 84,3% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2021	A.V. %	2020	A.V. %	% Variação 2021/2020
Receita de infraestrutura	284	0,3	4.003	8,6	(92,9)
Operação e Manutenção	5.895	6,9	6.536	14,1	(9,8)
Remuneração dos ativos da concessão	84.129	98,4	39.489	85,1	113,0
Tributos sobre a receita	(3.116)	(3,6)	(1.796)	(3,9)	73,5
Encargos regulatórios	(1.700)	(2,0)	(1.850)	(4,0)	(8,1)
Receita operacional líquida	**85.492**		**46.382**		**84,3**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos nos projetos realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2021 totalizou R$284 comparada com R$4.003 em 2020, esta redução ocorreu em virtude do volume de investimentos nos projetos de reforços nas subestações São João do Piauí e Colinas e na Linha de Transmissão 500 KV de Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$5.895 em 2021 e R$6.536 em 2020, explicada principalmente pela: (i) variação positiva de R$1.221 devido atualização do IPCA da RAP do ciclo 2021/2022; antecipações e repasse de encargos regulatórios; compensado pela: (ii) parcela do ajuste tarifário e parcela variável no valor de R$1.862.

(iii) A **remuneração dos ativos da concessão** totalizou R$84.129 em 2021 e R$39.489 em 2020, a variação positiva é explicada principalmente pelo: (i) aumento de R$25.041 pela atualização do IPCA mensal somado a (ii) R$19.599 referente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita do contrato de concessão.

(iv) As **deduções da receita operacional** totalizaram R$4.816 em 2021 e R$3.646 em 2020, pelo aumento dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$1.320, que acompanham a variação da receita bruta e redução dos encargos regulatórios em R$150.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizaram R$8.310 em 2021 comparado com R$12.591 em 2020, com concentração em serviços de terceiros e materiais. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras durante o período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. A redução de deve-se ao investimento nas subestações São João do Piauí e Colinas e na Linha de Transmissão 500 KV de Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí em 2020.

Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M	2021	2020
Serviços de terceiros	(6.762)	(9.385)
Materiais	(1.073)	(3.759)
Outros	(475)	553
	(8.310)	**(12.591)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$1.069 em 2021 comparada com R$2.221 em 2020, devido, principalmente a: (i) redução de R$831 em demandas judiciais decorrente de constituição de provisão cível, em 2020, referente processos de servidão, desapropriação e indenizações e acordos exitosos em 2021; somado a: (ii) redução de R$345 em serviços de terceiros devido a despesas com manutenção e conservação das subestações e linhas.

O **resultado financeiro** apresentou uma queda de 17,3% totalizando despesa de R$9.006 em 2021 e R$10.886 em 2020, principalmente pela: (i) redução dos juros sobre empréstimos no valor de R$1.004, somado a (ii) aumento de rendimentos sobre as aplicações financeiras no valor de R$1.278. O saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2021 foi de R$135.406 (R$148.176 em 31 de dezembro de 2020).

O **imposto de renda e contribuição social** totalizaram com R$3.370 em 2021 comparado com R$3.123 em 2020.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.892	12.975
Aplicações financeiras	6	24.408	9.242
Ativo da concessão	8	53.293	49.878
Estoques		886	482
Tributos e contribuições a compensar	9	1.990	1.872
Despesas pagas antecipadamente		47	47
Outros		832	892
		93.348	**75.388**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	7	17.930	17.234
Ativo da concessão	8	430.912	404.390
Estoques		3.489	3.456
		452.331	**425.080**
Imobilizado	10	379	366
Intangível	11	80	117
		459	**483**
		452.790	**425.563**
Total do ativo		**546.138**	**500.951**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	13.857	13.203
Arrendamento		44	39
Fornecedores		826	2.416
Tributos e encargos sociais a recolher	13	1.259	949
Encargos regulatórios a recolher	14	742	965
Dividendos a Pagar		8.274	–
Partes relacionadas	22	457	640
Outros		966	1.008
		26.425	**19.220**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	121.549	134.973
Arrendamento		299	313
Fornecedores		106	–
PIS e COFINS diferidos	16	17.440	16.351
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	14.599	13.680
Encargos regulatórios a recolher	14	173	966
Provisões para demandas judiciais	15	–	438
		154.166	**166.721**
Patrimônio líquido			
Capital social	17 (a)	338.984	338.984
Reservas de lucros		26.563	–
Prejuízos acumulados		–	(23.974)
		365.547	**315.010**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**546.138**	**500.951**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019		**338.984**	**–**	**–**	**(41.577)**	**297.407**
Lucro líquido do exercício	17 (b)	–	–	–	17.603	17.603
Em 31 de dezembro de 2020		**338.984**	**–**	**–**	**(23.974)**	**315.010**
Lucro líquido do exercício	17 (b)	–	–	–	58.811	58.811
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	17 (b)	–	1.742	–	(1.742)	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	17 (b)	–	–	24.821	(24.821)	–
Dividendos obrigatórios	17 (b)	–	–	–	(8.274)	(8.274)
Em 31 de dezembro de 2021		**338.984**	**1.742**	**24.821**	**–**	**365.547**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	18.1	**85.492**	**46.382**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	19	(8.310)	(12.591)
Lucro bruto		**77.182**	**33.791**
(Despesas) receitas operacionais			
Receitas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas		30	–
Gerais e administrativas e honorários da administração	19	(1.069)	(2.221)
Outras despesas operacionais, líquidas		(4.956)	42
		(5.995)	(2.179)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**71.187**	**31.612**
Receitas financeiras	20	2.249	1.348
Despesas financeiras	20	(11.255)	(12.234)
		(9.006)	(10.886)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**62.181**	**20.726**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	21 (a)	(2.451)	(3.391)
Diferido	21 (a)	(919)	268
		(3.370)	(3.123)
Lucro líquido do exercício		**58.811**	**17.603**
Lucro por ação		**0,17349**	**0,05193**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	58.811	17.603
Total dos resultados abrangentes do exercício	**58.811**	**17.603**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	58.811	17.603
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 19)	80	74
PIS e COFINS diferidos	1.089	(25)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	919	(268)
Provisão para demandas judiciais	(462)	401
Receita sobre aplicações financeiras	(857)	(190)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11.175	12.176
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	11	42
	70.766	**29.813**
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	(696)	(378)
Ativo da concessão	(29.937)	(1.082)
Estoques	(437)	(153)
Tributos e contribuições a compensar	(118)	1.873
Despesas pagas antecipadamente	–	(47)
Outros	60	(47)
	(31.128)	**166**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(1.295)	1.168
Tributos e encargos sociais a recolher	2.058	1.094
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.748)	(1.201)
Encargos regulatórios a recolher	(998)	196
Pagamento Partes Relacionadas	(457)	(640)
Outros	45	(155)
	(2.395)	**462**
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	**37.243**	**30.441**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(54.172)	(34.730)
Resgates de aplicações financeiras	39.863	41.571
Aquisição Imobilizado	(26)	–
Fluxo de Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(14.335)**	**6.841**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota12)	(12.733)	(12.093)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota12)	(11.212)	(12.215)
Pagamentos de arrendamentos	(46)	(43)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(23.991)**	**(24.351)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.083)**	**12.931**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	12.975	44
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11.892	12.975
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**(1.083)**	**12.931**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("Companhia") constituída em 03 de dezembro de 2007, é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora") desde setembro de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica: Prazo (anos)	Revisão Tarifária Periódica: Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP: R$ mil	Receita Anual Permitida - RAP: Mês base
001/2008	30	16.03.38	5	2023	IPCA	55.730	06/21

Contrato nº 001/2008

Linha de Transmissão 500 kV Colinas - Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí, C2, com aproximadamente 710 km, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, contemplando com a implantação, operação e manutenção das respectivas instalações da rede básica do sistema elétrico interligado (Estados Piauí, Maranhão e Tocantins).

O Contrato de Concessão prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

1.3. Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando os impactos da COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema e eventuais impactos nos negócios da Companhia.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica que se mostraram eficientes para a Transmissão, os níveis de inadimplência da Companhia não apresentaram oscilações significativas. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2022.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

• Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 21 (b)).

• Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 15).

• Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

• Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 8)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

• Determinação da margem de lucro (nota 18.1)

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 8)

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

• Determinação das receitas de infraestrutura (nota 18.1)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

• Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 18.1)

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.5. Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2022.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura (nota 18.1 (a))

(b) Remuneração dos ativos da concessão (nota18.1 (c))

(c) Receita de operação e manutenção (nota 18.1 (b))

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4. Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 14).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.5. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito (nota 7) e aplicações financeiras (nota 6).

• Custo Amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos serviços de O&M (nota 8).

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7. Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado (nota 8 (a)).

(b) Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 8(b)).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.8. Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimada dos bens (nota 10).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 11).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11. Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

• Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

• Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

• Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

• Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.13. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 776C-C2C9-AE9F-AA2B.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 776C-C2C9-AE9F-AA2B.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.276.712/0001-02

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 15.

3.15. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.16. Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.17. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 11 - Contratos de Seguro CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	IFRS 4 IFRS 7 IFRS 9 IFRS 16 IAS 39	01.01.2021
CPC 06 (R2)	Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	IFRS 16	01.01.2021

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	IAS 16	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41 CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	IFRS 1 IFRS 9 IFRS 16 IAS 41	01.01.2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	% do CDI	2021	2020
Caixa e bancos		78	39
Equivalentes de Caixa			
CDB (a)	102,2%	11.814	12.936
		11.892	12.975

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

(a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota 23 (c).

6. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2021 % do CDI	2021	2020
Fundo de Investimento Xavantes			
Referenciado DI		13.338	1.966
Fundo de Investimento Barra Bonita			
Referenciado DI	115,3%	11.070	7.276
		24.408	9.242

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

• Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

• Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detêm títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7. Caixa restrito

Em 10 de maio de 2010 foi assinado contrato de financiamento entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez, o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB, no valor mínimo de R$16.000. O saldo de caixa restrito é R$17.930 (R$17.234 em 2020).

8. Ativo da concessão

	2021	2020
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	7.052	8.202
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	477.153	446.066
	484.205	454.268
Circulante	53.293	49.878
Não circulante	430.912	404.390

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

Resoluções Homologatórias

As Resoluções Homologatórias referente reforços e melhorias da Companhia, descritas na nota 18.3 (a), geraram acréscimo de R$31 nos valores a receber de Ativo contratual e na rubrica de Receita de Revisão Tarifária Periódica no resultado.

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

	2021	2020
A vencer	483.803	453.835
Vencidos		
até 30 dias	2	2
de 31 a 60 dias	2	2
de 61 a 360 dias	23	12
há mais de 361 dias	375	417
	402	433
	484.205	454.268

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do ativo da concessão é como segue:

Saldos em 2019	453.186
Receita de infraestrutura (nota 18.1)	4.003
Remuneração dos ativos da concessão (nota 18.1)	39.489
Receita de operação e manutenção (nota 18.1)	8.804
Parcela Variável (nota 18.1)	(2.268)
Recebimentos	(48.946)
Saldos em 2020	454.268
Receita de infraestrutura (nota 18.1)	284
Remuneração dos ativos da concessão (nota 18.1)	84.129
Receita de operação e manutenção (nota 18.1)	5.895
Receitas - Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	31
Recebimentos	(60.402)
Saldos em 2021	484.205

9. Tributos e contribuições a compensar

	2021	2020
Imposto de renda a recuperar	–	110
Contribuição social a recuperar	–	105
Imposto de renda retido na fonte	1.957	1.621
Contribuição social retido na fonte	15	–
COFINS	15	24
PIS	3	9
Outros	–	3
	1.990	1.872

10. Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação %
Arrendamento em edifícios	417	(81)	336	349	10,75%
Imobilizado em andamento	43	–	43	17	
	460	(81)	379	366	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Saldos em 2019	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2020
Arrendamento em edifícios	47	386	(38)	(46)	349
Imobilizado em curso - equipamentos de informática	17	–	–	–	17
	64	386	(38)	(46)	366

	Saldos em 2020	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2021
Arrendamento em edifícios	349	30	(43)	–	336
Imobilizado em curso - equipamentos de informática	17	26	–	–	43
	366	56	(43)	–	379

11. Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível é como segue:

Saldo em 2019	153
Amortização	(36)
Saldo em 2020	117
Amortização	(37)
Saldo em 2021	80

12. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda nacional	Encargos	Taxa Interna de Retorno - TIR a.a.	Vencimento final	2021	2020
BNB (a)	10% a.a.	10,0%	19.05.2030	135.406	148.176
Total em moeda nacional				135.406	148.176
Circulante				13.857	13.203
Não circulante				121.549	134.973

(a) BNB - Contrato 56.2010.2491.3531

Em 19 de maio de 2010, a Companhia assinou contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no montante de R$220.000 sendo R$93.811(semiárido) e R$126.189 (fora do semiárido) ambos com custo de 10% a.a. O crédito é destinado a implantação de uma linha de transmissão em 550KV, com 710 km de extensão, com origem na Subestação de Colinas e término na Subestação de São João do Piauí. Os juros são cobrados mensalmente a partir de junho de 2012. O valor principal da dívida tem amortizações mensais a partir de junho de 2012 com vencimento final em 19 de maio de 2030. Sobre os encargos incidentes será aplicado um bônus de adimplência de 25% (semiárido) e 20% (fora do semiárido). Como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez (caixa restrito) o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação de financiamento, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB no valor de R$17.930 em 31 de dezembro de 2021 (nota 7).

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	2021	2020
2022	–	13.424
2023	14.094	14.094
2024	14.796	14.796
2025	15.503	15.503
2026	16.241	16.241
2027 a 2031	60.915	60.915
	121.549	134.973

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldos em 2019	160.308
Pagamento de principal	(12.093)
Pagamento de juros	(12.215)
Juros e variações monetárias	12.176
Saldos em 2020	148.176
Pagamento de principal	(12.733)
Pagamento de juros	(11.212)
Juros e variações monetárias	11.175
Saldos em 2021	135.406

13. Tributos e encargos sociais a recolher

	2021	2020
Imposto de renda	556	290
Contribuição social	256	158
COFINS	185	160
PIS	40	35
INSS	97	151
ISS	13	10
Imposto de renda retido na fonte	11	12
Outros	101	133
	1.259	949

14. Encargos regulatórios a recolher

	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	915	1.605
Taxa de fiscalização ANEEL	–	326
	915	1.931
Circulante	742	965
Não circulante	173	966

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

15. Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda provável. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía três ações cíveis-fundiárias no valor de R$438 com probabilidade de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui onze ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, sendo oito de natureza cível-fundiária, no valor de R$644 (R$121 em 2020) e três de natureza cível-regulatória no valor de R$2.643 (R$917 em 2020), totalizando R$3.287 (R$1.037 em 2020).

16. PIS e COFINS diferidos

	2021	2020
PIS diferido	3.106	2.912
COFINS diferido	14.334	13.439
	17.440	16.351

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2021 e 2020 é de R$400.000, sendo todo em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2021 e 2020 é de R$338.984, está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	58.811	17.603
Absorção de parcela de prejuízos acumulados	(23.974)	(17.603)
Constituição da reserva legal	(1.742)	–
	33.095	–
Dividendos obrigatórios	(8.274)	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	(24.821)	–
	–	–

(c) Reserva de lucros

Em 2018, a adoção do CPC 47 gerou o reconhecimento em lucros (prejuízos) acumulados do impacto negativo de R$260.878, que foi absorvido parcialmente pelos saldos das reservas legal, retenção de lucros e reserva especial de dividendo não distribuído, constituídas em exercícios anteriores, conforme previsto na legislação societária. Em 2020 o lucro do exercício foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

	2021	2020
Reserva legal (i)	1.742	–
Reserva de retenção de lucros (ii)	24.821	–
	26.563	–

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

18. Receita operacional líquida

18.1. Composição da receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta		
Receita de infraestrutura (a) (nota 8)	284	4.003
Operação e Manutenção (b) (nota 8)	5.895	6.536
Receita de remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 8)	84.129	39.489
Total da receita bruta	90.308	50.028
Tributos sobre a receita		
COFINS	(2.561)	(1.476)
PIS	(555)	(320)
	(3.116)	(1.796)
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.305)	(1.170)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(509)	(490)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	114	(190)
	(1.700)	(1.850)
	85.492	46.382

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada a obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

18.2. Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

18.3. Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
001/2008	2.405	19.06.2018	01.07.2018

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

(a) Resolução Homologatória nº 2.844

A Resolução Homologatória nº 2.844 publicada em 16 de abril de 2021 reposicionou a RAP de reforços e melhorias da Companhia, atendendo ao Recurso Administrativo apresentado junto a ANEEL referente a Revisão Tarifária Periódica ocorrida em 2018. Os ajustes foram aplicados a partir de julho de 2021, com efeitos retroativos.

Os impactos contábeis das respectivas resoluções estão descritos na nota 8.

18.4. Reajuste anual da receita

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.895 que foi substituída pela Resolução Homologatória nº 2.959/21, publicada em 05 de outubro de 2021, estabelecendo novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP Ciclo 21/22 REH 2.959	PA	RAP Ciclo 21/22
IPCA	48.863	3.936	–	3	52.802	2.928	55.730

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2020/2021.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica - Novos investimentos	Rede Básica - Licitada	Rede Básica - Parcela de ajuste	Demais Instalações de Transmissão - DIT - Novos investimentos	DIT - Licitada	DIT - Parcela de ajuste	Total 2021	Total 2020
001/2008	8	52.794	2.928	–	–	–	55.730	52.538
	8	52.794	2.928	–	–	–	55.730	52.538

19. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2021 Total	2020 Total
Serviços	(6.762)	(1.363)	(8.125)	(11.093)
Materiais	(1.073)	(6)	(1.079)	(3.759)
Arrendamentos e aluguéis	(385)	–	(385)	(401)
Depreciação e amortização	–	(80)	(80)	(74)
Demandas judiciais	–	428	428	(403)
Outros	(90)	(48)	(138)	918
	(8.310)	(1.069)	(9.379)	(14.812)

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura, totalizaram R$229. A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota 18.1, é calculada acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

20. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.232	954
Juros ativos	7	3
Variações monetárias	7	34
Outras	3	357
	2.249	1.348
Despesas		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.180)	(12.184)
Juros passivos	(2)	–
Variações monetárias	(8)	(33)
Outras	(65)	(17)
	(11.255)	(12.234)
	(9.006)	(10.886)

21. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Receita bruta de serviços	90.308	50.028
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	8.110	4.461
Outras receitas	2.250	1.348
Base de cálculo	10.360	5.809
IRPJ e CSLL	(3.522)	(1.975)
Outros (*)	152	(1.148)
Despesa com IRPJ e CSLL	(3.370)	(3.123)
Corrente	(2.451)	(3.391)
Diferido	(919)	268
	(3.370)	(3.123)

(*) Em 2020, valores prescritos de créditos de IR/CS de anos anteriores.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$14.599 (R$13.680 em 2020) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

22. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2021 Passivo	2020 Passivo	2021 Receita/ (Despesa)	2020 Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	8.274	–	–	–
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	223	291	(1.116)	(1.160)
Prestação de serviços	CTEEP	234	349	(2.705)	(4.638)
		8.731	640	(3.821)	(5.798)

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

23. Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2021	2020
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa	1	11.814	12.936
Aplicações financeiras	2	24.408	9.242
Caixa restrito	2	17.930	17.234
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	7.052	8.202
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	–	13.857	13.203
Não circulante	–	121.549	134.973
Arrendamento			
Circulante	–	44	39
Não circulante	–	299	313
Fornecedores	–	932	2.416
Partes relacionadas	–	457	640
Dividendos a pagar	–	8.274	–

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	13.857	13.203
Não circulante	121.549	134.973
Arrendamento		
Circulante	44	39
Não circulante	299	313
Dívida total	135.749	148.528
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	36.300	22.217
Dívida líquida	99.449	126.311
Patrimônio líquido	365.547	315.010
Índice de endividamento líquido	27,2%	40,1%

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 18.2).

(iii) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (nota 12).

(iv) Risco de captação - A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(v) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2021 Total	2020 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	825	–	1	–	106	932	2.416
Empréstimos e financiamentos	1.552	3.356	8.949	60.634	60.915	135.406	148.176
Arrendamento	4	11	29	228	71	343	352
	2.381	3.367	8.979	60.862	61.092	136.681	150.944

24. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	19/12/21 a 19/12/22	87.638	79
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/21 a 19/12/22	60.000(*)	–
			79

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

25. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa - Atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	2020	Fluxo de caixa	Alterações não Caixa - Adição ou transferência	Alterações não Caixa - Juros	Alterações não Caixa - Destinação	2021
Empréstimos e financiamentos	148.176	(23.945)	–	11.175	–	135.406
Arrendamentos	352	(46)	32	5	–	343
Dividendos	–	–	–	–	8.274	8.274
Total	148.528	(23.991)	32	11.180	8.274	144.023

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 776C-C2C9-AE9F-AA2B.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 776C-C2C9-AE9F-AA2B.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.276.712/0001-02

continuação

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente
Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos
Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores
Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios
Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Fabiana Bitelli - CRC 1SP 213358/O-8

Relatório do Auditor Independente Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com ressalvas, em decorrência das orientações descritas no Ofício Circular da CVM 04/2020, em que todos os impactos contábeis foram registrados pela Companhia no exercício de 2020 e não foram ajustados e reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com data de 24 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador - CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

Mesmo na altitude, Brasil goleia Bolívia por 4 a 0 nas eliminatórias

Não foi simples jogar nos 3.600 metros de La Paz, mas o Brasil goleou a Bolívia por 4 a 0, na noite dA terça-feira (29), pela 18ª rodada das Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa do Mundo de 2022 (Catar).

Com este triunfo a equipe comandada pelo técnico Tite chegou aos 45 pontos, estabelecendo um novo recorde na história das Eliminatórias Sul-Americanas no atual formato (antes a marca era da Argentina, com 43 pontos). A vitória também serviu para ampliar a série invicta na competição, que agora é de 34 partidas sem perder. Como o Brasil ainda tem um jogo a disputar (contra a Argentina, válido pela 6ª rodada, e que foi interrompido após a intervenção de técnicos da Anvisa) estes números ainda podem melhorar.

Assim como previsto por Tite em entrevista coletiva nesta semana, o Brasil começou a partida em baixa rotação, valorizando a posse de bola e tentando evitar os efeitos da atitude. Porém, mesmo assim, a qualidade técnica da seleção brasileira era muito superior à da equipe da casa.

O Brasil abriu o placar aos 23 minutos, quando Bruno Guimarães recebeu na intermediária e fez bela jogada individual que terminou em passe para Lucas Paquetá, que teve apenas o trabalho de bater com categoria para superar o goleiro Rubén Cordano.

A equipe de Tite continuou melhor no confronto, e chegou ao segundo antes do intervalo. Aos 44 minutos Antony partiu pela direita e chutou rasteiro para o meio da área, onde Richarlison, com liberdade, apenas escorou para o gol.

O segundo tempo começou com os bolivianos pressionando, e Alisson brilhando no gol brasileiro. Se o camisa 1 do Liverpool (Inglaterra) garantia na defesa, no ataque Bruno Guimarães voltou a se destacar, desta vez concluindo com um lindo chute de primeira um cruzamento dado por Lucas Paquetá aos 20 minutos para marcar o terceiro.

Mas ainda cabia mais para o Brasil, e o quarto veio com Richarlison, já aos 45 minutos, quando o camisa 9 não perdoou bola que sobrou após jogada de Rodrygo, que entrou na etapa final.

Sorteio dos Grupos

Após a disputa da última rodada das Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa do Mundo, as atenções da seleção brasileira se voltam para o sorteio dos Grupos do Mundial, que está marcado para ser realizado na próxima sexta-feira (1), a partir das 13h (horário de Brasília), em Doha (Catar). (Agencia Brasil)

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Aguassanta Participações S.A., situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo (SP), 28 de março de 2022. **Rubens Ometto Silveira Mello -** Diretor Presidente.

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 20.247.332/0001-82 - NIRE 35.300.465.377

Aviso aos Acionistas

A Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404/76, comunica que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da AGO da Companhia a ser realizada no ano de 2022 estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1478, 18º andar, conjunto 1801, São Paulo, SP, a partir do dia 29 de março de 2022. A Companhia comunica, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável, incluindo as demonstrações financeiras e o edital de convocação para a AGO, será tempestivamente realizada no jornal O Dia SP, conforme prazos legais aplicáveis. São Paulo, 29/03/2022. **Thomaz Luiz Cabral de Menezes** - Diretor Presidente; **Felipe Pinto Gomes -** Diretor Financeiro.

Baumer S/A

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/01, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Mogi Mirim/SP, 29/03/2022

MOINHO PROGRESSO S.A.

CNPJ N. 60.866.688/0001-19

Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 12 de abril de 2022

O Conselho de Administração da **Moinho Progresso S/A** convida os Srs. (as) acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 132 da Lei 6404/76, em sua sede social à Rua Emílio Goeldi n. 95, às 11 horas do dia 12 de abril de 2022, para deliberarem sobre: leitura, discussão e votação das contas e relatórios relativos ao exercício findo em 31/12/2021 e destinação do lucro; eleição do Conselho de Administração para o próximo biênio e valor total anual para remuneração dos administradores da companhia nos termos do artigo 8º, inciso VIII do Estatuto Social da mesma. A documentação completa referente a esta assembleia foi publicada no dia 09 de março de 2022 nos jornais "O Dia – SP" e Diário Oficial do Estado de SP. AVISO GERAIS – Os documentos a serem aprovados podem ser também requeridos junto à companhia pelo e-mail: admin@moinhoprogresso.com.br, endereçado à Sra. Adriane, com identificação do acionista requisitante. Os acionistas podem ser representados por procuradores devidamente mandatados, atendendo aos critérios legais do artigo 126 da lei 6404/76, com poderes específicos para votar a pauta. São Paulo, 29 de abril de 2022, **Yung Chu Ching** – Presidente do Conselho de Administração. (30, 31/03 e 01/04)

Brasil mira título inédito na Copa de Futebol de paralisados cerebrais

A Copa do Mundo do Catar não será a única competição intercontinental de futebol com participação brasileira em 2022. Entre 27 de abril e 16 de maio, a cidade de Salou (Espanha) recebe o Mundial de Futebol de paralisados cerebrais (PC) - que antigamente era chamado de futebol de sete paralímpico. Vice-campeão em 2003 e 2013, o Brasil busca um título inédito.

"Nós sempre temos quatro seleções brigando: Ucrânia, Rússia, Brasil e Irã, que é uma equipe que sempre incomoda muito, mas existem outros times se preparando há muito tempo, mesmo em meio à pandemia [da covid-19], como Estados Unidos, Argentina e Inglaterra. Então, é uma incógnita. Fora a preparação que vem sendo feita a longo prazo, tem as renovações nas seleções, o que não foge ao Brasil, então é sempre uma surpresa", afirmou o técnico Paulo Cabral, à Agência Brasil.

A seleção esteve reunida no Centro de Treinamento Paralímpico entre os dias 13 e 23 de março, para o último encontro antes da convocação definitiva, divulgada na última sexta-feira (25). Dos 20 atletas que estiveram nas atividades em São Paulo, 14 foram chamados por Cabral.

"Estou muito feliz, com expectativa alta. É muito trabalho, treino, empenho, praticando o que gosto. Foi minha primeira convocação. Muitas pessoas não conhecem o futebol de PC, então disputar uma Copa é muito significativo, pois Deus fez o mundo não só para o convencional, mas para pessoas com deficiência também", comemorou Ângelo Matheus, um dos convocados para o Mundial, que nasceu com paralisia cerebral, devido à falta de oxigenação no parto.

No sorteio das chaves, o Brasil caiu no Grupo B ao lado de Irlanda, Tailândia e Alemanha. Dos quatro favoritos apontados pelo treinador, somente a Rússia, atual campeã, está fora da Copa, suspensa pela Federação Internacional de Futebol de Paralisados Cerebrais (IFCPF, na sigla em inglês) devido à ação militar na Ucrânia - que, aliás, é o país mais vencedor da modalidade, com seis títulos mundiais.

Na última edição, em 2019, também disputada na Espanha, mas em Sevilha, os brasileiros ficaram na terceira posição, repetindo as campanhas de 1998, 2001 e 2015. Oito jogadores chamados para o Mundial de Salou fizeram parte da equipe nacional há três anos.

"Foi uma experiência muito emocionante. Uma batalha com o Irã nas quartas de final, com vitória brasileira por 2 a 1, na prorrogação, mas nossa equipe veio fechadinha e conseguiu conquistar o terceiro lugar. O objetivo desta vez é melhorarmos e subirmos no primeiro lugar do pódio", destacou Jefferson Aparecido, remanescente da campanha anterior, que tem ataxia, um tipo de paralisia que afeta movimentos, audição e voz.

A convocação reúne, na maioria, jogadores dos dois finalistas do Campeonato Brasileiro da modalidade, realizado em fevereiro. Cinco atletas são do Centro Arco-Íris de Reabilitação Alternativa (Caíra), de Campo Grande, que ficou com o título. Outros quatro defendem o vice-campeão Vasco. Entre eles, o experiente Bira Magalhães, um dos veteranos da equipe que estará na Espanha, com sete anos de seleção.

"Acho que o diferencial do grupo é a união. Temos conversado bastante, um apoiando o outro. Todos se entregando e dando o melhor. Cada um é capitão de alguma forma, sendo exemplo pela dedicação em campo e fora, quando não está na fase de treinamento com a seleção", disse Bira, cuja paralisia cerebral afeta o lado direito do corpo.

A modalidade

No futebol de PC, os atletas são divididos em três classes: FT1, FT2 e FT3. Na FT1, estão aqueles com maior comprometimento. Cada equipe, obrigatoriamente, precisa ter ao menos um deles entre os sete titulares. A FT3 reúne os jogadores com menor grau de paralisia. Somente um pode estar no gramado em cada time.

As regras são semelhantes à do futebol convencional. As diferenças estão no número de jogadores por equipe (sete), na duração (30 minutos cada tempo), no tamanho do campo (70 metros por 50 metros) e da baliza (dois metros por cinco metros), na ausência do impedimento e na cobrança de lateral (pode ser feita com uma das mãos).

A modalidade integrou o programa da Paralimpíada entre 1984 e 2016. O Brasil foi três vezes ao pódio, com uma prata (2004) e dois bronzes (2000 e 2016). O futebol de PC (assim como a vela) ficou fora das edições de 2021 e 2024, dando lugar ao parataekwondo e ao parabadminton. O Comitê Paralímpico Internacional (IPC) argumentou, à ocasião, que o esporte não teria o alcance exigido: ser praticado em pelo menos 24 países e três regiões do planeta.

"Fica um pouco difícil. A gente sempre tenta orientar aos atletas que não desistam, que há possibilidade de volta. A luta é essa. A gente busca motivar os atletas da melhor forma possível, para que tenham foco", comentou Marcos Ferreira, o Marcão, preparador de goleiros da seleção e que representou o Brasil como arqueiro em seis Paralimpíadas.

A torcida é pelo retorno aos Jogos em 2028, na edição de Los Angeles (Estados Unidos). Até lá, além da Copas do Mundo, o planejamento brasileiro envolve outras duas competições: a Copa Américas e os Jogos Parapan-Americanos. O Brasil é o atual campeão em ambos, sendo que, no Parapan, a seleção foi medalhista de ouro nas três vezes em que a modalidade foi disputada (2007, 2015 e 2019). Em Santiago (Chile), no ano que vem, a seleção buscará o tetracampeonato. (Agencia Brasil)

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

A **Hidrovias do Brasil S.A.** (B3: HBSA3) ("Companhia"), em cumprimento ao disposto no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a que se refere o artigo 133 da Lei das S.A. e o artigo 25 da Instrução da CVM nº 480/09, conforme alterada, encontram-se disponíveis na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7º andar, Pinheiros, CEP: 05425-020, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.hbsa.com.br/ri) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), na forma da legislação aplicável. São Paulo, 25 de março de 2022. **André Kinjo Kubota –** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (26, 29 e 30/03/2022)

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0088118-79.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 29ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniela Dejuste de Paula, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Myung Soon Jyung, CPF 233.673. 558-01, que nos autos da ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda, procedeu-se a penhora da quantia de R$ 13.013,20, em contas bancárias de sua titularidade. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para que, no pra- zo de 05 dias, que fluirá após do decurso do prazo do presente edital, comprove a impenhorabilida- de da referida quantia (art. 854, § 3º, do CPC), podendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação (art. 525, §11, do CPC), após o que, sem manifestação, referida quantia será levantada pelo Autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de dezembro de 2021. 29 e 30.03

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1099197-38.2019.8.26.0100. O Doutor Guilherme Madeira Dezem, MM. Juiz de Direito da 44ª Vara Cível, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Clarisse Benício Peixoto, Brasileira, CPF 120.696.827-30, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., alegando em síntese, a cobrança de R$ 3.665,91 (dezembro/2019), decorrente do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2015. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei, sendo este Fórum localizado na Praça João Mendes, S/N, 14º andar, sala 1425, Centro – CEP 01501-900, São Paulo-SP. **NADA MAIS**. São Paulo, 04 de outubro de 2022. 30 e 31.03

Tênis de mesa: Calderano retoma 3º lugar e Bruna vira top 30 mundial

A terça-feira (29) foi de boas notícias para o tênis de mesa brasileiro. Na atualização do ranking da Federação Internacional da modalidade (ITTF, sigla em inglês), Hugo Calderano reassumiu o terceiro lugar no masculino, igualando o melhor posto da carreira, enquanto Bruna Takahashi se tornou a primeira mulher do país entre as 30 do mundo, na 30ª colocação. Eles ganharam uma posição em relação à lista anterior.

No primeiro dia de volta à terceira posição, Calderano também celebrou a classificação às oitavas de final do WTT (sigla para World Table Tennis) Star Contender de Doha (Catar), etapa do circuito mundial de tênis de mesa. O brasileiro reencontrou o alemão Qiu Dang (25º), que o tinha derrotado na última sexta-feira (25), nas quartas de final do WTT Contender, também em Doha. Desta vez, melhor para o carioca, que venceu por três sets a dois (11/7, 7/11, 11/9, 9/11 e 11/6).

Nas quartas de final, ele terá pela frente o sueco Kristian Karlsson (23º), em data e horário a serem confirmados. O canal da WTT no YouTube transmite parte do Star Contender.

Pelo mesmo torneio, mas na chave feminina, Bruna não resistiu à sul-coreana Joo Cheonhui (1100ª) e caiu nas oitavas de final, superada por três sets a um (9/11, 11/5, 7/11 e 8/11). A adversária da paulista joga como profissional há apenas um ano e tem sido a sensação do circuito mundial. Na fase anterior do Star Contender, ela eliminou Doo Hoi Ken (oitava do mundo), de Hong Kong, medalhista de bronze na Olimpíada de Tóquio (Japão).

Entre os homens, onde o país tem cinco atletas no top-100, Gustavo Tsuboi desceu uma posição e aparece em 45º. Vitor Ishiy (53º), Eric Jouti (81º) e Thiago Monteiro (91ª) mantiveram as respectivas colocações. No ranking feminino, Caroline Kumahara (109º) e Jessica Yamada (135ª) subiram um posto na atualização da terça-feira. (Agencia Brasil)

Tite diz que seleção superou as expectativas diante da Bolívia

O técnico da seleção brasileira, Tite, afirmou que sua equipe superou as expectativas na goleada de 4 a 0 sobre a Bolívia na noite da terça-feira (29), pela 18ª rodada das Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa do Mundo de 2022 (Catar), em partida disputada nos 3.600 metros de La Paz.

"Sim superou qualquer expectativa que pudesse colocar em cima desse desempenho, em termos de análise qualitativa e quantitativa. Viemos para cá com tantas adversidades e fazer um placar tão elástico, com um número importante de finalizações, mantendo nível e alternando sem perder o modelo", declarou o comandante do Brasil em entrevista coletiva após a partida.

Quem também destacou a performance do Brasil na altitude de La Paz foi o atacante Richarlison, autor de dois gols. "Jogo muito difícil aqui na altitude. O professor armou uma tática com a qual a equipe jogou muito bem. Estão todos de parabéns. Valeu o esforço. Seguimos em busca de todas as vitórias", afirmou em mensagem divulgada nas redes sociais da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Após a disputa da última rodada das Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa do Mundo, as atenções se voltam para o sorteio dos Grupos do Mundial, que está marcado para ser realizado na próxima sexta-feira (1), a partir das 13h (horário de Brasília), em Doha (Catar). (Agência Brasil)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 776C-C2C9-AE9F-AA2B.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 776C-C2C9-AE9F-AA2B.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/776C-C2C9-AE9F-AA2B ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 776C-C2C9-AE9F-AA2B

Hash do Documento

D501866B69950B683CD8BE0DA8784F12B152134ACC6B154BCD158DCB9D96FDE1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/03/2022 16:06 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00